



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2016



Capa: Ponte Hercílio Luz | Florianópolis | Brasil

Relatório e Contas **2016**



Tendo iniciado a sua atividade em **1921**, a Teixeira Duarte é hoje líder de um grande Grupo Económico com mais de **10.000 colaboradores**, que trabalham em **18 países**, em **6 setores de atividade**, alcançando um volume de negócios anual de mais de **1.100 milhões de euros**.

Assente nos seus **Valores** estruturantes: o Engenho, a Verdade e o Compromisso, a Teixeira Duarte tem cumprido a sua **Missão: Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor.**

A referência fundacional de Casa de Engenharia caracteriza a atuação da Teixeira Duarte em **todas as Áreas da Construção** desde a Geotecnia e Reabilitação, às Edificações, às Infraestruturas, à Metalomecânica, às Obras Subterrâneas, às Obras Ferroviárias e às Obras Marítimas.

O crescimento sustentado ao longo de décadas na Construção, permitiu que o Grupo fosse desenvolvendo **outros Setores de Atividade** fruto de oportunidades de negócio que foi encontrando e sabendo dinamizar desde os anos setenta, tais como as Concessões e Serviços (desde 1984), da Imobiliária (desde 1973), da Hotelaria (desde 1992), da Distribuição (desde 1996) e do Automóvel (desde 1991). Embora em 2016 ainda tenha atuado no setor da Energia – onde operava desde 1996 – a Teixeira Duarte alienou, já no primeiro trimestre de 2017, a participação que detinha na entidade através da qual mantinha atividade neste setor.

Com um consolidado processo de internacionalização, há muito que a Teixeira Duarte atua noutros mercados que ainda hoje são importantes nas suas operações, tais como a Venezuela (desde 1978), Angola (desde 1979), Moçambique (desde 1982), Espanha (desde 2003), Argélia (desde 2005) e Brasil (desde 2006), aos quais hoje se juntam também a França, a Bélgica, o Reino Unido, os Estados Unidos da América, a Colômbia e o Peru, Marrocos e a África do Sul, a China, o Qatar e o Dubai.

A "**Teixeira Duarte, S.A.**" é uma sociedade aberta, com sede no "Lagoas Park", Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, em Oeiras, com o capital integralmente subscrito e realizado de 210.000.000,00€, com o número único de pessoa coletiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 509.234.526 e é a **sociedade de topo** que lidera um Grupo económico que está **cotado na Euronext Lisbon** desde 1998 e com **base acionista maioritária da família Teixeira Duarte**.

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS	4
ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE	6
GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2016	8
SÍNTESE DE INDICADORES	10
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2016	11
I. INTRODUÇÃO	12
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	13
III. APRECIACÃO GLOBAL	15
IV. ANÁLISE SETORIAL	29
IV.1. CONSTRUÇÃO	29
IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS	69
IV.3. IMOBILIÁRIA	80
IV.4. HOTELARIA	85
IV.5. DISTRIBUIÇÃO	87
IV.6. ENERGIA	90
IV.7. AUTOMÓVEL	92
V. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	95
VI. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA	96
VII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES	97
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	98
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	99
RELATÓRIO SOBRE GOVERNO DA SOCIEDADE 2016	101
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 2016	165
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2016	193
RELATÓRIOS, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 2016	269

Teixeira Duarte, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo
	Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo
Vogais	Dr. Mateus Moreira
	Miguel Carmo Pereira Coutinho
Suplente	Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Dr. António Golçalves Monteiro - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário	Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos Alves Torgo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º João José de Gouveia Capelão
	Eng.º Fernando Paulo Baptista Gomes de Araújo
	Eng.º Pedro Miguel Pinho Plácido
	Eng.º Rogério Esteves da Fonseca
	Eng.º Fernando Frias Correia

FISCAL ÚNICO

Efetivo	Moore Stephens & Associados, SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Gonçalves Monteiro - ROC
Suplente	Dr.ª Ana Patrícia Correia Monteiro - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino

Mercados

Portugal

Brasil

Angola

▪ **Delegação**
Eng.º Diogo Rebelo
Dr. Manuel Lopes

Argélia

▪ **Delegação**
Eng.º Ricardo Acabado

Espanha

▪ **Delegação**
Eng.º António Carlos Teixeira Duarte

Moçambique

▪ **Delegação**
Eng.º Carlos Timóteo

Venezuela

▪ **Delegação**
Eng.º Luís Alves

África do Sul

Bélgica

China

Colômbia

Emirados Árabes Unidos

Estados Unidos da América

França

Marrocos

Perú

Qatar

Reino Unido

Centro Corporativo

Direções Centrais

Jurídicos

Dr.ª Maria António Ambrósio

Recursos Humanos

Dr.ª Isabel Amador

Informática

Dr. José Gaspar

Finanças e Contabilidade

Dr. Martins Rovisco
Dr. Sérgio Castro

Serviços Corporativos

Secretaria Corporativa

Dr. José Pedro Cobra Ferreira

Consolidação de Contas

Dr. Alexandre de Jesus

Auditoria Interna

Dr. Mário Ferreira Faria

Setores de Atividade

Construção

Áreas de Atuação

Geotecnia e Reabilitação

Eng.º Magalhães Gonçalves

– Centros de Exploração –

Eng.º Hélder Matos
Eng.º João Pedro Lopes
Eng.º Duarte Nobre
Eng.º António Diniz

– Direção de Projetos –

Eng.º Baldomiro Xavier

Edificações

– Centros de Exploração –

Eng.º Pedro Costa
Eng.º Fernando Martins
Eng.º Luís Santos
Eng.º Luís Mendonça
Eng.º Carlos Guedes

– Direção de Estudos –

Eng.º Garcia Fernandes
Eng.º Pedro Nunes

Infraestruturas

– Centros de Exploração –

Eng.º Sampayo Ramos
Eng.º Rosa Saraiva
Eng.º Correia Leal
Eng.º Júlio Filho
Eng.º Amílcar Teresinho

– Direção de Estudos –

Eng.º João Torrado

Metalomecânica

Eng.º Henrique Nicolau

Obras Subterrâneas

Eng.º Dias de Carvalho
Eng.º Carlos Russo

Obras Ferroviárias

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Paulo Serradas

Obras Marítimas

Eng.º Magalhães Gonçalves

Estruturas Centrais de Apoio

Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço

Eng.º Marques dos Santos

Direção Central de Equipamento

Eng.º Rodrigo Ouro

Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia

Eng.º Ivo Rosa

Direção Central de Aprovisionamentos

Eng.ª Rosa Almeida

Serviço de Propostas

Dr.ª Maria António Ambrósio

Concessões e Serviços

– Facilities Management –

Eng.º Rogério Fonseca
Eng.º Rodolfo Valentim
Eng.ª Mariana Coimbra

– Ambiente –

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Luís Carreira

Imobiliária

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Alfredo Silva
Eng.º Guilherme Silva

Hotelaria

Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte
Eng.º Luís Vicente

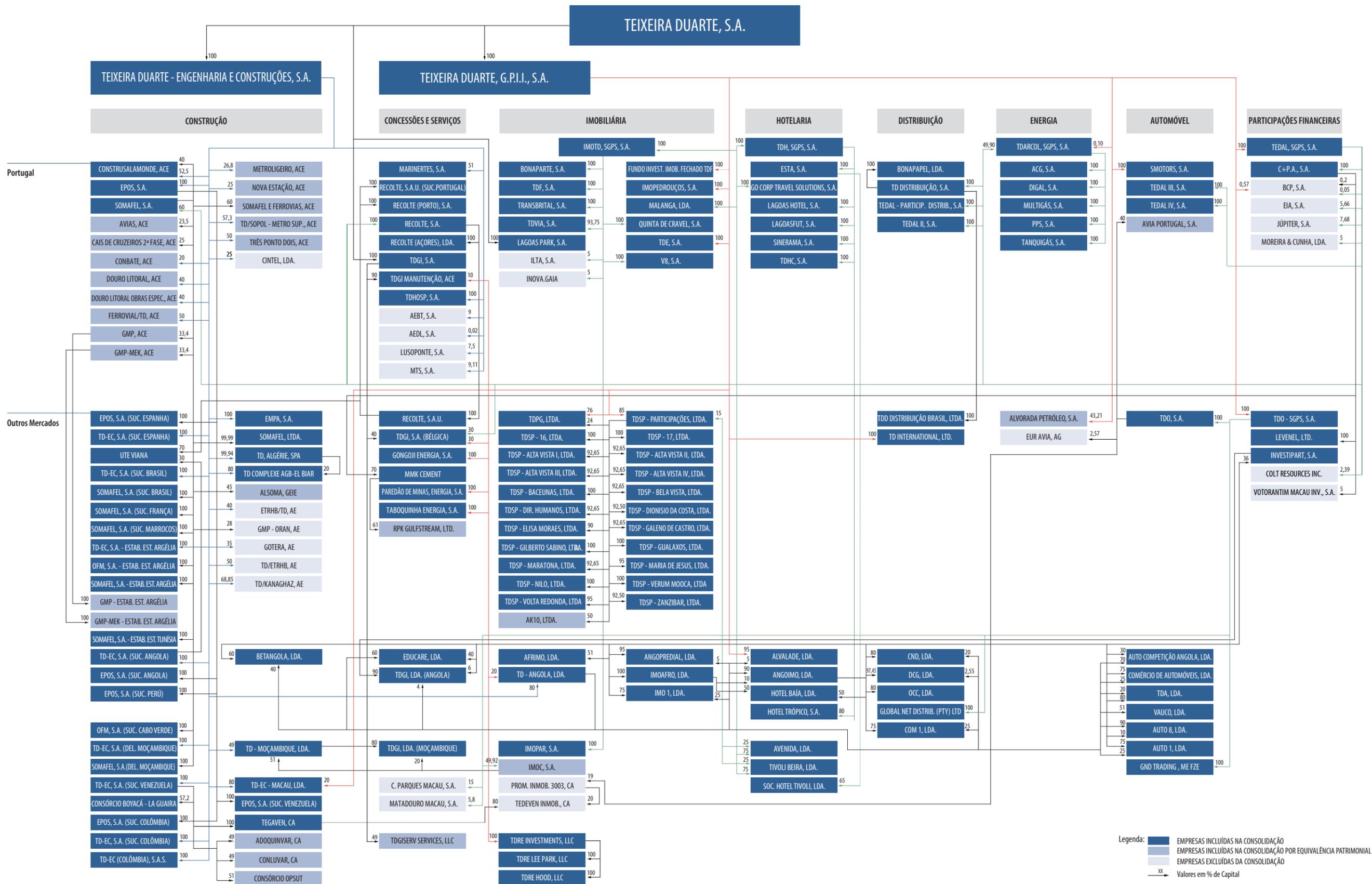
Distribuição

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Hugo Santos

Automóvel

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Pedro Medo

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2016



Legenda:
 ■ EMPRESAS INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO
 ■ EMPRESAS INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
 ■ EMPRESAS EXCLuíDAS DA CONSOLIDAÇÃO
 xx - Valores em % de Capital

Síntese de Indicadores

Notas:
Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros.

Os valores da coluna "Variação 2016/2015 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.

	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015 %
Número médio de trabalhadores	10.853	12.011	13.261	13.359	11.271	(15,6%)
Volume de Negócios	1.383	1.581	1.680	1.412	1.115	(21,0%)
Proveitos Operacionais	1.440	1.630	1.716	1.492	1.230	(17,5%)
EBITDA	209	214	240	214	266	24,4%
Margem EBITDA / Volume de Negócios	15,1%	13,5%	14,3%	15,1%	23,8%	57,4%
EBIT	143	114	197	125	191	52,8%
Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital	24	64	70	34	20	(40,1%)
Endividamento Líquido	990	1.176	1.293	1.147	1.133	(1,2%)
Total do Capital Próprio Atribuível a Detentores de Capital	252	325	458	468	396	(15,4%)
Total do Capital Próprio	326	361	485	518	445	(14,2%)
Total do Ativo Líquido	2.767	2.779	2.954	2.862	2.540	(11,2%)

Relatório de Gestão do Conselho de Administração **2016**



I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2016.

O presente Relatório analisará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no quadro do "Grupo Teixeira Duarte - 2016" constante nas folhas preliminares, e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico dos principais mercados em que a Teixeira Duarte opera, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados relativos a matérias transversais e integradas no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2016, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção.

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o ano de 2017 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Apresentam-se aqui algumas notas breves sobre o enquadramento económico verificado em 2016 nos principais mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte.

PORTUGAL

A Teixeira Duarte atuou, em 2016, em Portugal, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição, Energia e Automóvel.

Durante o exercício em análise, a economia portuguesa manteve os sinais de recuperação moderada dos últimos anos, nomeadamente pelo aumento de 1,4% em volume no Produto Interno Bruto (PIB), tendo atingido cerca de 185 mil milhões de euros em termos nominais.

Em termos de desemprego, a taxa média anual baixou dos 12,4% registados em 2015, para 11,1% em 2016, mantendo a tendência decrescente deste indicador, que já havia iniciado em 2014.

ANGOLA

A Teixeira Duarte atuou, em 2016, em Angola, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

O ano de 2016 continuou marcado pelo baixo preço do barril de petróleo, embora com um registo de recuperação durante a segunda metade do ano, continuando a afetar negativamente as economias dos países produtores desta matéria-prima.

Neste enquadramento, estima-se que o PIB em Angola tenha crescido 1% em 2016.

Apesar da subida do preço do barril de petróleo para o patamar dos 55 dólares, perspetiva-se que em 2017 Angola continue o movimento de ajustamento da economia, sendo de realçar a estratégia determinada de diversificação económica para outros setores de atividade, promovendo assim a contínua redução da dependência do sector petrolífero.

ARGÉLIA

Em 2016, a Teixeira Duarte operou, na Argélia, no setor da Construção.

A queda do petróleo desde o 2º semestre de 2014, teve como consequência uma contração das exportações do país, bem como no seu crescimento. Em 2016, o setor do petróleo e do gás, continuou ainda assim, a representar 93 % das exportações, 27 % do PIB e 38% das receitas fiscais do estado.

Segundo o FMI, o crescimento da economia argelina em 2016 situou-se em 3,6%, continuando também a registar um nível residual de endividamento externo (2,7% do PIB).

A taxa de inflação sofreu em 2016 um aumento (6,4%), em linha com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e fruto da desvalorização da moeda local, com o consequente aumento dos preços dos produtos importados, prevendo-se para 2017 uma taxa de inflação de 4,8%.

Apesar da queda prolongada dos preços do petróleo, as projeções para 2017 apontam para uma taxa de crescimento de cerca de 3,9%, suportada não só pelo setor da energia, mas também pelo dinamismo das restantes atividades económicas, particularmente o setor dos serviços e da construção, bem como o aumento do consumo interno. Com efeito, a diversificação da economia, a modernização e o desenvolvimento das infraestruturas, o investimento e a criação de emprego continuam a ser as grandes prioridades da política de desenvolvimento do país.

BRASIL

Em 2016, a Teixeira Duarte atuou no Brasil nos setores de Construção, Concessão e Serviços, Imobiliária e Distribuição.

Devido à situação da economia e às incertezas políticas brasileiras, o ano de 2016 foi marcado pela continuação de um cenário de recessão, tendo-se contudo registado uma inflexão nos mercados financeiros, gerando uma forte valorização do Real face ao Dólar o que contribuiu para a descida gradual da inflação ao longo do ano. Com um Dólar forte, a balança comercial fechou 2016 com o maior *superavit* desde 1980 (48 Bi R\$).

Alguns indicadores fazem antever uma melhoria da economia para 2017 e 2018: a taxa de inflação diminuiu significativamente, tendo-se fixado em 6,2%, dando lugar ao início de um processo de descida da taxa de juros básica (SELIC), tendo atingido 13,75% no fim de 2016; e o índice de confiança dos empresários e consumidores subiu consistentemente ao longo de 2016.

ESPANHA

No ano em apreciação o Grupo Teixeira Duarte atuou em Espanha nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária.

O PIB a preços correntes registou o volume de 1.113.851 milhões de euros, que representa um crescimento de 3,2% em relação a 2015, confirmando-se assim que 2016 foi mais um ano de recuperação económica neste país.

A economia espanhola deve continuar a registar uma recuperação forte, ainda que de menor intensidade que em anos anteriores, que em parte se explica por uma desaceleração da procura interna.

MOÇAMBIQUE

Em 2016, a Teixeira Duarte atuou em Moçambique, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Hotelaria.

Moçambique enfrenta desafios a curto-médio prazo, mais evidentes face ao abrandamento do crescimento económico, à depreciação do metical face ao dólar, aos valores registados da taxa de inflação, bem como à tendência das notações de *rating* e à interrupção de muitos dos donativos internacionais.

Com efeito, o crescimento económico evidencia uma tendência de abrandamento da atividade, ao que acrescem as condições climatéricas adversas, que afetaram a produção agrícola, bem como a tensão político-militar que penalizou a dinâmica da atividade económica, nomeadamente no que diz respeito à restrição na circulação de pessoas, bens e de serviços.

Neste enquadramento, estima-se que em 2016 o PIB terá crescido cerca de 3,3% e a taxa média de inflação ter-se-á fixado nos 26%.

As perspetivas de médio/longo prazo mantêm-se favoráveis, tendo em conta as expectativas relativas ao desenvolvimento dos projetos do *Oil & Gas*, bem como o elevado potencial agrícola e a riqueza existente ao nível de outros recursos naturais, que permitem ao FMI antecipar crescimentos a rondar os 7% já a partir de 2017.

VENEZUELA

No mercado venezuelano durante o ano de 2016 a Teixeira Duarte operou no setor da Construção, procurando manter ativos os projetos em carteira na área de infraestruturas e negociando com o Governo e com a empresa pública "Bolivariana de Puertos (BOLIPEURTOS), S.A." a entrada no setor da operação portuária através da realização de uma Aliança Estratégica para a operação do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, a qual se veio a concretizar já no decorrer do mês de Janeiro de 2017.

Em 2016, o preço do petróleo nos mercados internacionais continuou em baixa afetando de maneira importante uma economia que concentra 96% das suas exportações nesta *commodity*.

Assim, no ano em apreço, o PIB continuou a sua contração (10% é a estimativa do Banco Mundial) não sendo o setor da construção uma exceção aos restantes sectores de atividade. Embora o ambiente económico e financeiro não tenha sido o mais favorável, implementou-se uma política de subida dos salários mínimos e dos subsídios de alimentação, que no ano 2016 quase atingiu os 500%, conseguindo desta forma mitigar o impacto da elevada inflação junto dos extratos mais desfavorecidos do tecido social venezuelano.

Apesar da grave crise económica e financeira, a Venezuela não abdicou de prosseguir a aposta nos investimentos na área social, mantendo-se uma das imagens de marca dos últimos 18 anos.

De maneira complementar, foi possível verificar a firme intenção das entidades oficiais em restabelecer a confiança do sector privado, promovendo uma melhoria do clima para os investimentos público/privados, tendo como principal objetivo fortalecer outros sectores que possam contribuir, para o crescimento da economia a longo prazo e para a diversificação das exportações, procurando reduzir a grande vulnerabilidade que as flutuações do preço do petróleo introduzem em toda a economia do país.

III. APRECIÇÃO GLOBAL

– APRECIÇÃO FINANCEIRA

Os elementos financeiros agora analisados são consolidados e, como tal, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

	2016	2015	Var (%)
Proveitos operacionais	1.230.189	1.491.743	(17,5%)
Custos operacionais	(964.291)	(1.277.943)	(24,5%)
EBITDA	265.898	213.800	24,4%
Amortizações e depreciações	(69.458)	(76.256)	(8,9%)
Provisões e perdas por imparidade	(5.616)	(12.638)	(55,6%)
EBIT	190.824	124.906	52,8%
Resultados financeiros	(126.899)	(72.601)	74,8%
Resultados antes de impostos	63.925	52.305	22,2%
Imposto sobre o rendimento	(30.411)	(11.896)	155,6%
Resultado líquido	33.514	40.409	(17,1%)
Atribuível a:			
Detentores de capital	20.147	33.653	(40,1%)
Interesses não controlados	13.367	6.756	97,9%

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de euros)

Os **Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital** foram positivos em 20.147 milhares de euros, os quais traduzem uma descida em relação ao exercício de 2015, tendo para tal contribuído alguns fatores distintos que cremos importantes referir.

Com efeito, para além do desempenho das empresas do Grupo face ao período homólogo, este indicador foi influenciado pela variação das diferenças de câmbio de 51.715 milhares de euros, as quais em 2016 foram negativas no valor de 41.212 milhares de euros, quando em 2015 haviam sido positivas em 10.503 milhares de euros.

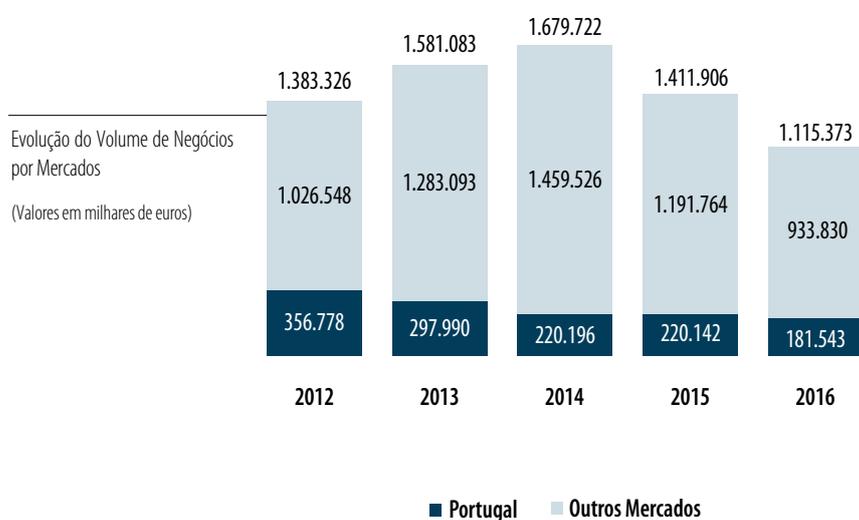
O impacto, líquido de impostos diferidos, da perda por imparidade na participação no "Banco Comercial Português, S.A." em 2016 foi de 15.634 milhares de euros enquanto em 2015 a perda na mesma participada fora de 8.104 milhares de euros.

De referir ainda, o impacto por constituição de provisões para outros riscos, nomeadamente riscos de mercado onde o Grupo atua, que em 2016 foram de 8.613 milhares de euros, enquanto que em 2015 haviam sido de 6.650 milhares de euros.

Os resultados de 2015 ainda foram influenciados pelo impacto da perda por imparidade, de 7.806 milhares de euros, da participada "C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A."

O **Volume de Negócios** atingiu 1.115.373 milhares de euros, o que reflete uma diminuição 21% face ao exercício de 2015, ou seja, uma descida de 296.533 milhares de euros.

Os outros mercados, que já representavam 84,4% deste indicador no ano passado, desceram globalmente 21,6%, passando a representar 83,7% do total do Volume de Negócios do Grupo Teixeira Duarte.



Nos mapas *infra* constam o Volume de Negócios detalhado por países e por setores de atividade, sendo perceptível a exposição do Grupo a diferentes contextos económicos.

Volume de Negócios por Países
(Valores em milhares de euros)

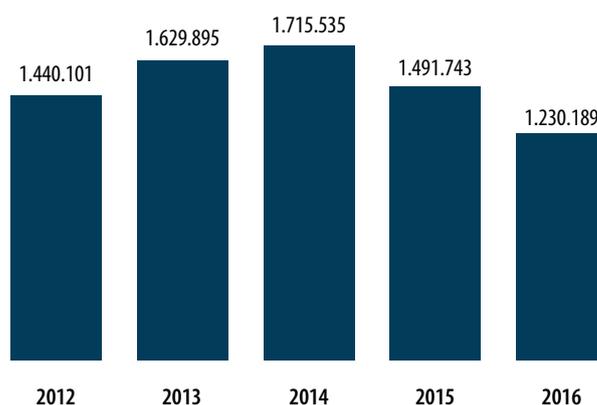
Países	2016		2015		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Portugal	181.543	16,3%	220.142	15,6%	(17,5%)
Angola	452.518	40,6%	682.364	48,3%	(33,7%)
Argélia	100.110	9,0%	98.138	7,0%	2,0%
Brasil	152.856	13,7%	144.090	10,2%	6,1%
Espanha	31.953	2,9%	40.076	2,8%	(20,3%)
Moçambique	128.952	11,6%	194.448	13,8%	(33,7%)
Venezuela	52.080	4,7%	26.510	1,9%	96,5%
Outros	15.361	1,4%	6.138	0,4%	150,3%
Total	1.115.373	100,0%	1.411.906	100,0%	(21,0%)

Setor de Atividade	2016		2015		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Construção	506.017	45,4%	656.580	46,5%	(22,9%)
Concessões e Serviços	113.089	10,1%	105.140	7,4%	7,6%
Imobiliária	98.815	8,9%	106.635	7,6%	(7,3%)
Hotelaria	51.084	4,6%	65.829	4,7%	(22,4%)
Distribuição	243.065	21,8%	291.322	20,6%	(16,6%)
Energia	16.837	1,5%	17.021	1,2%	(1,1%)
Automóvel	86.466	7,8%	169.379	12,0%	(49,0%)
Total	1.115.373	100,0%	1.411.906	100,0%	(21,0%)

Volume de Negócios por Setores de Atividade

(Valores em milhares de euros)

Os **proveitos operacionais** tiveram um decréscimo de 17,5% face ao período homólogo, atingindo o montante de 1.230.189 milhares de euros.



Evolução dos Proveitos Operacionais

(Valores em milhares de euros)

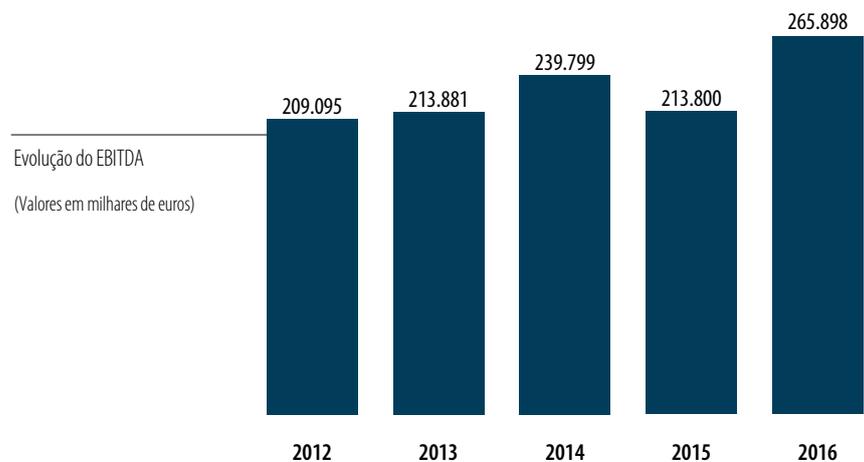
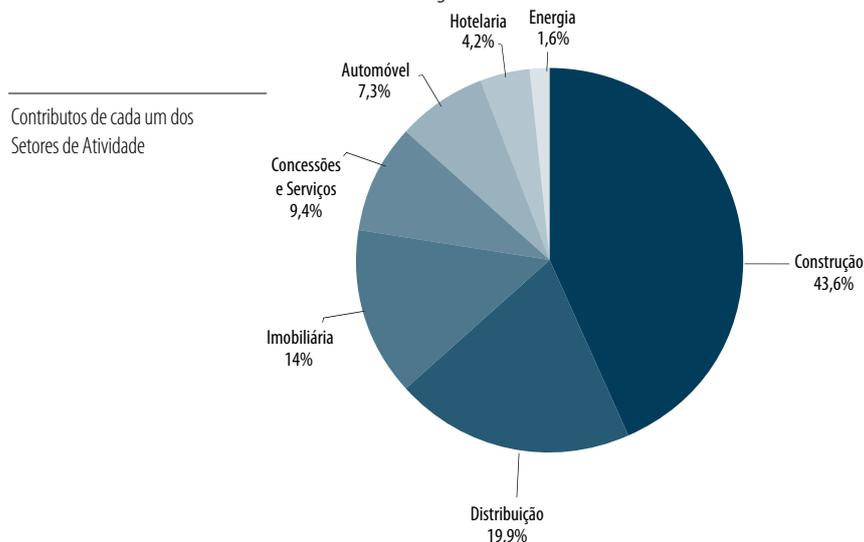
No quadro em baixo, consegue-se verificar as boas prestações nos setores das Concessões e Serviços e Imobiliária.

Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2016	2015	Var(%)	2016	2015	Var(%)	2016	2015	Var(%)
Construção	88.796	127.993	(30,6%)	447.250	552.985	(19,1%)	536.046	680.978	(21,3%)
Concessões e Serviços	41.019	38.341	7,0%	74.524	71.350	4,4%	115.543	109.691	5,3%
Imobiliária	79.292	49.711	59,5%	93.488	77.479	20,7%	172.780	127.190	35,8%
Hotelaria	9.502	20.199	(53,0%)	42.218	59.871	(29,5%)	51.720	80.070	(35,4%)
Distribuição	963	1.473	(34,6%)	243.916	300.963	(19,0%)	244.879	302.436	(19,0%)
Energia	19.004	17.622	7,8%	122	62	96,8%	19.126	17.684	8,2%
Automóvel	641	-	-	89.454	173.694	(48,5%)	90.095	173.694	(48,1%)
Total	239.217	255.339	(6,3%)	990.972	1.236.404	(19,9%)	1.230.189	1.491.743	(17,5%)

Proveitos Operacionais por atividade e mercados geográficos

(Valores em milhares de euros)

Face às evoluções assinaladas acima, os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais alcançados em 2016 foram os seguintes:



Em 31 de dezembro de 2016 o **EBITDA** atingiu o montante de 265.898 milhares de euros, aumentando no ano 24,4%, impulsionado pelos valores alcançados no quarto trimestre de 2016 no montante de 116.042 milhares de euros.

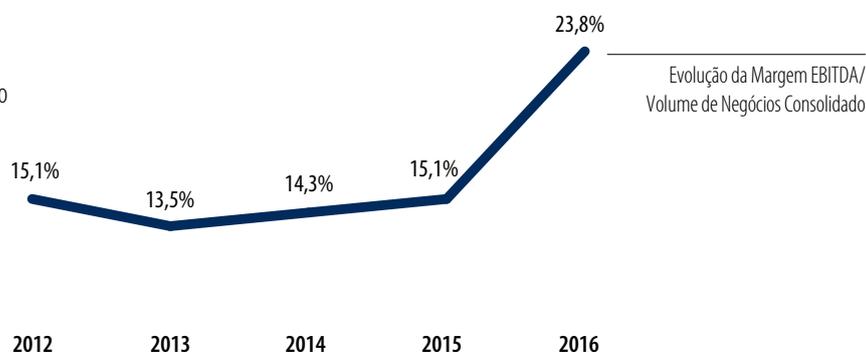
De referir que este indicador foi influenciado positivamente pelo registo do justo valor das propriedades de investimento de 61.211 milhares de euros - dos quais 57.838 milhares de euros foram apurados no quarto trimestre de 2016, por força do processo anual de avaliação, neste exercício e pela primeira vez, completamente realizado por avaliadores independentes -, bem como pelo registo de proveitos, no montante de 40.270 milhares de euros, resultantes de aceitação por parte do cliente de trabalhos anteriormente realizados na Venezuela.

Analisando este indicador por setores, verifica-se, no mapa que se segue, comportamentos muito díspares das diferentes áreas de negócio em função das características próprias de cada atividade e dos respetivos mercados de atuação.

EBITDA por Setores de Atividade
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	2016	2015	Var (%)
Construção	61.099	36.611	66,9%
Concessões e Serviços	18.662	17.930	4,1%
Imobiliária	106.191	63.375	67,6%
Hotelaria	9.191	28.378	(67,6%)
Distribuição	43.234	38.751	11,6%
Energia	4.025	3.188	26,3%
Automóvel	32.672	32.600	0,2%
Não afetos a segmentos	(8.956)	(7.083)	26,4%
Eliminações	(220)	50	-
Total	265.898	213.800	24,4%

A **Margem EBITDA / Volume de Negócios** registou um aumento face ao ano passado, passando de 15,1% para 23,8% em 2016.



Os **Resultados Financeiros** foram negativos em 126.899 milhares de euros em 2016, enquanto que em 2015 os resultados financeiros haviam sido negativos em 72.601 milhares de euros.

	2016	2015	Var (%)
Custos e perdas financeiros:	(295.643)	(372.483)	(20,6%)
Juros suportados	(83.488)	(94.277)	(11,4%)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(200.695)	(251.682)	(20,3%)
Outros custos e perdas financeiros	(11.460)	(26.524)	(56,8%)
Proveitos e ganhos financeiros:	179.020	282.755	(36,7%)
Juros obtidos	16.881	14.546	16,1%
Diferenças de câmbio favoráveis	159.483	262.185	(39,2%)
Descontos de pronto pagamento obtidos	50	245	(79,6%)
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.606	5.779	(54,9%)
Resultados relativos a atividades de investimento:	(10.276)	17.127	-
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	8.570	9.740	(12,0%)
Dividendos	1.652	1.013	63,1%
Outros investimentos	1.048	11.628	(91,0%)
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	(21.546)	(5.254)	310,1%
Resultados financeiros	(126.899)	(72.601)	74,8%

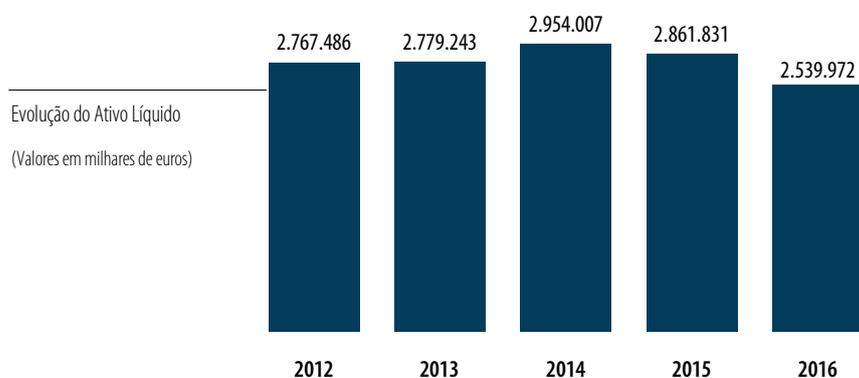
Estes resultados pioraram 54.298 milhares de euros face ao período homólogo de 2015, destacando-se o contributo das seguintes variações:

- Variação negativa de 51.715 milhares de euros, resultante do impacto das diferenças de câmbio, as quais em 2016 foram negativas no valor de 41.212 milhares de euros, quando em 2015 haviam sido positivas em 10.503 milhares de euros;
- Variação negativa de 16.293 milhares de euros, resultante do impacto negativo da perda por imparidade na participada "Banco Comercial Português, S.A." de 20.165 milhares de euros em 2016 e de 10.453 milhares de euros em 2015, bem como do impacto negativo da alienação de ações do "Banco Comercial Português, S.A." de 1.381 milhares de euros em 2016, enquanto que, em 2015 se havia registado um impacto positivo da alienação da participação do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." de 5.200 milhares de euros;
- Variação negativa dos outros investimentos em 10.580 milhares de euros, por força da alienação de participações financeiras em sociedades não cotadas valorizadas ao custo nas contas do Grupo;
- Variação positiva resultante do decréscimo de 10.789 milhares de euros de juros suportados;
- Variação positiva resultante do decréscimo de 15.064 milhares de euros de outros custos financeiros.

O **Imposto sobre o Rendimento** atingiu em 2016 o montante de 30.411 milhares de euros, enquanto que no período homólogo se havia fixado em 11.896 milhares de euros.

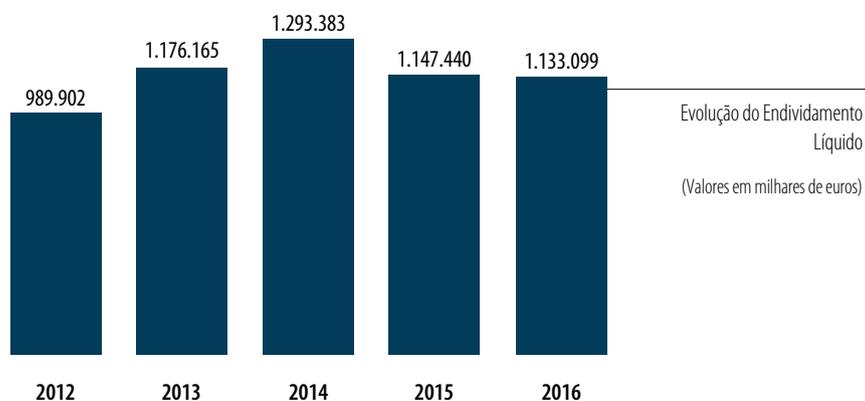
	2016	2015	Var (%)
Imposto sobre o Rendimento			
(Valores em milhares de euros)			
Imposto corrente	(40.339)	(33.576)	20,1%
Imposto diferido	9.928	21.680	(54,2%)
	(30.411)	(11.896)	155,6%

	2016	2015	Var (%)
Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015			
(Valores em milhares de euros)			
Ativo			
Ativos não Correntes	1.418.027	1.546.498	(8,3%)
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	180.908	252.693	(28,4%)
Outros Ativos Correntes	902.260	1.040.068	(13,2%)
Detidos para venda	38.777	22.572	71,8%
Total do Ativo	2.539.972	2.861.831	(11,2%)
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	395.769	467.927	(15,4%)
Interesses não Controlados	49.041	50.290	(2,5%)
Total Capital Próprio	444.810	518.217	(14,2%)
Passivo			
Empréstimos	1.314.007	1.400.133	(6,2%)
Provisões	43.500	52.441	(17,0%)
Outros Passivos	713.293	891.040	(19,9%)
Detidos para venda	24.362	-	-
Total Passivo	2.095.162	2.343.614	(10,6%)
Total Passivo e Capital Próprio	2.539.972	2.861.831	(11,2%)



O **Total do Ativo Líquido** desceu 11,2% em relação a 31 de dezembro de 2015, tendo-se fixado em 2.539.972 milhares de euros.

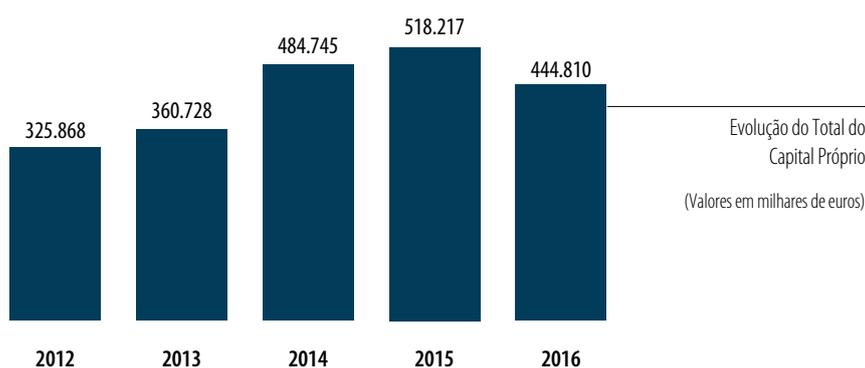
O **Endividamento Líquido** desceu 14.341 milhares de euros em relação ao final do ano passado, tendo-se fixado, a 31 de dezembro de 2016, em 1.133.099 milhares de euros.



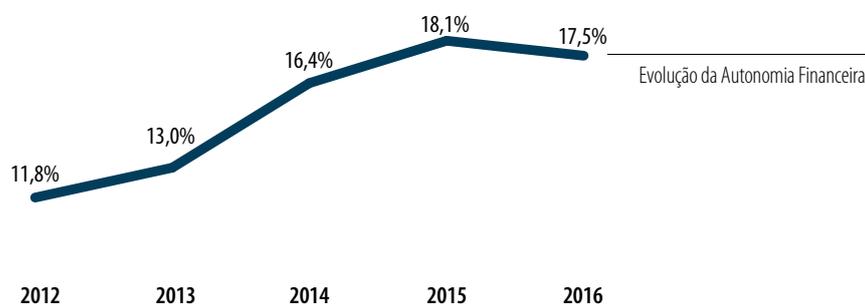
O **Capital Próprio Atribuível a Acionistas** diminuiu 72.158 milhares de euros, passando de 467.927 milhares de euros para 395.769 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de 15,4% em relação a 31 de dezembro de 2015.

O **Total do Capital Próprio** registou uma quebra de 14,2%, tendo-se fixado em 444.810 milhares de euros, influenciado, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Resultado líquido positivo de 33.514 milhares de euros;
- Efeito negativo de 98.857 milhares de euros, resultante da conversão cambial registada em função da desvalorização das divisas em que o Grupo opera face ao Euro;
- Efeito negativo de 7.477 milhares de euros, resultante de ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos;
- Distribuição de dividendos de 1.680 milhares de euros.



A **Autonomia Financeira** passou de 18,1% em 31 de dezembro de 2015 para 17,5% em 31 de dezembro de 2016.



– APRECIÇÃO ORGANIZACIONAL

Entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores de atividade e mercados, a colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma apresentado no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no "Relatório sobre o Governo da Sociedade" anexo, reportado à situação da sociedade e do Grupo em 31 de dezembro de 2016, refere-se que hoje as Estruturas Operacionais do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

Desde 2015, que a Teixeira Duarte tem um "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", através do qual se pretendeu consagrar, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da Empresa com as partes relacionadas, constituindo tal documento um reforço e desenvolvimento da Missão e dos Valores da Teixeira Duarte e, em simultâneo uma resposta ao facto de os mercados em que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operam e as diversas entidades multinacionais com que lidam numa economia cada vez mais globalizada, virem reclamando a existência de um documento que reflita os princípios éticos das empresas.

O documento aprovado e divulgado a todos os colaboradores é extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e o seu cumprimento é obrigatório por todos os respetivos colaboradores.

A "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC), como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve atualmente a sua atividade em diferentes Áreas de Atuação, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Centros de Exploração e Direções, dispondo também de um conjunto de Estruturas Centrais de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, do Equipamento e de Propostas.

Ainda no âmbito das estruturas da TD-EC existem outras duas Direções Centrais que embora mais focadas para a atividade da Construção, apoiam também outros setores do Grupo: A Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia e a Direção Central de Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, existe um conjunto de Direções Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado Centro Corporativo, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

De entre estas equipas – que se encontram também identificadas no Organograma reportado a esta data e apresentado no início deste Relatório – destacar-se-ão de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2016, começando-se pelas duas referidas estruturas integradas na TD-EC e só depois então pelas incorporadas no mencionado Centro Corporativo.

A **Direção Central dos Sistemas de Gestão e Tecnologia** manteve a sua atividade de apoio aos processos de obtenção, acompanhamento e renovação das certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do Grupo e do Processo de Controlo Interno de Produção da TD-EC. Destaca-se a extensão das certificações dos sistemas de gestão da Segurança (OHSAS 18001), da Qualidade (ISO 9001) e do Ambiente (ISO 14001) para o mercado argelino na TD-EC e na "SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." (SOMAFEL), a transição da certificação do sistema de gestão da responsabilidade social de acordo com o novo referencial SA8000:2014 na TD-EC e na "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (RECOLTE) e a realização conjunta das auditorias de terceira parte das empresas detentoras dos principais referenciais de sistemas de gestão e sediadas em Portugal.

Foi dada continuidade ao processo de harmonização dos sistemas de gestão entre as diversas empresas do Grupo, à realização das auditorias internas na modalidade interempresas e ao apoio às diversas áreas comerciais e de produção, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, nomeadamente para Angola, Argélia, Brasil e Moçambique.

Atenta à crescente importância das redes de conhecimento no desenvolvimento das atividades de IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) nomeadamente no domínio da indústria da construção, manteve-se o apoio dado às estruturas produtivas da Teixeira Duarte, na sua integração e participação nas comissões e grupos de trabalho das sociedades científicas e plataformas tecnológicas, em estreita colaboração com as universidades e laboratórios nacionais e alargando estas parcerias a consórcios estrangeiros.

De realçar neste domínio:

- A participação em diversas iniciativas da "Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção" (PTPC), nomeadamente na apresentação da candidatura desta plataforma como entidade gestora do Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção;
- A participação no programa COST ACTION TU1404 "*Towards the next generation of standards for service life of cement-based materials and structures*" integrando entidades científicas e industriais de quase 20 países e tendo como objetivo principal desenvolver novas gerações de recomendações e guias para a previsão e para avaliação da vida útil dos materiais e de estruturas de base cimentícia, na Europa.

No âmbito das atividades de normalização, a TD-EC participa na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 – Geotecnia em Engenharia Civil e preside a subcomissão SC10, órgão técnico que visa a emissão de pareceres normativos e tradução de normas europeias da CEN no domínio de Ensaios de Estruturas Geotécnicas e Execução de Obras Geotécnicas Especiais. Integra ainda o WG3 da Comissão técnica TC182 da ISO, grupo de trabalho responsável pela elaboração da versão DIS da norma ISO 22477-5 *Geotechnical investigation and testing – Testing of geotechnical structures – Part 5: Testing of grouted anchors*.

Destaque ainda para a implementação do BIM (Building Information Modeling) no Setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte. O BIM constitui uma abordagem inovadora ao planeamento, dimensionamento, construção, operação e manutenção das construções no âmbito da Arquitetura, Engenharia e Construção, que tem sido uma tendência generalizada e uma exigência crescente de Donos de Obra, particularmente em mercados internacionais.

Em 2016 deu-se início a um projeto interno, envolvendo colaboradores provenientes de vários sectores da Empresa, coordenados por uma equipa da Direção de Projetos e promoveu-se uma colaboração ativa com a obra do Hospital da Luz – Clínica de Oeiras, que se focou especialmente na deteção de erros e omissões e antecipação de incompatibilidades. O projeto teve a duração de 4 meses e foi concluído já em fevereiro de 2017, superando os objetivos definidos.

O modelo organizacional de implementação do BIM no Grupo Teixeira Duarte assentará numa equipa de apoio central, disponível para orientação, formação e implementação de planos de ação, seleção do *software* e *hardware* mais apropriados a cada Área de Atuação ou Empresa do Grupo interessada, que definirá a sua linha de orientação na implementação deste processo.

O **Laboratório de Materiais** foi integrado na Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia diretamente ligado ao Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. Está acreditado desde 1996 pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) e encontra-se instalado no "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo.

No decorrer do ano em análise, realizaram-se vários estudos de composição de caldas de injeção para a Empreitada de Reabilitação da Bacia 7E do Aproveitamento Hidroelétrico de Crestuma-Lever e para a obra Taludes A1 Fátima/Leiria.

Foi dado apoio técnico em obra no acompanhamento das amassaduras experimentais do betão e na realização de diversos ensaios de durabilidade ao betão a aplicar na obra Reabilitação dos Pilares da Ponte Vasco da Gama.

O Laboratório de Materiais colaborou com o Departamento Técnico Comercial na elaboração de orçamentos na área dos agregados e betões para efeito de concursos para a IBERDROLA – Projeto Tãmega, Etar de Khroub na Argélia, COMPERJ e Ponte Araguaia no Brasil.

No âmbito de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, foram realizados os seguintes trabalhos:

- Ensaios ao betão no estado fresco e endurecido na fase inicial experimental do programa interlaboratorial RRT+, no âmbito do projeto COST ACTION TU1404 "*Towards the next generation of standards for service life of cement-based materials and structures*";
- Ensaios de controlo da segregação e exsudação, trabalhabilidade e fluidez em várias composições de betões com referência aos requisitos referidos na norma para o projeto de Estacas moldadas "*in situ*" com utilização do tubo "*tremie*". Avaliação da influência da composição do betão nos resultados das operações de betonagem – Betão submerso.

A **Direção Central de Aprovisionamentos** prosseguiu o desenvolvimento da sua atuação para empresas do Grupo Teixeira Duarte que operam nas várias geografias, nas seguintes áreas:

- Procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo como principais objetivos o estabelecimento de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala em aquisições de bens e serviços;
- Gestão logística e de transportes de mercadorias por via aérea, marítima e terrestre, nas vertentes de importação e de exportação, incluindo operações triangulares.

O exercício da sua atividade em **Portugal** procurou dar continuidade à sua natureza corporativa nas áreas das Compras e Logística no sentido de proporcionar níveis acrescidos dos rácios de eficiência e assegurar uma capacidade de resposta adequada em termos de qualidade e prazos. Neste contexto, assume particular relevância a manutenção e incorporação de parceiros de negócio com condições preferenciais de mercado, que permitam atingir níveis competitivos com valor acrescentado ao longo de toda a cadeia de abastecimento (*Supply Chain*).

A análise sistemática dos indicadores chave de desempenho – KPI's – relevantes para a monitorização da atividade nas suas diversas vertentes, foi efetuada de modo a possibilitar uma definição atempada de medidas preventivas e corretivas, no sentido de se alcançarem os objetivos definidos.

Na área das Compras, os desafios impostos pela conjuntura financeira do Grupo, vieram reforçar a necessidade de consolidação das Parcerias existentes e de identificação de soluções técnicas inovadoras e/ou mais económicas.

Na área da Logística, verificou-se um aumento significativo das solicitações de cotações que incluíssem os custos integrados de toda a cadeia logística, nomeadamente custos de exportação, de transporte e de importação, com o objetivo de se constituir como um instrumento auxiliar de suporte à decisão, quer no que diz respeito à escolha da via de transporte (aérea, terrestre ou marítima), quer no que refere à avaliação da melhor solução de compra: local versus importação – sempre numa ótica de redução contínua de custos mantendo os níveis de qualidade de serviço.

O desenvolvimento contínuo de ferramentas informáticas que permitam simplificar e agilizar os processos operacionais, tem-se revelado de capital importância para o aumento da eficácia das áreas das Compras e Logística.

Foi igualmente dada continuidade ao processo de reestruturação e redimensionamento da estrutura de recursos humanos desta Direção, no sentido de melhor adequar a Equipa às necessidades e exigências dos clientes internos da Organização.

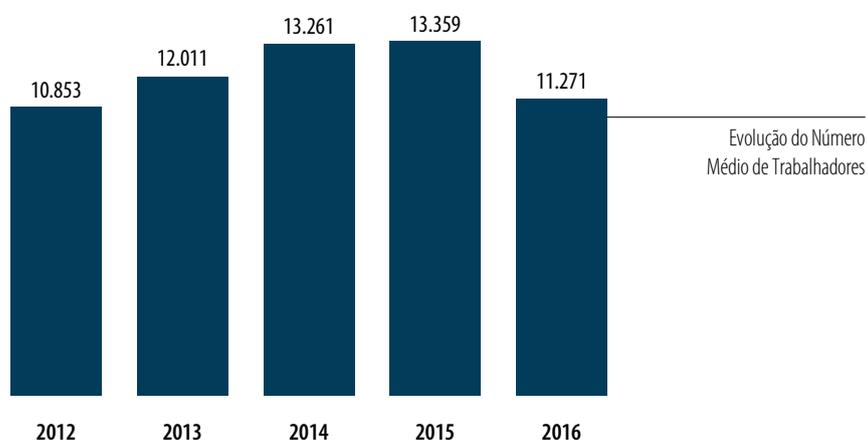
Na **Argélia**, a estratégia nas áreas das Compras e Logística, assentou na promoção da contínua mobilização internacional de colaboradores de modo a maximizar o potencial das equipas e adequar eficazmente a resposta às necessidades dos projetos em curso. Em simultâneo, foi dado seguimento ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na captação e desenvolvimento de quadros locais.

Foi ainda potenciado o envolvimento das diferentes áreas do negócio, na otimização dos processos e disponibilização de soluções que proporcionem níveis acrescidos de eficácia e que possam contribuir para o aumento do nível de satisfação do Cliente final. Procurou-se, igualmente, sistematizar a replicação de procedimentos utilizados pela estrutura central em Portugal, tendo em consideração a realidade do país e as suas características particulares, com o propósito de proporcionar uma uniformização de procedimentos de trabalho que potenciem maior eficiência e integração.

No âmbito de atuação da **Direção Central de Recursos Humanos**, refira-se que a Teixeira Duarte prossegue uma atuação de adequação do número de trabalhadores às atividades levadas a cabo nos diversos setores e mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

O número médio de trabalhadores registou uma diminuição de 15,6% face a 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o número de trabalhadores registou um decréscimo de 13,9%, menos 1.699 trabalhadores face a 2015, passando de 12.184 trabalhadores em 2015 para 10.485 em final de 2016. Esta redução de trabalhadores foi reflexo da diminuição das equipas da Construção, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição, Energia e Automóvel, sendo que os países que mais contribuíram para este decréscimo foram Angola e Brasil.



É indubitável que a qualificação dos colaboradores que a Teixeira Duarte promove e incentiva tem contribuído, ao longo da sua história, para o seu crescimento, desenvolvimento e adaptação às crescentes e diversas exigências de um mundo global e em constante mutação. Para o efeito, tem sido seguida uma política de qualificação profissional em que a formação interna tem assumido um papel de realce.

Em conformidade com a prática instituída, a promoção e o incentivo da qualificação dos nossos colaboradores estende-se aos mercados onde a Teixeira Duarte opera.

Globalmente, em 2016, na Teixeira Duarte realizaram-se atividades qualificantes que abrangeram 34.248 formandos e que totalizaram 147.252 horas de volume de formação registado.

Em **Portugal** foram desenvolvidas atividades qualificantes que abrangeram 9.752 formandos, totalizando 70.238 horas de volume de formação, sendo que 57.506 horas resultaram de formação interna *on job*, de atividades formativas em segurança, higiene e saúde do trabalho, línguas estrangeiras, informática, bem como de diversos domínios da engenharia civil.

Em 2016 foi dada continuidade ao desenvolvimento de programas específicos de qualificação de colaboradores, destacando-se nestes a certificação em *Project Management Professional*, assim como a obtenção do grau de mestre, em engenharia civil, conferido por prestigiadas universidades portuguesas.

Merece destaque a primeira atividade formativa em *Building Information Modeling (BIM)*, estando previstas réplicas no âmbito da formação interna.

Em **Angola**, o desenvolvimento das atividades conducentes à qualificação dos nossos colaboradores abrangeram 18.264 formandos e totalizaram um volume de formação de 52.119 horas, ressaltando daquelas a execução de ações internas de formação, quer em sala quer *on job*, tanto em áreas técnicas, como noutras, tais como: segurança, higiene e saúde do trabalho, línguas e comportamental, cujas prestações tiveram em linha de conta as especificidades dos setores em que o Grupo atua neste mercado.

A certificação de competências de novos formadores foi um contributo relevante para a elevação da qualidade e garantia técnico-pedagógica das formações ministradas por formadores internos, pelo que se assumiram como uma ferramenta essencial para a consecução dos objetivos formativos e profissionais delineados pela Teixeira Duarte.

Para a dinamização destas atividades, realça-se o papel do *Centro de Desenvolvimento Profissional* que, em continuidade com o efetuado em anos anteriores, congrega atividades e esforços do Grupo neste país, permitindo assim qualificar colaboradores através da oferta de condições muito favoráveis à aprendizagem, quer pela abrangência, quer pela dedicação e qualidade com que são promovidas. Neste contexto, sobressai igualmente a concretização do *Projeto Fazer Pescar*, o qual tem decorrido no âmbito da responsabilidade social e que, paralelamente, tem

permitido aos seus aderentes desenvolver competências humanas, sociais e profissionais; assim como, criar oportunidades a jovens com situações socioeconómicas fragilizadas, mormente na esfera da empregabilidade, pelo que se tem constituído como manifesto veículo para a melhoria das suas condições de vida, bem como das suas famílias.

Para além das referidas atividades, o *Centro de Desenvolvimento Profissional* tem continuado a acolher iniciativas de *assessment center*, promovidas pelos diferentes negócios da Teixeira Duarte, com o objetivo de avaliar conhecimentos, competências e perfis de candidatos a selecionar, contratar e a qualificar na perspetiva de evolução profissional na Teixeira Duarte.

Na **Argélia**, foram desenvolvidas atividades que abrangeram 2.911 formandos, que totalizaram 2.511 horas de volume de formação, destacando-se as atividades nos domínios do sistema integrado de gestão, segurança e higiene no trabalho e ambiente.

No **Brasil**, foram levadas a cabo atividades que abrangeram 456 colaboradores, totalizando 2.665 horas de volume de formação, essencialmente na área da segurança, higiene e saúde do trabalho.

Em **Espanha**, foram desenvolvidas atividades qualificantes que abrangeram 1.126 formandos, que totalizaram 7.736 horas de volume de formação, incluindo, entre outras, ações que se inseriram no domínio dos equipamentos, segurança, higiene e saúde do trabalho, ambiente, legislação e línguas.

Em **Moçambique**, foram ministradas ações de formação que abrangeram 1.739 formandos, num total de 11.983 horas de volume de formação, realçando-se o facto de 88% das atividades formativas levadas a cabo foram ministradas por colaboradores *on job* nas áreas comportamental, técnicas e segurança, higiene e saúde do trabalho.

Em 2016, o **Serviço de Medicina do Trabalho** manteve a prestação da sua atividade junto de 18 empresas do Grupo em Portugal, bem como o apoio aos serviços de saúde de Angola, Moçambique e Argélia.

O desenvolvimento da atividade foi orientado em dois eixos de ação:

- Vigilância da saúde dos trabalhadores, concretizada através da realização de 2.201 exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença;
- Promoção da saúde, concretizada através da realização de rastreios, ações de formação/educação em saúde, individual e em grupos. Estas ações foram desenvolvidas em diversas instalações do Grupo, em território nacional.

No âmbito e em execução da sua política de **Responsabilidade Social**, destaca-se a continuidade do programa "Todos Damos", aprovado pelo Conselho de Administração da TD,SA e extensível a todas as entidades e colaboradores do Grupo.

Fiel aos seus Valores a Teixeira Duarte sempre assumiu um papel atuante no que se refere ao bem-estar dos seus trabalhadores e das respetivas famílias, tendo vindo a entender dever focalizar as opções ao apoio a projetos sociais através de uma posição institucionalizada dirigida a organizações de solidariedade social e que envolva ela também os próprios colaboradores numa ação direta.

O programa Todos Damos é, assim, um corolário de outras iniciativas anteriores, consistindo no apoio a pessoas através do cofinanciamento por parte de Empresas do Grupo Teixeira Duarte a projetos ou instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores também queiram apoiar diretamente.

Com efeito, os colaboradores indicam uma instituição com intervenção social para a qual pretendem contribuir e a Teixeira Duarte disponibiliza uma comparticipação para as instituições decididas apoiar no valor de duas vezes a quantia que os colaboradores pretendam contribuir para com elas.

De acordo com o regulamento do programa, a TD,SA anuncia o orçamento disponibilizado para este efeito em cada ano, sendo que para 2016 este teve a quantia global afeta de 100.000,00€ (cem mil euros). Entre donativos de 20 colaboradores e donativos da Teixeira Duarte, foram reunidos 55.485,00€ (cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco euros), distribuídos por diversas instituições em Portugal e Angola.

Para o exercício já em curso, o orçamento disponibilizado mantém-se nos 100.000,00€ (cem mil euros), os quais poderão ser concedidos até 31 de dezembro de 2017, nos termos do programa em vigor.

Em 2016, a **Direção Central de Informática** procedeu à reorganização das suas estruturas no estrangeiro, ao redimensionamento das equipas em Angola e no Brasil, com redefinição das áreas de atuação, tendo como principal objetivo a maior eficiência dos processos de apoio à atividade do Grupo nos vários setores.

Em 2016 procedeu-se à implementação do ERP SAP em 17 novas empresas e à sua extensão a novas localizações, como a **Bélgica** e o **Dubai**. Para acompanhar as novas exigências legislativas e regulamentares e os requisitos internos na área dos Recursos Humanos, desenvolveram-se e implementaram-se novas ferramentas e introdução de melhorias, com destaque para a aplicação de gestão de admissões descentralizada, aplicação de gestão de alojamentos, alargamento do âmbito de cobertura do registo de ponto "Rponto" e da aplicação "BMAC" (Boletim Mensal de Ajudas de Custo) e introdução de profundas melhorias nos processos de Gestão de Pessoal no Brasil.

Na plataforma de Portal do Grupo Teixeira Duarte desenvolveram-se novas funcionalidades e aplicações, destacando-se a gestão de publicações técnicas, gestão do centro de cópias e sistema de documentação automóvel.

Para responder às necessidades de comunicação e partilha de informação em tempo real pelos utilizadores, foi desenvolvido e implementado um projeto de plataforma colaborativa integrada com o *email*, que ficou disponível para a generalidade das geografias em que a Teixeira Duarte opera.

No Data Center de Lagoas, foram introduzidas novas tecnologias de cópias de segurança, procedeu-se à centralização do serviço de partilha de ficheiros e foi melhorada a qualidade da monitorização dos sistemas para mitigação de risco.

Em **Angola**, redesenhou-se a arquitetura da rede de comunicações, implementou-se uma nova plataforma de segurança e preparou-se a migração para a nova plataforma de colaborativa. Na Argélia, procedeu-se à reorganização das redes, servidores e comunicações. No Brasil, iniciou-se o processo de integração estruturas existentes no modelo operacional da DCI.

A Teixeira Duarte prosseguiu em 2016 com a reorganização da sua **Direção Central de Finanças e Contabilidade** tendo concretizado uma significativa redução de estrutura e reforço das plataformas informáticas com o objetivo de otimizar e uniformizar processos em todas as geografias onde o grupo opera em ordem a aumentar a eficácia do controlo centralizado dos principais processos e registo de operações.

– APRECIÇÃO SOCIETÁRIA

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, realça-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2016, com especial destaque para o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2015, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

Assembleia Geral:

Na sequência da reunião da Assembleia Geral de 28 de maio de 2016, foram aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente a de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, a proposta de manutenção da situação existente de domínio total sobre as sociedades TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A. e a proposta de aquisição e alienação de ações próprias, também apresentada pelo Conselho de Administração.

Dividendos:

A Assembleia Geral aprovou a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, segundo a qual se propôs que os resultados líquidos individuais da TD,SA apurados no exercício de 2015, no montante de 24.978.306,33 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e seis euros e trinta e três cêntimos), tivessem a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal:	5.000.000,00 €
Para reforço das reservas livres:	18.298.306,33 €
Para dividendos aos acionistas:	1.680.000,00 €

Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.:

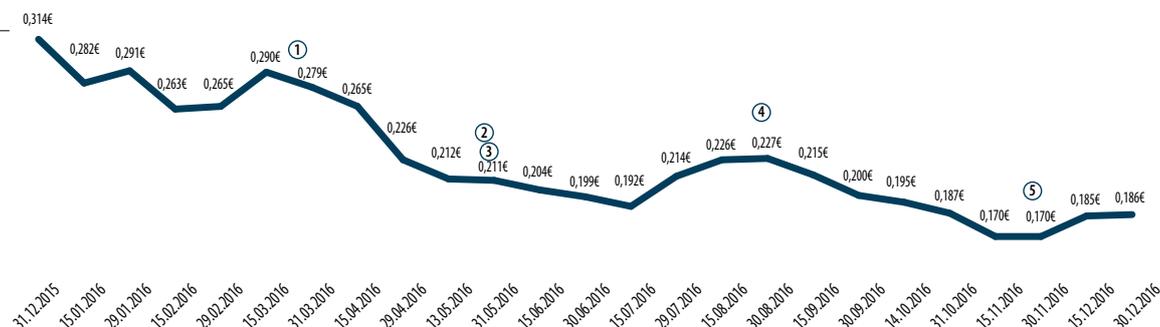
Durante o ano de 2016, as ações sofreram uma desvalorização de 40,8% baixando de 0,314€ em 31 de dezembro de 2015, para 0,186€ em 30 de dezembro de 2016.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 16.288.485 ações, com um volume de negócios no montante de 3.786.028,87€.

No gráfico *infra* verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2016:

Cotações Teixeira Duarte, S.A.

- 1 - Divulgação de Resultados referentes ao Exercício de 2015 - 23 de março de 2016
- 2 - Aprovação do Relatório e Contas Relativo ao exercício de 2015 - 28 de maio de 2016
- 3 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 1º Trimestre de 2016 - 30 de maio de 2016
- 4 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 1º Semestre de 2016 - 29 de agosto de 2016
- 5 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 3º Trimestre de 2016 - 28 de novembro de 2016



Em 31 de dezembro de 2016 a cotação era de 0,186€ e, na data de hoje, 26 de abril de 2017 é de 0,292€.

Operações Societárias:

Durante o exercício de 2016, a TD,SA constituiu, enquanto acionista única, uma sociedade comercial denominada LAGOAS PARK, S.A., tendo por objeto a promoção e realização de investimentos e de empreendimentos imobiliários, a gestão de imóveis próprios e a prestação de serviços nessas áreas de atividade, bem com a compra, comercialização e revenda de prédios adquiridos para esse fim.

Com essa operação, a TD,SA passou a deter diretamente 100% do capital social de quatro entidades: a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A. (estas três já eram diretamente detidas a 100% pela TD,SA,) e a LAGOAS PARK, S.A..

IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando, com suporte gráfico, o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2016, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.

IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a génese do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atua nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas, da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas, das Obras Ferroviárias e das Obras Marítimas, que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço, de uma Direção Central de Equipamentos, de um Serviço de Propostas, bem como de um "Polo Operacional Teixeira Duarte", instalado num terreno com uma área superior a 130.000m² e que constitui uma enorme valia adicional para a empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC) - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos, em particular na área das Infraestruturas.

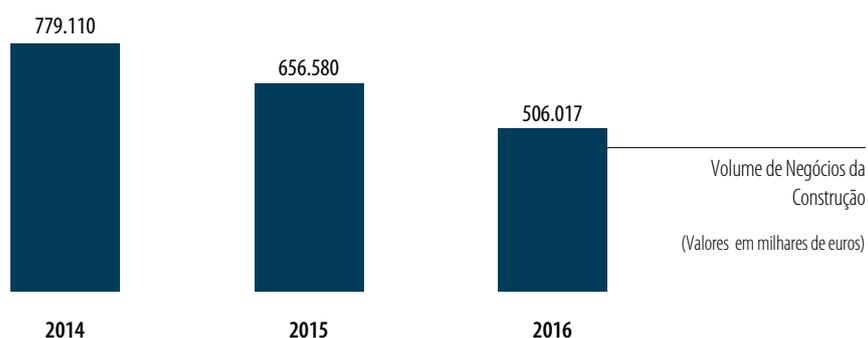
Em 2016 a Teixeira Duarte operou nesta área em vários países, destacando-se como principais mercados Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Espanha, França, Marrocos, Moçambique e Venezuela.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

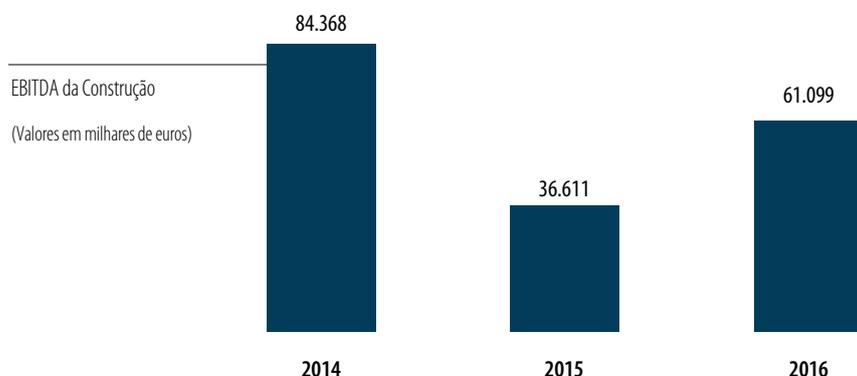
O Volume de Negócios da Construção diminuiu 22,9% face ao período homólogo de 2015.

Portugal registou uma quebra de 40,2% face a 2015, sendo esta diferença mais acentuada pelo facto que no ano anterior o Grupo tinha em curso a obra do Túnel do Marão.

Nos outros mercados, assinalam-se os crescimentos verificados na Argélia, no Brasil e na Venezuela - com aumentos de 2%, 28,8% e 55,3%, respetivamente -, crescimentos esses que, ainda assim, não compensaram as retrações registadas em Angola e em Moçambique, com diminuições de 52,9% e 33,8%, respetivamente.



Em 2016 o mercado externo representa 85,5% do volume de negócios da Construção.



O EBITDA na Construção registou um aumento de 66,9% em relação ao ano de 2015, com o significativo contributo resultante da aceitação por parte do cliente de trabalhos anteriormente realizados na Venezuela.

— ATIVIDADE DURANTE 2016

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 651.792 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma descida de 26,8% em relação a 2015.

Veja-se agora quais as principais atividades realizadas nas várias áreas em que a Teixeira Duarte atua no setor da construção:

A **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO** é a área de atuação da TD-EC que abrange a Geotecnia e Fundações, bem como a Reabilitação e a Direção de Projetos, concentrando um núcleo de engenharia e investigação de referência na empresa e no mercado.

A atuação da Teixeira Duarte nesta Área é caracterizada por intervenções em projetos de elevada complexidade técnica e dimensão, tanto em empreitadas públicas como privadas, contando com recursos humanos altamente especializados e tecnicamente preparados, apoiados por equipamentos próprios de vanguarda tecnológica.

Na vertente da Geotecnia e Fundações concebem-se e executam-se Soluções Técnicas de Engenharia de Fundações, Estudos Geológicos, Prospecção Mineira, Paredes Moldadas, Estacas, Micro Estacas, Pregagens, Ancoragens, Consolidações, Injeções, *Jet-Grouting*, Betão Projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na vertente da Reabilitação realizam-se trabalhos especializados nos domínios da Reabilitação de Estruturas e Conservação de Monumentos e Património Arquitetónico Edificado, bem como nas Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

Na vertente da Direção de Projetos desenvolvem-se e executam-se Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos.

Tal como no anterior exercício, a atividade desenvolvida na Área da Geotecnia e Reabilitação da TD-EC registou em 2016 uma redução significativa dos seus proveitos operacionais motivados pela quebra de receitas nos mercados com forte exposição aos preços do petróleo, tendo-se alcançado proveitos no valor de cerca de 50,1 milhões de euros.

Em **Portugal**, a crise no setor da construção manteve-se, apesar de ser perceptível alguma retoma, refletida na quantidade de concursos públicos e privados estudados, onde se registou um aumento de 77,6%, relativamente ao ano anterior. As propostas apresentadas ao longo do ano totalizaram o valor global de 103 milhões de euros.



LUSOPONTE - Reparação dos pilares/estaca do viaduto sul da Ponte Vasco da Gama
Lisboa | Portugal

BRISA - Estabilização dos taludes de escavação ao km 127+100 (S/N) e de aterro ao km 128+650 (N/S) no sublanço Fátima/Leiria, da A1 | Portugal

EDP - Aproveitamento hidroelétrico de Crestuma/Lever - Reabilitação da Bacia 7E
Porto | Portugal

IMO HEALTH - Escavação, contenção periférica e estrutura até ao piso "zero" do hospital CUF Tejo
Lisboa | Portugal

Relativamente aos proveitos obtidos em 2016, os mesmos atingiram os 13,7 milhões de euros, contribuindo em 27,4% para os proveitos totais alcançados nesta área de atuação.

Destaca-se a execução das seguintes empreitadas:

- Reparação dos pilares/estaca do viaduto sul da Ponte Vasco da Gama, para a "LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.";
- Obras de estabilização dos taludes de escavação ao km 127+100 (S/N) e de aterro ao km 128+650 (N/S) no sublanço Fátima/Leiria, da A1 - Autoestrada do Norte, para a "BRISA - Concessão Rodoviária, S.A.";
- Aproveitamento hidroelétrico de Crestuma/Lever - Reabilitação da Bacia 7E, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.";
- Escavação e contenção periférica para a expansão do Hospital CUF Descobertas, para a - "IMO HEALTH - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.";
- Reforço do cais para 30T/m² na doca n.º 1 Sul, para a "APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A."

No final de 2016 foram iniciadas algumas empreitadas com prazo de execução plurianual que terão impacto significativo no ano de 2017, nomeadamente:

- A escavação, contenção periférica e estrutura até ao piso "zero" do hospital CUF Tejo, para a - "IMO HEALTH - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.";
- A execução dos trabalhos de geotecnia na empreitada de reabilitação do molhe nascente da barra de Tavira, para a "DGRM - Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos".

Neste cenário, é expectável que em Portugal se consiga um aumento dos proveitos em 2017.



OMATAPALO - Fundações indiretas do edifício Talatona 2
Luanda | Angola

OMATAPALO - Fundações indiretas de moradias unifamiliares na Urbanização "O Nosso Zimbo"
Luanda | Angola

OMATAPALO - Fundações indiretas do "Xyami Shopping Kilamba"
Luanda | Angola

Em **Angola**, a atividade foi condicionada pela crise financeira e económica que afeta o país nos últimos anos, tendo os proveitos atingido o montante de 4,6 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 70% em relação aos valores obtidos em 2015.

Destaca-se a conclusão das seguintes empreitadas:

- Fundações e contenção periférica para a construção da 1ª Fase do novo Edifício do Ministério das Finanças, para o "Consórcio Telhabel/ Soares da Costa";
- 3ª fase do reforço do sistema de suspensão da Ponte da Barra do Kwanza para o "Instituto de Estradas de Angola" - INEA;
- Reforço estrutural do edifício B do empreendimento Raízes de Luanda, para a "COGIMBO Imobiliária, Lda.", em Luanda;
- Fundações indiretas do edifício Talatona 2, para a "OMATAPALO - Engenharia & Construção, S.A.", em Luanda;
- Fundações indiretas de moradias unifamiliares na Urbanização "O Nosso Zimbo", também para a "OMATAPALO - Engenharia & Construção, S.A.", em Luanda;
- Fundações indiretas do "Xyami Shopping Kilamba", igualmente para a "OMATAPALO - Engenharia & Construção, S.A.", em Luanda.

Destaca-se também o início de algumas importantes empreitadas, nomeadamente:

- Furação e Injeção para impermeabilização e furação para drenagem do "Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca" para a "Construtora Norberto Odebrecht", em Laúca;
- Fundações indiretas e prospeção geotécnica para as "Linhas de Transmissão de Laúca" para a "Construtora Norberto Odebrecht", troço Catete-Laúca;
- Fundação e contenção periférica para o Edifício na Avenida de Portugal, para a "SOMAGUE ANGOLA - Construções e Obras Públicas, S.A.";
- Consolidação de apoios e reparação de vigas de betão armado do edifício sede da "IMOGESTIN, S.A.", em Luanda;
- Fundações indiretas e maciços para os Silos da Fazenda Filomena, para a "COGIMBO Imobiliária, Lda.", em Luanda.

Apesar da atividade técnico comercial ter reduzido substancialmente o número de propostas em estudo, houve um maior desenvolvimento e



A.P.P.L. - Trabalhos de microestacas e jet grouting
Argélia

Agence Nationale des Autoroutes - Ligação à autoestrada Este-Oeste
Chlef | Argélia

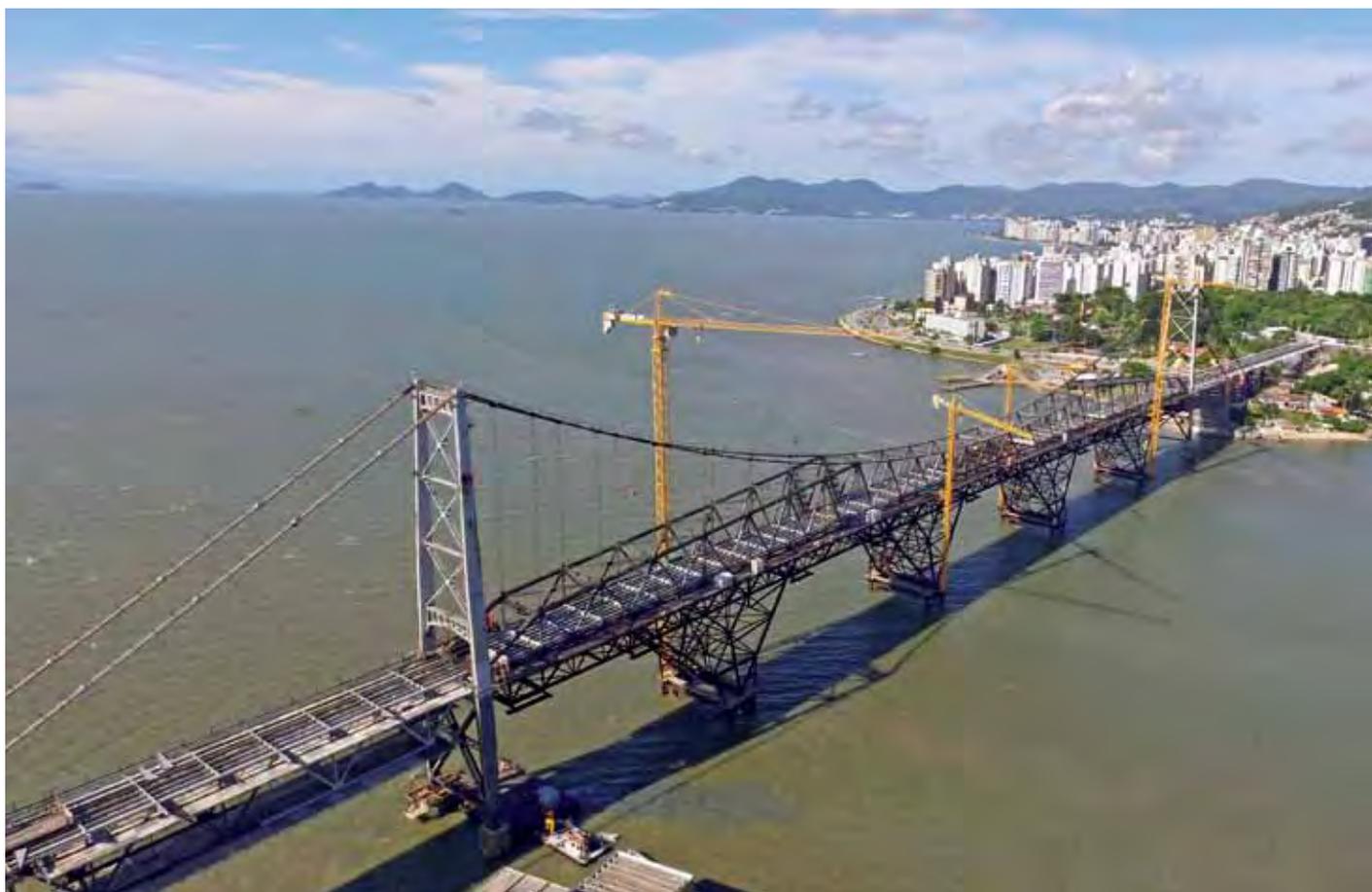
acompanhamento da gestão comercial junto dos clientes, cujos resultados confirmam já adjudicações de obras num valor de cerca de 9 milhões de euros, o que permite encarar 2017 com mais algum otimismo, prevendo-se que os proveitos operacionais superem significativamente os valores obtidos no ano anterior.

Na **Argélia**, 2016 foi um ano de redução da atividade nesta área de atuação, tendo os proveitos atingido um valor de cerca dos 4 milhões de euros, motivados pela paragem de algumas importantes obras, devido à crise energética que também afetou este importante mercado. Realça-se a execução e conclusão das empreitadas:

- "Projet des travaux d'urgence collecteur Oued Lekhal a Ben Aknoun - execution des pieux secants Ø600 mm", para a "AMENHYD - Aménagement Environnement et Hydraulique, SPA", sendo o cliente final a - "DHW - Direction Hydraulique de la Wilaya";
- "Projet des travaux d'aménagement d'oued ouchayah - micropieux et jet grouting", para a "DENYS V", sendo o cliente final a "Agence pour la Promotion et la Protection du Littoral Algerois" (A.P.P.L.);
- "Station de pompage-nº2- pieux Ø800mm", para a "ECISA Construction Algerie, SARL", sendo o cliente final a "Société de l'Eau et de l'Assainissement d'Oran - Seor";
- La nouvelle ligne ferroviaire Zeralda-Birtouta- pieux Ø1500mm, para a "Yapi Merkezi Insaat ve Sanayi A.S.", sendo o cliente final "L'agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires" (ANESRIF);
- Centre commercial- pieux Ø800mm, para a "Société de Promotion Immobilière Raoudhet El Feth, SARL";
- La liaison autoroutiere reliant mascara a l'Autoroute Est-Ouest- pieux Ø1200mm, para a "Levantina Ingenieria y Construccion S.L.", sendo o cliente final a "Agence Nationale des Autoroutes".

Iniciaram-se algumas empreitadas, integradas em grandes projetos de infraestruturas rodoviárias, mas devido à conjuntura económica as mesmas foram suspensas para reavaliação, prevendo-se que sejam reiniciadas em 2017. Destas destacam-se:

- La Liaison Autoroutiere reliant le port de Skikda a l'Autoroute Est Ouest- Pieux Ø1200mm, para a TD-EC sendo o cliente final a "Agence Nationale des Autoroutes";



DEINFRA - Restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz
Florianópolis | Brasil

- La Liaison Autoroutiere reliant le port de Tenes a l'Autoroute Est Ouest - pieux Ø1200mm, para a TD-EC, sendo o cliente final a "Agence Nationale des Autoroutes".

Igualmente para 2017 destacam-se as seguintes adjudicações:

- Complexe Siderurgique de Bellara-El Milia- Pieux Ø510mm, para a "Elecnor S. A. Butec S. A. L. Ute Ute Elecnor Butec", sendo o cliente final a "Algerian Qatar Steel, SPA";
- Execução dos trabalhos de geotecnia na empreitada "Réalisation des travaux de réhabilitation des postes 1, 2 et 3 du Port Pétrolier de Bejaia", para a "Entreprise Portuaire de Bejaia";
- "Réalisation des travaux d'extension de la Première Ligne du Tramway de Constantine - Pieux de fondation", para a "Isolux-Corsan Construcción S.A.", sendo o cliente final a Entreprise du Metro d'Álger.

Assim, perspectiva-se um crescimento significativo dos proveitos operacionais neste mercado face ao exercício anterior.

No **Brasil**, apesar da conjuntura global mais adversa, a TD-EC registou o maior valor de proveitos nesta Área desde que iniciou as suas operações neste país, totalizando um valor correspondente a cerca de 22 milhões de euros, o que reflete um crescimento de 8% face ao exercício anterior.

Para esta evolução positiva contribui, com significado a assinatura do contrato para a Execução das Obras de Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, para o DEINFRA - Departamento de Infra-estruturas de Santa Catarina, que teve a correspondente ordem de serviço assinada a 18 de abril de 2016.

No período em análise, destacam-se na vertente de Geotecnia e Fundações as seguintes obras:

- Estabilização de taludes (ancoragens, pregagens, aplicação de rede de contenção) no Setor Cava Oeste, na Mina de Águas Claras, Nova Lima, Minas Gerais, para a "VALE, S.A.";



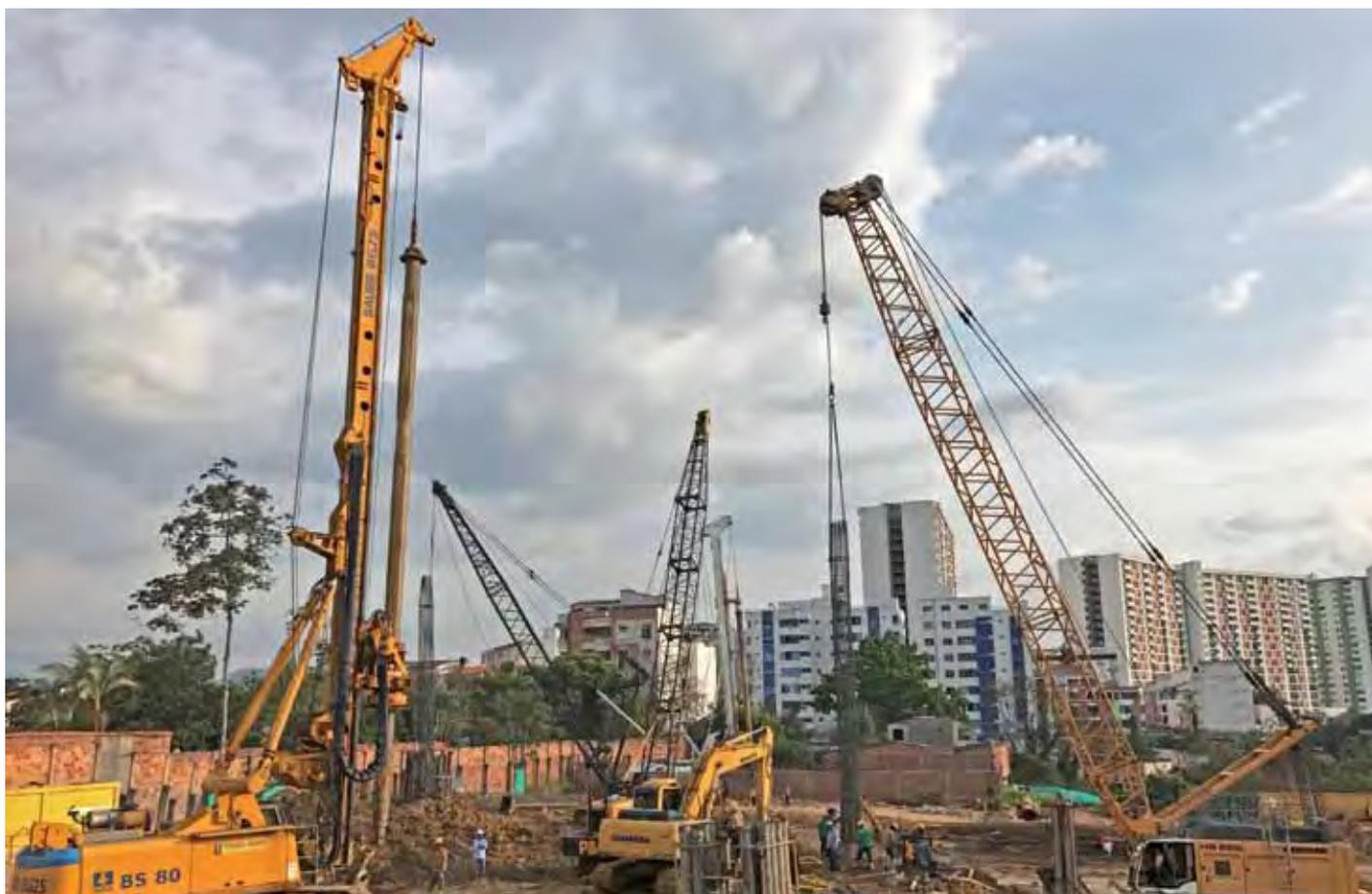
VALE - Estabilização de taludes no Setor Cava Oeste - Mina de Águas Claras, Nova Lima
Minas Gerais | Brasil

Consórcio CST - Execução de fundações profundas - Lote 2 da Linha 13 - Jadem
São Paulo | Brasil

- Execução de fundações e parede moldada, na Estação Água Branca, na Linha 6 - Laranja, do Metro de São Paulo, para a "Construtora Norberto Odebrecht, S.A.";
- Execução de fundações profundas (estacas escavadas) e contenção de talude (execução de tirantes de contenção) no Empreendimento Residencial Unique Alta Vista, em Jundiaí, São Paulo, para a empresa do Grupo;
- Execução de fundações (estacas de trado contínuo), no Pátio de Movimentação de Minério de Ferro - Pacote N2, no Terminal de São Luís do Maranhão, para a "VALE, S.A.";
- Execução de Fundações (cortina de estacas secantes e estacas de trado contínuo), na ampliação da Escola Britânica da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, para a "Associação Britânica de Educação";
- Execução de Fundações (Parede Moldada, Tirantes e Estacas-Raiz) no Hospital Carlos Chagas, em Guarulhos, para a "AMIL - Assistência Médica Internacional, S.A.";
- Execução de Fundações (Contenção periférica em parede moldada e fundações em estacas-raiz), na expansão do Hospital Pasteur, no Méier, Rio de Janeiro, para a "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.";
- Execução de contenção em estacas secantes, na obra do Passeio Olímpico, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, para o "Consórcio Construcap-Copasa";
- Execução de fundações profundas (estacas escavadas de grande diâmetro), na obra do Lote 2 da Linha 13 - Jade, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), em Guarulhos, São Paulo, para o "Consórcio CST".

Na área da Reabilitação, para além da Reabilitação da Ponte Hercílio Luz, acima referida, destaque para a assinatura de mais um contrato com a "VALE, S.A.", para a Manutenção de Pontes de Betão Armado, na Estrada de Ferro Vitória-Minas, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com duração de 24 meses.

Para 2017, prevê-se a subida dos proveitos no Brasil, sendo as perspectivas são animadoras, quer pelos contratos em curso, quer pelas novas adjudicações e contratos assinados já nos primeiros três meses de 2017, nomeadamente:



Prabyc Ingenieros - Fundações especiais no empreendimento "Provenza Club"
Bucaramanga - Departamento de Santander | Colômbia

- Recuperação da Ponte de Jacundá, na Estrada de Ferro de Carajás, Pará, para a "VALE, S.A.";
- Execução de fundações (estacas escavadas) para implantação de obras de arte especiais, no Contorno de São Sebastião (Lote 4), São Sebastião, São Paulo, para a "Construtora Queiroz Galvão";
- Execução dos trabalhos de geotecnia na empreitada "Contenção em estacas prancha do Dique C do Canal Piaçaguera", nas Instalações do Terminal Portuário da Usiminas, Cubatão, São Paulo, para a "VLI Multimodal S.A.".

Na **Colômbia**, intensificou-se o posicionamento comercial ao longo de 2016 tendo-se assinado o primeiro contrato no último trimestre do ano, para a execução de Fundações Especiais (estacas escavadas e parede moldada), no empreendimento "Provenza Club", em Bucaramanga, Departamento de Santander, para a "Prabyc Ingenieros SAS".

Já em 2017, assinamos um novo contrato para o Projeto do Parque del Rio Medellin, na cidade de Medellin, para Execução de uma Parede Moldada de 1.000 mm, de espessura, cujas obras se prolongarão durante o ano de 2018.

Neste contexto e com o reforço do parque de equipamento mobilizado para atender às empreitadas contratadas, a empresa passou a deter uma maior capacidade operacional para responder a novas solicitações, tanto em projetos em curso, como em novos, pelo que se perspetiva um alargamento da atividade neste mercado.

Em **Marrocos**, durante o exercício em análise a empresa alcançou, neste área da TD-EC proveitos de cerca de 1,5 milhões de euros, onde se destacam a execução e conclusão das seguintes empreitadas:

- "Travaux de Forage de Pieux de Fondation Diamètres 1.000mm, 1.200mm, 1.500mm et 1.600 mm dans le Lot n.º 2 Tronçon Nord pour la construction de la Ligne de Grande vitesse - LGV entre Tanger et Kenitra", para o consorcio de empresas TGCC - SEPROB;
- Fundações para o Viaduc sur Oued Mellah au PK 21+000 de la voie ferrée entre Casablanca et Kenitra, exécution de pieux, para a "H TECH, S.A.";



CFM - Trabalhos de geotecnia
Porto da Beira | Moçambique

- Fundações para o projet d'Aménagement de la vallée de bouregreg 2^a Rocade Rabat-Salé - Viaduc sur Oued bouregreg exécution de barrettes de fondation, para a "Société d'exploitation des Procédés Boussiron" (SEPROB).

Ao longo de 2016, destaca-se ainda o aprofundar das relações comerciais com várias empresas que se traduziu no aumento do número de propostas apresentadas e nas diversas solicitações para a participação em consórcios para importantes empreitadas, o que permite alimentar boas perspectivas para um futuro próximo, incluindo já um aumento dos proveitos em 2017.

Em **Moçambique**, a crise macro económico-política contribuiu para a retração da atividade da construção, tendo a TD-EC registado, nesta área, uma descida de 61% dos proveitos, que atingiram o valor aproximado de 4,5 milhões de euros.

Destacam-se a conclusão das empreitadas de:

- Micro-estacas e maciços de fundação para a "KARPOWER International, Limited", na Cidade de Nacala;
- Reforço estrutural com laminados de carbono para a Vivenda Jonasse, na Matola.

No mesmo período, teve início:

- A execução dos trabalhos de geotecnia na empreitada "Rehabilitation and Extension of Service Vessel Quay in the Beira Port", para os "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.";
- A execução de fundações através de estacas para a "Nova Embaixada dos EUA", em Maputo;
- A realização de diversos trabalhos de sondagens, nas províncias de Maputo e Gaza.

No aludido enquadramento da conjuntura em Moçambique, o valor global das propostas apresentadas diminuiu 61%, relativamente a 2015, tendo totalizado um montante global de cerca de 75 milhões de euros.

Para 2017 e face ao envolvimento atual em concursos de relevo, encara-se o próximo exercício com otimismo, não só para a celebração de novos contratos como pelo início de obras já contratualizadas, como é o caso da "Reabilitação da Ponte sobre o Rio Save".



ANE - Trabalhos de sondagens
Província de Gaza | Moçambique

Nos **Estados Unidos da América**, durante o exercício em análise, foi assinado um contrato de Assistência Técnica com a empresa de construção norte-americana "EIC Associates, Inc".

Esta empresa está baseada em Springfield - New Jersey e opera nomeadamente no Estado de Nova Iorque, nas áreas de obras de Geotecnia e Fundações especiais, Obras Marítimas e Meio Ambiente, sendo que anualmente subcontrata valores consideráveis a empresas especializadas em geotecnia e fundações.

O contrato agora assinado, tem como principal objetivo criar e desenvolver, no seio da "EIC Associates, Inc", um departamento que lhe permita realizar de forma autónoma os trabalhos que envolvam as atividades de Geotecnia e Fundações e Reabilitação, bem como reforçar a capacidade da empresa nas Obras Marítimas e poder posicionar-se para outras áreas que alarguem o seu âmbito de atuação.

Atualmente estão contratadas empreitadas com a intervenção e apoio direto da TD-EC, ambas na cidade de Nova Iorque:

- Reconstruction of Jerome Ave. Retaining Wall - Bourough of the Bronx, para o NYC-DDC - Department of Design and Construction;
- Morton Street Bulkhead Restoration - Manhattan, para o HRPT - Hudson River Parks Trust, entidade pública que gere parte marítima da zona ribeirinha de Manhattan, NY.

Durante o ano de 2016 estudaram-se e apresentaram-se propostas num valor que ultrapassou os 340 milhões de USD.

Dado o grande volume de obras atualmente em curso nesta região e os programas de investimento em curso, perspectiva-se que o ano de 2017 seja de crescimento da atividade neste novo mercado.

No **Peru** iniciou-se a atividade comercial com o reconhecimento do país, contactos com as principais construtoras locais e o seu potencial na área específica de Geotecnia e Fundações e nas Obras Marítimas, tendo sido elaboradas propostas no valor de cerca de 27 milhões de euros.



Sistemas McDonald's Portugal - Recuperação do Edifício Caleidoscópico
Lisboa | Portugal

ANA - Reorganização dos pisos 2 e 3 da Aerogare do Aeroporto da Madeira
Madeira | Portugal

Dilicious Dialogue - Trabalhos de conservação/alteração exterior de fachadas de dois edifícios
Lisboa | Portugal

Smotors - Instalações do stand da Suzuki
Lisboa | Portugal

Na área das **EDIFICAÇÕES**, a TD-EC mantém uma atividade importante, principalmente desde a década de 1960 e há muito projetada também no exterior. A retração que se tem verificado em Portugal nos últimos anos e o reforço da atuação noutros países fez com que, atualmente, os mercados externos representem 90% do volume de atividade desta Área da TD-EC.

Recorde-se que a TD-EC abrange nesta Área a construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão, em todas as vertentes, designadamente escolares, de comércio e serviços, de habitação, industriais, e da área da saúde, incluindo, portanto, empreitadas públicas e privadas.

As rápidas e variadas oscilações do comportamento dos vários mercados em que a TD-EC atua nesta Área levaram a diferentes ajustes nos meios de produção deslocados em cada país, implicando uma grande capacidade de mobilização da empresa e dos seus meios e a uma empenhada disponibilidade dos colaboradores.

Globalmente, a atuação nesta área caracterizou-se, como previsto, por uma redução da atividade em Angola e Moçambique e um aumento na Argélia e no Brasil, tendo Portugal mantido os baixos níveis de anos anteriores, os quais, ainda assim e em função do aumento das consultas e da concretização de algumas contratações, se prevê que venham a subir em 2017.

Na atividade em Portugal destacam-se os seguintes factos mais relevantes:

Na área industrial foi executada a empreitada da obra Civil da linha dois do Spooler, para a "Siderurgia Nacional, S.A." no Seixal.

No setor dos serviços:

- Foi concluída a empreitada de recuperação do Edifício Caleidoscópico, para "Sistemas McDonald's Portugal Lda.", no Campo Grande, em Lisboa;



GOLDTUR - Vilalara - Trabalhos nas células 3, 7 e 9
Armação de Pera - Algarve | Portugal

Liberdade 40 - Edifício Liberdade 40
Lisboa | Portugal

CascaisShopping - Trabalhos de remodelação
Cascais | Portugal

Quinta de Cravel - Loja Pingo Doce
Vila Nova de Gaia | Portugal

- No Funchal, foi terminada a empreitada de "Aeroporto da Madeira - Reorganização dos pisos 2 e 3 da Aerogare - 1ª Fase - Projeto de Execução e Construção" para "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.";
- Em Alcântara, Lisboa, foram executados os trabalhos de conservação/alteração exterior de fachadas de dois edifícios, para "Dilicious Dialogue, Unipessoal, Lda.";
- Em Lisboa, executaram-se as instalações do stand da "Suzuki", para empresa do Grupo detentora do exclusivo da marca para o Distrito;
- Em Armação de Pera, no Algarve, foram iniciados os trabalhos de Vilalara Célula 7 e executados os das células 3 e 9 - AVAC, para "GOLDTUR - Hotéis e Turismo S.A.";
- Na Baixa de Lisboa, foram iniciadas as empreitadas do "My Story Hotel Rua Augusta" para Hostling You, Lda." e a do Edifício Liberdade 40 para "Liberdade 40 Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.";
- Em Cascais, foram iniciados os trabalhos de remodelação do Cascais Shopping para "CascaisShopping - Centro Comercial S.A.";
- Em Vila Nova de Gaia, iniciaram-se os trabalhos de construção de um edifício para instalações de loja "Pingo Doce", na urbanização "Quinta do Cravel", para entidade do Grupo.

Na área habitacional foi concluída a empreitada de Construção do Edifício Park Avenue, em Lisboa, para "PIGMENTPARTY, Unipessoal, Lda.", prosseguiu a construção do Empreendimento "Villa Torrinha", em Pedrouços, Lisboa, para empresa do Grupo. E foi iniciada a reabilitação do edifício sito na Calçada do Ferragial n.os 9 a 13, em Lisboa, para "Parimob - Investimentos Imobiliários, S.A.".

Na área da saúde foi iniciada a empreitada de Alterações e Ampliação da Clínica de Oeiras para "SURGICARE - Unidades de Saúde, S.A.", em Oeiras.

Em **Angola**, a entrada na fase final de importantes obras e a conjuntura adversa ao lançamento de novas empreitadas, implicaram uma redução significativa dos proveitos.



Consórcio Mercasa – Incatema – CLOD
Viana | Angola

CSE Talatona – Conceção e construção da Clínica Sagrada Esperança
Talatona | Angola

Cooperativa Essandjú – Edifício Kuaquie e construção do edifício do Lote 39, Parcela 3
Ilha do Cabo – Luanda | Angola

Empresa do Grupo TD – Construção de moradias no Condomínio Villa Sul
Talatona | Angola

Na área dos edifícios escolares foi concluída a execução de auditório (Bloco I) Fase 5 do Colégio São Francisco de Assis, em Luanda Sul, para empresa do Grupo.

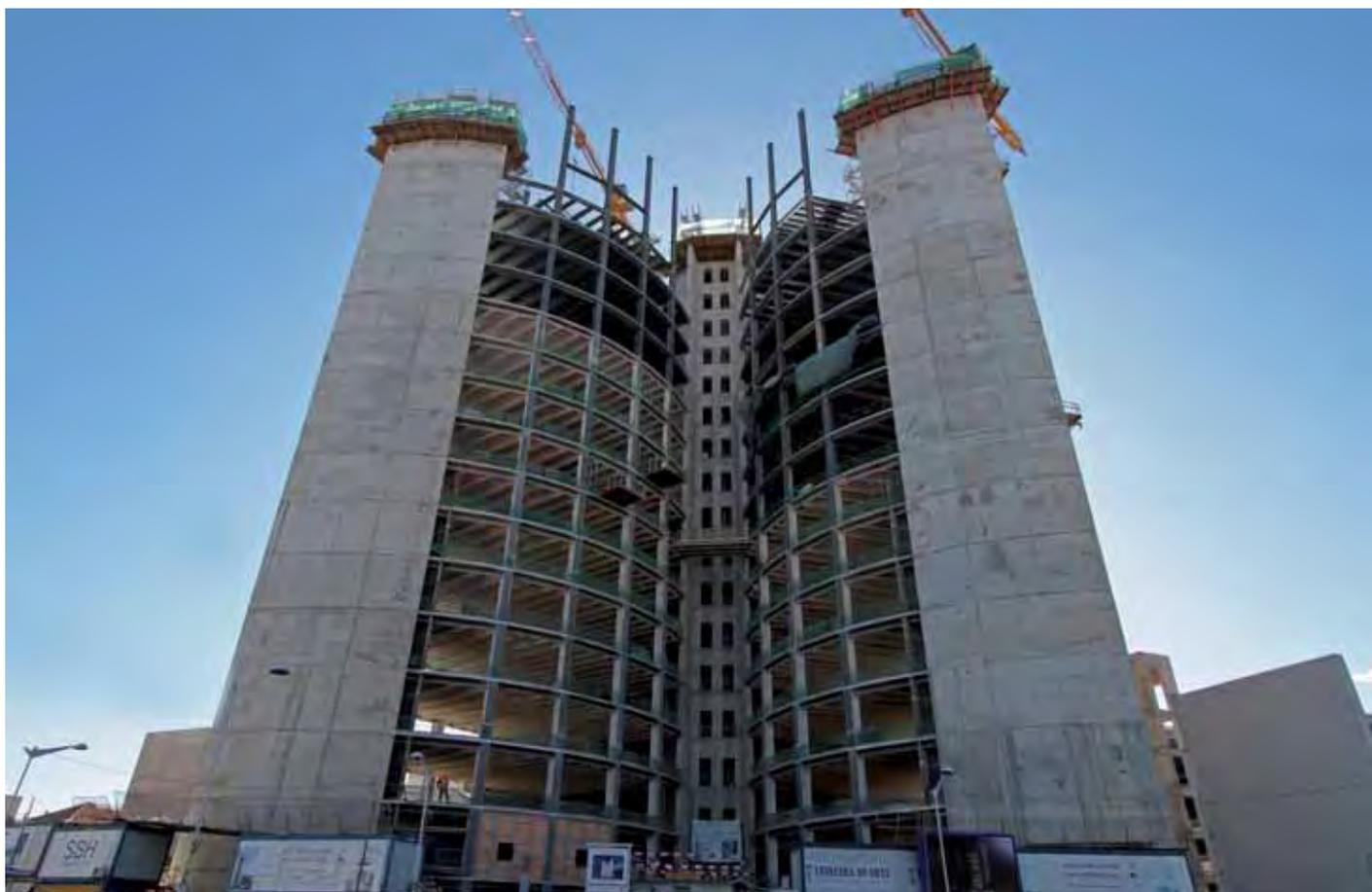
Na área industrial, prosseguiu a construção do Centro Logístico e de Distribuição de Luanda (CLOD) para o Consórcio Mercasa – Incatema Consulting, S.L., em Viana e foi concluída a ampliação do Centro de Distribuição de Frios no complexo da Maxi, no Morro Bento, para empresa do Grupo.

No setor dos serviços foram concluídas diversas empreitadas para empresas do Grupo, nomeadamente lojas da Maxi, incluindo a "Loja Maxi Golf" – Kilamba Kiayi e a construção e expansão dos escritórios do Morro Bento para acolhimento das estruturas centrais do Grupo Teixeira Duarte em Angola.

Na área da saúde, prosseguiram, para a "CSE Talatona, Lda", as empreitadas de conceção e construção da Clínica Sagrada Esperança, em Talatona, enquanto que na Clínica Sagrada Esperança da Ilha de Luanda, se concluiu a empreitada de requalificação dos blocos operatórios e iniciou-se a remodelação do serviço de RX.

Na área da habitação, prosseguiram os trabalhos da empreitada geral de construção do Edifício Kuaquie, para a "Cooperativa Essandjú, SCRL" e da empreitada de construção do edifício do Lote 39, Parcela 3, para Teresa Fernando António Cunha Gerardin, ambas na Ilha do Cabo, em Luanda e foi executada a construção da estrutura de betão armado do edifício – Lote 32 (Edifício Cambadiame), também na Ilha do Cabo, para "Cooperativa Essandjú, SCRL". Nesta área, iniciaram-se ainda em 2016 os trabalhos de Construção de 40 moradias T1 e infraestruturas no Condomínio Villa Sul, em Talatona – Luanda, para empresa do grupo.

Na Argélia, destaca-se a contratação de obras de dimensão e importância assinalável, que apesar de alguns atrasos no arranque, permitiram o aumento dos proveitos alcançados nesta área da TD-EC neste país.



AGB - Sede do Gulf Bank Algeria
Argel | Argélia

No setor dos serviços prosseguiram os trabalhos de construção da nova sede do Gulf Bank Algeria – AGB, em Argel, zona de El Biar. Trata-se dum edifício de 24 pisos acima do solo, com uma arquitetura e materiais de elevado *standard*.

A empreitada de construção do parque de estacionamento de Sidi Yahia, em Argel, encontra-se suspensa devido a relevantes alterações ao projeto que o dono de obra ("Direction des Déplacements, des Transports e de la Circulation de la Wilaya d'Argel") pondera introduzir.

Destaque ainda para as seguintes empreitadas nesta mesma área de serviços, ambas já contratadas mas cujo desenvolvimento dos projetos e arranque de obras está a aguardar pela resolução de questões não imputáveis à empresa:

- A Reabilitação e Renovação da Residência El Mithak, em Regime de Conceção/Construção para "Direction General de La Residence El Mithak", em Argel;
- Trabalhos de Modernização do Hotel Albert 1er, para a "Entreprise de Gestion Touristique du Centre EPE/SPA". Trata-se da remodelação profunda deste antigo e emblemático hotel, em Argel.

No **Brasil**, apesar de se verificar, no geral, uma quebra importante no investimento e a economia do país viver um período de forte recessão, as boas relações mantidas com os clientes contribuíram para o aumento da atividade nesta área de atuação da TD-EC neste mercado e permitem alimentar expectativas de forte aumento para o exercício de 2017.

Na área dos edifícios escolares foi concluída a construção do novo prédio, denominado Bloco "H", dentro do Campus Educacional, na Barra Tijuca, para a "Associação Britânica de Educação – ABE" e prosseguiram os trabalhos de execução da segunda etapa da obra do projeto "Integração Básico – Clínica: Mais Pesquisa para a Saúde – CCS/UFRJ", para a "Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB", ambas as empreitadas no Rio de Janeiro.



ABE - Construção do Bloco "H" - Campus Educacional Barra Tijuca - Rio de Janeiro | Brasil

ESHO - Hospital Carlos Chagas Guarulhos - São Paulo | Brasil

IMPAR - Remodelação e melhoramentos do Hospital de São Lucas Copacabana - Rio de Janeiro | Brasil

ESHO - Construção da nova torre do Hospital Pasteur Zona do Méier - Rio de Janeiro | Brasil

No setor dos serviços, foram iniciados os trabalhos de execução do cenáculo de Praia Grande, na Praia Grande, São Paulo e prosseguiu a empreitada de "Execução de serviços de terraplanagens, fundação profunda, fundação direta, parede diafragma, estrutura de betão e metálica, instalações, acabamentos e arranjos exteriores, em Curitiba. Ambos os contratos são para a "IURD - Igreja Universal do Reino de Deus". Para a "Decathlon, S.A.", foram executadas as instalações da Loja B, da Decathlon, em Alphaville, também na região de São Paulo.

Na área da saúde, destaque para os seguintes trabalhos:

- Conclusão do Retrofit do 3º, 4º e 5º pavimentos do Hospital Carlos Chagas e execução de novo anexo na Quadra Cerqueira César para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.", em Guarulhos (São Paulo);
- Conclusão da execução de obras civis, acabamentos e instalações do 4º e 5º Pavimentos do Hospital Metropolitano da Lapa, para "Amico Saúde, Ltda.", em São Paulo;
- Conclusão da reforma do centro cirúrgico e UTI do Hospital Alvorada Brasília para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.", em Brasília;
- Conclusão da ampliação da capacidade energética da subestação do Hospital Alvorada Brasília para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.", em Brasília;
- Continuação da remodelação e melhoramentos do Hospital São Lucas, em Copacabana - Rio de Janeiro, para "IMPAR - Serviços Hospitalares S/A";
- Continuação da construção da nova torre do Hospital Pasteur, para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.", na zona do Méier, no Rio de Janeiro;
- Início das obras civis para execução de acabamentos interiores e instalações especiais do prédio, em Niterói, Rio de Janeiro, para a "PATRY S - Investimentos Imobiliários, Ltda."

Em **Moçambique**, tal como previsto, o nível de produção teve uma acentuada queda, em relação ao ano anterior, mas ainda assim foi superior ao nível médio dos últimos anos.



Home Center – Construção de Fábrica de Móveis
Mozal – Matola | Moçambique

Banco de Moçambique – Construção de dois edifícios para o Banco de Moçambique
Maputo | Moçambique

MINAG – Construção do edifício sede do Ministério da Agricultura
Maputo | Moçambique

IMOINVESTE – Reabilitação e requalificação da Moradia Jonasse
Matola | Moçambique

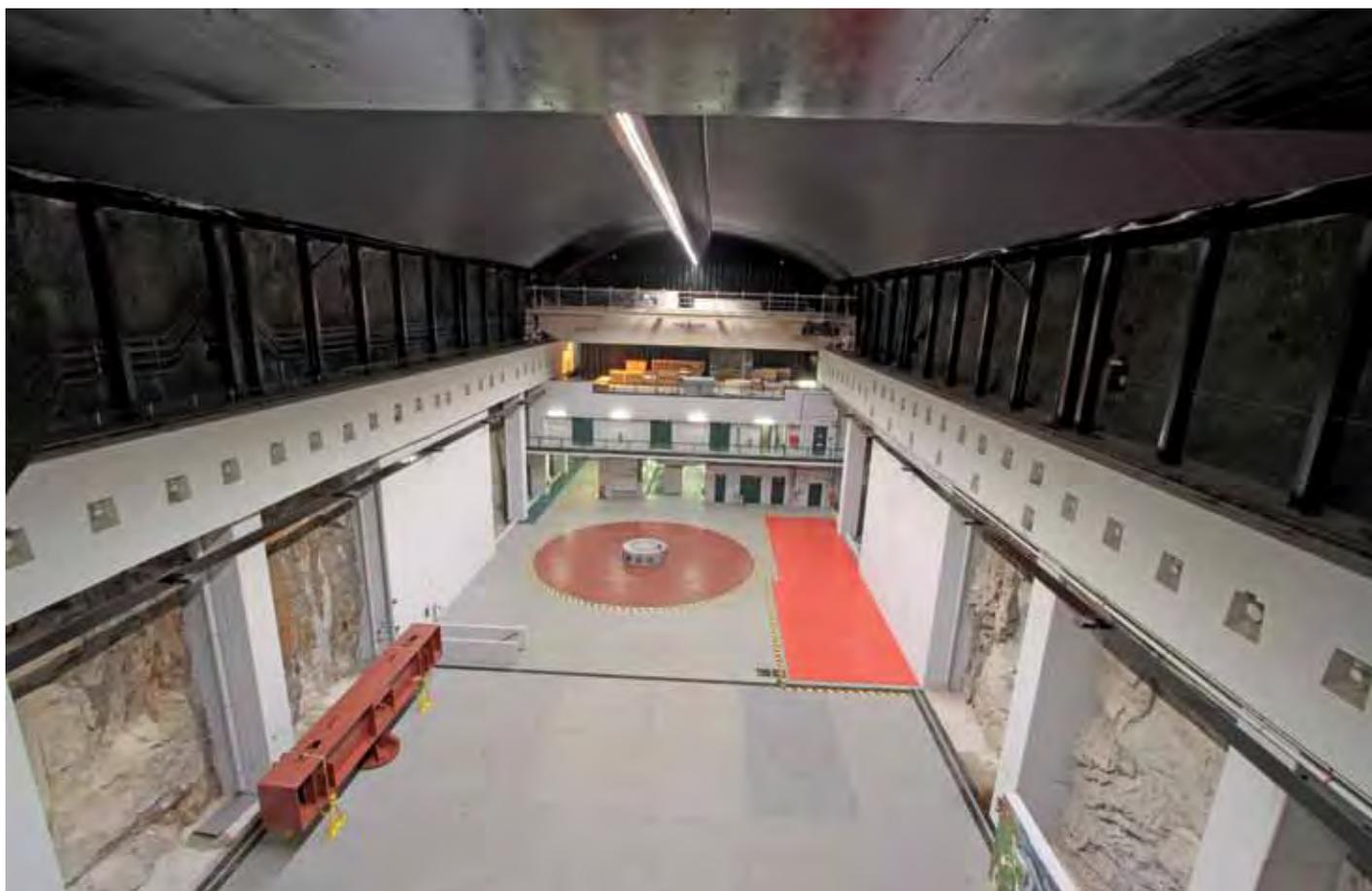
Na área industrial, concluíram-se, para "CLN – Corredor Logístico Integrado de Nacala", os trabalhos de manutenção eletromecânica e hidráulica dos estaleiros na cidade de Nacala, bem como a construção civil das oficinas para manutenção de locomotivas nessa mesma cidade.

Concluiu-se ainda, para a "Home Center, Lda.", a construção de fábrica de móveis, na Mozal, Matola.

No setor dos serviços:

- Concluiu-se, para a "IMOINVESTE Construções, Lda." a construção de edifício de serviços para Ministério de Planificação e Desenvolvimento e Ministério das Finanças, em Maputo;
- Concluíram-se, para o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, os trabalhos de reabilitação do Piso Zero Bloco "B" das antigas instalações do Ministério do Trabalho, na cidade de Maputo;
- Prosseguiu-se com a empreitada de construção de dois edifícios para o Banco de Moçambique no centro da cidade de Maputo;
- Foi dada continuidade à empreitada de construção do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, igualmente na cidade de Maputo, para a "SOCIGEST – Sociedade de Gestão de Participações, S.A.";
- Para a "KUDUMBA Investimentos, Lda." foram iniciados, para o Centro de Formação Ghassan Ahmad, os trabalhos da empreitada de construção de um piso de escritórios no Edifício Interfranca, em Maputo e os trabalhos do contrato de infraestrutura para instalação não intrusiva em linha férrea no Namialo, na província de Nampula.

Na área habitacional foram concluídos os trabalhos de Construção de Edifícios Multiusos na Avenida Julius Nyerere 130, na cidade de Maputo, para empresa do Grupo e iniciada a Reabilitação e Requalificação da Moradia Jonasse, na Matola, para "IMOINVESTE Construções, Lda.".



EDP - Reforço de potência da Barragem de Salamonde
Salamonde - Vieira do Minho | Portugal

A Teixeira Duarte reúne no seu portfólio de realizações todo o tipo de **INFRAESTRUTURAS**, tendo executado nomeadamente obras de Estradas e Autoestradas, de Pontes e Viadutos, de Barragens, de Túneis, de Ferrovias, de Gares Ferroviárias e Interfaces, de Obras Portuárias, de Construção Ambiental e ainda de Infraestruturas de Água e Gás Natural.

A atividade desenvolvida nesta área tem acompanhado as variações cíclicas dos principais mercados em que o Grupo opera. Não obstante os efeitos cambiais desfavoráveis verificados nos diversos mercados de atuação e a reduzida atividade em Portugal, em 2016 registou-se um aumento de cerca de 10% dos proveitos alcançados, com forte contributo do mercado do Brasil e pelo reconhecimento de trabalhos antes realizados na Venezuela.

A atividade comercial continuou centrada num esforço de crescimento e diversificação territorial que, tendo sido intensificada, ainda não logrou avanços significativos compagináveis com os objetivos traçados.

Em **Portugal** não se concretizaram as expectativas de crescimento da atividade nem da carteira de obras, sendo que, com o conhecimento atual do calendário para lançamento de novos investimentos no setor, prevê-se que tal apenas possa suceder a partir do início de 2018. Em 2016, a atividade da área de atuação das Infraestruturas baixou significativamente após a conclusão da empreitada de "Construção do Túnel do Marão".

As obras desenvolvidas ao longo do exercício foram:

- A "Empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência da Barragem de Salamonde", em Salamonde - Vieira do Minho, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.". Esta obra, com um valor de cerca de 131 milhões de euros, de elevada complexidade técnica, executada pelo "CONSTRUSALAMONDE, ACE", no qual a TD-EC e a sua participada "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." detêm 92,5%, concretizou, em 30 de novembro de 2015, as receções provisórias da empreitada geral de construção e do descarregador de cheias complementar. Em 31 de outubro de 2016, foi assinado o 2º acordo adicional ao contrato e definidos os



IP - Construção do Túnel do Marão - IP4
Amarante - Vila Real | Portugal

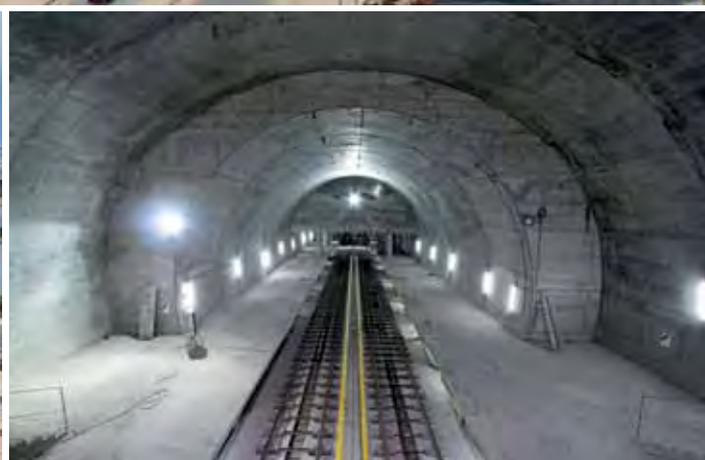
REN - Instalação inicial da subestação de Alcochete 400/60 KV
Alcochete | Portugal

restantes trabalhos a realizar no âmbito da empreitada, ainda em curso, consolidando a relação técnico-comercial com este cliente e parceiro;

- A empreitada para a "Construção do Túnel do Marão, no IP4 (A4), em regime de Conceção/Construção", que liga os concelhos de Amarante e de Vila Real, para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.", executada em consórcio entre a TD-EC e a sua participada "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.", obra de grande importância e complexidade, constituída por duas galerias (cada uma com 5,7 km de extensão e duas vias), treze galerias transversais de emergência, três edifícios técnicos, dotada de modernos e otimizados sistemas e equipamentos de segurança ativa, foi consignada em setembro de 2014 pelo valor de 88,1 milhões de euros e com um prazo de execução de 518 dias, 120 dos quais afetos ao projeto de execução. A respetiva receção provisória ocorreu a 3 de maio de 2016, tendo aberto ao tráfego a 8 de maio de 2016.

Ainda no âmbito desta empreitada, em 2 de junho de 2016, embora com efeitos retroagidos a 13 de maio de 2016, foi contratada pela "Infraestruturas de Portugal, S.A." a prestação de serviços de "Operação e Manutenção dos Sistemas de Segurança Ativa" do Túnel do Marão, pelo valor de 0,9 milhões de euros, por um prazo de seis meses. Esta prestação integrou, nomeadamente, a colocação em serviço, a abertura ao tráfego, a operação integral do túnel e do seu centro de controlo, realçando-se o desenvolvimento e implementação do Plano de Emergência Interno e do Plano de Operação, bem como o recrutamento e formação específica prestada aos operadores do centro de controlo, sendo que a "Assistência Técnica à Manutenção e Operação" continua a ser assegurada desde então;

- A "Empreitada de Construção Civil para a Instalação Inicial da Subestação de Alcochete 400/60 KV - Obra 52.00", em Alcochete, para a "REN - Rede Elétrica Nacional, S.A.", tendo o contrato sido assinado em 11 de abril de 2016 e a consignação efetuada a 1 de agosto desse ano. Este contrato compreende a realização de trabalhos de terraplenagens, fundações diretas, edifícios, infraestruturas diversas e arruamentos, numa área de implantação de cerca de 40.000m². Trata-se da primeira empreitada realizada para a "REN - Rede Elétrica Nacional, S.A." sendo que o montante dos trabalhos ascende a cerca de cinco milhões de euros, para um prazo de execução de 11 meses. Os trabalhos têm tido um progresso assinalável, na linha do definido com o dono da obra, prevendo-se a sua conclusão e entrega ao cliente para o final do 1º semestre de 2017.



INEA - Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda
Luanda | Angola

ANESRIF - Thenia - Tizi-Ouzou - Estação de Bordj Manaiel
Boumerdès | Argélia

EMA - Metro de Argel
Argel | Argélia

Em **Angola** e num contexto de forte retração, em especial do investimento público que promove suporta as obras de infraestruturas, em 2016 o nível de atividade desta área de atuação da TD-EC decresceu em relação ao ano precedente e cingiu-se, essencialmente, ao desenvolvimento da empreitada de "Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda", numa extensão de 5,1km, para o "INEA - Instituto de Estradas de Angola", com um valor de 59,6 milhões de USD. Em 2016, os trabalhos de reabilitação desta via estruturante da cidade de Luanda foram desenvolvidos no Município do Rangel, permanecendo ainda condicionados uma parte significativa dos trabalhos projetados para o Município do Cazenga, sobretudo por problemas de expropriações. Não obstante, prevê-se que esta empreitada seja concluída durante o ano de 2017.

Na **Argélia**, o nível de atividade decresceu ligeiramente, face ao verificado em exercícios anteriores, em razão quer do impacto desfavorável no volume de negócios provocado pela desvalorização do dinar argelino face ao euro, quer pela conjuntura macroeconómica menos favorável, quer ainda por ajustes de projeto em algumas obras.

As principais empreitadas em curso são:

- "Études d'Exécution et Travaux de Modernisation de la Ligne Thenia/Tizi-Ouzou et son Électrification jusqu'à Oued Aissi (50+14km)", para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires". Esta obra está a cargo de um agrupamento liderado pela TD-EC, a quem cabe, nesse âmbito, a execução de quatro viadutos (30mts em estrutura metálica, 132mts em betão, 660mts em estrutura mista empurrada e 765mts constituído por quatro arcos metálicos de 140mts cada e seis arcos em betão), nove gares, sendo sete novas e duas objeto de remodelação, via-férrea e respetiva eletrificação, por um valor global previsto de 210 milhões de euros. A empreitada tem data de conclusão programada para julho de 2017, ainda que uma parte da empreitada esteja prevista inaugurar já em abril de 2017, sendo que o reconhecimento pelo cliente da boa prestação da TD-EC permite perspetivar a adjudicação de mais trabalhos nesta empreitada, quer ao nível da construção civil, quer das especialidades de via e de catenária;
- "Projet de Réalisation de la Ligne 1 - Lot 1: Extension A Gros Œuvre-Voie, Ligne et Stations sur le Tronçon: Place Émir Abdelkader - Place des Martyrs, Alger", para a "Entreprise du Métro d'Alger (E.M.A.)". Esta empreitada, a cargo de um agrupamento integrado pela TD-EC,



AGA - Instalação e equipamento de exploração da autoestrada Este-Oeste
Argélia

ONA - Estação de tratamento
Constantine - Argélia

consta da execução de duas estações enterradas (Ali Boumandjeli e Place des Martyrs) e de um túnel com 1,8km de extensão, cujo valor de trabalhos, na parte relativa à TD-EC (40%), ascende a cerca de 65 milhões de euros. A execução desta exigente empreitada, em fase de receção provisória, tem sido pautada por bons níveis de produção e de desempenho, pese embora a respetiva localização, envolvente e exigência técnica, o que tem sido amplamente reconhecido pelo cliente;

- "Réalisation des Installations et Équipements d'Exploitation de l'Autoroute Est-Ouest - Lot Ouest", no noroeste da Argélia, para a "Algérienne de Gestion des Autoroutes (A.G.A.)". Os trabalhos estão a cargo de um agrupamento liderado pela TD-EC e contemplam a realização, numa extensão de 330km, de terraplenagens, redes diversas, construção civil, instalações e equipamentos especiais, pavimentações, arranjos exteriores e paisagismo de quinze áreas de portagem, de nove centros de manutenção, de vinte e duas áreas de repouso e de treze áreas de serviço, que irão servir o lote Oeste da autoestrada Este/Oeste. Foi adjudicada, na parte relativa à TD-EC, pelo montante de cerca de 215 milhões de euros, por um prazo de 43 meses. A execução desta empreitada tem sido muito condicionada, designadamente, pela falta de aprovação de parte significativa dos projetos de execução e pelas múltiplas e sucessivas otimizações desenvolvidas a pedido do cliente;
- "Réalisation et Exploitation de la Station d'Épuration de la nouvelle ville Ali Mendjeli (Constantine)", para o "Ministère des Ressources en Eau - Office National de l'Assainissement (O.N.A.)", cuja conceção, da TD-EC, como variante ao concurso, inclui um reator em carrossel com 45.000m³ e sistema de tratamento biológico com lamas ativas, servindo no futuro uma população de 160.000 habitantes. A obra foi adjudicada pelo montante de cerca de 15 milhões de euros, com um prazo global de 57,5 meses - 33,5 para a construção e 24 para a exploração. Esta empreitada, com prazo até ao final do 3º trimestre de 2017, tem tido um progresso assinalável e poderá mesmo ficar concluída e operacional até meados de julho de 2017;
- "Réalisation de la Liasion Autoroutière Reliant le Port de Ténés à l'Autoroute Est-Ouest sur 54km (première tranche sur 22km)", em Chlef, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 22km de extensão, com vinte e cinco obras de arte e quatro nós de ligação, por um valor global de cerca de 204 milhões de euros, cabendo à TD-EC a liderança do agrupamento e uma quota de participação de 47,5%. A respetiva ordem de serviço foi atribuída em 31 de março de 2015, com 24 meses de prazo. Face a constrangimentos de ordem financeira, os projetos foram redefinidos de 2x3 vias para 2x2 vias, justificando



Autoestrada de ligação ao Porto de Ténés
Chlef | Argélia

Autoestrada de ligação ao Porto de Skikda
Argélia

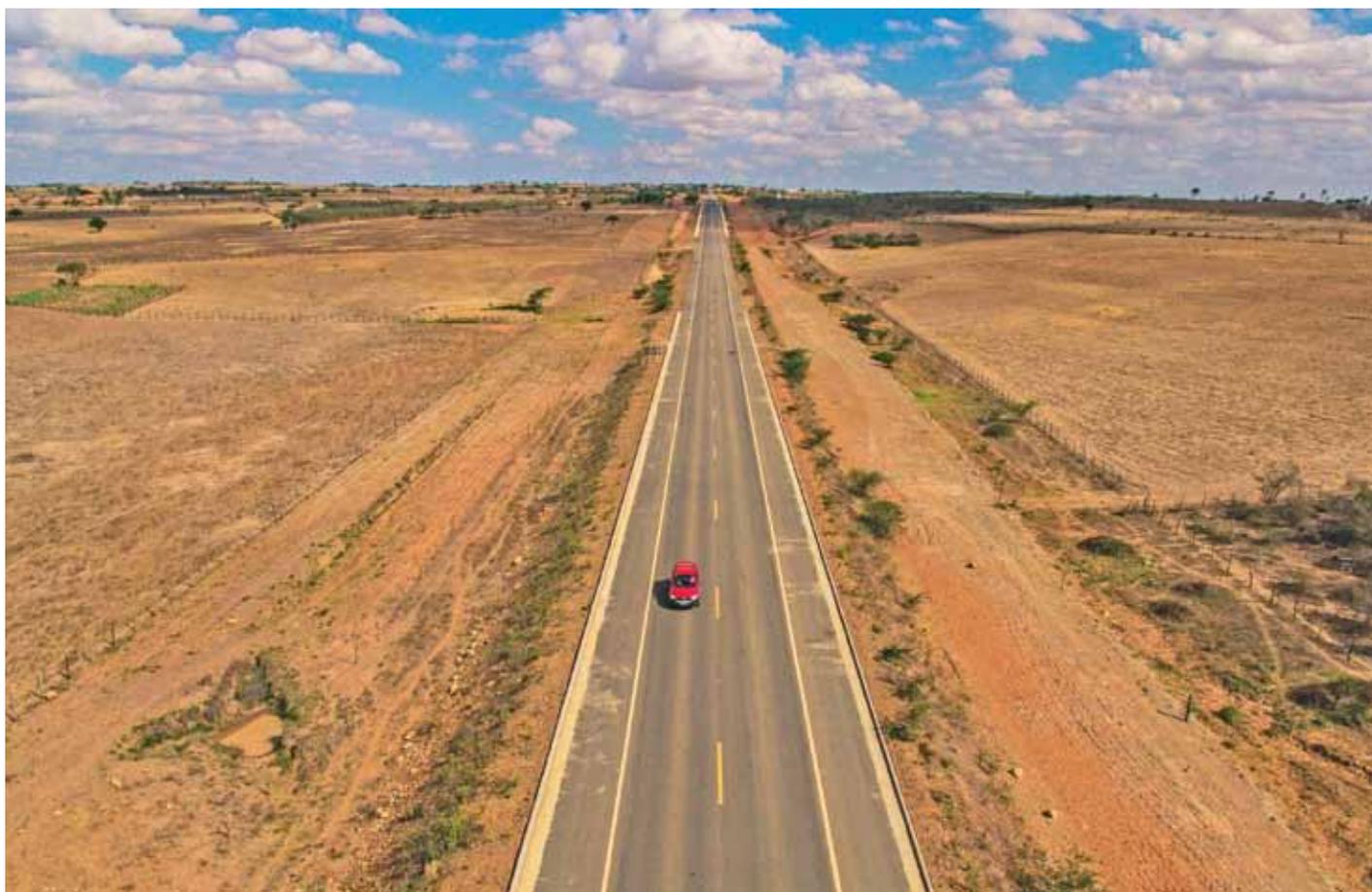
uma prorrogação de prazo contratual de 12 meses, até ao final do 1º trimestre de 2018. Em conformidade, estão a ser elaboradas as pertinentes adaptações aos projetos de execução e remobilizados os recursos conducentes à retoma dos trabalhos, prevenindo-se que tal possa ocorrer durante o 2º trimestre de 2017;

- "Réalisation de la Pénétrante Autoroutière Reliant le Port de Skikda à l'Autoroute Est-Ouest sur 31km", em Skikda, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 31km de extensão, com trinta e sete obras de arte e cinco nós de ligação, por um valor global de cerca de 300 milhões de euros, cabendo também à TD-EC a liderança do agrupamento e uma quota de participação de 75%. A respetiva ordem de serviço foi atribuída em 2 de julho de 2015, com 24 meses de prazo. Também nesta obra, por imperativos de ordem financeira, os projetos foram redefinidos de 2x3 vias para 2x2 vias, justificando uma prorrogação de prazo contratual de 12 meses, até ao final do 1º semestre de 2018. Atualmente, estão a ser elaboradas as pertinentes adaptações aos projetos de execução e remobilizados os recursos conducentes ao reinício dos trabalhos, prevenindo-se que tal possa verificar-se durante o 2º trimestre de 2017.

Estes últimos contratos refletem a continuada e consequente aposta da Teixeira Duarte neste país há mais de dez anos e consolidam a importância da Argélia no setor da Construção do Grupo, nomeadamente na área das Infraestruturas, sendo que, atualmente, a carteira desta área de atuação neste mercado ascende a cerca de 475 milhões de euros.

No **Brasil**, o ano de 2016 foi marcado pela criação da sucursal da TD-EC dando assim forma a um dos objetivos traçados dentro da estratégia de crescimento e reforço da marca neste mercado. Com esta medida, acreditamos que será possível alargar o âmbito de atuação do Grupo neste país, sobretudo em projetos de engenharia na área das infraestruturas, através da angariação de novos contratos de dimensão relevante, nomeadamente em grandes pontes, barragens de grande porte, obras subterrâneas, saneamento básico, hidroelétricas e concessões, entre outras.

Em simultâneo, procedeu-se a uma reestruturação da empresa, através da passagem do centro de decisão e serviços partilhados do Grupo para São Paulo, capital económica do Brasil. Com estas medidas estão criadas as condições de partida para dar uma resposta mais eficaz e



DNIT - Construção da Rodovia BR 235/BA
Coronel João Sá - Estado da Bahia | Brasil

abrangente ao mercado público e privado que, espera-se, venha a retomar o crescimento a partir do ano 2017 num ambiente económico, regulatório e político, distinto do vivido nos últimos anos.

Fruto das circunstâncias viveu-se, no Brasil, uma viragem significativa nas políticas nacionais, sobretudo na área económica, sendo que atualmente a aposta do novo executivo está focada na retoma da economia, com base em políticas de incentivo à iniciativa privada e ao setor da construção em todas as áreas de atuação. Segundo anunciado, o plano de investimento público das infraestruturas centrar-se-á nas áreas da mobilidade urbana e saneamento básico, enquanto as grandes infraestruturas energéticas, rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias deverão ser dinamizadas pelo setor privado, que gozará de medidas de incentivo específicas.

Existe, neste enquadramento, um sentimento generalizado de mudança e posicionamento dos investidores para o novo ciclo de crescimento que se aproxima, prevendo-se que o ano de 2017 deverá ser de viragem económica, com as previsões a apontarem para a retoma da economia e o regresso ao crescimento, o que nos leva a acreditar que a TD-EC terá oportunidades de cimentar e reforçar a sua intervenção no Brasil na área das infraestruturas, contribuindo com a sua experiência e conhecimento para este novo ciclo.

Tem sido através da participada "EMPA, S.A." que o Grupo atua nesta área das infraestruturas no Brasil, em especial nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Maranhão e Pará.

Em 2016, o nível de atividade desta área de atuação aumentou cerca de 20% em relação ao ano transato, em resultado dos treze contratos em execução.

No decorrer do exercício de 2016, foram concluídos os seguintes contratos:

- "Obras Civas de On Shore 3 - Porto do Açú", no estado do Rio de Janeiro, para a "Anglo Ferrous Minas Rio Mineração, S.A.";
- "Obras de Melhoramento e Pavimentação da Rodovia MG-230, trecho Serra do Salitre a Rio Paranaíba", em Minas Gerais, para o



VALE - Expansão da Estrada de Ferro Carajás
Santa Inês - Estado do Maranhão | Brasil

- "Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG)";
- "Construção do Estaleiro Jurong", em Aracruz, estado do Espírito Santo, para o "Estaleiro Jurong Aracruz (EJA)";
- "Obras Cíveis de On Shore 5 - Porto do Açu", no estado do Rio de Janeiro, para a "Anglo Ferrous Minas Rio Mineração, S.A."

Ao longo do exercício em análise foi dada sequência ao desenvolvimento dos projetos base e de execução para os seguintes contratos celebrados com o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes":

- "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-101/BA", em Esplanada, no estado da Bahia;
- "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Adequação na Rodovia BR-440/MG", em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais;
- "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA", em Jeremoabo, no estado da Bahia.

Para além das obras anteriormente mencionadas, foi dada continuidade à execução das seguintes empreitadas:

- "Construção da Rodovia BR 235/BA", na cidade de Coronel João Sá, estado da Bahia, para o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes";
- "Estabilização de Taludes do Setor Cava Oeste da Mina Águas Claras", na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, para a "MBR - Mineração Brasileira Reunidas, S.A.", participada do "Grupo Vale", empreitada em fase de conclusão;
- "Obras Cíveis no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira" em São Luís, Estado do Maranhão, para a "VALE, S.A.", obra em fase de conclusão;
- "Expansão da Estrada de Ferro Carajás" em Santa Inês, Estado do Maranhão: trata-se de uma empreitada ferroviária, executada em consórcio com a empresa do Grupo "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda." e tendo como cliente a "VALE, S.A."

No 4º trimestre de 2016 foi ainda contratada a seguinte empreitada:

- "Expansão da Estrada de Ferro Carajás, bloco G" em Marabá, Estado do Pará, para a "Vale, S.A.", a cargo da "EMPA, S.A." em consórcio com a empresa do Grupo "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda." sendo as participações de 70% e 30%, respetivamente,



VALE – Expansão da Estrada de Ferro Carajás, bloco G
Marabá – Estado do Pará | Brasil

pele valor de 66,5 milhões de euros com um prazo de execução de 759 dias. Esta obra foi contratada em regime de empreitada total e engloba a construção de obras civis, drenagens, obras de arte correntes e especiais, terraplenagens e infra de sinalização, referente à execução das duplicações de alguns segmentos da infraestrutura ferroviária Carajás-EFC.

No final do exercício de 2016, na sequência dos ajustes promovidos no orçamento pelo Governo Federal, foi recebida a ordem de serviço para o início dos trabalhos das obras de duplicação na rodovia BR-101/BA, em Esplanada, no estado da Bahia, para o "DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes".

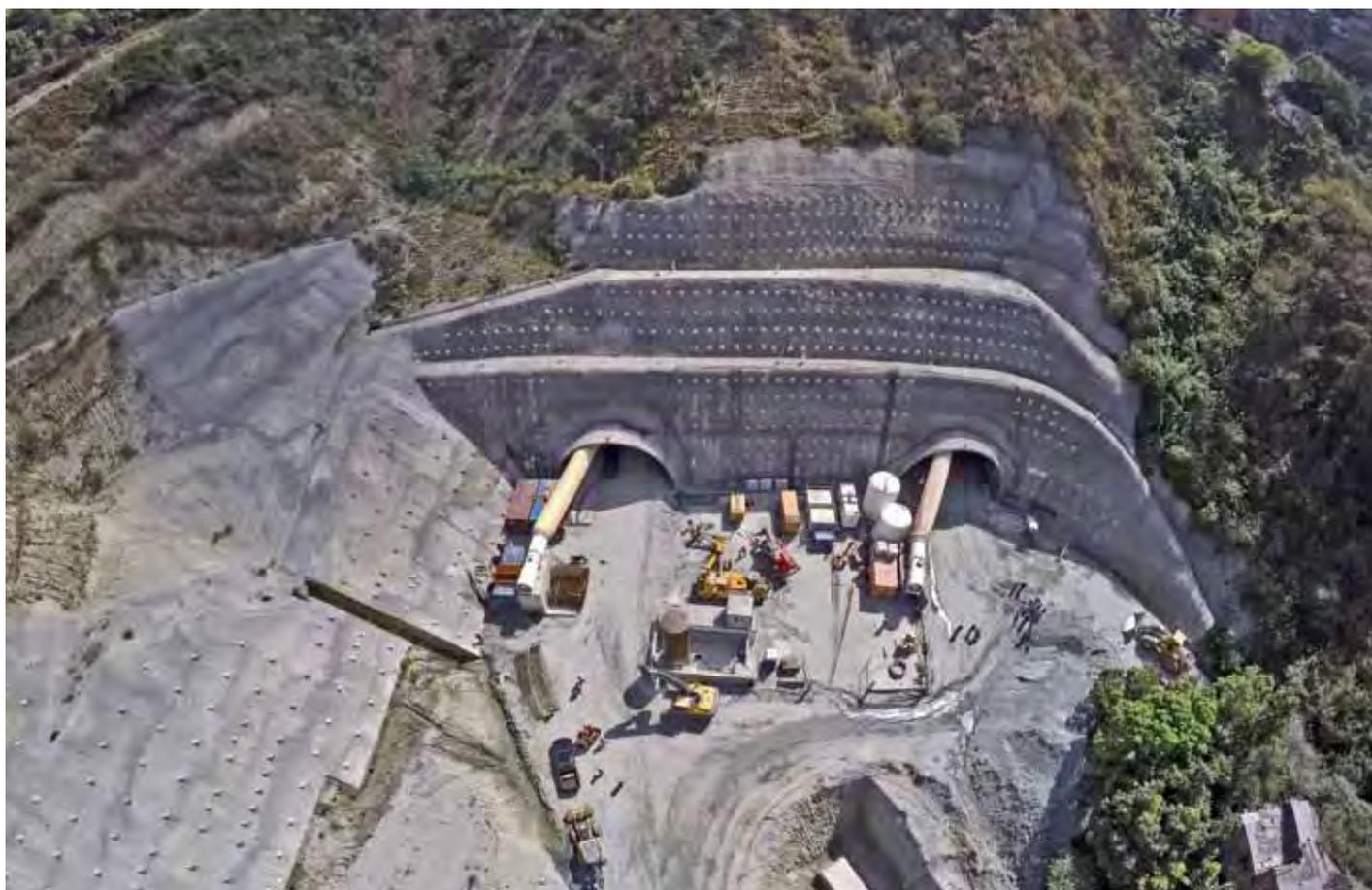
Atualmente, a carteira de obras da área de atuação das Infraestruturas neste mercado ascende a cerca de 180 milhões de euros, sendo que, para 2017, se prevê consolidar o crescimento da atividade já verificado em 2016.

Na **Venezuela**, durante o ano de 2016, foi possível proceder ao fecho administrativo da importante empreitada de construção do porto de La Guaira o que permitiu assegurar um crescimento significativo no volume de faturação face ao verificado em 2015, neste mercado.

Contudo, o abrandamento do investimento em infraestruturas teve também impacto no desenvolvimento de diversos memorandos de entendimento referentes a vários projetos infraestruturantes, entre os quais se realça o referente à "Nueva Autopista Alternativa Caracas – La Guaira".

Ainda assim, durante 2016, destaca-se a evolução das seguintes empreitadas:

- "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira", no estado de Vargas, para a "Bolivariana de Puertos, S.A.", cujo fecho administrativo culminou com a assinatura, já em março de 2017, da correspondente receção definitiva;
- "Construcción del Tunel Baralt, Distribuidor Macayapa y Viaducto Tacagua", em Caracas, para o "Ministerio del Poder Popular para el Transporte Terrestre", que a TD-EC executa através do "Consórcio Boyacá – La Guaira", no qual detém uma participação de 57,2%. Nesta



Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre – Construção do Túnel Baralt
Caracas | Venezuela

obra, prosseguiram as atividades de revisão dos estudos e projetos solicitados pelo cliente, com um forte impacto nos componentes distribuidor Macayapa e túnel Baralt, em resultado, essencialmente, da necessidade de adaptar a obra em curso à futura "Nueva Autopista Alternativa Caracas - La Guaira". Estas alterações traduzem-se principalmente no aumento do número de vias de circulação das infraestruturas a construir (túnel, viadutos e plenavia), resultando em incrementos muito significativos de algumas das atividades previstas desenvolver. No terreno, durante o exercício de 2016, mantiveram-se os fortes condicionamentos para a realização dos trabalhos nas componentes do distribuidor Macayapa e do viaduto Tacágua, relacionados com a densa ocupação dos terrenos e as inerentes dificuldades associadas aos processos de realojamento, aguardando-se a indispensável intervenção do "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre", de modo a dar um novo impulso aos trabalhos, conducentes à conclusão desta importante obra;

- "Planta Física de Nodos de la Red del Octavo Proyecto de Servicio Universal de Telecomunicaciones - Opsut", para a "Compañía Nacional de Teléfonos de Venezuela (CANTV)". Após a execução e entrega à CANTV de 125 dos 213 nós, distribuídos pelos diversos estados da Venezuela, numa área superior a 800.000km², o cliente reformulou o seu plano de distribuição da rede de fibra ótica e propôs a conclusão antecipada deste contrato, sendo que a rede atual já cobre cerca de 85% da área do país. Salienta-se que a generalidade dos objetivos traçados para a empreitada foram plenamente alcançados, pese embora a redução do respetivo objeto e a logística extremamente complexa que foi indispensável assegurar para a materialização desta obra, sendo de prever que o fecho administrativo e a respetiva receção definitiva possam ocorrer ainda no 1º semestre de 2017;
- "Planta Física del Centro de Operaciones de la RED (COR) y Centro de Datos" para a CANTV. Obra concluída e rececionada definitivamente, estando em curso o correspondente encerramento administrativo;
- "Trabajos de Construcción para el Galpon destinado a Industrias Canaima" para a "Telecom Venezuela, C.A.". Obra concluída, tendo sido iniciado os correspondentes processos de receção definitiva e de fecho administrativo.

Ao nível de empresas locais, geridas e participadas pela TD-EC, destacam-se:

- O "Consórcio Mineiro Luso Vargas, C.A." (CONLUVAR) é uma entidade mista formada entre a Governação do Estado de Vargas e a TD-EC com o objetivo principal de explorar uma pedreira na localidade de Naiguatá, para fornecimento de material a terceiros e às obras de

"Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira" e "Construcción del Tunel Baralt, Distribuidor Macayapa y Viaduto Tacagua", ambas com execução pela TD-EC. Cumprido o principal objetivo, em particular no que concerne à obra de construção do porto de La Guaira onde assumiu um papel determinante para o sucesso do projeto, no exercício de 2016 a atividade incidiu essencialmente sobre fornecimentos a clientes externos. Contando com um total de 52 trabalhadores, 50 dos quais locais, desde a data da sua criação em 2012, em 5 anos de operação, conseguiu extrair, processar e distribuir mais de 1.700.000m³ de inertes, entre os quais materiais para pedraplenos, areias e britas, sendo neste momento uma empresa de referência no Estado de Vargas;

- "Adoquines Vargas, C.A." (ADOQUINVAR) é uma entidade mista criada em 2016 entre a Governação de Vargas e a TD-EC com o propósito de recolocar em produção a fábrica de pavê (adoquines) montada em 2013 no âmbito da obra de construção do porto de La Guaira. Em pouco mais de 10 meses a fábrica produziu, em 2013, para o pavimento da obra do porto de La Guaira, mais de 7.000.000 unidades pré-fabricadas, ou seja, cerca de 170.000m² de material. Desde que iniciou a produção, em novembro de 2016, empregando somente 10 trabalhadores, todos locais, sob a gestão conjunta da Governação e da TD-EC, já produziu cerca de 12.600m², mantendo-se até ao momento com uma média de produção diária de 200m² e com a totalidade da produção vendida;
- Como evento relevante do início do ano de 2017, regista-se a assinatura, a 17 de janeiro de 2017, da "Aliança Estratégica para Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira", na Venezuela, com a empresa do Estado da República Bolivariana de Venezuela designada "Bolivariana de Puertos (Bolipuertos), S.A.", tendo em vista otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do terminal, convertendo-o num porto de transferência do mar Caribe e da América Latina. Nos termos e ao abrigo da referida Aliança, a TD-EC assumirá, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido terminal especializado de contentores do porto de La Guaira, que tem capacidade para movimentar 1.000.000 teus/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a -15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 gruas STS pórtico de cais, 15 gruas RTG 's pórticos de parque, 2 *reach-stackers*, 6 empilhadores frontais, 32 tratores de terminal e 40 plataformas, além de instalações administrativas e técnicas e de espaços de manutenção e reparação de equipamentos, em áreas que totalizam mais de 5ha. Atualmente, procede-se à fase de estruturação organizativa e obtenção de todas as autorizações e licenças obrigatórias para o exercício desta atividade, assim como à elaboração dos procedimentos operacionais.

Nestes últimos anos, a Teixeira Duarte tem materializado múltiplas obras estruturantes para o desenvolvimento sustentado da Venezuela, assumindo a responsabilidade e a execução com sucesso de empreitadas de grande dimensão e complexidade, com acentuada vertente de engenharia em vários domínios de atuação, refletindo não só a sua capacidade, mas também a presença de mais de 39 anos consecutivos neste país, sendo que a carteira de obras contratadas neste mercado ascende a cerca de 315 milhões de euros.

Relativamente à atuação técnico comercial levada a cabo em **Outros Mercados**, destacam-se as propostas apresentadas em Omã e no Kuwait, para clientes governamentais e privados e entrega de um processo de Pré-Qualificação para um projeto de uma grande ponte de tirantes cofinanciado pela União Europeia, Pelješac Bridge, na Croácia, bem como a aposta técnico-comercial que tem vindo a ser desenvolvida nalguns países da América Latina onde se pretende, inclusivamente, alargar o portefólio de negócios, desenvolver novas competências e novos modelos de parceria e atuar como um *player* regional consolidando as duas plataformas estratégicas desta região do globo - o Brasil e a hispânica.



BRISA - Reformulação da pala de portagem de plena via de Coina no sublanço Fogueteiro / Coina na A2-Auto-Estrada do Sul Portugal

Na área de atuação **METALOMECÂNICA**, a elevada especialização desta valência da Teixeira Duarte na construção metálica, traduz-se na realização de obras de elevada complexidade com forte componente metálica, nomeadamente Pontes Metálicas e Viadutos Metálicos, Edifícios e Estruturas Metálicas diversas de grande porte, seja atuando de uma forma integrada com os demais sectores, ou diretamente para clientes finais. Integrada nesta área, existe também a especialidade Mecânica, com elevado *know-how* no domínio da óleo-hidráulica. A conjugação e integração destes conhecimentos dotam a Metalomecânica de uma capacidade de resposta e desenvolvimento de soluções para projetos com montagens complexas e movimentação de cargas elevadas e, também, para a conceção e construção e reabilitação de Equipamentos Hidromecânicos e outros Equipamentos Especiais.

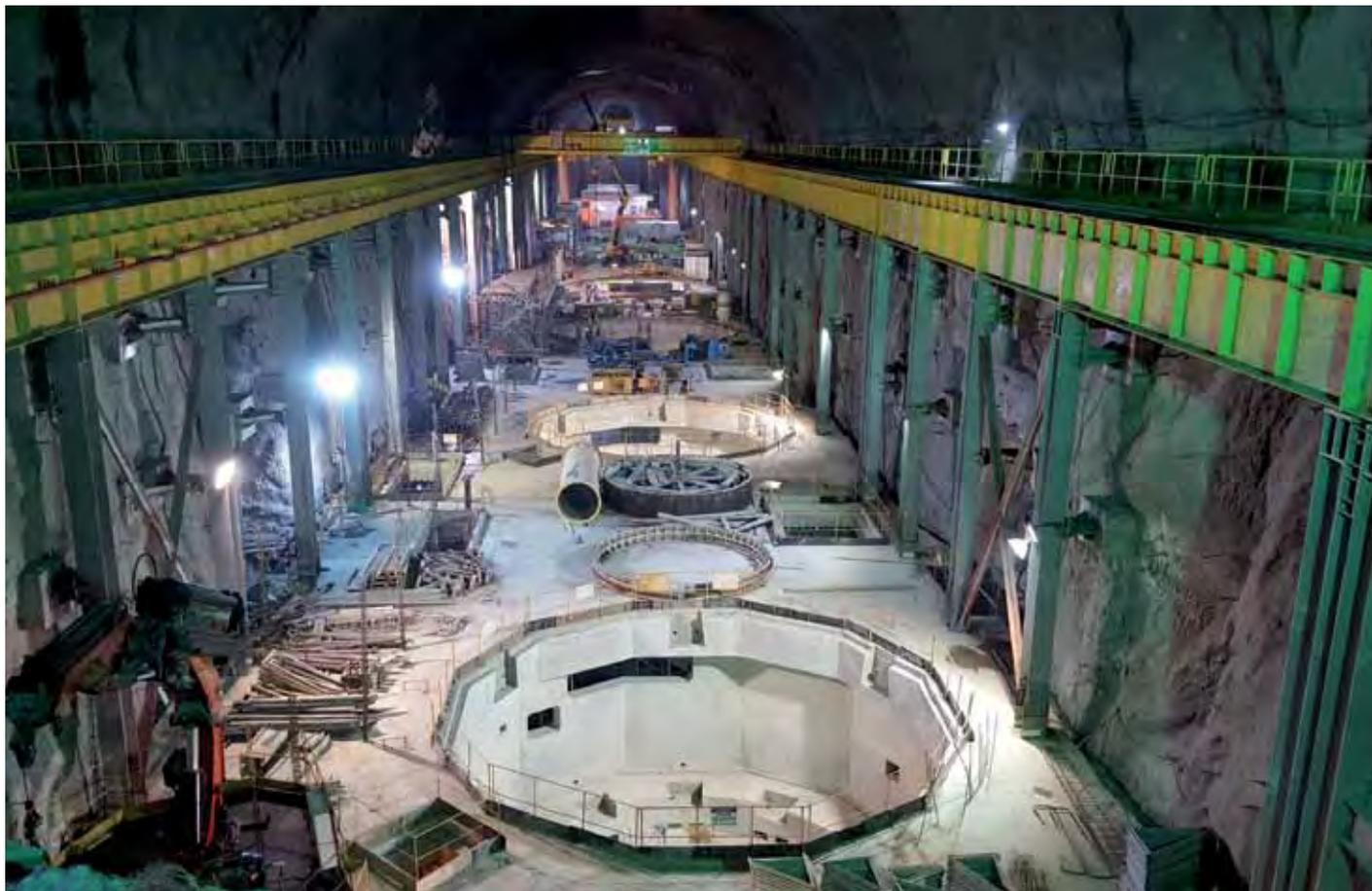
Durante o ano de 2016, a atuação desta Área prosseguiu alargada às várias geografias em que a Teixeira Duarte actua, tendo-se registado, em termos globais, um ligeiro aumento de volume de actividade relativamente ao ano anterior.

Em **Portugal** a TD-EC registou na área da Metalomecânica um ritmo de atividade semelhante ao do ano anterior.

Nas instalações oficiais do Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, destaca-se por um lado o fabrico de estruturas metálicas destinadas a diversas obras - sendo o destino mais significativo as empreitadas em curso na Argélia - e, por outro, a atividade de reparação e manutenção de equipamentos, quer internamente e para empresas do Grupo, quer para clientes externos como a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves - Corvo, S.A." e a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.".

Quanto à restante atividade desta Área de atuação da TD-EC, realça-se:

- A empreitada de "Adequação da comporta de montante da descarga de fundo da Barragem da Bouça ao regulamento de segurança de barragens", para a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.", que permitiu integrar um conjunto interessante de soluções de engenharia dos diversos sectores da Empresa;
- A empreitada de "Reparação urgente na ponte Eiffel ao PK 80+000 da Linha do Minho", para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.", com trabalhos de substituição de aparelhos de apoio nos pilares encontro e reparação de pilar/encontro;



Construtora Norberto Odebrecht - Montagem de diversas estruturas metálicas no Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca Kwanza Norte | Angola

- A execução continuada do contrato de assistência técnica na área de reparação de equipamento mineiro, para a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves - Corvo, S.A.", ao abrigo do qual se assegura a manutenção de grande parte do equipamento móvel de exploração mineira nas minas de Neves Corvo, numa colaboração que perdura há vários anos e que tem vindo a ser sucessivamente renovada;
- A "Empreitada de reformulação da pala de portagem de plena via de Coina no sublanço Fogueteiro / Coina na A2-Auto-Estrada do Sul", para a "BRISA - Concessão Rodoviária, S.A.". Tratou-se uma obra com elevados requisitos logísticos e de planeamento, de modo a minimizar o impacto no tráfego rodoviário naquela via de grande afluência, o que constituía um fator crítico para o cliente, que foi assegurado com sucesso;
- Destaque ainda para a assinatura um contrato de consórcio com o "Laboratório Nacional de Engenharia Civil" (LNEC) para a conceção e construção de um simulador de ensaios sísmicos.

Em **Angola**, a retração do mercado e a diminuição da atividade das outras Áreas da empresa implicaram uma forte redução da atuação no âmbito da Metalomecânica, cujas equipas ainda assim prosseguiram a produção de estruturas metálicas para diversos projetos de construção, bem como a execução de trabalhos oficinais de apoio à Direção de Equipamento da TD-EC e às outras empresas do Grupo em Angola.

Através da unidade de produção instalada no Polo Operacional de Viana, apoiaram-se, com o fabrico de estruturas metálicas, diversas obras, com destaque para a expansão da "MAXI Morro Bento", a "MAXI Golf" e o empreendimento "Villa Sul", todas elas para empresas do Grupo.

Na empreitada do "CLOD - Centro de Logística e Distribuição de Luanda", já concluída, a Metalomecânica teve uma participação muito relevante com as componentes de construção metálica e revestimentos.

No relevante projeto do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca a Teixeira Duarte, através da Metalomecânica, deu continuidade à colaboração com a "Construtora Norberto Odebrecht" na montagem de diversas estruturas metálicas, nomeadamente na casa de força e na tomada de água.



AGB - Sede do Gulf Bank Algeria - Montagem de estruturas metálicas
Argel | Argélia

DEINFRA - Restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz - Sustentação provisória do tabuleiro central
Florianópolis | Brasil

Na **Argélia**, prosseguiram os trabalhos de montagem das estruturas metálicas inerentes ao projeto "AGB - Nouveaux Siege social Gulf Bank Algeria", o qual compreende a construção de três edifícios, incluindo duas torres de 24 pisos e aproximadamente 110 metros de altura e que tem solução estrutural em estrutura metálica aparafusada. Estas estruturas foram previamente fabricadas nas oficinas no Polo Operacional Teixeira Duarte, em Portugal, e depois exportadas para a Argélia. Trata-se de uma imponente construção, inédita na Argélia pela sua altura e tipo de solução construtiva, sendo também a mais alta construção de estrutura metálica em edificações efetuada pela Metalomecânica.

Para o projeto "AGA - Controle et suivi des travaux de réalisations des installations et équipements d'exploitation de l'autoroute Est-Ouest-Lot Ouest", foram realizadas estruturas em alguns edifícios de apoio. Para o ano de 2017 mantém-se a expectativa de incremento de trabalhos da Metalomecânica neste projeto, nomeadamente com a construção das estruturas Auvents destinadas às coberturas das portagens e restantes edifícios de apoio.

Realizaram-se ainda alguns trabalhos de estruturas metálicas integrados em empreitadas realizadas para a "A.N.E.S.R.I.F. - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires", nomeadamente nas estações Nacária e Moustapha.

No **Brasil**, em colaboração com a Geotecnia e Reabilitação, foi concluída a empreitada de sustentação provisória do tabuleiro central da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para o "Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA", sendo que, na sequência desta primeira intervenção e já no âmbito de uma nova empreitada de "Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis - Santa Catarina" adjudicada à TD-EC existem múltiplas intervenções de elevada complexidade técnica a executar neste âmbito da metalomecânica.



Ferrovial / MSF - Construção da Central de Aspiração e Forçada abaixo da cota 800 - CV04
Sabrosa | Portugal

Nas **OBRAS SUBTERRÂNEAS**, o Grupo Teixeira Duarte integra uma Empresa especialista a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), com larga experiência na área, equipada com os mais avançados recursos para a execução de obras desta natureza e que intervém nas áreas da engenharia civil e da área mineira.

Em 2016, a EPOS, S.A. atuou em Portugal (que representou cerca de 80% dos seus proveitos), Espanha, Angola, Venezuela, Colômbia e mais recentemente no Peru, através de sucursais ali constituídas, tendo globalmente registado uma substancial redução da sua atividade.

Em **Portugal**, a EPOS manteve a forte componente da sua produção em trabalhos para a indústria mineira, reduzindo substancialmente os proveitos em obras de engenharia civil, em função da conclusão do projeto rodoviário do Túnel do Marão e da empreitada geral de Construção do Reforço de Potência de Salamonde.

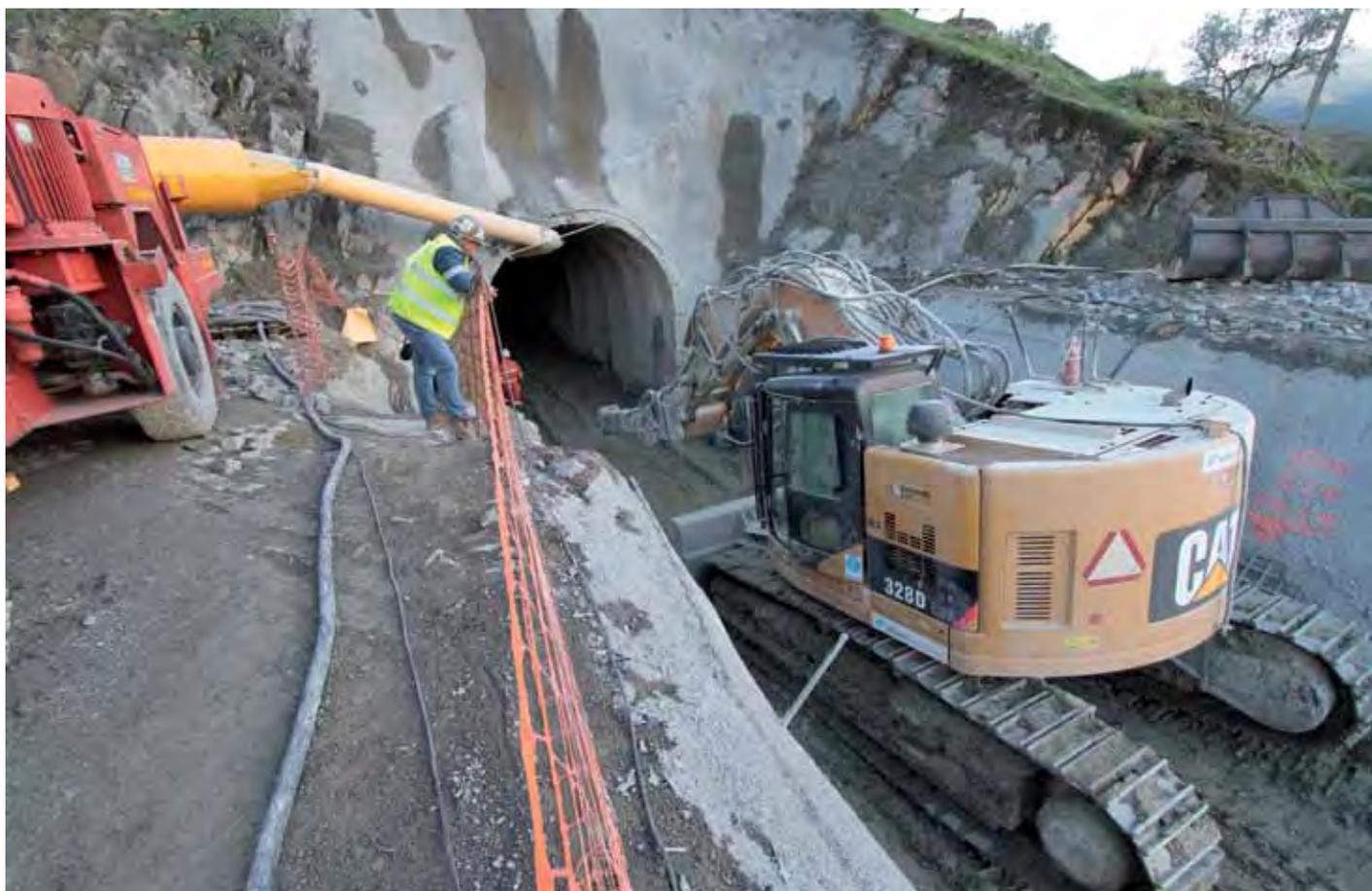
Em síntese, destacam-se as seguintes atividades de produção desenvolvidas em 2016:

- No âmbito das intervenções realizadas na Mina de Neves Corvo realça-se a conclusão, a 31 de março de 2016, dos três contratos em vigor e o início de um novo contrato, celebrado também com "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." (a vigorar de 1 de abril até 30 de dezembro de 2018) visando o desenvolvimento da infraestrutura mineira, o transporte e a aplicação de betão projetado na Mina de Neves Corvo.

Durante o ano de 2016 foram escavados, ao abrigo dos mencionados contratos, 4 km de túneis e galerias para desenvolvimento de infraestrutura mineira, aplicados 29 mil m³ de betão projetado e executadas 57 mil unidades de pregagens de aço.

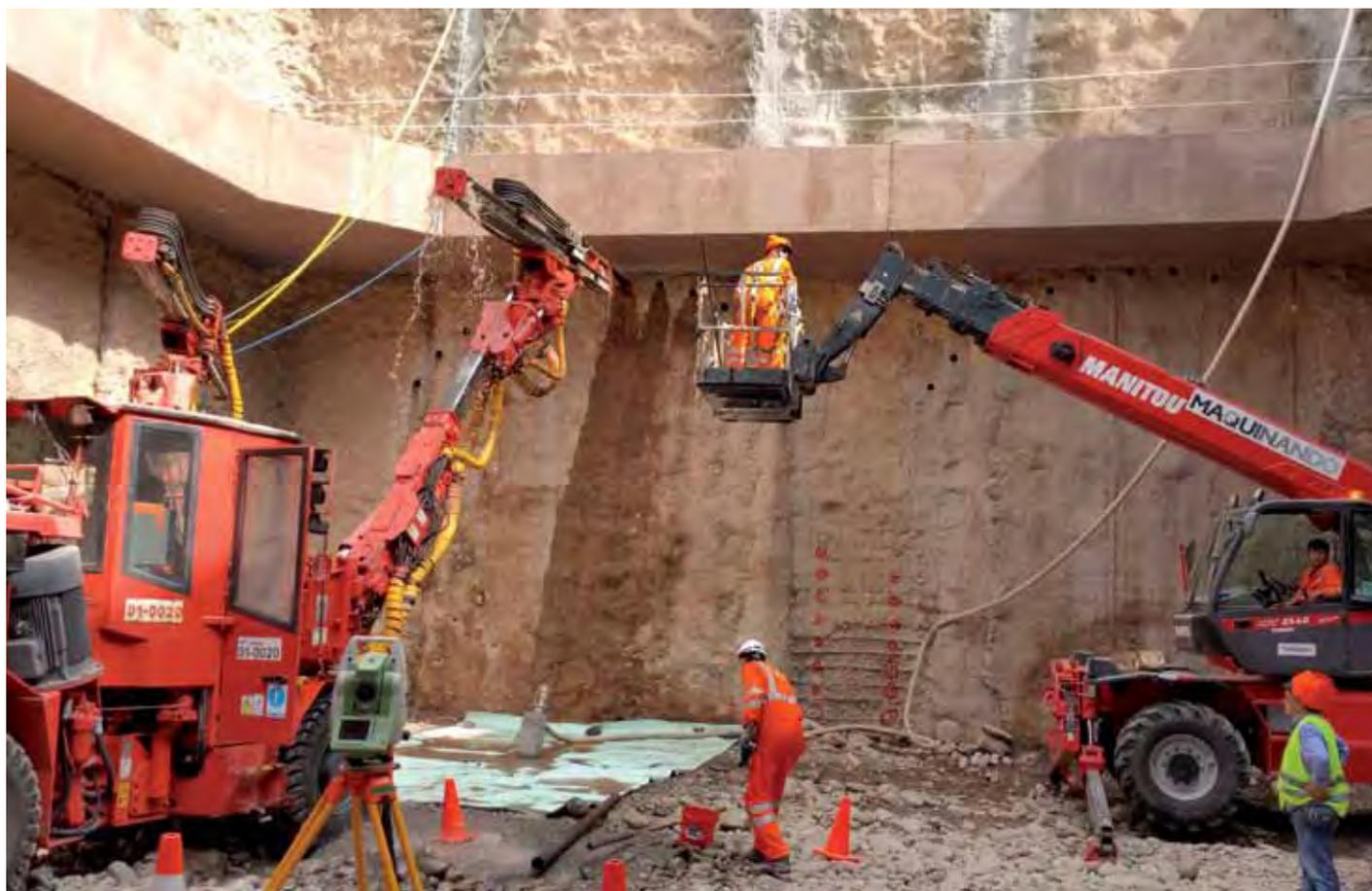
Salienta-se ainda, no âmbito da reabilitação da infraestrutura mineira, a atividade desenvolvida com o equipamento e tecnologia "Shaftliner", desenvolvidos pela EPOS, S.A, completando cerca de 50m de tratamento e revestimento em poços de ventilação.

Em termos de desmonte em minério, os volumes produzidos estiveram ao nível do ano anterior, tendo-se extraído 263 mil toneladas;



Adega Subterrânea da Quinta do Tedo - Execução de uma galeria subterrânea
Folgosa | Portugal

- A empreitada geral de Construção do Reforço de Potência de Salomonde - Salomonde II, contratada com a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.", em que a E.P.O.S., S.A. desenvolve a sua atividade no seio do agrupamento "CONSTRUSALAMONDE, A.C.E.", ainda que concluída em 30 de novembro de 2015 teve, em 2016, a inclusão de diversos trabalhos no respetivo contrato, referindo-se a este propósito a assinatura com do Acordo Adicional Nº 2 ao Contrato da Empreitada Geral de Construção com a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.";
- A empreitada de construção do IP4 (A4) Túnel do Marão (em regime de conceção/construção), realizada em consórcio com a TD-EC para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.", ficou concluída no início do mês de maio. Sem comprometer a receção provisória desta empreitada e por consequência o funcionamento do empreendimento, permaneceu ainda em execução, durante todo o ano de 2016, a retirada do escombro do vazadouro provisório de obra (V5A) para vazadouro definitivo;
- A participação em diversos trabalhos na mina de Aljustrel, para a "ALMINA - Minas do Alentejo S.A.", destacando-se a execução de 5,5 km de cabos duplos para sustimento e 15 km de furação longa para desmonte de bancadas de minério;
- A empreitada de Construção da Central de Aspiração e Forçada abaixo da cota 800 - CV04 do A. H. de Gouvães, contratada em final de novembro com o "Ferrovia / MSF - Barragens, ACE", consiste na escavação de diversos componentes do Circuito Hidráulico tendo como prazo de execução aproximadamente sete meses e um valor de cerca de 6,1 milhões de euros. Foram iniciados os trabalhos de escavação em dezembro e prevê-se a sua conclusão em julho de 2017;
- A empreitada "Adega Subterrânea da Quinta do Tedo" contratada em novembro, por um valor aproximado de 550 milhares de euros, consiste na execução de uma galeria subterrânea que servirá de armazém vinícola e ainda uma extensão de falso túnel que terá como objetivo a criação de um parque de estacionamento;
- A empreitada da "Barragem de Bouçã - Escavação do Poço de Arejamento" consistiu na execução de um poço com 57 m de profundidade e um diâmetro de 1,5m recorrendo-se à técnica de Raise Boring. A obra com um valor de cerca de 200 milhares de euros e foi realizada em 5 meses, tendo sido concluída em novembro de 2016.



Consórcio Construtor M2 Lima - Escavação e revestimento de duas galerias no Metro de Lima
Lima | Peru

Salienta-se ainda a ação desenvolvida pela Direção de Geologia e Instrumentação da EPOS, S.A., através da qual foi mantido um permanente apoio às diversas obras em Portugal, na Venezuela, em Angola e no Perú, sendo de referir, pela sua importância, o acompanhamento de interpretação e mapeamento geológico do Túnel do Marão, que gerou mais de 1.500 relatórios descritivos dos aspetos geológicos e da monitorização geotécnica e estrutural.

Em **Angola**, ficaram concluídos no início do ano, os trabalhos integrados no circuito hidráulico do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, no Kwanza Norte, realizados em subempreitada para "Construtora Norberto Odebrecht, S.A. (Sucursal Angola)". No total foram escavados 5,5 km de túneis de grande secção e 344 metros de poços com 8 metros de diâmetro, perfazendo no todo cerca de 630 mil m³ de rocha desmontada. Para este mesmo cliente, no decorrer do ano de 2016, foi ainda celebrado um contrato de prestação de serviços de aluguer e operação de robô de projeção de betão que se mantém ainda em execução em 2017.

Na **Colômbia**, ainda que sem atividade industrial, a Sucursal manteve permanentes contactos técnico-comerciais com vista à angariação de obras tanto no setor hidroelétrico como no rodoviário, apresentando diversas propostas durante o ano de 2016 para projetos relevantes que terão o seu início em 2017.



Consorcio Boyacá - La Guaira - Construção do Túnel de Baralt
Caracas | Venezuela

Em **Espanha**, a atividade continuou concentrada no setor mineiro, registrando no entanto uma diminuição do volume de trabalhos realizados, comparativamente com 2015 por força da resolução do contrato com a "Rio Narcea Recursos S.A." na Mina de Aguablanca. No entanto permaneceram, com bom registo de atividade, os seguintes projetos:

- Na Mina de Aguas Teñidas, a continuação da execução do contrato para operações de perfuração longa em desmontes de bancada celebrado com "MATSA - Mina de Aguas Teñidas, S.A.U.";
- Execução de diversos contratos para assistência técnica às operações de perfuração, de serviços de reparação mecânica e de operação de dumpers, operação de pás carregadoras, de robô de projeção e de equipamento de saneamento de rocha, na Mina de Boinás, para a "Orovalle Minerals, S.L.".

No **Peru**, foi criada a Sucursal da "E.P.O.S., S.A." no Peru e foi celebrado em dezembro um contrato com o Consórcio Construtor M2 Lima, que consiste na realização, no metro de Lima, de duas galerias com extensão total de 146m as quais serão escavadas e revestidas. Esta subempreitada terá uma duração de 6 meses e tem um valor aproximado de 2,9 milhões de euros.

Na **Venezuela**, os trabalhos de construção do Túnel de Baralt, que integra um complexo e extenso troço de rodovia na saída de Caracas em direção ao aeroporto, no qual a Empresa intervém na qualidade de subempreiteiro do "Consorcio Boyacá - La Guaira" (participado pela TD-EC), não tiveram desenvolvimentos para a componente do túnel, tendo estado a empreitada em ritmo reduzido durante todo o ano de 2016.

Nas **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." (SOMAFEL, S.A.), é a sociedade do Grupo Teixeira Duarte (detida a 60%) vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária). O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional na área ferroviária, que atualmente se concentra em Portugal, França, Reino Unido, Marrocos, Argélia, Moçambique e Brasil, tendo estado a desenvolver um processo de otimização da atividade nesses países, onde trabalha em quatro bitolas distintas.

Em 2016, o Grupo teve um aumento dos proveitos nesta área da Construção na ordem dos 7,5%, tendo alcançado proveitos de cerca de 34 milhões de euros.

Com efeito, o aumento registado no Brasil através da sua participada local, "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda." superou as diminuições da atividade em Portugal, na Argélia, em Marrocos e em Moçambique.

Em **Portugal**, a atividade esteve maioritariamente centrada em projetos de manutenção e reabilitação de infraestruturas ferroviárias, realizados para o principal cliente, "Infraestruturas de Portugal, S.A.", destacando-se, neste âmbito, as seguintes empreitadas:

Na vertente da manutenção:

- Continuação do contrato de Manutenção das Infraestruturas de Via e Catenária, afetas aos Centros de Manutenção de Coimbra, Entroncamento e Caldas da Rainha, designado por "Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária - Lote 5", celebrado com a "Infraestruturas de Portugal, S.A." por um prazo de 5 anos;
- Conclusão do contrato de "Prestação de Serviços de Manutenção de Aparelhos de Via na Rede Ferroviária Nacional, Via Larga - 2º Trimestre 2016", para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.";
- Início do contrato de "Prestação de Serviços de Manutenção de Aparelhos de Via da Rede Ferroviária Nacional - Lote V", celebrado com a "Infraestruturas de Portugal, S.A.", com uma duração de 24 meses. Este contrato abrange a manutenção dos aparelhos de mudança de via (AMVs) da Rede Ferroviária Nacional de Via Larga, na área geográfica correspondente aos Centros de Manutenção de Coimbra, Entroncamento e Caldas da Rainha.

Na vertente da reabilitação:

- Estabilização de Talude de Escavação entre os Kms 133,060 e 133,170, na Linha da Beira Alta, para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.";
- Reparação Definitiva da Superestrutura de Via Danificada entre o PK 163,457 e PK 163,840, na Linha do Oeste, na sequência de descarrilamento, para "Infraestruturas de Portugal, S.A.";
- "Reparação de Vias no Parque Oficial POC-Entroncamento", Para a "EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.";
- Reparação definitiva da superestrutura de via danificada entre o PK 270,450 e PK 270,580, da Linha do Leste, na sequência de descarrilamento, para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.".

Com o lançamento a concurso de alguns projetos ferroviários delineados no "Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas", o ano de 2016 foi também marcado por uma ligeira retoma na atividade comercial, destacando-se a adjudicação dos seguintes contratos à SOMAFEL, S.A. no último trimestre de 2016 e que permitem prever uma subida da atividade em Portugal 2017:

- "Linha da Beira Alta - Substituição de travessas de betão bibloco entre os Kms 158,250/167,490";
- "Eletrificação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo, inclusive, incluindo Estações Técnicas".

A **Argélia** continuou a ser um mercado estratégico e importante para esta área de construção do Grupo Teixeira Duarte, realçando-se os trabalhos executados nos seguintes projetos:

- Modernização da linha entre Thenia e Tizi Ouzou e a sua eletrificação até Oued Aissi, com uma extensão global de 75km, no âmbito de empreitada para a "Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires" (ANESRIF). Registou-se, em 2016, um forte incremento no desenvolvimento dos trabalhos ferroviários desta empreitada no decorrer do segundo semestre, com particular destaque para os trabalhos de eletrificação;
- Continuação dos trabalhos da empreitada de instalação e colocação ao serviço da catenária de 3.000 V de corrente contínua da Linha Mineira, na zona Este de Annaba.



ANESRIF - Modernização da linha entre Thenia e Tizi Ouzou e a sua eletrificação até Oued Aissi Argélia

No **Brasil**, a sua participada local "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas Ltda." (SOMAFEL, Ltda.) aumentou de forma muito significativa a sua atividade, o que implicou também um forte investimento em meios humanos e de equipamentos pesados e ligeiros.

Em 2016 foram concluídas as seguintes empreitadas:

- Prestação de serviços de instalação de via de metro ligeiro de superfície, numa extensão de 10km, em Consórcio com uma Empresa brasileira, no sistema conhecido no Brasil como Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), para a Concessionária do "VLT Carioca S.A.";
- Prestação de serviços de manutenção emergenciais do Sistema Metroferroviário de Brasília, em consórcio com empresas brasileiras, estando incluído no âmbito do contrato a manutenção do material circulante, energia, sinalização, via e edificações, no Distrito Federal;
- Caminho de Rolamento no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, com extensão de 5km, no âmbito de uma obra de outra empresa do Grupo Teixeira Duarte para a "VALE, S.A." em São Luís, no Estado do Maranhão;
- Montagem de via em 10km no Metro de Salvador, para o "Consórcio Mobilidade Bahia", constituído por empresas dos Grupos "Andrade Gutierrez" e "Camargo Correa".

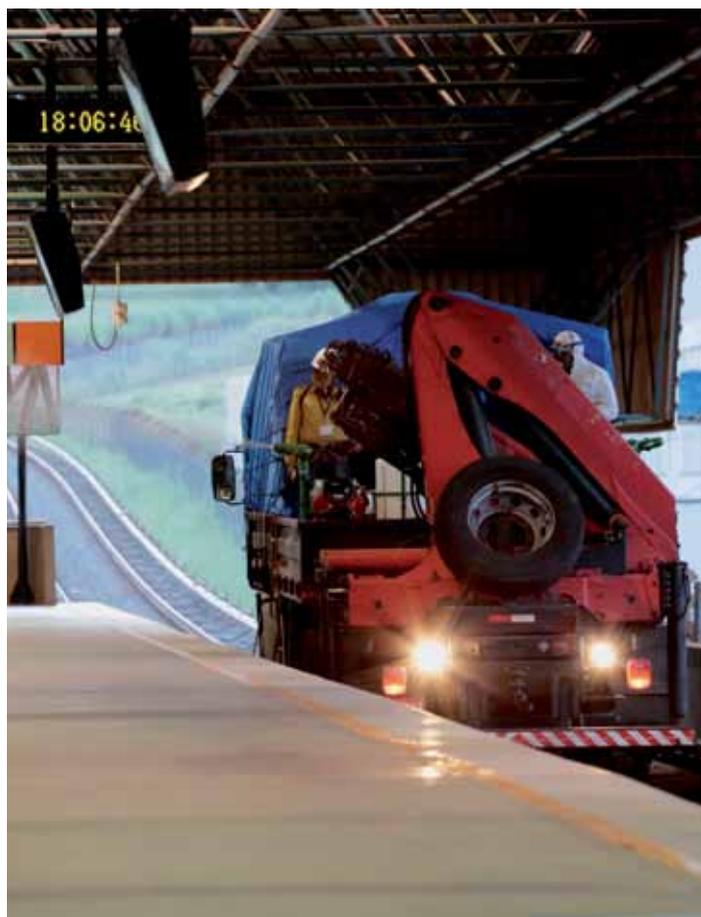
Proseguem em execução desde 2016 destacam-se as seguintes empreitadas:

- Expansão da Estrada de Ferro Carajás - Projetos CLN S11D, em Consórcio com outra empresa do Grupo Teixeira Duarte, "EMPA, S.A.", para a "VALE, S.A.", com uma extensão de 87km, no Estado do Maranhão, prevendo-se a sua conclusão durante o ano de 2017;
- Expansão da Estrada de Ferro Carajás - Projetos CLN S11D, em Consórcio com outra empresa do Grupo Teixeira Duarte, "EMPA, S.A.", para a "VALE, S.A.", com uma extensão de 43km, no Estado do Pará e previsão de conclusão em 2018.

As boas performances ligadas ao agronegócio no Brasil sugerem que a médio prazo sejam lançadas obras ferroviárias estruturantes para melhor escoar "comodites" e a produção agrícola, pelo que se prevê poder manter o mesmo nível de proveitos, alcançados em 2016.



VLT Carioca - Instalação de via de metro ligeiro de superfície
Rio de Janeiro | Brasil



Sistema Metroferroviário de Brasília - Prestação de serviços de manutenção emergenciais
Brasília | Brasil

Em **França**, a atividade da SOMAFEL, S.A. tem-se mantido constante, sendo essencialmente caracterizada pela realização de trabalhos de catenária para empresas congéneres francesas, na rede da "Société Nationale des Chemins de Fer Français" (SNCF), dos quais se destacam:

- Trabalhos de regulação de catenária, realizados na linha de Rennes e Redon no âmbito da empreitada RV Rennes Redon;
- Trabalhos de regulação e transferência de catenária, realizados na empreitada "Caténaire V350 ST1 st V200 ST1 apte à 220 sur ligne LGV Bretagne Pays de la Loire".

Em **Marrocos**, a atividade do ano de 2016 foi marcada pelo forte desenvolvimento da empreitada de estudos e trabalhos de via, construção civil e catenária, nas instalações terminais de Kenitra – Ligação de Alta Velocidade entre Tânger e Kenitra, para o "Office National des Chemins de Fer" (ONCF).

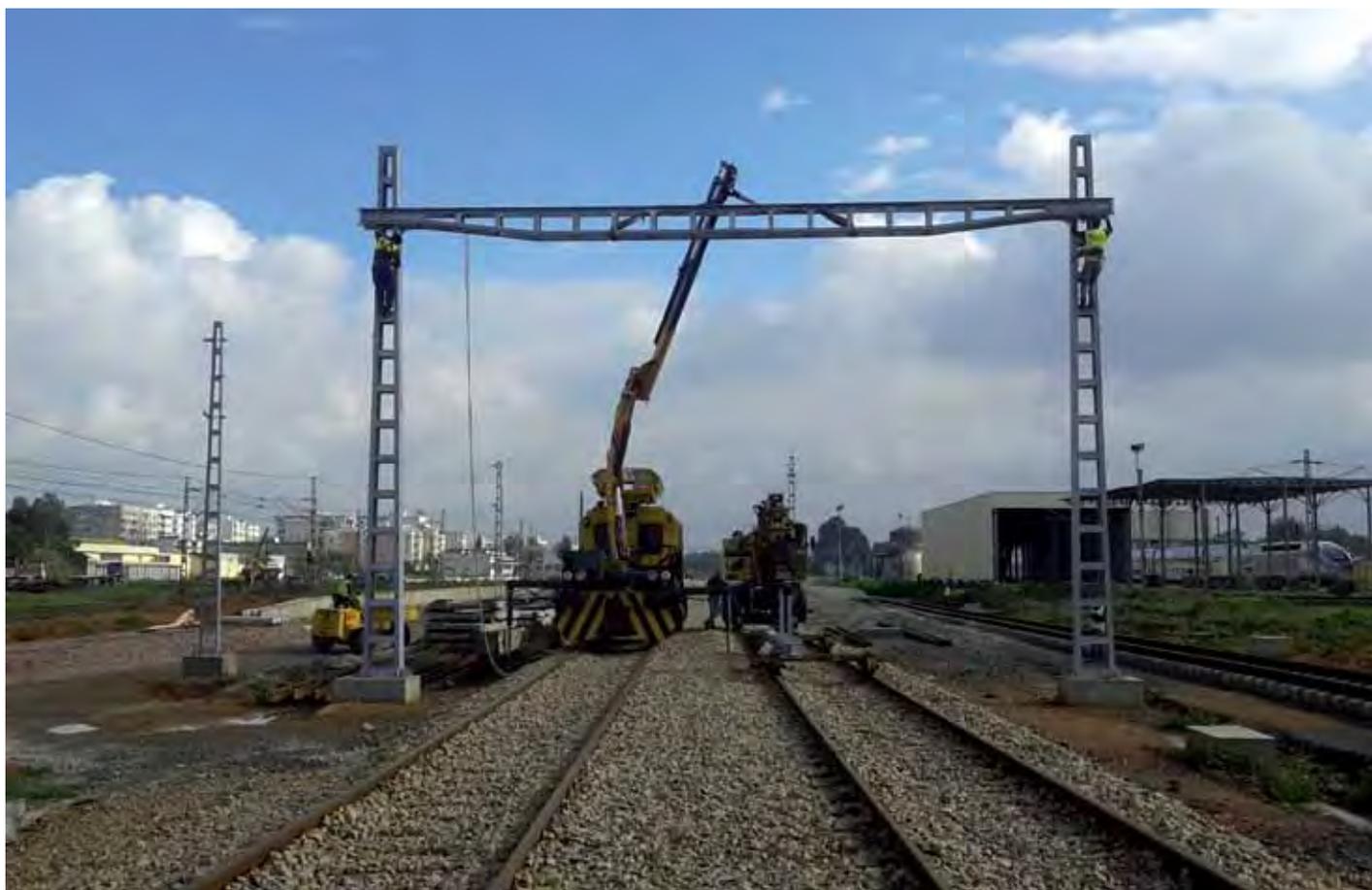
Decorrente da adjudicação de uma variante opcional, esta empreitada irá prolongar-se no tempo, perspetivando-se a data de conclusão para o primeiro semestre de 2017.

Na área comercial verificou-se um decréscimo de concursos lançados pela ONCF, destacando-se, ainda assim, a participação em alguns concursos importantes, nomeadamente:

- "Réalisation des travaux de Réhabilitation du Tunnel de Rabat Ville et Renouvellement de la voie et de la caténaire", lançado pela ONCF, no âmbito do projeto destinado ao aumento da capacidade do principal eixo ferroviário Tânger – Kénitra – Casablanca – Marrakech;
- "Fourniture et Travaux Catenaires de Raccordement des Feeders aux Installations Catenaire en Gare de Kenitra".

Estando em fase de conclusão o Programa Quinquenal de Ações e Investimento (2012-2016) estabelecido pelo Estado marroquino, o ano de 2017 será um ano de transição com redução significativa da atividade produtiva, pretendendo-se acompanhar comercialmente os empreendimentos previstos no PMR 2040 (Plan Maroc Rail 2040), que preveem a colocação ao serviço de cerca de 1.500 km de linhas velocidade alta (LGV) e de aproximadamente 2700 km de linhas clássicas.

Em **Moçambique**, no ano de 2016, agravou-se a crise económico-financeira que havia marcado a segunda metade de 2015, tendo-se



ONCF - Estudos e trabalhos de via, construção civil e catenária, nas instalações terminais de Kenitra
Ligação de Alta Velocidade entre Tânger e Kenitra | Marrocos

instalado uma conjuntura extremamente negativa para o desenvolvimento de projetos, nomeadamente no que se refere a infraestruturas de transporte, ferroviárias e portuárias.

O ano de 2016 marcou o início da atuação no mercado ferroviário do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, com a primeira abordagem a ser efetuada através da especialidade da Catenária, dada a dimensão dos projetos em curso nesta área e a relevância dos projetos delineados como prioritários no panorama ferroviário Britânico.

Para esse efeito, foi estabelecida uma parceria com uma empresa Inglesa, inicialmente para as áreas de projeto e construção de catenária, não descurando no entanto a possibilidade de apresentação de propostas para oportunidades que possam ser identificadas na área da via.

Realça-se também a assinatura de um contrato de consultadoria no âmbito de um dos principais projetos de eletrificação a decorrer no Reino Unido; - "Consultadoria na área de revisão de projeto de catenária para a Network Rail, no corredor ferroviário *GWEP - Great Western Electrification Project*.

Na vertente comercial, foi apresentada uma proposta para a construção de catenária na empreitada adjudicada à Balfour Beatty, no corredor ferroviário de confluência de duas administrações ferroviárias, *Network Rail e Crossrail (TfL - Transport for London), South East Section - Abbey Wood Station*.

Dentro das perspetivas comerciais neste mercado destaca-se o primeiro grande projeto de alta velocidade do Reino Unido denominado *High Speed 2 (HS2)*, sendo a primeira fase o troço compreendido entre as cidades de Londres e Birmingham, com início dos trabalhos previsto para o ano de 2017.

Destaca-se igualmente os planos de investimento ferroviário na linha convencional, denominados *Control Periods (CP)*, com duração de 5 anos, estando previstos grandes investimentos designadamente de eletrificação nos seguintes períodos temporais; *Control Period 5 (CP 5) 2014/2019* e *Control Period 6 (CP 6) 2020/2025*.



DGRM – Reabilitação do Molhe Nascente da Barra de Tavira
Tavira – Algarve | Portugal

CFM – Reabilitação e extensão do Porto da Beira
Beira | Moçambique

Na área das **OBRAS MARÍTIMAS** o Grupo Teixeira Duarte tem capacidade para executar diversos tipos de obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico; de construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Em 2016 a "OFM – Obras Fluviais e Marítimas, S.A.", que se destacava como entidade especializada no Grupo para a realização dos referidos trabalhos marítimos e fluviais, foi, no âmbito de um processo de reorganização interna extinta por incorporação por fusão na sua acionista única SOMAFEL, S.A..

Deste modo, o património da OFM, S.A. foi totalmente integrado na esfera da SOMAFEL, S.A. que, em consequência, assumiu todas as posições contratuais, direitos e obrigações contraídos pela OFM, S.A. no exercício da sua atividade.

O Grupo Teixeira Duarte manteve a sua capacidade produtiva no âmbito das obras marítimas, integrando meios técnicos e humanos da OFM, S.A., bem como equipamentos marítimos necessários ao desenvolvimento deste tipo de obras.

Em **Portugal**, fruto da crise económica e da consequente redução do investimento público e privado, registou-se um decréscimo acentuado nesta atividade, que em 2016 se limitou à adjudicação do contrato, em execução pela TD-EC, para "Reabilitação do Molhe Nascente da Barra de Tavira", para DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

Tendo em atenção as notícias divulgadas pelo Governo Central e Regional dos Açores, para o desenvolvimento dos portos nacionais e regionais prevê-se o lançamento de um conjunto de concursos com algum significado, cujos resultados só irão, provavelmente, ter expressão no final do ano em curso e 2018.



Barragem de Crestuma - Conceção e montagem de uma plataforma para a execução de trabalhos de Geotecnia
Porto | Portugal

Na **Argélia**, a atividade desenvolvida em 2016 cingiu-se assinatura do contrato e preparação da empreitada para a "Réalisation des travaux de réhabilitation des postes 1, 2 et 3 du port pétrolier de Bejaia", para a "Entreprise Portuaire de Bejaia".

Destaca-se também o acompanhamento que a TD-EC tem mantido com o "Ministère de la Défense Nationale - Établissement de Construction et Réparation Navales" através de inúmeras reuniões de esclarecimento à proposta que entregou para o concurso denominado "L'Étude et Réalisation d'un Complexe Élévateur à Bateaux d'Une Capacité de Léavage Util Égale ou Supérieure à 9000 Tonnes, dans la Base Navale Principale de Mers-El-Kebir". Esta empreitada, de elevado valor e complexidade técnica, teve uma intenção de adjudicação já em 2017.

Em **Moçambique**, realçam-se as adjudicações obtidas em 2016 para as empreitadas que atualmente estão em curso:

- "Rehabilitation and Extension of Service Vessel Quay in the Beira Port", para os CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.;
- "Reposição de Defensas e Cabeços de Amarração no Porto de Pemba", para os CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

Embora sem atividade operacional nesta Área das Obras Marítimas em Angola, no Brasil, na Colômbia, Estados Unidos da América e no Perú, o Grupo Teixeira Duarte prosseguiu uma intensa atuação comercial no estudo de propostas, no acompanhamento de clientes, empresas congéneres e parceiros com vista ao aproveitamento de sinergias para angariação de contratos nesses mercados, destacando-se, no Brasil a apresentação de propostas num valor global correspondente a cerca de 210 milhões de euros, sendo de assinalar a assinatura, já no ano em curso, de um contrato para a "Execução de Contenção em Estacas Prancha do Dique C do canal Piaçaguera", nas Instalações do Terminal Portuário da Usiminas, em Cubatão - São Paulo, para a VLI.

O **CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO (COC)** é o Centro de Exploração responsável pela gestão e desenvolvimento da área de cofragens, cimbramentos e pré-esforço da TD-EC.

Em **Portugal**, destaca-se a sua colaboração na conceção e montagem de uma plataforma para a execução de trabalhos de Geotecnia na Barragem de Crestuma.



Direção Central de Equipamento - Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo| Portugal

Em **Angola**, foram executadas as cofragens do edifício de habitação Lote 32 na ilha de Luanda e a última fase da estrutura da Clínica da Sagrada Esperança, em Talatona, Luanda.

Na **Argélia**, foi dada a continuidade aos trabalhos de aplicação de cofragens na nova sede social do Gulf Bank Algeria (AGB) em Alger, nas estruturas de betão armado das estações da autoestrada este-oeste e na ETAR de Ali Mendjeli, em Constantine.

No **Brasil**, foram concluídos os trabalhos de cofragem da estrutura do edifício da IURD, em Curitiba.

Em **Moçambique**, foram concluídos os trabalhos de cofragem do edifício Sede do Ministério da Agricultura, em Maputo.

A **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO**, sediada no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, concentra todos os processos de gestão económica, administrativa e técnica do equipamento nas diferentes geografias. Acompanha e audita a aplicação e uniformização dos procedimentos técnicos da gestão da manutenção, assim como, a alocação de pessoal técnico nos mais variados projetos.

Em 2016, realizaram-se significativas movimentações de equipamento entre mercados para fazer face às necessidades da produção, otimizando a ocupação da frota com os consequentes benefícios económicos.

O investimento em equipamentos atingiu o valor de 30.948 milhares de euros, essencialmente devido aos 7.343 milhares de euros investidos em Portugal, aos 20.469 milhares de euros na Argélia, aos 1.777 milhares de euros no Brasil e aos 1.274 milhares de euros em Moçambique.

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

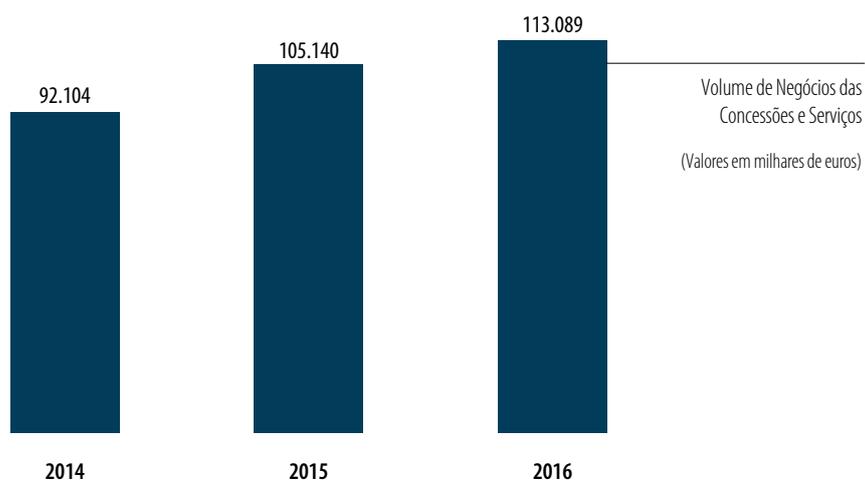
O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Bélgica, Espanha, Moçambique e Qatar.

Atualmente as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, com destaque para o *Facilities Management* e *Facilities Services* e para o Meio Ambiente.

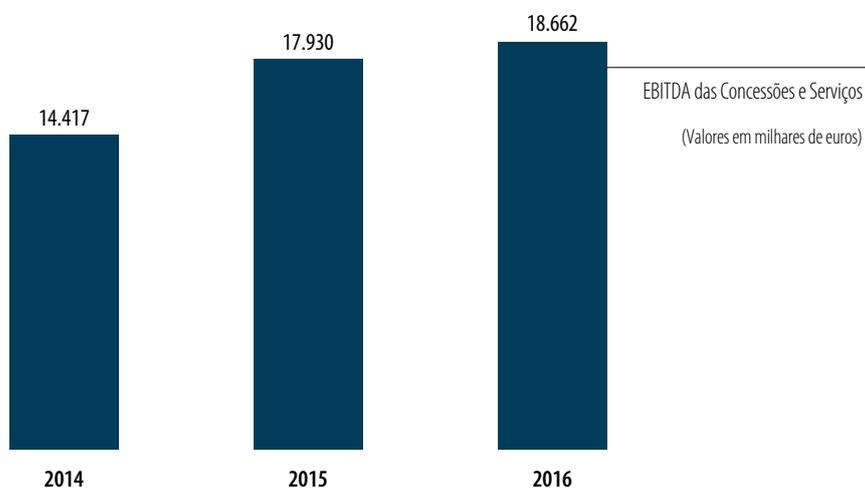
Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios cresceu 7,6% face ao exercício de 2015, essencialmente por força do crescimento em Portugal e na Bélgica na área do *Facilities Management*.



O EBITDA neste setor das Concessões e Serviços teve um aumento de 4,1%, com bom desempenho em todos os mercados em que o Grupo opera.



– ATIVIDADE DURANTE 2016

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 138.080 milhares de euros, 56,6% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma subida de 0,8% em relação a 2015. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados proveitos operacionais não consolidados, 57% são da área do *Facilities Management* e 35% da área do Meio Ambiente.

IV.2.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

– FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

A Teixeira Duarte atua na área do *Facilities Management / Facilities Services* desde o ano 2000, através da sociedade por si constituída para o efeito em Portugal - e desde o início dominada a 100% - designada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.).

Neste âmbito a TDGI, S.A. mantém como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *hard e soft services*, (ii) a Manutenção Técnica, (iii) a Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) a Gestão de Espaços e Obras.

Sendo uma empresa de *Facilities Management*, respondendo antes mais às necessidades dos seus clientes e com o objetivo de criar um conjunto abrangente de soluções diferenciadoras que possam responder às necessidades diárias e crescentes do mercado, mantém ainda a aposta em negócios específicos, como a Restauração Coletiva com a marca *SmartFood*, na Gestão de Parques de Estacionamento com a marca *AutoPark* e na Gestão de Condomínios Empresariais com a marca *SpacePartners*.

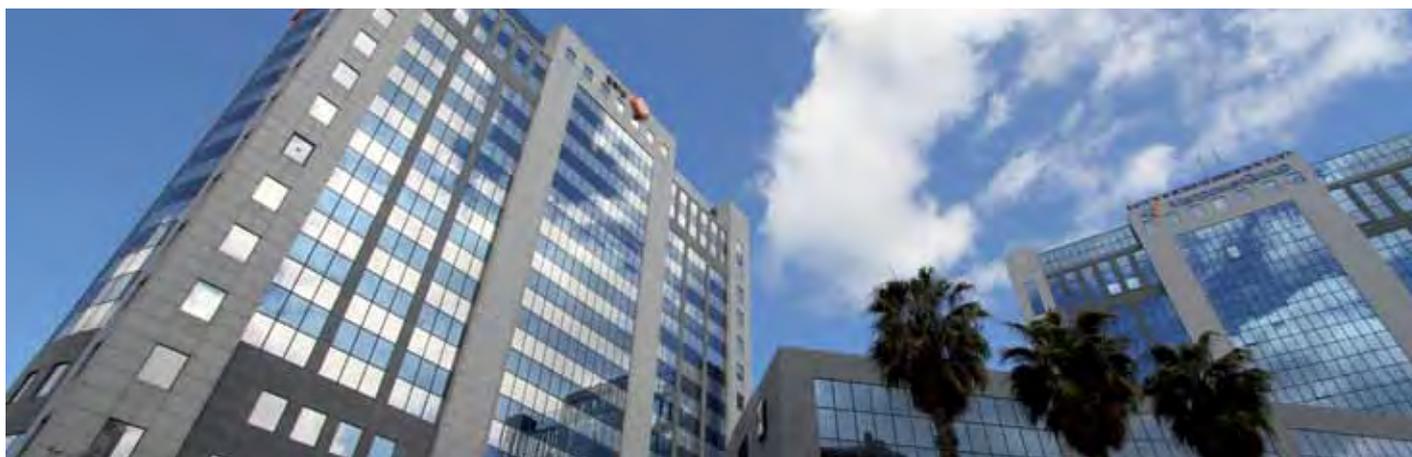
No âmbito do objetivo genético de criação de fatores de diferenciação, a TDGI, S.A. continua a apostar fortemente na proximidade das suas equipas com os seus clientes e os objetivos destes, bem como em soluções de base tecnológica, desenvolvidas internamente ou em parceria, que permitam trazer agilidade, abrangência e eficiência aos serviços com adaptação às necessidades específicas dos seus clientes, como é o caso das marcas *Glose EAM*, *Inergy* e *Controlo 24*.

A nível internacional, esta atividade não é desenvolvida diretamente pela TDGI, S.A., mas sim por outras sociedades do Grupo Teixeira Duarte que operam nos atuais oito mercados diferentes e utilizam, com o apoio de meios e recursos da TDGI, S.A. a marca TDGI: permitindo a consolidação de uma insígnia forte, com valores sólidos e uma imagem coerente em todos os mercados, facilitando inclusivamente a aproximação a clientes multinacionais.

Em **Portugal**, a TDGI, S.A. prosseguiu, mais uma vez, o crescimento da atividade, quer através do reforço das relações contratuais já existentes, quer através da angariação de novos contratos.

Nas áreas de Gestão Integrada de *Hard e Soft Services* e de Manutenção Técnica, que representam o core business, o aumento do volume de negócio foi significativo nos diversos segmentos de mercado em que a empresa opera. Assim, na área dos Edifícios, realça-se o início do Contrato de Manutenção das Instalações e Equipamentos da "GALP" nas Torres de Lisboa, bem como o arranque do Contrato de Gestão Global da "NOKIA". São dois novos contratos de dimensão, com duas multinacionais de referência, que vão ao encontro da estratégia de desenvolvimento de negócio.

Na área do Healthcare, destaque para o prolongamento do Contrato Global de Manutenção de Instalações e Equipamentos Médicos das diversas unidades do "Grupo Lusíadas Saúde" e no "Hospital de Cascais".



GALP - Contrato de manutenção das instalações e equipamentos - Torres de Lisboa
Lisboa | Portugal

NOKIA - Contrato de Gestão Global
Alfragide | Portugal

No que diz respeito à área Industrial, o ano de 2016 confirmou a crescente aposta da TDGI neste setor, pois para além da continuidade do trabalho desenvolvido com clientes como a "Nestlé Portugal S.A." (Nestlé) e a "Unilever Jerónimo Martins Lda." (Unilever), 2016, foi um ano de alargamento dos contratos e do número de contratações.

Destaque para o início da prestação de serviços, para a Nestlé, nas fábricas de Avanca e Porto, bem como no Centro de Distribuição, designadamente na área dos *Hard Services* - como a Manutenção de PT, UPS, Elevadores, Equipamentos de Combate a Incêndio, Termografia, entre outros e - e na área dos *Soft Services* - Limpeza, Controlo de Pragas (Serviço de elevada criticidade na Indústria Alimentar), Manutenção de Espaços Verdes, Recolha de Resíduos, entre outros.

Relativamente à Nestlé, cumpre referir que se trata de um contrato que é operado pela TDGI, S.A. em função do acordo de parceria mantido há uns anos com a SODEXO - uma das maiores multinacionais neste setor - e com a qual a Teixeira Duarte tem vindo a cimentar as suas relações de confiança e de aproveitamento de sinergias.

Realça-se ainda nesta área do *Facilities Management* e Manutenção, o reforço na área do *Retail*, através do prolongamento de diversos contratos já existentes, como é o caso da "DECATHLON", com quem a TDGI já trabalha há diversos anos, e a obtenção do novo contrato com a prestigiada marca "HUGO BOSS".

Na área de Análise e Diagnóstico/ Soluções de Energia a TDGI registou também um aumento de volume de negócios, particularmente nas áreas de Certificação Energética e Auditorias Técnicas em edifícios hospitalares, hoteleiros, de escritórios e habitacionais. Através desta área a empresa tem vindo a posicionar-se junto dos seus clientes como um parceiro técnico e estratégico, prestando um serviço contínuo com enfoque na redução dos consumos energéticos, através da elaboração de Planos de Racionalização Energética (PRE), na verificação do estado de funcionamento e conservação das instalações técnicas e na avaliação da Qualidade do Ar Interior (QAI).



Conselho Europeu - Manutenção de construção civil
Bruxelas | Bélgica

Hospital Moriah - Contrato de prestação de serviços de manutenção de instalações hospitalares
São Paulo | Brasil

Durante o ano de 2016, a TDGI, S.A. continuou a desenvolver, através da área de *Gestão de Espaços e Obras*, processos de relevância no âmbito da remodelação de espaços interiores para resposta às necessidades de versatilidade, otimização e eficiência na ocupação dos espaços por parte dos clientes.

De destacar o projeto e a obra da "ARVAL" e a execução de um conjunto de trabalhos para empresas como a "Pfizer Biofarmacêutica, Sociedade Unipessoal Lda.", "BP Portuguesa, S.A.", "Procter & Gamble Portugal - Produtos de Consumo, Higiene e Saúde S.A.", entre outros.

Em **Angola**, destaca-se o esforço desenvolvido na concretização de soluções que permitiram, apesar da conjuntura adversa à concretização dos serviços, a manutenção das relações contratuais já existentes com diversos clientes com marcas de renome como a "CHEVRON", a "TOTAL", o "BANCO CAIXA GERAL ANGOLA" e o "BNI".

Na **Argélia** prosseguiram-se diversos trabalhos na área do *Facilities Management* de apoio à atividade da Teixeira Duarte neste país, bem como a execução do contrato de prestação de serviços de gestão, manutenção e assistência técnica dos edifícios centrais do "AGB - Gulf Bank Algeria" em Argel, contrato alcançado na sequência dos trabalhos de construção de tais edifícios realizados pelo Grupo Teixeira Duarte para este mesmo banco.

Na **Bélgica**, o ano de 2016 iniciou-se com o arranque do contrato com o "CONSELHO EUROPEU", que havia sido ganho em Concurso Público Internacional ainda durante o ano de 2015, o qual compreende a realização da manutenção de construção civil dos quase 400.000m² de edifícios do Conselho Europeu em Bruxelas, suportada por uma equipa permanente de 30 elementos e com uma duração prevista de sete anos e um valor global estimado de 27 milhões de euros.

Foi também durante o ano de 2016 que se concluiu a obra de remodelação da Residência do Embaixador de Angola em Bruxelas, através da qual se efetuou a remodelação completa da moradia.

Além destes projetos, contribuiu também para o forte crescimento da atividade neste mercado, a execução do contrato de manutenção das instalações da Pfizer, em Zaventem.

No **Brasil**, em 2016, A TDGI consolidou e alargou a sua atuação em clientes de referência nas áreas de manutenção de edifícios, *retail*, industrial e hospitalar, com especial realce para:

- Continuação dos serviços contratos em 2015 com a petrolífera americana "HALLIBURTON", nas suas instalações em Macaé;
- Execução do contrato de manutenção geral do edifício sede da TMKT Brasil, em São Paulo;
- Início do contrato, também em Macaé, com a petrolífera americana "BAKER HUGHES", onde a TDGI é responsável pela Manutenção e Gestão de *Facilities* das suas cinco bases operacionais;
- Início do Contrato de prestação de serviços de manutenção de instalações hospitalares do Hospital Moriah, em São Paulo.

Em **Espanha** registou-se também no ano de 2016 um crescimento significativo da atividade, quer através da consolidação dos contratos já existentes, quer através da obtenção de novos contratos, salientando-se:

- O reforço dos contratos com os principais clientes, como a "CBRE", "VINCI FACILITIES" e a "GOODYEAR";
- Prosseguiu-se também com sucesso a atividade nas áreas de Hard e Soft Services e Manutenção Técnica, nos Edifícios da "General Electric", "Pfizer", "Credit Suisse", "Flag Telecom", "Unisys", "Boeing", "Vmware", "Goodyear" e "Parking Europa";
- Início de atividade em diversos Edifícios da "ALSTOM" e nas instalações da "EMC2".

Em **Moçambique**, destaca-se a capacidade de manutenção da generalidade dos contratos com clientes como a "ENI", "TERMINAL DE CARVÃO DA MATOLA", "MILLENNIUM BIM", "BCI", apesar das condições menos favoráveis vividas neste mercado.

No que diz respeito ao **Qatar**, o ano de 2016 foi de arranque da atividade através entidade ("TDGISERV") constituída em conjunto com uma empresa local com mais de 30 anos de experiência na área dos serviços associados ao setor do Oil and Gas -, através da qual se ganhou um contrato para a Manutenção de Instalações e Equipamentos de um lote de edifícios pertencentes à "QATAR FOUNDATION". Este contrato, que se iniciou em 2016 e terá a duração de 5 anos, inclui a manutenção de um vasto conjunto de património, no qual se destacam o novo hospital Sidra Medical and Research Center, o Al Shaqab Equestrian Centre, bem como outros edifícios e instalações técnicas de apreciável dimensão. De referir ainda, também durante o ano de 2016, a obtenção de um novo contrato no Qatar, relativo à Manutenção de Instalações e Equipamentos do Al Handasa Complex para a "AL ALFIA HOLDING", empreendimento composto por edifícios de escritórios e de habitação, utilizados por uma das entidades de maior prestígio no país, que é a Qatar Petroleum.

– MEIO AMBIENTE

Esta é uma área de atuação que foi gradualmente consolidada e otimizada pelo Grupo, mas que não é, atualmente, considerada como estratégica para o desenvolvimento da atuação futura da Teixeira Duarte.

Em 2016 o Grupo Teixeira Duarte operou na área do MEIO AMBIENTE em três mercados distintos: em Portugal através das suas participadas "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A." (RECOLTE), "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, (Porto) S.A." (RECOLTE PORTO) e "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, (Açores) Unipessoal, Lda." (RECOLTE AÇORES); em Espanha através da "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE, S.A.U); e em Angola através de outra sociedade do Grupo Teixeira Duarte que opera nesse mercado e que utiliza, com o apoio de meios e recursos, a marca RECOLTE.

No ano de 2016 o volume de negócios destas sociedades nas diversas geografias onde atuam na área do Meio Ambiente atingiu um montante global aproximado 43 milhões de euros, sedimentado no esforço de mais de 1.000 colaboradores.

Em **Portugal**, a **RECOLTE** atua essencialmente nas áreas da conceção e operação de sistemas de limpeza e higiene urbana, em sistemas



Manutenção de jardins e espaços verdes
Portugal

Recolhas industriais
Portugal

Manutenção de jardins e espaços verdes
Portugal

Recolha de resíduos sólidos urbanos
Portugal

de gestão de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares, na construção e manutenção de jardins e espaços verdes, construção de equipamentos e de centrais de tratamento e gestão de resíduos e, ainda, na limpeza de praias e zonas costeiras.

Em 2016 a RECOLTE atingiu um volume de negócios de 14 milhões de euros, o que representa um crescimento superior a 7% relativamente ao valor registado no ano transato.

A atividade em Portugal durante este ano consistiu, essencialmente, na continuidade dos contratos de prestação de serviços existentes que, na sua esmagadora maioria, são de natureza plurianual, o que confere a esta área de atividade grande estabilidade no que respeita aos valores do volume de negócios e à gestão dos meios envolvidos.

A maioria dos proveitos operacionais desta sociedade, obtidos sobretudo na esfera das Municípios e Empresas Municipais, resultaram quer da continuidade de contratos, quer de novos contratos na área da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Limpeza Urbana, Gestão de Resíduos e Lavagem de Contentores realizados:

- Em diversos Municípios do Continente e Ilhas dos quais se destacam os serviços prestados em Alenquer, Cartaxo, Cascais, Espinho, Estremoz, Figueira da Foz, Lagoa (Algarve), Lagoa (Açores), Loulé, Maia, Moura, Ponta Delgada (Açores), Ponte de Sor, Porto, Reguengos de Monsaraz, Ribeira Grande (Açores), Santa Cruz (Madeira), São Brás de Alportel, São João da Madeira, Setúbal, Silves e Vila Franca do Campo (Açores);
- E também para outras entidades, públicas e privadas, tais como a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.", "Águas do Norte, S.A.", "BRISA - Autoestradas de Portugal, S.A.", "DOCAPESCA, Portos e Lotas S.A." e "VALORSUL, S.A.", entre outras.

Dos principais trabalhos de Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes efetuados em 2016 realçam-se os realizados para:

- Os Municípios de Cascais, Lisboa, Maia, Matosinhos, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira;



Limpeza e higiene urbana
Espanha

- E ainda para diversas entidades, públicas e privadas, de que destacamos a "ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil", "EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.", "Metro do Porto S.A.", "TAGUSPARK - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A." e RRC - Ramalho Rosa Cobetar, S.A., bem como os trabalhos para Sociedades do Grupo Teixeira Duarte, designadamente, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", "TDGI - Gestão e Manutenção de Imóveis, S.A." e a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", para a qual se prosseguiu com o contrato de manutenção preventiva de taludes de uma parte significativa das linhas férreas do Norte, Beira Alta e Oeste.

No âmbito da Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares perigosos - área de atividade mais recente da RECOLTE - e concluído o contrato com a "ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.", foi iniciado um novo contrato na Ilha de São Miguel, Açores, para o "Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER", tendo sido constituída uma nova sociedade para melhor responder às particularidades do mercado da Região Autónoma dos Açores: a **RECOLTE AÇORES**, detida a 100% pela RECOLTE e que aguarda a atribuição do Alvará de Licença para a Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares pelas autoridades regionais.

Durante o ano de 2016, a RECOLTE, marcou presença na generalidade dos concursos da área do Meio Ambiente em Portugal Continental e Ilhas, tendo sido apresentadas, em concursos públicos e privados, um total de 521 propostas e projetos, no valor de 105 milhões de euros.

Para 2017 e em Portugal, pese embora a dificuldade acrescida decorrente do significativo aumento da concorrência com o surgimento de novas sociedades a operar na área do Meio Ambiente oriundas de outros setores de atividade, estima-se um volume de negócios em linha com os verificados em 2016.

A **RECOLTE PORTO** é uma sociedade de fim específico, detida a 100% pela RECOLTE, S.A.U., que tem como objeto único a recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana de uma parte significativa da cidade do Porto.

Esta sociedade obteve um volume de negócios de aproximadamente 4 milhões de euros, em linha com os valores do ano anterior dado tratar-se de um contrato sem flutuações no seu objeto até ao seu final. Para 2017 prevê-se um volume de negócios idêntico.

Em **Espanha**, a sociedade local **RECOLTE, S.A.U.** é detida a 100% pela RECOLTE e, além de ser a principal sociedade veículo para outras áreas de negócio do Grupo Teixeira Duarte em Espanha, dedica-se, tal como a RECOLTE, à prestação de diversos serviços relacionados com o Meio Ambiente, nomeadamente no mercado da gestão global de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares, lavagem e desinfeção de contentores de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana viária, conceção, construção e manutenção de jardins, limpeza e manutenção de praias e orlas costeiras e, ainda, a operações de limpeza e manutenção de bosques e vias de comunicação.

Em 2016 a RECOLTE S.A.U. registou um volume global de negócios de 24,1 milhões de euros, correspondente a cerca de 4,6% menos do que o registado no exercício anterior.

Entre as diversas operações em curso em 2016 na área da Recolha de RSU, Limpeza Viária e Gestão de Ecocentros merecem destaque as desenvolvidas na Comunidade de Madrid (Ayuntamientos de San Lorenzo de El Escorial e Griñon), na Comunidade de Andaluzia (Ayuntamiento de Benalmadena, Cartaya, La Línea de la Concepción, Mairena, Manilva), na Comunidade da Galiza (Mancomunidade dos Concellos do Morrazo, que integra os Ayuntamientos de Cangas, Bueu y Moaña) e na Comunidade da Catalunha (Ayuntamiento de Arenys de Mar e Arenys de Munt), onde foi implementado um novo sistema de recolha de resíduos Porta a Porta.

Durante o ano de 2016 foram celebrados novos contratos na Andaluzia (La línea de la Concepción, Manilva e Complejo Hotelero Barceló Santi Petri), em Madrid (La Mancomunidad de Municipios de Valle Norte del Lozoya) e na Catalunha (Arenys de Munt). Estes contratos e outros menos relevantes totalizam um valor global de cerca de 2 milhões de euros.

Na área de Manutenção e Limpeza de Praias, foi dada continuidade à execução dos contratos na Comunidade da Andaluzia, no Ayuntamiento de El Puerto de Santa Maria e, na área da Manutenção de Parques e Jardins, prosseguimos com a execução do contrato para o Ayuntamiento de Algeciras, na Comunidade de Andaluzia e ainda em El Puerto de Santa Maria onde se inclui também a conservação de Parques e Pinhais de uso público.

Tal como em anos anteriores, foi realizado um investimento em equipamento que, no exercício de 2016, atingiu o montante de um milhão de euros e que correspondeu principalmente à aquisição de equipamentos necessários para fazer face aos novos contratos e à substituição de equipamentos obsoletos, por outros técnica e ambientalmente mais eficientes.

No que respeita à atividade técnico-comercial, foram apresentadas mais de 180 propostas a concursos públicos e privados, com um valor global aproximado de 85 milhões de euros, que permite perspetivar a manutenção dos níveis de atividade em 2017.

A "**TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.**" é uma sociedade detida a 100% pela TD-EC e tem como objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Após a conclusão em fevereiro de 2010 da construção do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e respetivo parque de estacionamento.

Durante o ano de 2016, para além da atividade normal de manutenção do edifício foram realizadas diversas obras de beneficiação do mesmo, previamente aprovadas pelo parceiro "LUSÍADAS - Parcerias Cascais, S.A." e pela Entidade Pública Contratante.

A atividade da TDHOSP é, no âmbito e ao abrigo do Contrato de Gestão, monitorizada e avaliada anualmente pela Entidade Pública Contratante nos parâmetros de Disponibilidade, Serviço e Satisfação, tendo obtido no último ano, tal como vem acontecendo desde o início da operação, a classificação de "Muito Bom".

Para 2017 dar-se-á continuidade à implementação de processos com vista à melhoria operacional e ao incremento da eficácia nas diversas áreas técnicas de atuação, tendo presente que a TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. é certificada em Qualidade pela ISO 9001 - 2008.

TDHOSP - Hospital de Cascais
Cascais | PortugalEducare - Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul
Luanda Sul | Angola

A "**EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.**" é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como finalidade o desenvolvimento do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" (sob a marca CSFA Luanda Sul), sediado em Talatona/Luanda Sul (Angola).

Trata-se de um estabelecimento educativo reconhecido pelo Ministério da Educação Português (ME) desde a Educação Pré-Escolar até final do Secundário (Despacho n.º 11227/2015 de 7 outubro), com o objetivo de facultar um ensino de referência, bem como, de garantir a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesas.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, a par da sua função educativa desenvolve um vasto conjunto de serviços à comunidade em que se integra.

O reconhecimento do CSFA Luanda Sul como Projeto Educativo sólido e de qualidade tem levado a que as famílias angolanas o elejam como espaço e ambiente para a educação dos seus filhos. Em Setembro de 2016, iniciou-se o ano letivo com 622 alunos assinalando-se a constituição do 12º ano, disponibilizando um Curso de Ciências e Tecnologias e um Curso de Línguas e Humanidades para garantir a continuidade do percurso dos alunos que no ano anterior haviam frequentado o 11º ano.

Considerando o *core business* do CSFA Luanda Sul, na vertente académica, é de realçar a Qualidade do Currículo Escolar e o rigor no Processo Ensino-Aprendizagem que se têm traduzido numa melhoria anual dos resultados escolares obtidos em provas de avaliação (internas/externas) realizadas pelo Ministério da Educação. Em 2016, ao nível das provas do 11º ano o CSFA Luanda Sul posicionou-se no 80º lugar no ranking nacional num total de 627 escolas, e no 1º lugar a nível de escolas portuguesas no estrangeiro. Nas Provas Finais do 9º ano ocupou o 95º lugar a nível nacional, num universo de 1.230 escolas, e o 2º a nível de escolas portuguesas no estrangeiro.

De destacar a construção do Auditório, concluído em Agosto de 2016, bem como a aposta efetuada no âmbito das Tecnologias de Informação com a implementação do *software* de gestão escolar (INOVAR+), do Sistema Integrado de Gestão de Escolas (SIGE) e da aplicação para dispositivos móveis que permitirá acessos dos Pais/ Encarregados de Educação à informação integrada INOVAR+ e SIGE dos seus educandos.

Relativamente à gestão corrente do CSFA Luanda Sul, durante o exercício em análise é de realçar a manutenção da Certificação no âmbito da Higiene e Segurança alimentar (Refeitório), atribuída pela SGS Angola (2015).

Para o ano de 2017, dar-se-á continuidade à gestão criteriosa das diversas áreas, com especial foco nos Recursos Humanos, onde se reforçará a formação e a qualificação do quadro docente e a implementação do programa "Fazer Pescar" – transversal a várias áreas do Grupo – que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas.

"**PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.**", "**GONGOJI Montante Energia, S.A.**" e "**TABOQUINHA Energia, S.A.**", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte, que têm dado continuidade aos respetivos processos de licenciamento ambiental dos projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), sendo que corresponde a uma área de atuação entendida pelo Grupo como não estratégica.

No Brasil o exercício de 2016 foi marcado pela redução do consumo, retração na produção industrial, e conseqüentemente, menor consumo de energia, com forte influência sobre os preços de venda de energia. Acresce que os altos juros praticados para os financiamentos configuram uma conjuntura desfavorável à implementação desses projetos.

IV.2.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "**AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC mantém uma participação no respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

Em 28 de janeiro de 2016, a TD-EC alienou à "BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A.", ao abrigo de Contratos de Opções celebrados em dezembro de 2010, a quase totalidade das ações que detinha na "AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A." – ficando apenas com 1.000 ações, correspondentes a 0,02% do capital social desta entidade em comparação com os 19,67% antes detidos –, tendo também no âmbito da alienação dessa participação cedido a posição contratual nos contratos de financiamento que havia subscrito enquanto acionista da referida "AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A."

A "**AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que celebrou com a entidade agora designada "Infraestruturas de Portugal, S.A." o contrato de subconcessão do Baixo Tejo, em 24 de janeiro de 2009.

O referido contrato de subconcessão durará por um prazo de 30 anos e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação, dos lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, designados por subconcessão do Baixo Tejo, num total de 68km, dos quais 17km são com cobrança de portagem aos utentes e um investimento previsto de cerca de 278 milhões euros.

Durante o ano 2016, com todos os trabalhos de construção concluídos e todo o percurso em exploração, prosseguiram as tarefas de fecho do contrato de construção.

A "**MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC detém uma participação de 9,12% do respetivo capital social, desenvolve a sua atividade em regime de concessão, do projeto, da construção, do fornecimento de equipamentos e de material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo, ao abrigo do contrato de concessão assinado em 30 de julho de 2002 com o Estado Português, tendo a concessão tido o seu início em 12 de dezembro de 2002.

No ano de 2016, deu-se continuidade aos procedimentos conducentes ao encerramento do contrato de construção.

A "**LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.**", que é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do capital social.

O ano de 2016 foi mais um ano de desempenho muito positivo em ambas as travessias no que respeita à qualidade, à fluidez e à segurança, proporcionando um bom serviço ao cliente, como decorre dos resultados dos inquéritos aos clientes, cujo índice de satisfação, numa escala de zero a cinco, atingiu os 3,75 na Ponte Vasco da Gama.

Neste exercício, em que se verificou um novo acréscimo global de tráfego de 3,3%, esta participada manteve a constante de subida do EBITDA desde 2012, o qual atingiu 62.630 milhares de euros, representando um aumento de 6,48% relativamente a 2015, o maior crescimento deste indicador nos últimos dez anos.

A "**CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.**", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2016 esta participada prosseguiu, à semelhança de anos anteriores, a sua atuação com sucesso dentro dos parâmetros próprios do mercado, sendo que, apesar de não ter ganhado o concurso de parquímetro da via pública, a sua receita anual registou um aumento de 11,2% em relação ao ano anterior devido essencialmente ao aumento das tarifas nos autossilos públicos, tendo-se a mesma fixado em 11.977 milhares de euros.

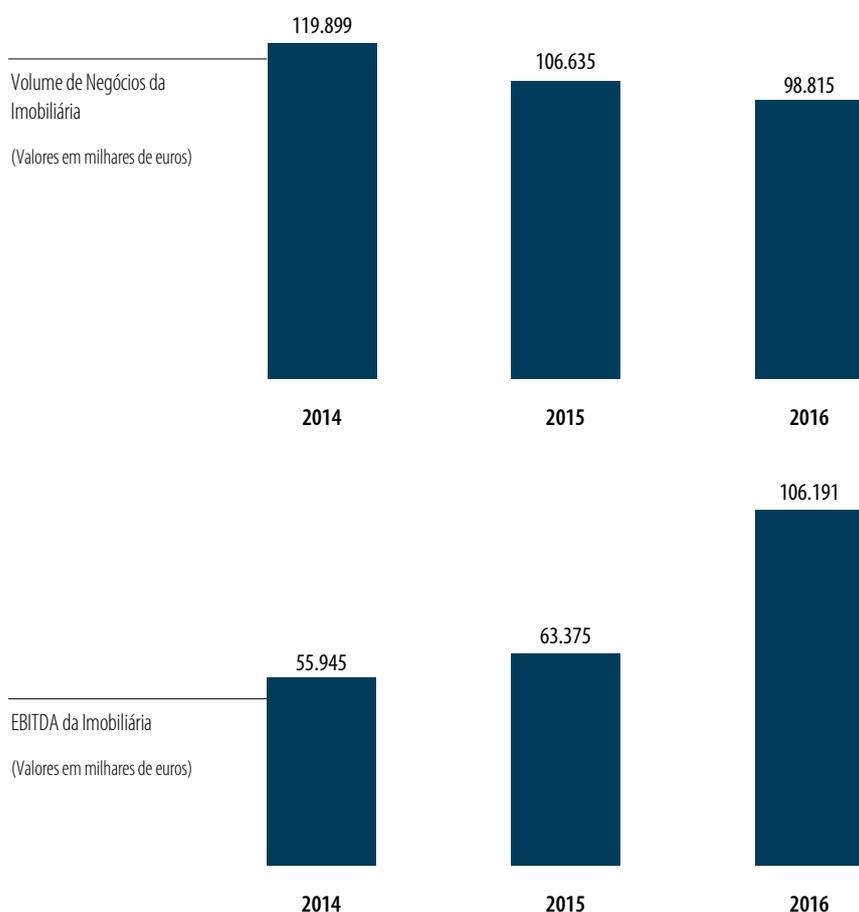
Esta subida do volume de negócios associada a uma significativa descida dos custos com a operação, permitiram que a "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A." tenha alcançado resultados positivos de 5.285 milhares de euros, que representam mais do dobro dos atingidos em 2015.

Para 2017, prevê-se a continuação da atividade a bom ritmo e a otimização da operação e das estruturas, nomeadamente através da realização de trabalhos de restauro e manutenção dos autossilos públicos explorados pela empresa e pela introdução de alguns sistemas mais avançados no que diz respeito à orientação de estacionamento, reconhecimento de matrícula e pagamento eletrónico.

IV.3. IMOBILIÁRIA

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Moçambique e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O Volume de Negócios do Setor da Imobiliária do Grupo Teixeira Duarte diminuiu, no global, 7,3% face a 2015.

Em Portugal, registou-se um aumento de 24,9% relativamente ao ano anterior, fruto da recuperação do mercado imobiliário e do impacto dessa realidade nos empreendimentos do Grupo, em particular no "Lagoas Park".

No Brasil, assinala-se o bom desempenho comercial dos empreendimentos do Grupo, o que, ainda assim e face à conjuntura menos favorável deste setor neste país e à desvalorização do Real, não evitou uma diminuição de 23,9% face a 2015.

O EBITDA teve um aumento de 67,6% face ao exercício passado, influenciado pelos ganhos de justo valor das propriedades de investimento no montante de 61.211 milhares de euros em 2016, enquanto que, em 2015, os ganhos foram de 10.112 milhares de euros.

— ATIVIDADE DURANTE 2016

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 195.813 milhares de euros, que corresponde a um acréscimo de 30,3% face a 2015, tendo os mercados externos passado a representar 45% da atividade e Portugal 55%.

Em **Portugal**, e na sequência do ano anterior, o ano de 2016 revelou-se bastante positivo em grande parte dos segmentos do mercado, com especial incidência para a atividade de investimento que se manteve muito dinâmica, atingindo níveis muito significativos. Paralelamente, os mercados de ocupação nos segmentos de escritórios e retalho também apresentaram uma procura muito interessante, assim como o mercado residencial, principalmente nas cidades de Lisboa e Porto, que continuou a captar o interesse de investidores estrangeiros para os centros destas cidades. O desempenho dos ativos imobiliários do Grupo em Portugal acompanhou o bom momento que o setor atravessa, com exceção do segmento Industrial/Logístico, cuja procura se mantém pouco dinâmica e com expectativas de preços ainda baixos.

No segmento de Escritórios, destaca-se no "Lagoas Park" a conclusão da construção do último edifício do empreendimento, o Edifício 9, com 4.900m² de construção acima do solo e cuja contratação total com uma prestigiada multinacional no início do exercício de 2017, marca o fim da fase de construção do parque.

Destaque ainda, durante o ano de 2016, para a renegociação de contratos com empresas residentes, a captação de novas empresas e alguns movimentos de expansão, que permitiram a manutenção da taxa de ocupação de 90% que o parque atualmente apresenta.

A "TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.", totalmente dominada pela TD,SA, tem em curso um processo de transferência do ramo de negócios correspondente ao empreendimento "Lagoas Park" - incluindo ativos, passivos, contratos e respetiva estrutura de gestão - para sociedade especificamente dedicada a esta atividade denominada "Lagoas Park, S.A." e também atualmente detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte.

Posteriormente, prevê-se alienar mais de 80% do capital social da "Lagoas Park, S.A.", tendo-se mandatado entidades externas para o efeito e fixado com estas um valor mínimo para tal operação superior ao justo valor dos respetivos ativos, estando já identificadas entidades terceiras possíveis adquirentes cujas manifestações de interesse se aproximam do valor de avaliação.

No segmento Residencial e em linha com o bom momento que o mercado oferece, foi possível colocar grande parte do *stock* disponibilizado, tendo-se registado a conclusão da comercialização das 99 frações residenciais disponibilizadas no empreendimento "Villa Park", na Amadora, e a realização das escrituras das 18 frações de habitação e 2 frações de comércio disponibilizadas no empreendimento "Fórum Oeiras 33", edifício concluído no início de 2016 e com grande parte das suas unidades contratadas durante a construção.

Durante o ano de 2016, destaca-se ainda o início da comercialização do empreendimento "Villa Torrinha", na Rua de Pedrouços, em Lisboa, destinado ao segmento médio alto, que conta com 23 frações de habitação e duas frações de comércio/serviços, estando a conclusão da sua construção prevista para o último trimestre de 2017.

No segmento de Comércio, o "Shopping Cidade do Porto", observou pelo terceiro ano consecutivo uma evolução positiva no volume de vendas dos lojistas, que em 2016 foi 5,4% superior a 2015, e que se traduz, em termos absolutos, no melhor valor desde 2011. Esta evolução foi transversal a todos os setores de atividade e contribui para o aumento dos rendimentos do *Shopping* que registaram uma subida de 7,1% relativamente ao ano anterior. Neste segmento, de destacar ainda, durante o primeiro trimestre do exercício, para a celebração de um contrato-promessa de arrendamento para a instalação de um supermercado da conceituada insígnia "Pingo Doce" num dos lotes do empreendimento "Quinta de Cravel", em Vila Nova de Gaia.

No segmento Industrial/Logístico, realce para a manutenção das taxas de ocupação dos empreendimentos em exploração "Abrunheira Park", em Sintra, e "Lezíria Park", em Vila Franca de Xira.

Relativamente à Carteira de Terrenos, foi dada sequência à tramitação de diversos processos urbanísticos, com destaque para o empreendimento "Vila Rio", projeto de matriz residencial, localizado na Póvoa de Santa Iria, implantado num terreno com cerca de 17 hectares e que prevê a construção de 600 fogos e 32.200m² de áreas destinadas a comércio e serviços, assim como o desenvolvimento do plano de pormenor que integra o terreno designado por "Pedregueiras", com cerca de 35 hectares localizado no concelho de Oeiras.

Ainda durante o ano de 2016 e no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Fundo TDF através da sua sociedade gestora, foram igualmente feitas diligências com vista à emissão do alvará de loteamento do empreendimento de matriz residencial "Villa Simões", localizado em Benfica, Lisboa, onde se prevê a construção de cerca de 48.000m² acima do solo, bem como do projeto residencial, "Frisa Cascais", localizado no concelho de Cascais.



Lagoas Summer Break 2016
Lagoas Park | Portugal

Em **Angola**, manteve-se ao longo do ano de 2016 a tendência de abrandamento do mercado imobiliário, caracterizado por elevados níveis de oferta, em particular no segmento de escritórios e na cidade de Luanda, resultante do elevado investimento realizado no sector ao longo dos últimos anos e pela manutenção de baixos níveis de procura, motivados pelo abrandamento económico verificado neste país.

O número de transações e os valores de mercado mantiveram uma tendência de redução em todos os segmentos, mais acentuada no mercado de arrendamento, na medida em que o mercado de compra e venda potenciou, ainda assim, algumas oportunidades para investidores.

A atividade do setor ficou essencialmente marcada pela gestão do património de rendimento, pelo licenciamento de projetos em carteira, pelo arranque da construção de um novo projeto no segmento residencial e, ainda, pela continuidade do apoio prestado aos projetos de expansão de outros sectores do Grupo, ainda que com níveis de atividade inferiores a anos anteriores.

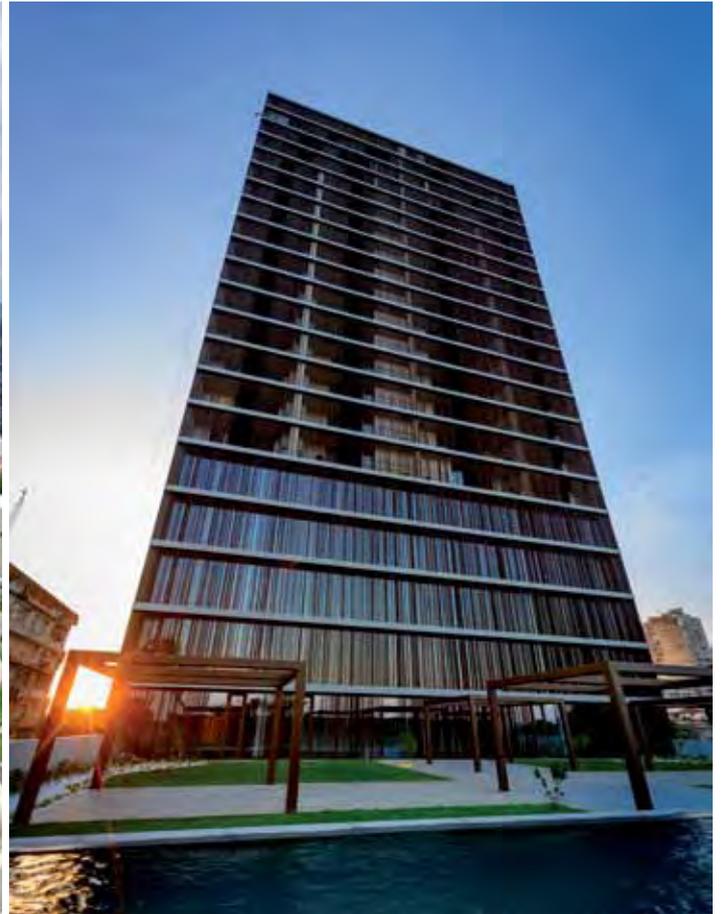
No que diz respeito à Gestão do Património de Rendimento, destaca-se a renegociação de diversos contratos, promovendo um ajustamento às novas condições de mercado, o que permitiu a manutenção das taxas de ocupação dos edifícios em exploração na cidade de Luanda. De realçar também a celebração de um acordo de reserva de três pisos do "Edifício Millennium" com um parceiro internacional de referência na área da saúde com vista à instalação de uma nova unidade médica.

Ainda em Angola e no segmento Residencial, destaque para construção da 2ª Fase do Condomínio Villas, inserido no Condomínio "Villa Sul", localizado em Talatona e constituído por 40 unidades individuais de tipologia T1.

Como reflexo da aposta neste mercado, refere-se também a aquisição de um novo terreno na área metropolitana de Luanda, vocacionado para um projeto de cariz essencialmente comercial.



Empreendimento "Alta Vista Prestige"
São Paulo | Brasil



Edifício Julius Nyerere 130
Maputo | Moçambique

No **Brasil**, apesar da conjuntura transversalmente menos favorável ao investimento imobiliário, no final de 2016, o *stock* da cidade de São Paulo – principal mercado de atuação – diminuiu apenas ligeiramente face ao final de 2015, passando de 27.000 para 25.000 unidades, fruto do equilíbrio entre a diminuição dos novos lançamentos, a diminuição de vendas e o aumento de distratos. Com a redução das taxas de juro verificadas no final de 2016 e a perspectiva de novas reduções em 2017, prevê-se uma gradual retoma do mercado imobiliário neste ano.

No município de Jundiaí, em São Paulo, foi concluída a construção e entregue o empreendimento "Alta Vista Prestige", com cerca de 54.000m² de construção, tendo-se prosseguido a construção do empreendimento "Unique Alta Vista", com aproximadamente 44.000m² de construção. Na região Norte de São Paulo foi concluída a construção e entregue o empreendimento "My Place Braz Leme", com cerca de 23.000m² de construção e na região Centro Sul, foi concluída a construção e entregue o empreendimento "Don Klabin", com cerca de 10.000m² de construção.

Ainda na região Sul, foi dada continuidade à construção do empreendimento "Retrato Paulista", com cerca de 21.000m² de construção e do empreendimento "Quartier Campo Belo", com cerca de 23.000m² de construção.

Em Porto de Galinhas, no Estado de Pernambuco, foi em 2016 dada continuidade à promoção do empreendimento "Casa do Governador", um projeto de grande dimensão e qualidade que se prevê estruturante para toda aquela região, prossequindo-se o desenvolvimento dos projetos e a tramitação dos respetivos licenciamentos.

O mercado imobiliário em **Espanha** regista sinais de recuperação que deverão acentuar-se durante os dois próximos anos com um esperado aumento do crescimento do investimento.

A atividade do setor imobiliário do Grupo neste país está concentrada na região de Madrid e limitada a dois ativos, sendo um deles o edifício residencial "Amália", situado perto do Paseo de la Castellana e da Plaza Castilla, onde durante o exercício foi possível concluir a comercialização

das frações de habitação ainda disponíveis no empreendimento, e o "Parking Europa", parque de estacionamento e respetiva galeria comercial, situado na Avenida de Europa, em San Sebastián de los Reyes, onde foi dada continuidade à gestão do contrato de concessão administrativa.

Em **Moçambique**, a atividade do sector imobiliário do Grupo neste país foi marcada em 2016 pela continuação da comercialização do edifício de uso misto "Julius Nyerere 130", que conta com dezasseis pisos destinados a habitação, quatro pisos destinados a escritórios e um espaço comercial no piso térreo, além de espaços de lazer para uso exclusivo dos residentes.

Do total de 83 frações de habitação, comércio e serviços, apenas se encontram presentemente disponíveis duas frações, tendo este projeto constituído um caso de referência e sucesso no mercado imobiliário de Maputo.

De destacar ainda, relativamente à comercialização do Edifício "Julius Nyerere 130", a celebração de um contrato de arrendamento com uma instituição bancária internacional com vista à instalação da sua sucursal em Moçambique e respetiva agência no edifício, assim como a realização durante o ano de 2016 da totalidade das escrituras de compra e venda das frações alienadas.

No segmento de **Comércio**, o Grupo Teixeira Duarte explora o "Polana Shopping Center", com uma localização privilegiada no centro da cidade, tendo o desempenho deste ativo no último ano sido penalizado pela difícil conjuntura económica que o país atravessa, resultando numa redução da taxa de ocupação face a anos anteriores e num ajuste dos valores de renda à nova realidade de mercado.

De destacar ainda o licenciamento de um projeto para uma nova unidade comercial no terreno da Malanga, localizado num dos principais acessos viários à cidade de Maputo, e o desenvolvimento de novos estudos para o edifício "Armando Tivane", também em Maputo.

Aproveitando o *know-how* adquirido pelas suas equipas em diversos segmentos e mercados, o Grupo Teixeira Duarte iniciou em 2015 um processo de entrada no mercado imobiliário dos **Estados Unidos da América**, mais concretamente no estado do Texas. Para além de se tratar de um mercado com um nível de desenvolvimento elevado, este apresenta atualmente bons indicadores económicos e baixo nível de desemprego, particularmente no estado do Texas onde o crescimento anual do PIB é superior a 4% desde 2012. A área metropolitana Dallas-Fort Worth ali situada tem uma população estimada de cerca de sete milhões de habitantes, sendo uma das áreas metropolitanas que mais cresce neste país e com melhor desempenho ao nível da geração de novos empregos. Neste contexto, em 2016, a Teixeira Duarte finalizou o processo de compra de dois terrenos em Dallas, cujos projetos estão em desenvolvimento.

Para 2017, prosseguir-se-á, nos vários mercados, ao desenvolvimento e gestão dos ativos em carteira, prevendo-se uma ligeira redução dos proveitos, nomeadamente no Brasil e Moçambique, em função da conclusão da comercialização dos empreendimentos lançados nos anos transatos e do abrandamento do mercado imobiliário nestas geografias. Em Angola, a atividade neste setor será centrada na manutenção da taxa de ocupação dos empreendimentos do Grupo e na gestão do património edificado, com objetivo de manter a qualidade de gestão e a estabilidade dos níveis de proveitos neste mercado. Em Portugal, num contexto que se espera positivo para a grande parte dos segmentos, prevê-se a conclusão da construção do empreendimento "Villa Torrinha" e do supermercado "Pingo Doce", e prosseguir-se-á a tramitação do licenciamento dos projetos "Frisa Cascais", "Villa Simões" e "Villa Rio". Por último, nos Estados Unidos da América, prevê-se o início da construção dos empreendimentos residenciais "Lee Park" e "Hood", ambos no bairro de Turtle Creek, na cidade de Dallas.

IV.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 90, operando hoje através de oito unidades hoteleiras, duas sítas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos.

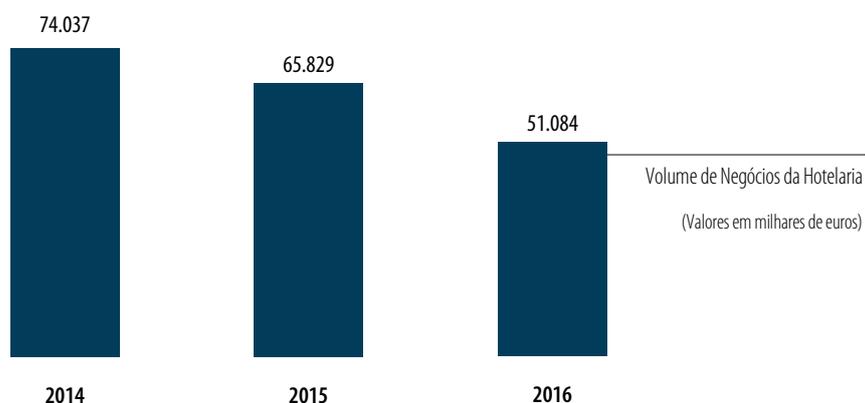
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de Fitness através da exploração do "Lagoas Health Club" e na área da restauração em Angola.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

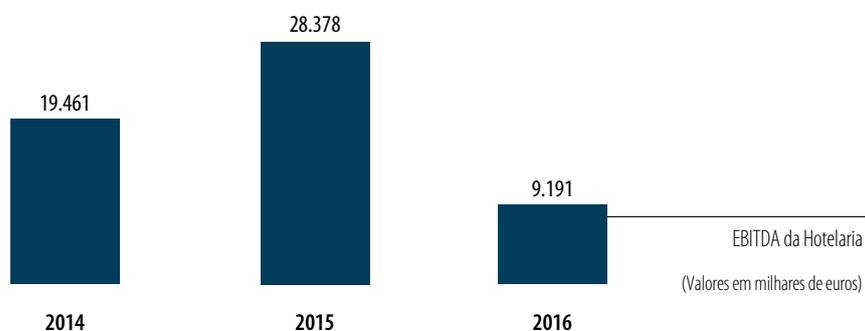
O Volume de Negócios da Hotelaria decresceu, na globalidade, 22,4% face ao período homólogo de 2015.

Em Angola - o principal mercado de atuação do Grupo - registou-se uma diminuição de 24,4% face a 2015, fruto da atual conjuntura económica daquele país.

Em Moçambique, registou-se uma quebra de 23,5% face ao período homólogo, enquanto que em Portugal, este indicador deste setor teve uma diminuição de 13,1% face a 2015.



O EBITDA registou uma quebra de 67,6% face a 2015 e fixou-se em 9.191 milhares de euros.



– ATIVIDADE DURANTE 2016

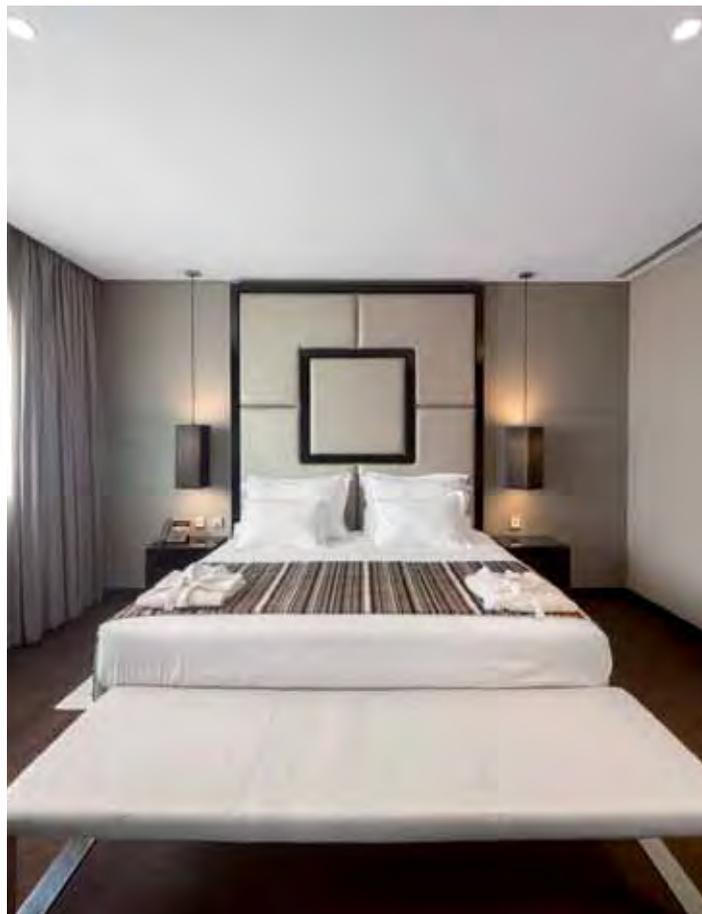
Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 61.750 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 27,5% face a 2015, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 81% da atividade e Portugal 19%.

Em **Portugal**, o Grupo atua neste setor com duas unidades hoteleiras:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras	Unidade de quatro estrelas	182 quartos
SINERAMA	Sines	Unidade de três estrelas	105 quartos

No global, verificou-se nestas duas unidades um aumento de 4% na taxa de ocupação, devido essencialmente ao aumento da procura do mercado *corporate* e *online*, ao mesmo tempo que se concretizou um acréscimo de cerca de 7% no preço médio. Desta forma, os proveitos operacionais dos hotéis em Portugal registaram um aumento de 14% face a 2015.

Na área de *Fitness*, em 2016 o Grupo continuou a exploração do "Lagoas Health Club", no qual manteve a aposta na qualidade do serviço e na diferenciação, o que lhe permitiu manter o nível de preços e sensivelmente a mesma média anual de sócios ativos, que foi de 2.341.



Lagoas Park Hotel
Oeiras | Portugal

Hotel Baía
Luanda | Angola

Hotel Trópico
Luanda | Angola

Em **Angola** as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Luanda	Unidade de quatro estrelas	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda	Unidade de quatro estrelas	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda	Unidade de quatro estrelas	138 quartos

O ano de 2016 foi marcado pelo abrandamento da atividade económica no mercado Angolano, afetando a procura por este destino. Este cenário influenciou negativamente as taxas de ocupação das unidades hoteleiras em Angola, levando a uma quebra dos proveitos operacionais.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração da unidade panificadora e de pastelarias que atuam sob a insígnia "Nilo", bem como dos refeitórios do grupo.

Em **Moçambique** as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo	Unidade de cinco estrelas	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo	Unidade de três estrelas	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira	Unidade de três estrelas	74 quartos

À semelhança do que sucedera em 2015, a economia em 2016 prosseguiu em desaceleração, com a conseqüente redução do número de visitantes à cidade de Maputo e, principalmente, à cidade da Beira, o que, associado ao aumento da concorrência neste segmento, teve um impacto negativo na atuação das unidades hoteleiras do Grupo neste país, que registaram uma redução marginal das taxa de ocupação e dos preço médios.

IV.5. DISTRIBUIÇÃO

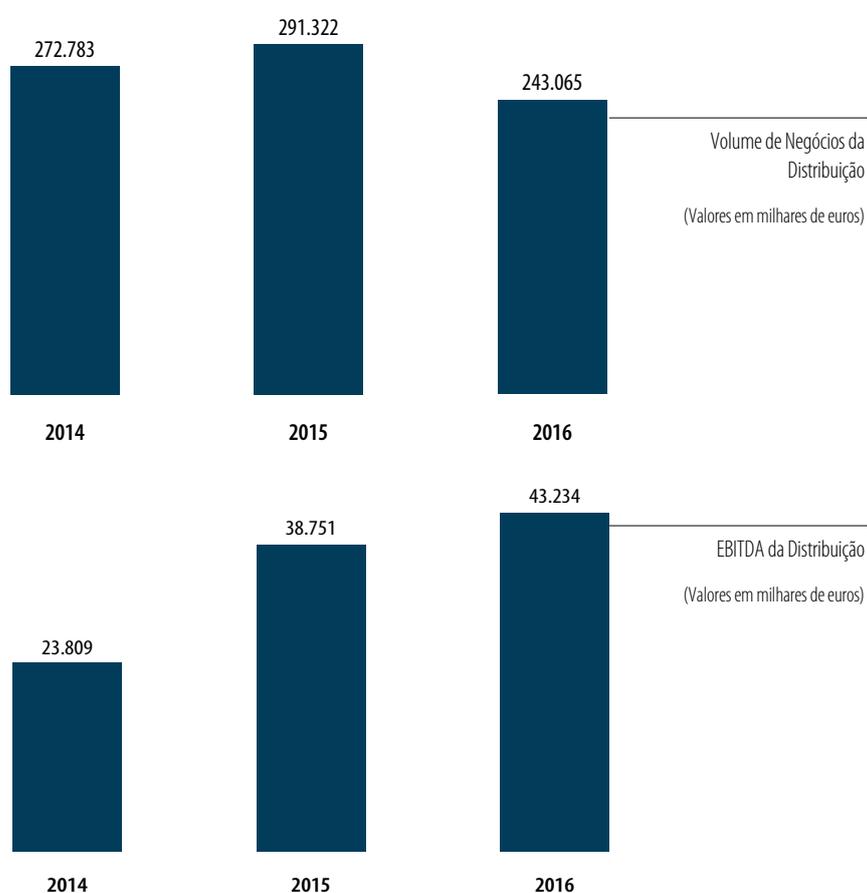
A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda." e "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd." (GND) e no Brasil através da "TDD Brasil, Limitada".

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

A Distribuição registou um decréscimo de 16,6% face ao ano passado.

Em 2016, o Grupo prosseguiu com a consolidação das unidades de negócio que operam neste setor e com a abertura de uma nova unidade de negócio com a insígnia "Maxi".

O EBITDA da Distribuição cresceu 11,6% face ao ano anterior, fixando em 43.234 milhares de euros.



– ATIVIDADE DURANTE 2016

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 268.482 milhares de euros, que corresponde a uma descida de 27,7% face a 2015.

Em **Portugal**, através da empresa "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.", o foco esteve no desenvolvimento e reforço das competências ao nível da Gestão da Cadeia de Abastecimento e de soluções de Tecnologias de Informação de suporte ao negócio. Paralelamente, dada a conjuntura económica em Angola, o *procurement* focou-se nos produtos essenciais para aprovisionar as operações naquele país. Foi dada sequência ao fortalecimento das relações de parceria na representação de marcas exclusivas.

Em **Angola**, o Grupo Teixeira Duarte opera:

- No **Retalho Alimentar** através da empresa "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda." com a insígnia Maxi; e
- No **Retalho Especializado**, na área de Mobiliário e Decoração através da insígnia *Dakaza*, na área de Saúde e Bem-estar através da insígnia *Farmácia Popular* e na área da Restauração através da insígnia *Nilo*.



Loja Maxi Golfe
Luanda | Angola



Farmácia Popular Morro Bento
Luanda | Angola

- No mercado da Distribuição de Produtos Exclusivos através da sua participada a 100% "DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda".
- Na Comercialização Grossista de Bebidas através da sociedade "OCC – Operador Central de Comercio, Lda.", que opera com a insígnia TEFAC.

A atividade das diversas insígnias ficou em geral marcada pelo difícil contexto económico que Angola atravessa, com consequências na redução do nível de consumo da população em geral.

No Retalho Alimentar, a *Maxi* deu continuidade à estratégia de consolidação desta insígnia como destino de referência para as famílias, com uma política consistente focada na competitividade dos seus preços. De destacar a abertura de um novo ponto de venda em novembro no bairro do Golfe, em Luanda, bem como a duplicação da área de armazenamento de frio no Centro de Distribuição.

Destaque ainda na *Maxi*, para a certificação do "Sistema de Gestão da Qualidade" de acordo com a norma ISO 9001:2015, tornando-se assim a primeira empresa de retalho alimentar angolana certificada por esta norma, reforçando assim o seu compromisso com a satisfação dos seus clientes.

No Retalho Especializado na área de Mobiliário e Decoração, a insígnia Dakaza manteve um desempenho positivo acima das iniciais expectativas, confirmando-se o potencial de expansão deste negócio.

No Retalho Especializado na área de Saúde e Bem-estar, foi inaugurado em maio o terceiro ponto de venda da Farmácia Popular, no bairro do Morro Bento, em Luanda, com um novo conceito, mais "anglo-saxónico", com uma maior placa de vendas e um sortido mais alargado, nomeadamente de produtos de grande consumo e reforço das categorias de Higiene, Beleza e Alimentação Saudável. Foi dada também importância à implementação de processos e melhores práticas do negócio, contribuindo para uma melhor gestão e eficiência. A atividade ao longo do ano manteve-se dentro das expectativas.

No Retalho Especializado na área da Restauração, deu-se continuidade à gestão criteriosa das unidades em operação, com especial enfoque no reforço de competências na área de Higiene e Segurança Alimentar.

Na Distribuição de Exclusivos, prosseguiu-se com a estratégia de reforço de notoriedade das marcas representadas, quer na Unidade de Bebidas, quer na Unidade de Impulso.

Na Comercialização de Bebidas por grosso, destaca-se a substituição do ponto de venda do Roque Santeiro pelo da Mulemba, ambos em Luanda, melhor localizado e com melhores condições operacionais. Foi dada prioridade à implementação de procedimentos e infraestruturas de forma a garantir uma elevada eficiência na gestão do *stock* e taras retornáveis. Destaca-se o aumento significativo dos proveitos provenientes de produtos de tara retornável, consequência da conjuntura económica e procura pelos clientes de produtos mais económicos. O nível de atividade manteve-se dentro das expectativas.

O programa Fazenda Maxi, que estabelece parcerias com produtores com o objetivo de desenvolver a produção agrícola nacional, iniciou uma nova fase com a aprovação pelo Ministério da Indústria de uma unidade industrial na província do Kwanza Sul, para transformação de milho e feijão.

Na África do Sul, onde o Grupo atua através da sociedade "GND - Global Net Distributors (PTY) Ltd.", deu-se continuidade à procura de novas oportunidades de negócio.

No Brasil, no estado de São Paulo, foi encerrada a operação de distribuição de vinhos e azeites da Herdade do Sobroso, iniciada no ano de 2014. Foram intensificados os esforços de *procurement* de novos fornecedores neste país da América do Sul.

No Dubai, foi concluída a criação e operacionalização da sociedade "GND Trading ME, FZE", com vista ao reforço do *procurement* de produtos provenientes do Médio Oriente e Ásia.

Ao nível dos Recursos Humanos e transversalmente a todos os mercados, deu-se continuidade às políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o objetivo de atrair e recrutar os melhores profissionais e foi implementado ao longo do ano um ambicioso plano de formação, com vista à integração e desenvolvimento dos novos colaboradores, bem como a melhoria da qualificação dos quadros existentes.

Apesar da conjuntura económica em Angola, destaca-se a continuação do programa "Fazer Pescar" - transversal a várias áreas do Grupo - que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas e que contou este ano com a realização de mais 2 edições no setor da Distribuição.

Ainda no âmbito da formação, realizou-se mais uma edição do programa "Academia Maxi", com o recrutamento e formação de jovens quadros, com potencial para assumirem posições de coordenação nas diversas áreas de negócio.

Apesar das perspetivas para a conjuntura económica de Angola terem melhorado no final de 2016, as dificuldades e incertezas permanecem elevadas, o que leva a perspetivar para 2017 níveis de atividade semelhantes ao exercício de 2016.

Não obstante, é objetivo da empresa desenvolver no decurso de 2017 as diversas áreas de negócio, destacando-se os seguintes projetos:

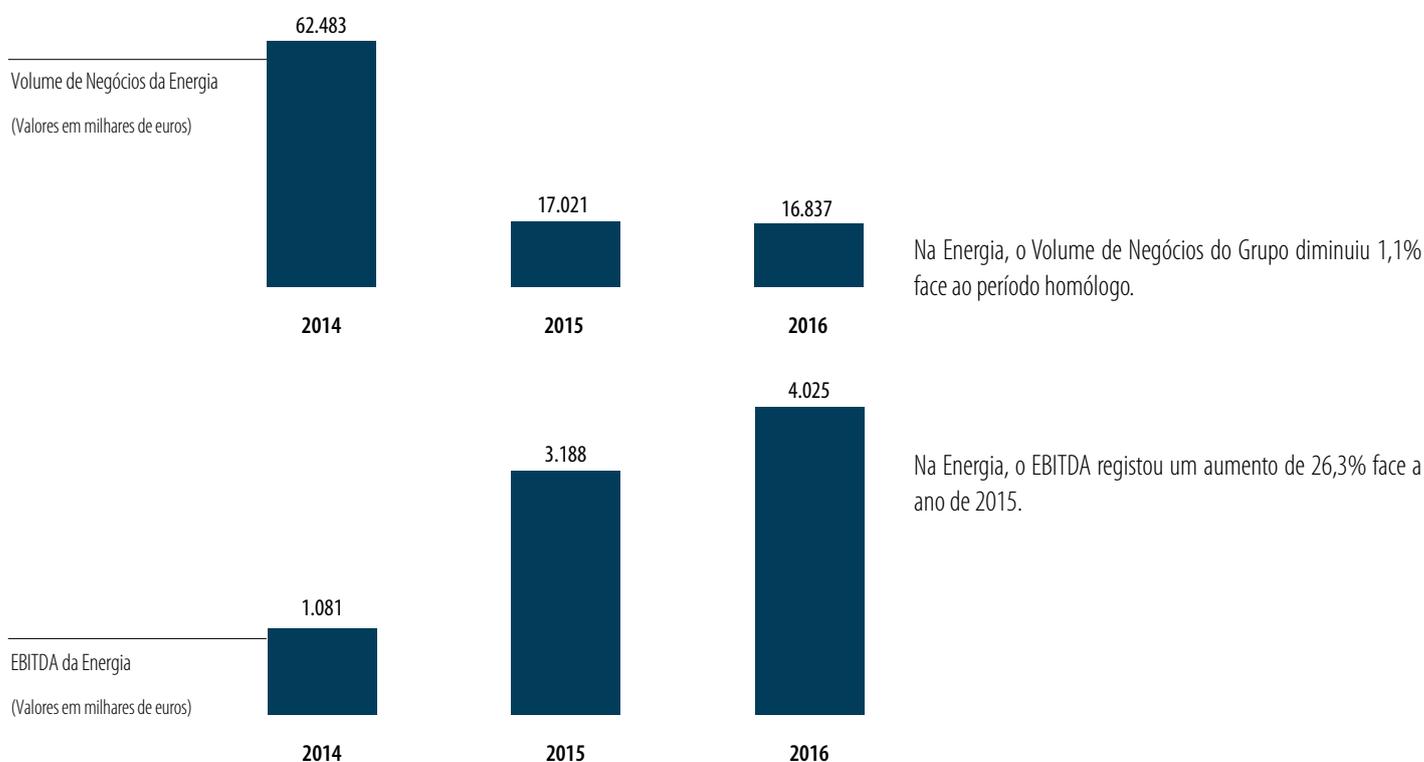
- Construção de um novo ponto de venda em Luanda, que incluirá além da insígnia de retalho alimentar Maxi, uma Farmácia Popular e uma pastelaria Nilo;
- Construção de unidade industrial na província do Kwanza Sul para transformação de milho e feijão;
- Inauguração no primeiro semestre do novo ponto de fabrico para as pastelarias Nilo, em Morro Bento (Luanda);
- Inauguração no primeiro semestre do quarto ponto de venda da Farmácia Popular no centro de Luanda;
- Desenvolvimento dos projetos e arranque da construção de 2 novos pontos de venda da Dakaza em Luanda.

O setor reforçará ainda a sua aposta ao nível dos Recursos Humanos, destacando-se a área da Formação, com o aumento do investimento e volume de horas de formação a ministrar.

IV.6. ENERGIA

O Grupo Teixeira Duarte começou a atuar neste setor em Portugal em 1996, sendo que em 2016 já só operou no mercado nacional nas áreas do Gás e da Energia Solar - pois em 2015 havia alienado a participada através da qual atuava na distribuição de combustíveis líquidos e lubrificantes - e já em 31 de março 2017 concretizou a saída do Grupo Teixeira Duarte deste setor de atividade após a conclusão, nessa data, do acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que o Grupo detinha na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." e através da qual mantinha indiretamente atividade nas referidas áreas do Gás e da Energia Solar.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



— ATIVIDADE DURANTE 2016

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Energia atingiram o valor global de 31.424 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 9,7% face a 2015.

Em 2016 o Grupo continuou a operar na distribuição de gás canalizado, com a marca "DIGAL," dispondo de mais de 700 reservatórios para abastecimentos locais, fornecendo um número aproximado de 60.000 fogos, a maioria dos quais pertencentes aos concelhos de Cascais e Sintra. Por outro lado, dinamizou-se a atividade de enchimento, distribuição e comercialização de garrafas de gás butano Digal, designada "ASA", o que se traduziu num crescimento muito significativo do número de clientes.



PPS - Expedição de GPL no Porto de Aveiro
Aveiro | Portugal

De referir que em 2016 se deu continuidade à aquisição, por via marítima, de gás propano, iniciada no final de 2014, o que, aliado à implementação de medidas de reestruturação operacionais, permitiu melhorar alguns dos indicadores de gestão.

Nesta área, em 2016, o Grupo detinha ainda a representação exclusiva nacional da marca Campingaz.

Na área da energia solar térmica, o Grupo prosseguiu, no exercício em análise, a sua atuação de representação em Portugal das marcas internacionais "SOLAHART" e "SONNENKRAFT", em linha com o exercício anterior.

IV.7. AUTOMÓVEL

Com mais de vinte e cinco anos de atuação no Setor Automóvel, em **Angola**, a Teixeira Duarte prossegue hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversos fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

Ligeiros: *Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet e Isuzu;*

Pesados: *Renault Trucks, UD Trucks e Randon;*

Motociclos: *Honda, Piaggio, Vespa, Gilera, Derby e Hyosung;*

Equipamentos - Energia: *Denyo, Pramac, Honda Power Products e Powermate;*

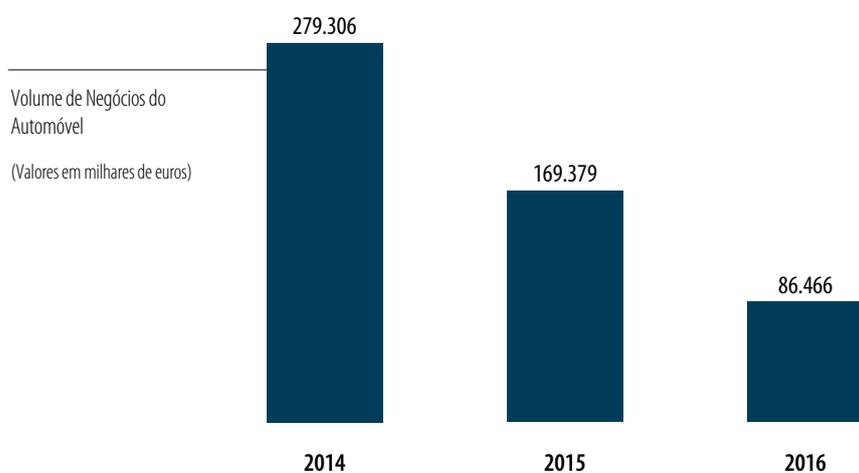
Equipamentos - Elevação e Construção Civil: *Nissan Forklift e Heli;*

Pneus e Lubrificantes: *Continental, Infinity e Avia.*

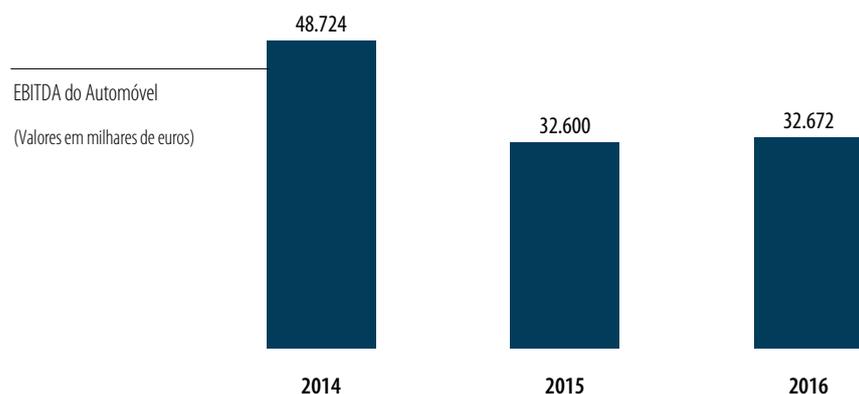
Em paralelo, desenvolve atividade no Retalho Especializado através das Lojas *Piwi*, especializadas na comercialização e assistência técnica de veículos motorizados, assim como, na comercialização de geradores e acessórios auto.

Em **Portugal**, o Grupo detém a representação da marca Suzuki com exclusividade para o distrito de Lisboa, atribuída à sociedade do Grupo "SMOTORS, S.A.", que inaugurou neste exercício as instalações do seu concessionário.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O setor Automóvel diminuiu o Volume de Negócios em 49% relativamente ao exercício de 2015, com uma diminuição acentuada na venda de viaturas ligeiras e pesadas e com a manutenção de níveis de atividade razoáveis na área da assistência pós-venda.



O setor Automóvel registou valores semelhantes ao período homólogo, fixando-se em 32.672 milhares de euros.

Stand Suzuki
Lisboa | Portugal

– ATIVIDADE DURANTE 2016

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2016, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 105.796 milhares de euros, que corresponde a um decréscimo de 54,8% face a 2015.

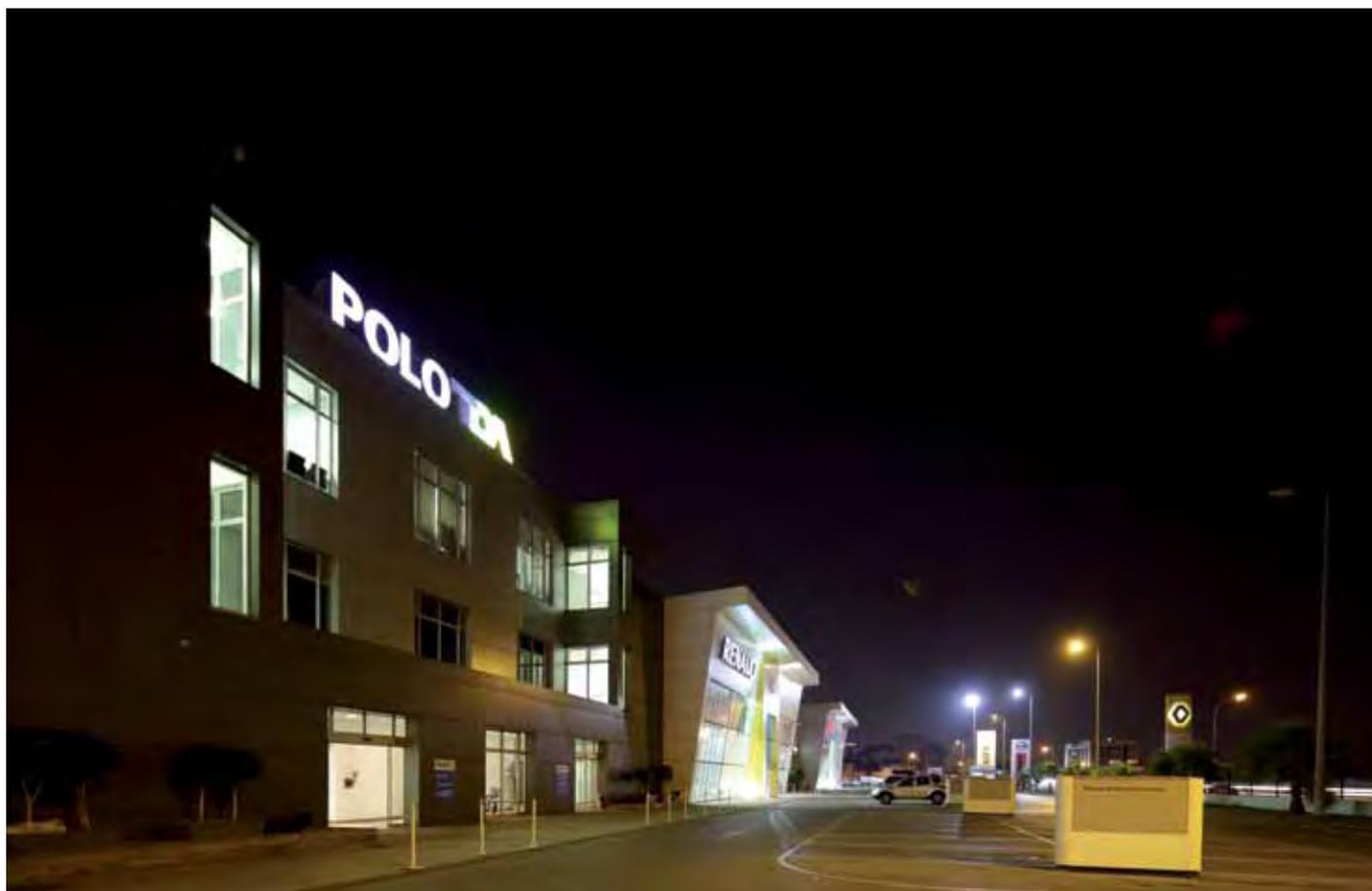
Iniciou-se, neste ano de 2016, o arranque da operação em **Portugal**, através da representação da marca Suzuki, atribuída, com exclusividade para o distrito de Lisboa, à sociedade do Grupo "SMOTORS, S.A.", tendo as instalações deste concessionário sido inauguradas em 10 de novembro.

O ano de 2016 caracterizou-se pela continuação da redução generalizada da atividade nos vários segmentos de negócio, Ligeiros, Pesados, Motociclos e Equipamentos, fruto da crise económica que **Angola** atravessa.

O mercado angolano de viaturas, e mais especificamente o segmento de ligeiros, teve uma redução de 56%, passando de 18.630 unidades vendidas em 2015 para apenas 8.189 viaturas comercializadas em 2016. Na comercialização de viaturas ligeiras pelo Grupo Teixeira Duarte, esta tendência foi mais acentuada, tendo reduzido em 70% o seu volume de vendas, retração essa ainda assim mitigada por uma gestão criteriosa do nível de *stock*, ajustando o *line up* das várias marcas em função da redução expectável de vendas. Adicionalmente, e face à necessidade de gerir o *stock*, foram gradualmente tomadas decisões de encerramento temporário de pontos de venda, em Luanda, Viana e Lobito. Em paralelo, manteve-se o foco na melhoria dos serviços de Assistência Técnica, prosseguindo com o reforço das competências das várias equipas e o aprofundamento dos processos de organização das oficinas.

Na área de Assistência Técnica de veículos Ligeiros, o Grupo Teixeira Duarte registou um decréscimo de 12% no volume de negócios, resultado da menor atividade das empresas e da quebra no poder de compra dos particulares.

No segmento de Pesados, regista-se a venda de 44 unidades, que compara com 55 unidades em 2015, ano em que as vendas já haviam caído 51%.



Polo TDA Talatona
Luanda | Angola

No segmento de Motociclos, regista-se a venda de 917 unidades, equivalente a uma diminuição de 59% no número de unidades vendidas em relação a 2015.

No segmento de Equipamentos, onde se destaca a área de Energia, manteve-se durante 2016 a aposta na formação e consolidação de competências das várias equipas de Assistência Técnica, tendo o volume de negócios do pós-venda mantido níveis de rentabilidade semelhantes a 2015.

No Retalho Especializado, com a rede de lojas PIWI, foi ajustado o cardex da operação, aumentando a segmentação da oferta e alinhando a qualidade e preço dos produtos com a concorrência direta. Foram também estreitados laços com fornecedores locais de consumíveis e lubrificantes.

Apesar do contexto exigente que o setor Automóvel enfrenta, o Grupo Teixeira Duarte vê na continuidade da prestação de um serviço de Assistência Técnica de qualidade um desígnio e, para isso, prosseguiu-se com a captação e retenção de talentos, destacando-se em 2016:

- A concretização de um plano de formação e qualificação ambicioso com aproximadamente 11.900 horas de volume de formação, com ações gerais e dedicadas às áreas de atuação da estrutura central e dos diversos segmentos de negócio, destacando-se a continuação da aposta na formação técnica, representando esta aproximadamente 75% do volume de formação;
- Destaque ainda para o desenvolvimento e atualização de conteúdos e a diversificação das ferramentas e instrumentos pedagógicos, nomeadamente com a implementação da avaliação de conhecimento aos formandos através da realização de testes *on-line* e disponibilização de conteúdos em diversos formatos;
- A continuação do projeto "Fazer Pescar", iniciado em 2013 - transversal a várias áreas do Grupo - que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas contou este ano com a realização de mais uma edição (6.ª edição). Até à data, no setor automóvel, foram abrangidos 75 formandos.

Face à conjuntura económica que Angola continua a atravessar, perspetiva-se para 2017 a continuação da retração da atividade deste Setor neste mercado, pelo que se dará continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço dos processos de organização nas diversas áreas de negócio.

V. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:

1. Assinatura de Aliança Estratégica na Venezuela para contrato de conservação, administração, gestão, operação e aproveitamento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, na Venezuela, divulgada tempestivamente ao mercado, através de comunicado em 17 de janeiro, com este título e com o seguinte conteúdo essencial:

A sua participada a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." assinou a 17 de janeiro de 2017 uma "Aliança Estratégica para Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto De La Guaira", na Venezuela, com a empresa do Estado da República Bolivariana de Venezuela designada "BOLIVARIANA DE PUERTOS (BOLIFEURTOS), S.A.", tendo em vista otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do Terminal, convertendo-o num porto de transferência do mar Caribe e da América Latina. No termos da referida Aliança, a Teixeira Duarte aportará, de acordo com o Plano de Negócios, o montante de 40 milhões de dólares americanos e assumirá, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido Terminal.

O Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, com capacidade para movimentar 1.000.000 TEUS/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a -15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 pórticos de cais, 15 pórticos de parque, 2 reach-stackers e 6 empilhadores frontais.

Constituiu considerando deste Acordo, o facto de em 6 de agosto de 2008 se ter subscrito o Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República Bolivariana de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética, que tem por objeto a cooperação, promoção, formulação e/ou execução de programas e projetos destinados ao intercâmbio de bens, serviços, tecnologia e capacitação de interesses comuns dos países subscritores.

2. Acordo para alienação de participação detida no Setor da Energia, divulgado tempestivamente ao mercado, através de comunicado em 24 de janeiro, com este título e com o seguinte conteúdo essencial:

As sociedades por si dominadas 100%, "TEDAL - SGPS, S.A." e "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A." celebraram, a 24 de janeiro de 2017, um acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que essas entidades detinham na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." pelo preço de 8,3 milhões de euros.

A transmissão aguarda a autorização por parte da Autoridade da Concorrência, sendo que só nessa altura a operação será concluída, o que se estima que ocorra ainda durante o primeiro trimestre de 2017.

A TDARCOL é uma sociedade gestora de participações sociais que é titular de outras entidades através das quais o Grupo Teixeira Duarte vem atuando no Setor da Energia, nomeadamente na área do Gás.

Recorda-se que, em março de 2015, o Grupo havia já alienado a entidade através da qual atuava na área dos combustíveis líquidos e lubrificantes, concretizando agora, pela forma acima indicada, a alienação da participação que detinha na entidade através da qual vinha, indiretamente, atuando na área do Gás.

Conforme antecipado no comunicado acima referido, após a Autoridade da Concorrência se ter pronunciado sobre a conclusão desta operação, o Grupo Teixeira Duarte concluiu, em 31 de março de 2017, acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que o Grupo detinha na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", tendo deixado de atuar no setor da energia, prosseguindo nos outros seis - Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel - nos dezoito países em que atua.

VI. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Prevê-se que venha a ocorrer em 2017 um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação da Teixeira Duarte no mercado externo.

Para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado adequados níveis de atividade na Construção no mercado externo que permitem que, apesar da Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção ter diminuído 10% face ao final de 2015, a mesma tenha atingido, na sua globalidade, 2.008.665 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016, dos quais 560.757 milhares de euros são para 2020 e seguintes.

Para uma análise mais detalhada relativamente aos períodos mais próximos, ou seja, para os restantes 1.447.908 milhares de euros já contratados e previstos executar nos anos de 2017, 2018 e 2019, apresenta-se de seguida um mapa com elementos adicionais sobre a sua distribuição por países de atuação:

Carteira de Encomendas	2017		2018		2019	
	Valor	Contributo (%)	Valor	Contributo (%)	Valor	Contributo (%)
(Valores em milhares de euros)						
Portugal	90.370	14,4%	36.475	7,8%	21.006	6,0%
Angola	67.689	10,8%	1.815	0,4%	21.370	6,1%
Argélia	193.338	30,8%	258.534	55,1%	144.678	41,4%
Brasil	220.948	35,1%	105.007	22,4%	37.310	10,7%
Moçambique	40.225	6,4%	22.111	4,7%	15.425	4,4%
Venezuela	5.273	0,8%	43.189	9,2%	106.138	30,3%
Outros Mercados	10.911	1,7%	2.136	0,4%	3.960	1,1%
Total	628.754	100,0%	469.267	100,0%	349.887	100,0%

Refira-se que os números acima indicados se reportam à Carteira de Encomendas do Grupo para a Construção apurada com referência a 31 de dezembro de 2016, pelo que as obras contratadas a partir daquela data não estão incluídas na Carteira de Encomendas apresentada.

Para 2017, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de cerca de 1.200 milhões de euros.

VII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

Em face do propósito assumido relativamente à distribuição aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, procedeu-se, em cumprimento dos normativos contabilísticos atualmente em vigor, ao registo do montante de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) como gasto do exercício de 2016, com a consequente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a mencionada distribuição de resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, neste último caso a ser deliberada pela Comissão de Remunerações.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2016 aos membros dos seus conselhos de administração e aos seus colaboradores, num total de 2.136.000,00€ (dois milhões cento e trinta e seis mil euros), tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2016, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Uma vez que o montante de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), previsto distribuir aos colaboradores e aos administradores, foi, em cumprimento dos normativos aplicáveis, registado como gasto do próprio exercício de 2016 nas demonstrações financeiras que integram este Relatório de Gestão, com a aprovação destes documentos os Senhores acionistas confirmam, por um lado o seu acordo em distribuir resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de Resultados é de 7.092.173,40€ (sete milhões, noventa e dois mil, cento e setenta e três euros e quarenta cêntimos).

Acresce ao acima referido que é também política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade e assegurar uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos Acionistas, a qual, na atual conjuntura, se entende dever ser especialmente moderada, entendendo-se igualmente adequado reforçar os mencionados capitais próprios através do preenchimento total da reserva legal.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2016, no montante de 7.092.173,40€ (sete milhões noventa e dois mil cento e setenta e três euros e quarenta cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	5.500.000,00 €
Para reforço das reservas livres	752.173,40 €
Para dividendos aos acionistas	840.000,00 €

Lagoas Park, 26 de abril de 2017

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2016, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2015:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações	
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0	(a) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0	
José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000	
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575	
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862	
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671	
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160	
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000	
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0	
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0	
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000	
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	0	
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	0	

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016:

Não foram efetuadas quaisquer operações no período em questão.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2015:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações	
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0	(a) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0	
José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000	
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575	
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862	
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671	
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160	
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000	
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0	
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0	
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000	
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	0	
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	0	

ACIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL

Sociedade	N.º ações em 31.12.2015	% Capital
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	203.520.000	48,46%
MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal Lda.	43.364.872	10,32%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2016, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	203.520.000	48,46%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	9.136.551	2,18%
TOTAL IMPUTÁVEL	212.656.551	50,63%

Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	333.790	0,08%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda."	43.364.872	10,32%
TOTAL IMPUTÁVEL	43.698.662	10,40%

Banco Comercial Português, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0,00%
Através do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português por si detido	41.131.179	9,7931%
TOTAL IMPUTÁVEL	41.131.179	9,7931%

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	9.100.000	2,17%
TOTAL IMPUTÁVEL	9.100.000	2,17%

Relatório sobre o Governo da Sociedade **2016**



PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (adiante abreviadamente designada por TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se totalmente realizado e é representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EURONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2016, distribuídas por um total de 5.224 acionistas da seguinte forma:

Acionistas titulares de até 42.000 ações:	5.012
Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações:	173
Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações:	29
Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 de ações:	8
Acionistas titulares de mais de 42.000.000 de ações:	2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A TD,SA não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais preveem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer previsão estatutária nem foram adotadas quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Em consequência, o disposto na presente norma e na Recomendação n.º I.4 não é aplicável à TD,SA.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se ainda que, para efeitos do disposto na Recomendação n.º I.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, não são adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela TD,SA em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2016, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

"Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	203.520.000	48,46%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	9.136.551	2,18%
TOTAL IMPUTÁVEL	212.656.551	50,63%

Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	333.790	0,08%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda."	43.364.872	10,32%
TOTAL IMPUTÁVEL	43.698.662	10,40%

"Banco Comercial Português, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0,00%
Através do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português" por si detido	41.131.179	9,7931%
TOTAL IMPUTÁVEL	41.131.179	9,7931%

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	9.100.000	2,17%
TOTAL IMPUTÁVEL	9.100.000	2,17%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2016, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2015:

	Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
(a) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher	Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
	José Gonçalves Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0
	José Pedro Póiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0
	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
	Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
	Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
	Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
	Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0
	Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
	Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	0
	Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	0

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016:

Não foram efetuadas quaisquer operações no período em questão.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2016:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações	
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0	(a) Detidas em regime de compropriedade com a sua mulher
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0	
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000	
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575	
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862	
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671	
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160	
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000	
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	0	
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	0	
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000	
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	0	
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	0	

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Para além de outras atribuições e competências que por Lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;
- negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;
- elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;

- delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;
- deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;
- deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e
- prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Considerando o acionista com participação qualificada no capital da TD, SA "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", a sua participação tem sido imputada ao "Banco Comercial Português, S.A."

Sucede que desde 1985 que as entidades que integram o Grupo Teixeira Duarte mantêm relações comerciais correntes com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, em termos e condições normais de mercado, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, o valor global de financiamentos contraídos junto desta instituição ascendia a cerca de 352 milhões de Euros, que correspondem a 26,8% do total do passivo bancário do Grupo.

Relativamente à contratação de garantias bancárias com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, informa-se que as mesmas totalizavam 43 milhões de euros, representando 6,8% do valor global das garantias contratadas pelo Grupo.

Finalmente, reporta-se que o Grupo tem também contratos de locação financeira com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, num valor global de 150 milhões de euros, correspondentes a 82,3% do valor total deste tipo de contratos.

Não existem quaisquer outras relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Face à natureza das únicas relações serem as *supra* identificadas e pelo facto do âmbito das mesmas ser circunscrito a áreas já muito regulamentadas e supervisionadas por várias entidades, entende-se não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão, conforme consta da Recomendação n.º V2.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2015/2018.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas para o caso de voto por correspondência.

Mais se informa, que, de acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmem pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições *supra* referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que tal não existe nem nunca existiu.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo à eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais e no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA, enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Por fim, refira-se ainda que a TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações dos acionistas sobre determinados temas, para além das regras legalmente previstas.

Com efeito, dispõe o artigo 16.º dos Estatutos que "as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas".

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração, recorde-se que estes são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou intercaladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na Lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros. Acresce que a Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente. Os estatutos não preveem a existência de membros suplentes.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

O Conselho de Administração era composto, a 31 de dezembro de 2016, pelos seguintes membros, todos eles efetivos:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

O Presidente do Conselho de Administração **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte** e os Administradores **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**, **Joel Vaz Viana de Lemos** e **Carlos Gomes Baptista** foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois reeleitos para o mandato 2011/2014 e em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, novamente reeleitos para exercerem funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

O Administrador **Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014, tendo sido depois reeleito em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015 para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

O Administrador **Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Em 2011 não foi reeleito, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, até ao final do mandato 2011/2014, tendo sido depois reeleito para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

O Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos – nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos – são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Com efeito, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico – onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais – nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências – a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta da Recomendação n.º II.1.6, sendo que, considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma regulamentar não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Cumpre realçar também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais, tal como consta da Recomendação n.º II.1.8.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, para efeitos do disposto na recomendação n.º II.1.9, o Presidente do Conselho Fiscal é convocado para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a ele lhe sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas as reuniões deste órgão.

Todavia, estes documentos não são remetidos diretamente pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme indicado naquela recomendação. Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º II.1.10, que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Presidente do Conselho de Administração, cabia-lhe exercer em 31 de dezembro de 2016, entre outras, as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento deste Conselho, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões;
- acompanhar os negócios correntes da Sociedade;
- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." e os membros do Conselho de Administração da participada a 100%, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

- coordenar e acompanhar a atividade desenvolvida pelos Delegados do Grupo nos diversos países.

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008, cargo que ainda hoje desempenha.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010, cargo esse que hoje exerce cumulativamente à posição homóloga na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Já fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", a qual, sendo detida por membros da família Teixeira Duarte, domina a referida sociedade cotada de topo, TD,SA, em mais de 50%.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, das quais se entende adequado indicar:

- A "CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.", da qual foi membro do Conselho de Administração entre 2001 e agosto de 2009; e
- O "Banco Comercial Português, S.A." onde desempenhou diversas funções nos Corpos Sociais, entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2016 encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como de supervisionar as atuações dos setores da Hotelaria, acompanhar a atuação desenvolvida no setor da Energia e acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades.

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 que passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce.

Fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é também Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", cargo que assumiu pela primeira vez em 28 de fevereiro de 1991.

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2016 encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Recursos Humanos e Serviços Administrativos e de Informática, bem como pelas Direções Centrais da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." das áreas dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e de Aproveitamentos e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo que atuam no setor da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

Na distribuição de pelouros do Conselho de Administração da TD,SA está ainda encarregue de presidir à Comissão Executiva de Exploração do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - à qual cabe coordenar a atuação dos seus Centros de Exploração e das suas participadas no setor da Construção -; supervisionar as atividades desenvolvidas pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." relativas às áreas de atuação de Geotecnia e Reabilitação, de Metalomecânica e Obras Marítimas e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento; e ainda supervisionar as atividades das sociedades participadas "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.", "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.", "Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal Lda." e "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal".

Após ter concluído o curso de especialização em Mecânica dos Solos/Geotecnia pela Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 1977/1978, iniciou a sua carreira profissional logo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1978, sendo que até 1983 foi Diretor de Obra e Projetista na área da Geotecnia e Fundações.

Nos anos de 1983 e 1984 integrou o Departamento Técnico Comercial, elaborando e colaborando em múltiplos estudos e propostas, incluindo pontes, barragens e ampliações de infraestruturas aeroportuárias.

De 1984 a 1992 esteve destacado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no importante Agrupamento Complementar de Empresas "FERDOURO, ACE", constituído para a construção da ponte de São João, sobre o Rio Douro, tendo, neste âmbito, desempenhado as

funções de Chefe do Gabinete Técnico (1984/88), de Diretor Técnico/Diretor de Produção (1988/89) e de Diretor Geral Adjunto com direção técnica e de produção (1989/92).

De 1992 a 1997 assumiu, na "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", o cargo de Diretor de Centro de Produção da área então designada por "Obra Pública", coordenando diversas empreitadas de obras hidráulicas (barragens, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias), hospitais, estradas e de infraestruturas gerais.

A partir de 1997 passou a Diretor de Centro de Exploração nessa mesma área da "Obra Pública".

Desde então passou também a desempenhar cargos sociais em várias Empresas, Agrupamentos, Consórcios e Associações em que Grupo Teixeira Duarte participa, alguns dos quais ainda mantém mesmo após assumir o cargo de Administrador da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." em 2005.

Não exerce qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.".

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2016 encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pela "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." na área das Edificações e supervisionar a atividade da participada "TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.".

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Desde 2000 que acompanha a atuação da empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera na área do *Facilities Management*, designada "TDGI - Tecnologias e Gestão de Imóveis, S.A.", da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, terminando o mandato em curso em 2018.

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2016 encarregue de supervisionar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária, da Distribuição e Automóvel em todos os mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, sendo, nesse âmbito, Administrador de diversas outras sociedades do Grupo, e de supervisionar a atividade da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." e da "EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda."

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1974.

Foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Cessou funções enquanto Administrador da TD,SA em 2011, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, até ao final do mandato 2011/2014, e em 30 de maio de 2015 foi novamente eleito para exercer funções para o mandato em curso (2015/2018).

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2016 encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pela TD-EC na Área das Infraestruturas e de acompanhar a atividade das participadas "MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A." e "AEBT - Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A.".

Iniciou a sua carreira como profissional liberal, no dimensionamento e direção de construção de diversas edificações de habitação e para a indústria.

Teve uma passagem pela "CONDURIL S.A.R.L.", onde esteve de 1977 a 1981 como Diretor de Obra, colaborando em diversas obras, nomeadamente a construção das barragens de Penha Garcia e Cimeira e Fundeira no Alvão, para a "Direção Geral de Hidráulica" e para a "Câmara Municipal de Vila Real" respetivamente; várias obras de consolidação de taludes da Linha do Douro adjacentes aos aproveitamentos da Régua e da Valeira, para a "EDP", na sequência dos estragos causados pelas grandes cheias de 1979 e pelo fenómeno da micro turbulência; obras de tipo diverso para a Junta Autónoma das Estradas, no domínio das estradas.

Entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1981 onde assumiu a direção de obras na área das edificações, então designada de "Construção Civil". Nestas funções, desataca-se a construção do Edifício Sede da "Caixa Geral de Depósitos" num conjunto de vários edifícios de relevo, na cidade do Porto e a construção de um Lar de Repouso, na Ilha Terceira, no Açores.

Nos anos de 84 a 91 esteve destacado na Venezuela, onde exerceu funções de Direção de Produção e de Gerência da filial "TEGAVEN S.A."; no âmbito das quais acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios e ainda do Parque de manutenção e outras para o metro de Caracas e construção de autoestradas.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1992 as funções Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Obra Pública", da qual foi coordenador até 2005, altura em que passou a Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.". Neste período, coordenou o desenvolvimento de grandes projetos na área de estradas e caminhos de ferro, armazenamento, tratamento e distribuição de água, aproveitamentos hidroelétricos, hospitais e outros.

Supervisionou a entrada da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." na Argélia em 2003, desempenhando, ainda hoje, diversos cargos de Administrador em várias entidades participadas do Grupo Teixeira Duarte nesse país.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, é acionista e Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é filho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte e irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, é acionista e Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é sobrinho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte e primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundantes e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Sem prejuízo do que acima se referiu, as linhas genéricas organizacionais definidas pelo Conselho de Administração para o Grupo estavam fixadas em 31 de dezembro de 2016 no sentido de este:

1. Manter um conjunto de Direções Centrais e Serviços Corporativos com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários sectores de atividade do Grupo integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas do Grupo que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios, ainda que algumas estejam integradas no âmbito da TD-EC e outras no da sua acionista única, TD,SA, a saber: Direção Central de Jurídicos; Direção Central de Recursos Humanos; Direção Central de Informática; Direção Central de Finanças e Contabilidade; Serviços de Secretaria Corporativa; Serviços de Consolidação de Contas; Serviços de Auditoria Interna;

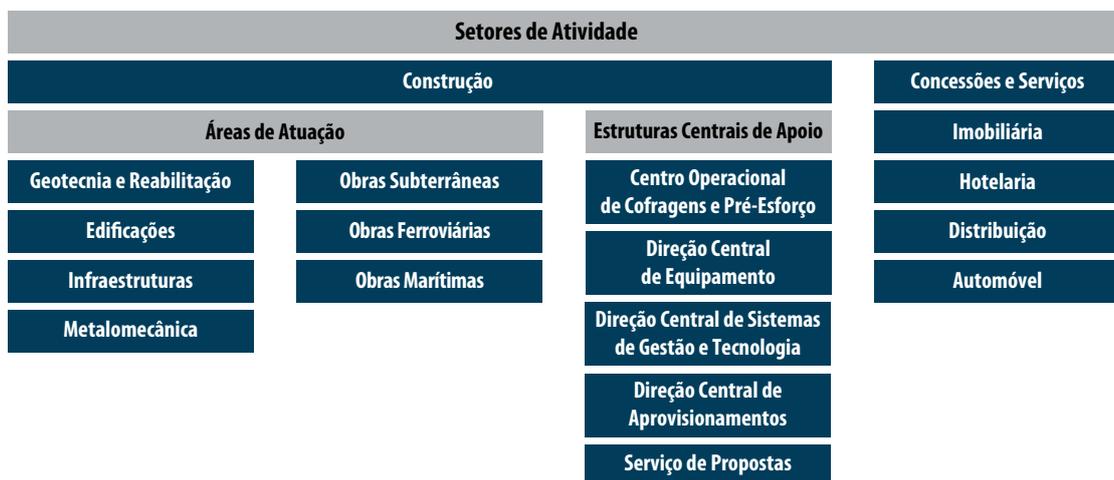
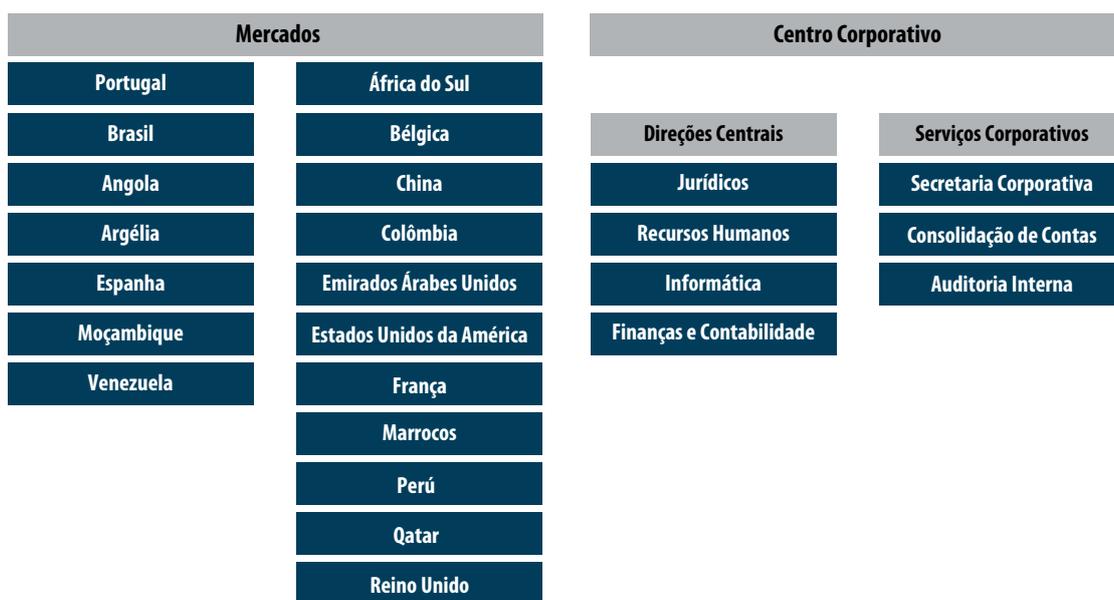
2. Manter a organização das estruturas operacionais do Grupo por Sectores de Atividade, as quais, tendencialmente, abrangerão a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte;
3. Prosseguir o destaque da marca de certas operações integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, deverão manter a respetiva individualidade, em especial nos Sectores da Construção e das Concessões e Serviços;
4. Continuar a reforçar a TD-EC como principal sociedade do Grupo a atuar no sector da Construção, aí concentrando não só entidades participadas que atuem neste Setor, mas também as principais estruturas de recursos de humanos a ele afetos;
5. Manter o modelo organizativo do Setor da Construção dividido por Áreas de Atuação e por Estruturas Centrais de Apoio, as quais terão as seguintes denominações e subdivisões:
 - Áreas de Atuação: Geotecnia e Reabilitação, na qual existirão Centros de Exploração e uma Direção de Projetos; Edificações, na qual existirão Centros de Exploração e uma Direção de Estudos; Infraestruturas, na qual existirão Centros de Exploração e uma Direção de Estudos; Metalomecânica;
 - Estruturas Centrais de Apoio: Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço; Direção Central de Equipamento; Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia; Direção Central de Aprovisionamentos; Serviços de Propostas.
6. Manter a coordenação e articulação da atividade das participadas que atuam no setor da Construção através do Conselho de Administração da TD-EC;
7. Manter, no âmbito do Conselho de Administração da TD-EC e do ponto de vista operacional, uma Comissão Executiva de Exploração, que continuará a coordenar a atuação dos Centros de Exploração das várias Áreas de Atuação e das Participadas neste setor da Construção;
8. Manter, no âmbito do Conselho de Administração da TD-EC, uma Comissão Executiva Comercial com funções de coordenação, acompanhamento e representação na área comercial das entidades do Grupo que atuam no setor da Construção;
9. Manter uma estreita ligação entre o Conselho de Administração da TD,SA e da TD-EC;
10. Reforçar a firmeza e eficácia dos vínculos de unidade no Grupo Teixeira Duarte através da ligação direta do Conselho de Administração com Delegados do Grupo para os vários países, que aí representam o órgão de gestão, assumindo a representação institucional do Grupo, bem como a ligação com as estruturas dos vários Sectores e do Centro Corporativo que operem nesses mercados e a implementação de práticas de otimização do funcionamento das sociedades do Grupo atendendo às particularidades de cada país.

Estas linhas gerais foram também refletidas num organograma do Grupo Teixeira Duarte, o qual estava em vigor em 31 de dezembro de 2016 e que aqui se reproduz:

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Não existe qualquer regulamento de funcionamento.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição do Conselho de Administração (todos os membros são executivos) e ao facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração é bastante simplificado, acrescentando ainda o facto do número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA de 24 de abril de 2015 foi aprovado o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", sendo extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais. Contudo, em parte alguma deste código existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2016, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 36 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, esteve presente em trinte e cinco das trinta e seis reuniões deste órgão, tendo sido representado pelo Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte na única reunião em que não esteve presente.

O Administrador **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** esteve presente em 32 reuniões do Conselho de Administração, fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração em três reuniões, e não pôde estar presente numa única dessas reuniões e a sua única falta foi previamente anunciada e justificada por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Joel Vaz Viana de Lemos** esteve presente em 31 das reuniões do Conselho de Administração, fez-se representar em quatro reuniões por outro membro deste órgão e a sua única falta foi previamente anunciada e justificada por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Carlos Gomes Baptista** esteve presente em 29 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração em duas das sete reuniões em que não pode estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** esteve presente em 26 reuniões do Conselho de Administração e fez-se

representar pelo Presidente do Conselho de Administração em quatro das dez reuniões em que não pode estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador **Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** esteve presente em 26 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração em três das dez reuniões em que não pode estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação n.º II.1.4 a) para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global (de quaisquer comissões que, conforme descrito, não existem).

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação II.1.4 b) para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores

são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a política de remunerações dos órgãos sociais reproduzida infra em 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm dezenas de anos "de casa", com percursos profissionais feitos quase exclusivamente dentro do Grupo Teixeira Duarte, sendo que foi em função das áreas e setores de atuação do Grupo que supervisionam ou acompanham que foram designados para outros cargos sociais, permitindo-lhes inclusivamente o reporte de informação para a TD,SA sobre as atuações dessas mesmas entidades e a correspondente implementação, no âmbito destas, das orientações definidas para o Grupo Teixeira Duarte.

Existem, contudo, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador auferir remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2016, exercia os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A."

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Gerente da "PACIM – Gestão e Investimentos, Lda.";

Gerente da "PASIM – Sociedade Imobiliária, Lda.";

Gerente da "PACIM – CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda.";

Gerente da "Foros dos Olivais, Lda.";

Gerente da "Mourinha de Cima – Atividades Imobiliárias e Turísticas, Lda.";

Gerente da "Terras da Mourinha, Lda.";

Gerente da "Terras da Mourinha de Baixo, Lda.";

Gerente da "Terras da Serrinha – Atividades Agrícolas, Lda.";

Gerente da "Terras do Pico - Atividades Agrícolas, Lda.";

Gerente da "Terras de Montoito, Lda.";

Gerente da "Sociedade Agrícola Monte da Casa Alta, Lda."; e

Gerente da "SOPOGAR - Sociedade Portuguesa de Gado de Raça e de Agricultura, Lda.".

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2016, desempenhava os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Digal - Distribuição e Comércio, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Multigás - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Tanquigás - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Participações e Distribuição, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";

Administrador da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada"; e

Administrador da "Votorantim Macau Investimentos, S.A.".

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho da Administração de "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A."; e

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da "HAB - Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L.".

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de dezembro de 2016 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.";

Presidente do Conselho de Administração do "GMP - Grupo Marítimo Português, ACE";

Presidente do Conselho de Administração do "GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE";

Presidente do Conselho de Administração da "MARINERTES, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Groupement Maritime Portugais GMP - ORAN";

Administrador da "ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.";

Administrador Suplente do "AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE";

Administrador da "Digal - Distribuição e Comércio, S.A.";

Administrador da "Multigás - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.";

Administrador da "PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.";

Administrador da "Tanquigás - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador do "Somafel e Ferrovias, ACE"; e

Gerente da "Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal Lda."

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2016 desempenhava o seguinte cargo **noutra sociedade do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "TDGI - Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A."

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2016, desempenhava os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "IMOPEDEDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Park, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Quinta de Cravel Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Smotors, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. ";

Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.";

Administrador da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Gerente da "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda."; e

Gerente da "Malanga - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.";

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador da "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.".

Administrador: Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Em 31 de dezembro de 2016 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração do "CONBATE, A.C.E.";

Administrador do "Douro Litoral, A.C.E.";

Administrador do "Groupe Etrhb Haddad - Teixeira Duarte - El Harrach Douera";

Administrador do "Groupement Mêtro d'Alger Centre (GMAC)";

Administrador do "Groupement Teixeira Duarte / Groupe Etrhb Haddad";

Administrador do "Groupement Teixeira Duarte, S.A. / Kanaghaz, SPA - Lagunes de Souf"; e

Administrador da "Teixeira Duarte Algérie, SPA".

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados**27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO**(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)****a) Composição****30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.**

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado portanto pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

O Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais: Mateus Moreira

Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Rui Pedro Ferreira de Almeida

O Senhor Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 - na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente - e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014, tendo sido eleito como Presidente do Conselho Fiscal na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Mateus Moreira e Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho, foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos na Assembleia Geral Anual de 30 de maio de 2015, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2015/2018.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, igualmente para o mandato 2015/2018.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

É Vogal do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É Vice Presidente da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal.

Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP

Integrou a Ernst & Young em Janeiro de 1979 tendo feito parte do Partnership entre 1992 e 2006.

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Finanças pelo "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras" (1972).

Aposentado em 30 de setembro de 2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central - Adjunto.

Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Frequência do 2º ano do "Instituto Superior de Agronomia" (1952).

Foi empresário.

Atualmente está aposentado.

Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1997);

Frequentou o Curso Avançado em Human Behaviour in Organisations (AESE) (2007);

Frequentou a Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS) (2009);

É Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A.;

É Presidente do Conselho Fiscal de The British-Portuguese Chamber of Commerce;

É Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures – Sociedade De Capital De Risco, S.A..

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA de 24 de abril de 2015 foi aprovado o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", sendo extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais.

Este documento consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da TD,SA com as partes relacionadas. Através deste Código, reforça-se e desenvolve-se a Missão e os Valores da Teixeira Duarte, mas em parte alguma do mesmo existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2016, o Conselho Fiscal reuniu seis vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2016, exercia o cargo de Vogal Efetivo do Conselho Fiscal do "Sporting Clube de Portugal".

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2016, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2016, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2016, era Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A. e Presidente do Conselho Fiscal de The British-Portuguese Chamber of Commerce e Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A..

c) Competências e funções**37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS**39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O revisor oficial de contas foi designado pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro e registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há cerca de dois anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Acrescente-se, todavia, que a questão prevista na Recomendação n.º IV.3 - *as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos* - não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o primeiro mandato no exercício daquelas funções.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

A este propósito, refira-se que o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que o Conselho de Administração e os serviços dele dependentes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionar ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo não é o Conselho Fiscal, conforme indicado na Recomendação n.º II.2.2, mas sim o Conselho de Administração, uma vez que é este o interlocutor da Empresa por excelência e, conforme ficou descrito *supra*, é também este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Cumpre no entanto referir que tais procedimentos estão acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo disso, obtém também do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	248.806,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Quanto à política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas, a Sociedade incentiva os colaboradores a informarem, pelos meios que julgarem convenientes – por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica – as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações são os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se revele adequado ao correto apuramento dos factos e das responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, são abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação, quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor.

Os processos são acompanhados pelo responsável do departamento em que a alegada irregularidade tenha ocorrido, com recurso a pessoas não envolvidas na situação em causa e, caso se afigure conveniente, com o acompanhamento de advogados e da Direção Central de Recursos Humanos.

Os processos são sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração e a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação deva ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e, em especial, do ponto de vista dos demais *stakeholders*, existe um Gabinete de Apoio ao Investidor disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Para além disso, encontra-se em funcionamento desde 2014, um novo veículo de comunicação de irregularidades diretamente para o Conselho Fiscal, através da criação do endereço de e-mail irregularidades@teixeiraduarte.pt, para o qual os colaboradores (em especial, através do portal corporativo) e os acionistas (estando o mesmo disponibilizado para o efeito no site oficial da TD,SA www.teixeiraduarte.pt) poderão remeter o reporte de eventuais irregularidades.

No âmbito do já referido "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte" e a propósito da monitorização da aplicação do mesmo, dispõe o mesmo que "*cabe aos colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes relacionadas zelarem pelo cumprimento deste Código de Ética, divulgando-o, invocando-o em sua defesa e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas diretamente para o Conselho de Administração, o qual estará também disponível para prestação de esclarecimentos sobre a sua aplicação.*"

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2016, estes serviços contavam com cinco colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos membros dos Órgãos de Fiscalização.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pelos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2016, os serviços de auditoria interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitera-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração – e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º II.2.5 – que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração – e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º II.2.4 – a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária;
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera; e
- flutuações dos mercados acionistas e o impacto na cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (43,6% em 2016).

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da **construção** de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e caucões por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climáticas; descoberta de características da natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte – nomeadamente em Portugal e Angola – obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As **Concessões** são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes da atualização das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A **Hotelaria** em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, conseqüentemente, a situação patrimonial das referidas empresas poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A **Distribuição** em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor **Automóvel** está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente.

Embora os riscos no setor da **Energia** a que a atividade do Grupo esteve exposta em 2016 se cingissem à volatilidade dos preços do gás nos mercados internacionais, a verdade é que em 12 de março o Grupo celebrou acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% da "TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", sociedade titular de outras entidades através das quais o Grupo Teixeira Duarte vinha atuando no Setor da Energia, nomeadamente na área do Gás, sendo que, com a conclusão desta operação – que apenas ocorrerá após a Autoridade da Concorrência sobre ela se pronunciar – o Grupo Teixeira Duarte deixa de atuar no setor da energia e de ter a sua atuação sujeita a tais riscos.

Relativamente às **participações financeiras**, o risco a considerar é o relativo à participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.", risco esse que resulta da atual volatilidade dos mercados financeiros e do possível impacto das respetivas cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (80,6% em 2016). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro e acompanhamento pelos órgãos de fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de refinanciamento de tais linhas e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis em diversos casos na modalidade de linhas em conta corrente.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Teixeira Duarte segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado e a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IFRS 9 (anteriormente da IAS 39), sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IFRS 9.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet e Isuzu.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos

bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas, o que, no caso da participação detida em sociedades admitida à negociação em mercado regulamentado (Banco Comercial Português, S.A.), depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações, bem como por alterações da legislação tributária aplicável relacionada com a detenção e ou transação de tais participações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumprir integralmente os requisitos enumerados na Recomendação n.º II.1.5, a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são inadequadas ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas dos Serviços de Consolidação de Contas e da Secretaria Corporativa, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas e estão em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços de Consolidação de Contas e aqueles que nos Serviços da Secretaria Corporativa participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários – ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada –, sendo todos eles notificados por carta entregue pessoalmente da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Manuel Maria Calinho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado pelo Senhor Dr. José Pedro Piores Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício Dois, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telefone: + 351 217 912 415

Fax: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo de resposta a pedidos de informação no ano de 2016 foi, em média, de 3 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em:

www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado no artigo 248.º-B, n.º 3 do Código de Valores Mobiliários, os únicos dirigentes da TD,SA que não

integram o seu Conselho de Administração são membros do Conselho de Administração da sociedade sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", sendo que a determinação da remuneração destes dirigentes cabe à Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", a qual é composta exatamente pelos mesmos membros que os da Comissão de Remunerações da TD,SA.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para desempenho de funções no mandato 2015/2018:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, conforme consta da Recomendação n.º IV.1.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 28 de maio de 2016, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

"ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013 (Recomendações).

I. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado pela "Teixeira Duarte, S.A.," a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

II. INTRODUÇÃO:

Uma vez que, ao abrigo de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte, em 2010 a "Teixeira Duarte, S.A." sucedeu à "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." enquanto sociedade cotada de topo do Grupo ter-se-ão em conta na definição desta Política de Remunerações a realidade histórica e o enquadramento do tema experienciado no âmbito desta última sociedade ao longo dos anos.

III. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.!"

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da

remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2016 a 2018 superior ao EBITDA registado em 2015;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2016 a 2018 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2015.

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.," nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

IV. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra sociedade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

V. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da "Teixeira Duarte, S.A.," compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VI. CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito dos Relatórios sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos mencionados no início, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer."

A TD,SA entende que a declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização acima transcrita é bastante clara e abrangente, possibilitando um correto entendimento sobre a forma como as remunerações dos órgãos de administração e fiscalização são fixadas.

Com efeito, a mencionada declaração contém a generalidade da informação constante da Recomendação n.º II.3.3, não se indicando apenas as informações relativas aos montantes máximos potenciais referidos na alínea b) dessa recomendação, uma vez que tais máximos não chegaram nunca a ser estabelecidos.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A crescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A."

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, – designada de "prémios de desempenho" – cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros

do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Tal componente variável da remuneração nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente como se sugere na Recomendação n.º III.3, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa, em conformidade com o que se indica na Recomendação n.º III.3.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º III.5, informa-se que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga a partir de 2019 em data a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2016 a 2018.

Mais se refere que, os prémios de desempenho atribuídos, a título de distribuição de resultados de 2012, a cada um dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." estavam condicionados à verificação de determinadas condições – que se concretizaram – e previam o diferimento do pagamento de parte desse prémio para este ano de 2016. Contudo, a Comissão de Remunerações deliberou que, "atendendo ao enquadramento conjuntural com que a Empresa e o Grupo económico se deparam nas diferentes geografias em que operam, bem como à redução da atividade e aos resultados alcançados e ainda às medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Conselho de Administração para fazer face uma situação de maior dificuldade", apenas parte dessa verba da componente variável reportada à distribuição de resultados de 2012 seria paga em 2016, sendo outra parte apenas em data posterior a definir por esta Comissão

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA são "gente da casa" há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características *supra* descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A atribuição dos prémios – designados "prémios de desempenho" – é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A."

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM – Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

- a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.";*

b) *Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."*

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, do mesmo modo que também não foi atribuído qualquer benefício em concreto, designadamente pela Comissão de Remunerações, por qualquer cessação de funções, designadamente por reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2016, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável		Sub-Total	Compensações por Deslocações	Total
		Atribuída em 2016	Atribuída em 2013			
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	75.000,00	5.000,00	20.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	5.000,00	42.500,00	184.700,00	16.239,80	200.939,80
Joel Viana de Lemos	137.200,00	5.000,00	55.000,00	197.200,00	3.284,10	200.484,10
Carlos Gomes Baptista	137.200,00	5.000,00	45.000,00	187.200,00	21.675,00	208.875,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	5.000,00	45.000,00	187.200,00	35.009,90	222.209,90
Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	137.200,00	5.000,00	45.000,00	187.200,00	13.764,05	200.964,05
TOTAL	761.000,00	30.000,00	252.500,00	1.043.500,00	89.972,85	1.133.472,85

Em 2016, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA representou 24,9% do valor total auferido.

Durante o exercício de 2016, não foram adquiridos quaisquer direitos de pensão.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2016 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está cima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2019, dependendo da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2016 a 2018.

Conselho de Administração	Remuneração Variável Atribuída em 2016		
	Para 2018	Para 2019	Total
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Joel Viana de Lemos	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Carlos Gomes Baptista	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	5.000,00	10.000,00	15.000,00
TOTAL	30.000,00	60.000,00	90.000,00

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2016, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designados "prémios de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Sendo que, conforme acima ficou clarificado, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício, mais se acrescentando que, durante o ano de 2016 não houve Administradores a cessar funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2016, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração	Remuneração	Remuneração
	Fixa	Variável	Total
Óscar Manuel Machado Figueiredo	30.000,00	-	30.000,00
Mateus Moreira	18.000,00	-	18.000,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	18.000,00	-	18.000,00
TOTAL	66.000,00	-	66.000,00

O valor global pago à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A." e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

Sociedade Revisores Oficiais de Contas	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	309.806,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
TOTAL	309.806,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2016, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, simultaneamente, em cumprimento do disposto na Recomendação n.º III.2, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2016, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º III.8, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos – para além dos legalmente estabelecidos – para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Recorde-se que os Administradores da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – anteriormente a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA – sempre foram "gente da casa", que desenvolveram o seu percurso profissional no Grupo Teixeira Duarte e não gestores vindos de outras empresas ou grupos, nunca se tendo verificado qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade, de consolidação de contas e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se a este propósito que, em 24 de abril de 2015, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou o "Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte", extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais.

Este documento consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo relacionamento da TD,SA com as partes relacionadas. Através deste Código, reforça-se e desenvolve-se a Missão e

os Valores da Teixeira Duarte, sendo que o seu cumprimento é obrigatório a todos colaboradores e membros dos órgãos sociais, sendo o seu eventual incumprimento passível de procedimento disciplinar.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

- Critérios de Seleção

Esta Verdade, pressupõe que a Teixeira Duarte e os seus colaboradores devam agir por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses da Empresa, ainda que em total Respeito por tais entidades, independentemente da posição relativa destes para com a Empresa, ou seja, repudiando quaisquer eventuais abusos de poder ou posição, seja entre empresas ou entre os colaboradores.

- Conflitos de Interesse e Corrupção

Neste âmbito de relações com clientes e fornecedores, reitera-se a necessidade de avaliação de eventuais conflitos de interesse, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação ou criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em 2013.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pela CMVM em 2013 pode ser consultado em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Os pontos incluídos no n.º 2 são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 41 Recomendações que compõem o referido o Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota onze e adota parcialmente seis.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "*comply or explain*", se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.1	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12
I.2	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
I.3	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	12
I.4	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	5
I.5	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	6
II	SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1	SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	21

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	21
II.1.3	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não Aplicável	15
II.1.4	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:		
a)	Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Não	24
b)	Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não	24
II.1.5	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Parcial	54
II.1.6	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.7	<p>Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i>. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Não	18
II.1.8	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	18
II.1.9	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	18
II.1.10	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não Aplicável	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.2	FISCALIZAÇÃO		
II.2.1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	32
II.2.2	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45
II.2.3	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45
II.2.4	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51
II.2.5	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Não	51
II.3	FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Parcial	67 e 68
II.3.2	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	67

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.3.3	<p>A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	Parcial	69
II.3.4	<p>Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.</p>	Não aplicável	85
II.3.5	<p>Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.</p>	Não	76
III	REMUNERAÇÕES		
III.1	<p>A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.</p>	Sim	70
III.2	<p>A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.</p>	Sim	18 e 81
III.3	<p>A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p>	Parcial	71
III.4	<p>Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p>	Sim	72
III.5	<p>Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p>	Sim	71

	Recomendação	Adoção	Remissão
III.6	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	73
III.7	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	74
III.8	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	83
IV	AUDITORIA		
IV.1	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Parcial	51 e 67
IV.2	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	37, 41 e 46
IV.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	44
V	CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	10

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.2	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	10
VI.	INFORMAÇÃO		
VI.1	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	59
VI.2	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	56 e 58

Demonstrações Financeiras Individuais **2016**



(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Rubricas	Notas	2016	2015
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	467	28
Goodwill	8	29.254	32.504
Ativos intangíveis	6	66	90
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	1.141.436	1.135.429
Ativos por impostos diferidos	10	5.224	3.004
		1.176.447	1.171.055
Ativo corrente:			
Clientes	11.1	8.933	8.586
Estado e outros entes públicos	11.1	9.434	5.927
Outros créditos a receber	11.1	37.807	25.925
Diferimentos	11.1	40	10
Caixa e depósitos bancários	4	84	134
		56.298	40.582
Total do Ativo		1.232.745	1.211.637
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital subscrito	19	210.000	210.000
Reservas legais	19	36.500	31.500
Outras reservas	19	242.908	224.610
Resultados transitados:			
Resultados transitados		7.806	-
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(217.685)	(191.427)
Ajustamentos em ativos financeiros:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		217.685	191.427
Outros ajustamentos em ativos financeiros		17.848	68.501
		515.062	534.611
Resultado líquido do período		7.093	24.978
Total do Capital próprio		522.155	559.589
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	11.2	13.034	13.050
Outras dívidas a pagar	11.2	344.433	387.275
		357.467	400.325
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.2	2.243	542
Estado e outros entes públicos	11.2	354	787
Financiamentos obtidos	11.2	213.513	180.626
Outras contas a pagar	11.2	137.013	69.288
Diferimentos		-	480
		353.123	251.723
Total do Passivo		710.590	652.048
Total do Capital próprio e Passivo		1.232.745	1.211.637

Rendimentos e gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	12.223	12.351
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	8	52.804	28.449
Fornecimentos e serviços externos	15	(4.009)	(4.085)
Gastos com o pessoal	14	(11.696)	(8.628)
Outros rendimentos	16	107	44
Outros gastos	17	(153)	(60)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		49.276	28.071
Gastos de depreciação e de amortização	6, 7 e 8	(3.303)	(35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45.973	28.036
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 13	680	3.547
Juros e gastos similares suportados	13	(35.861)	(7.853)
Resultado antes de impostos		10.792	23.730
Imposto sobre o rendimento do período	10	(3.699)	1.248
Resultado líquido do período		7.093	24.978

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas para os períodos findos em 31 dezembro de 2016 e 2015

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital							Total
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	Resultado líquido do período		
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1	210.000	21.000	175.390	(135.964)	198.973	65.390	534.789	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	8	-	-	-	(55.463)	60.955	-	5.492	
	2	-	-	-	(55.463)	60.955	-	5.492	
Resultado líquido do período	3						24.978	24.978	
Resultado integral do período	4=2+3							30.470	
Operações com detentores de capital no período:									
Aplicação de resultados		-	10.500	49.220	-	-	(59.720)	-	
Dividendos	4	-	-	-	-	-	(5.670)	(5.670)	
	5	-	10.500	49.220	-	-	(65.390)	(5.670)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6=1+2+3+5	210.000	31.500	224.610	(191.427)	259.928	24.978	559.589	
Saldo em 1 de janeiro de 2016	7	210.000	31.500	224.610	(191.427)	259.928	24.978	559.589	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	8	-	-	-	(18.453)	(24.394)	-	(42.847)	
	8	-	-	-	(18.453)	(24.394)	-	(42.847)	
Resultado líquido do período	9						7.093	7.093	
Resultado integral do período	10=8+9							(35.754)	
Operações com detentores de capital no período:									
Aplicação de resultados	19	-	5.000	18.298	-	-	(23.298)	-	
Dividendos	4 e 19	-	-	-	-	-	(1.680)	(1.680)	
	11	-	5.000	18.298	-	-	(24.978)	(1.680)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12=7+8+9+11	210.000	36.500	242.908	(209.880)	235.534	7.093	522.155	

	Notas	2016	2015
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		11.755	11.780
Pagamentos a fornecedores		(20.436)	(3.931)
Pagamentos ao pessoal		(6.666)	(7.151)
Caixa gerada pelas operações		(15.347)	698
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.610	3.655
Outros recebimentos/pagamentos		(5.791)	(3.852)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(19.528)	501
Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(86)	(1)
Ativos intangíveis		(7)	(99)
Investimentos financeiros		(50)	(139.694)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1.301	4.903
Dividendos	4 e 8	4.000	12.500
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5.158	(122.391)
Atividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		100.870	74.934
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(67.999)	15.401
Partes Relacionadas		(7.033)	43.555
Juros e gastos similares		(9.838)	(6.318)
Dividendos	4 e 19	(1.680)	(5.670)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		14.320	121.902
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(50)	12
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	134	122
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	84	134

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Anexo

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. ("Empresa"), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

3.2. Políticas contabilísticas relevantes

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas, se positivas, são registadas como *Goodwill* ou mantidas na rubrica de investimentos em empresas subsidiárias e associadas. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rubrica "Outros rendimentos".

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e subsidiárias por contrapartida de "Ganhos e perdas em subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de "Outros ajustamentos em ativos financeiros", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3-10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre a utilização de programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3
<i>Goodwill</i>	10

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber" e "Diferimentos" no ativo e "Outras contas a pagar" e "Diferimentos" no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento

do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

Os réditos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal e deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

h) Seguro de reforma

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

i) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é a Teixeira Duarte, S.A., desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente, do imposto diferido e acertos da estimativa de imposto.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

j) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) acréscimos e diferimentos; ii) análises de imparidade; e iii) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

A discriminação de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	84	134
	84	134

Fluxo das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como segue:

	2016	2015
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	1.000	12.500
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	3.000	-
	4.000	12.500

Fluxo das atividades de financiamento

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de maio de 2016 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de 1.680 milhares de euros que corresponde a 0,004 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2015, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2016 (Nota19).

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais e da alta direção da Empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

	2016	2015
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.133	1.512
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.260	1.639

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

	2016	2015
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	1.204	1.013

Saldos e transações:

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas eram como segue:

	Clientes		Fornecedores		Financiamentos obtidos		Outros créditos a receber / (Outras dívidas a pagar)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.	615	2.717	1.535	357	57.002	3.510	(439.258)	(440.604)
TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	5	39	-	-	-	-	1.579	6.937
TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	144	143	278	-	-	-	3.580	2.008
	764	2.899	1.813	357	57.002	3.510	(434.099)	(431.659)
Outras partes relacionadas:								
ALVALADE – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	361	229	-	-	-	-	91	-
ANGÓIMO – Empreendimentos e Construções, Lda.	342	220	-	-	-	-	85	-
CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	1.841	1.119	-	-	-	-	442	-
C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A.	-	-	-	-	-	-	827	356
EDUCARE – Atividades Educativas e Culturais, Lda.	162	72	-	-	-	-	23	-
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	268	354	-	-	-	-	137	-
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	54	36	-	-	-	-	(416)	(456)
ESTA – Gestão de Hotéis, S.A.	21	21	-	-	-	-	578	378
Go Corp – Travel Solutions, S.A.	1	17	-	-	-	-	578	433
Hotel Baía, Lda.	364	219	-	-	-	-	107	-
Hotel Trópico, S.A.	231	125	-	-	-	-	48	-
IMOTD – SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	1.796	1.470
IMOPREDOUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	24	28
Lagoas Hotel, S.A.	18	18	39	45	-	-	(226)	(247)
QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	(332)	(323)
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	78	81	-	-	-	-	323	152
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	447	262	-	-	-	-	68	-
SINERAMA – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	6	7	-	-	-	-	97	33
SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	86	60	-	-	-	-	179	-
TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.ttd	46	62	-	-	-	-	8.596	6.583
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	1.501	1.142	-	-	-	-	148	-
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	312	231	-	-	-	-	251	-
TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	2	2	-	-	-	-	(1.596)	(1.514)
TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	-	-	(378)	(293)
TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis (Angola), Lda.	201	103	-	-	-	-	62	-
TDH – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	-	-	-	-	-	23	(17)
TDHC – Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	10	19	-	-	-	-	(804)	(722)
TDVIA – Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	(1.474)	(1.147)
TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	-	-	-	-	-	268	266
TDA – Comércio e Indústria, Lda.	734	468	-	-	-	-	202	-
VAUCO – Automóveis e Equipamentos, Lda.	132	83	-	-	-	-	50	-
V8 – Gestão Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	(648)	(615)
Outros	819	669	-	-	-	-	306	(147)
	8.037	5.619	39	45	-	-	9.435	4.218
	8.801	8.518	1.852	402	57.002	3.510	(424.664)	(427.441)

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as transações com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Vendas e Prestações de Serviços		Prestações de serviços intragrupo		Rendimentos e Ganhos Financeiros		Compras e Serviços Obtidos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	2.388	3.635	1.213	2.730	1.018	4.896	5.509	2.365
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	33	32	81	154	280	-	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	297	199	425	501	3	-	275	-
	2.718	3.866	1.719	3.385	1.301	4.896	5.784	2.365
Outras partes relacionadas:								
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	79	154	52	70	-	-	-	-
ANGÓIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	63	81	59	124	-	-	-	-
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	4	56	27	82	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4	5	24	34	-	-	-	-
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	533	600	189	303	-	-	-	-
COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, Lda.	1	-	31	99	-	-	-	-
CONSTRUSALAMONDE, ACE	1	1	20	58	-	-	-	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	25	23	121	150	-	-	-	-
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	312	329	95	263	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	76	129	266	101	-	-	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	162	43	26	66	-	-	-	-
Hotel Trópico, S.A.	29	28	77	90	-	-	-	-
Lagoas Hotel, S.A.	21	19	63	71	-	-	57	83
OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.	10	40	98	164	-	-	-	-
Hotel Baía, Lda.	102	164	43	52	-	-	-	-
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	145	58	239	256	-	-	-	-
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.	-	3	10	24	-	-	-	-
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	128	83	57	66	-	-	-	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	10	9	36	55	-	-	-	-
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	139	109	231	276	-	-	-	-
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	162	262	104	203	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	106	118	106	241	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	212	307	148	594	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	503	369	63	204	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	5	6	16	13	-	-	-	-
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	18	26	34	68	-	-	-	-
Outros	517	382	531	866	-	-	-	4
	3.367	3.404	2.766	4.593	-	-	57	87
	6.085	7.270	4.485	7.978	1.301	4.896	5.841	2.452

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	88	26	114
Adições	6	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2016	94	26	120
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	24	-	24
Adições	30	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54	-	54
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	40	26	66

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	39	43	82
Adições	6	26	32
Transferências e abates	43	(43)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88	26	114
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1	-	1
Adições	23	-	23
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24	-	24
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	64	26	90

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	47	-	47
Adições	62	400	462
Saldo em 31 de dezembro de 2016	109	400	509
Depreciações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	19	-	19
Adições	23	-	23
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42	-	42
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	67	400	467

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2015	37
Adições	10
Saldo em 31 de dezembro de 2015	47
Depreciações acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2015	6
Adições	13
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	28

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa apresentava as seguintes participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
Lagoas Park, SA	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%

A principal informação financeira relativas àquelas empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Rendimentos		Resultado líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.620.429	1.600.661	1.053.328	1.017.257	536.421	618.046	19.715	14.083
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.218.178	1.195.134	669.215	647.795	161.472	112.415	24.255	48.982
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	21.352	18.477	18.051	13.790	39.039	35.810	1.807	3.172
Lagoas Park, S.A.	55	-	16	-	-	-	(11)	-
	2.860.014	2.814.272	1.740.610	1.678.842	736.932	766.271	45.766	66.237

Esta informação corresponde às contas estatutárias das empresas, tendo as mesmas sido ajustadas para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	507.553	-	507.553
Aumento	756.435	32.504	788.939
Redução	(150.000)	-	(150.000)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	28.449	-	28.449
- Efeito em capitais próprios	5.492	-	5.492
- Dividendos recebidos	(12.500)	-	(12.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.135.429	32.504	1.167.933
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.135.429	32.504	1.167.933
Aumento	50	-	50
Amortização do Goodwill	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	52.804	-	52.804
- Efeito em capitais próprios	(42.847)	-	(42.847)
- Dividendos recebidos	(4.000)	-	(4.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.141.436	29.254	1.170.690

O aumento ocorrido no período findo em 31 de dezembro de 2016 é referente a:

Lagoas Park, SA	50
	50

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o Goodwill reconhecido no âmbito da participação detida na TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A., foi objeto de teste de imparidade e passou a ser amortizado num período de 10 anos (Nota 3.2.c)).

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Ganhos / perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	28.749	14.082	(15.977)	4.269	(1.000)	(12.500)
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	22.238	13.176	(26.606)	1.223	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	1.828	1.191	(264)	-	(3.000)	-
Lagoas Park, S.A.	(11)	-	-	-	-	-
	52.804	28.449	(42.847)	5.492	(4.000)	(12.500)

9. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2016	2015
Prestação de serviços	12.223	12.351
Juros e rendimentos similares	680	3.547
	12.903	15.898

Naquelas datas, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

	2016	2015
Angola	2.531	2.740
Argélia	(48)	-
Brasil	678	558
Espanha	159	238
Moçambique	672	726
Portugal	8.224	8.089
Venezuela	7	-
	12.223	12.351

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, a Empresa poderá ainda estar sujeita a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável, e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, caso o lucro tributável seja superior a 1.500 milhares de euros, a parte que excede o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros é sujeita a derrama estadual às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente.

A Empresa está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos e despesas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções fiscais a períodos de tributação passíveis de revisão não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 30 de dezembro de 2016.

No processo de apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes que não concorrem fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 (doze) anos para os gerados no período de tributação de 2016 e de 5 (cinco) anos para os gerados de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados a posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

O encargo de imposto registado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2016	2015
Imposto corrente	8.100	3.043
Imposto diferido	(5.119)	(3.995)
	2.981	(952)

A relação, em Portugal, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	2016	2015
Resultado líquido do período	7.093	24.978
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas: (a)		
- A acrescer	12.161	3.043
- A deduzir	(57.934)	(28.746)
Diferenças temporárias:		
- A deduzir	-	(3.995)
Prejuízo fiscal / (Lucro)	(38.680)	(4.720)
Outras componentes do imposto:		
- Tributação autónoma	-	39
- Outros (b)	8.100	3.004
Imposto corrente	8.100	3.043
Imposto Diferido	(5.119)	(3.995)
Alterações nas estimativas	718	(296)
Gastos de impostos	3.699	(1.248)

(a) As diferenças definitivas incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial (Nota 8)

(b) O montante de 8.100 milhares de euros corresponde ao gasto líquido de financiamento apurado no âmbito do RETGS (Nota 3.2.i))

A taxa de imposto efetivo nos períodos findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, era como segue:

	2016	2015
Imposto Corrente	8.100	3.043
Resultado antes de impostos	10.792	23.730
Taxa de imposto efetiva	75,06%	12,82%

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como segue:

	2016				Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Ajustamento	
Ativos por impostos diferidos:					
Prejuízos fiscais reportáveis	-	8.123	-	(2.899)	5.224
Gastos líquidos de financiamento	3.004	-	(3.004)	-	-
	3.004	8.123	(3.004)	(2.899)	5.224

O ajustamento verificado nos prejuízos fiscais reportáveis no período findo em 31 de dezembro de 2015 é referente à sua utilização no âmbito do RETGS (Nota 3.2.i).

	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	991	(991)	-
Gastos Líquidos de Financiamento	-	3.004	-	3.004
	-	3.995	(991)	3.004

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a seguinte decomposição:

11.1. Ativos financeiros:

Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Clientes tinha a seguinte decomposição:

	2016			2015		
	Não grupo	Grupo	Total	Não grupo	Grupo	Total
Conta corrente	132	8.801	8.933	68	8.518	8.586
	132	8.801	8.933	68	8.518	8.586

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

	2016	2015
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC: a)		
- Imposto estimado	6.746	3.609
- Retenção na fonte	1.282	843
- Pagamentos por conta	1.274	1.475
	9.302	5.927
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	132	-
	9.434	5.927

a) Estes saldos dizem respeito ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades - RETGS (Nota 3.2 i)).

O montante individual da Empresa para a rubrica "Imposto estimado" apurado em 2016 é de 2.889 milhares de euros

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Outros créditos a receber tinha a seguinte decomposição:

	Corrente	
	2016	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Fornecimentos e prestações de serviços realizados e não faturados	4.718	3.600
Juros a receber	398	1.020
	5.116	4.620
RETGS	16.244	11.873
Outros devedores	16.446	9.432
	37.806	25.925

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte decomposição:

	2016	2015
Diferimentos:		
Juros a pagar	40	10
	40	10

11.2. Passivos financeiros:
Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	2016			2015		
	Não grupo	Grupo	Total	Não grupo	Grupo	Total
Conta corrente	391	1.852	2.243	139	403	542
	391	1.852	2.243	139	403	542

Estados e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Estados e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento - Retenções a terceiros	162	141
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	478
Segurança social	186	165
Outros	76	3
	354	787

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos:				
Gastos incorridos e não faturados por fornecedores	935	-	3.665	-
Encargos com pessoal	1.157	-	1.061	-
Distribuição de resultados	1.182	187	1.187	529
Juros a liquidar	13.971	-	1.494	-
Seguros a liquidar	13	-	6	-
	17.258	187	7.413	529
Outros credores	119.755	344.246	61.874	386.746
	137.013	344.433	69.287	387.275

A rubrica outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2016 inclui o montante de 429.246 milhares de euros referente à aquisição da participação financeira da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo 85.000 milhares de euros passivo corrente e 344.246 milhares de euros não corrente.

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas caucionadas	109.117	-	133.013	-
Descobertos bancários contratados	43.628	-	41.504	-
Empréstimos bancários	3.766	2.334	2.599	2.600
Papel comercial	-	10.700	-	10.450
Partes relacionadas	57.002	-	3.510	-
	213.513	13.034	180.626	13.050

a) Empréstimos bancários

Empréstimo bancário contratado junto do Banco do Brasil S.A. no montante atual de 2.600 milhares de euros, outorgado pela Empresa em 17 de outubro de 2014 cuja amortização ocorrerá semestralmente no montante de 1.300 milhares de euros.

Empréstimo bancário contratado junto do Banco do Brasil S.A., com a duração de 3 anos no montante atual de 3.500 milhares de euros, outorgado pela Empresa em 22 de janeiro de 2016 cuja amortização ocorrerá anualmente no montante de 1.167 milhares de euros.

Empréstimo bancário no montante atual de 7.000 milhares de euros, contratado em 29 de fevereiro de 2016 com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., outorgado pela Teixeira Duarte, S.A., pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções S.A. e pela Teixeira Duarte - Gestão de participações e Investimentos Imobiliários, S.A., vencendo juros calculados à taxa Euribor a 12 meses acrescida de um spread de 4,5%. O capital atual será amortizado em 31 de março de 2017.

b) Papel comercial

Um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2011, com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global atual de 53.400 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Empresa, sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 51.400 milhares de euros, 1.000 milhares de euros e 1.000 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões tem obrigatoriamente de ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não pode ser inferior a 250 milhares de euros. O programa está em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando prevista a primeira amortização em 30 de março de 2017 no montante de 9.000.000 e as restantes semestralmente com montantes que variam entre 3.300 e 4.500 milhares de euros, à exceção da última que será de 8.400 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual à taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Um programa de emissões de papel comercial contratado em 14 de janeiro de 2016 com o Novo Banco, S.A., no qual tomam parte a Empresa e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., no montante de 34.000 milhares de euros, estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. O programa tem uma duração de quatro anos e será objeto de amortizações parciais, sendo a primeira em 14 de julho de 2017 e as restantes semestrais de montante a variar entre 1.900 e 2.000 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data do vencimento da última emissão. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3,00% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2015 com o Novo Banco, S.A., no montante atual de 97.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 9.700 milhares de euros, 9.700 milhares de euros e 77.600 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5,00% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de novembro de 2018. O programa será sujeito a amortizações parciais, ocorrendo a primeira no montante de 3.400 milhares de euros em 6 de maio de 2017 e as restantes semestralmente de montante que varia entre 2.350, e 2.900 milhares de euros sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão do programa.

Um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 18 de novembro de 2014 com o Banco BIC Português, S.A., no montante de 5.000 milhares de euros, outorgado pela Empresa, pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. O programa

é válido até ao dia 2 de janeiro de 2020, podendo as emissões ter o prazo de um ou seis meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 3,25%.

c) Restantes financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016, os restantes financiamentos obtidos referentes a descobertos bancários e contas caucionadas venciam juros a taxas normais de mercado.

Os Financiamentos obtidos são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2016	2015
Menos de um ano	213.513	180.626
1 a 2 anos	1.167	2.600
2 a 3 anos	1.167	-
3 a 4 anos	9.700	-
4 a 5 anos	1.000	10.450
	226.547	193.676

12. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Processos fiscais

Na sequência de uma ação de inspeção realizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente em 100% do seu capital social pela Empresa, e referente ao período de 2012, foi efetuada a seguinte correção ao prejuízo fiscal inicialmente apurado por esta participada:

	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2012	13.294	3.971

Com exceção do montante de 1.666 milhares de euros (respeitante, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), o remanescente da correção resulta da não-aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), a correção em apreço do período de 2012 foi objeto de liquidação adicional de IRC e juros compensatórios emitida à Empresa, na qualidade de sociedade dominante, tendo a mesma contestado a liquidação por via judicial. O Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho favorável a esta pretensão.

Garantias

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à subsidiária TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2010, a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Novo Banco, S.A., no montante atual de 97.000 milhares de euros, outorgado pelas emitentes, a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., as garantes, TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A., e a Transbrital Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A., deram como garantia a hipoteca de 14 parcelas de terreno do empreendimento designado Pedregueiras e 10 parcelas de terreno do empreendimento designado por Pedregueiras no valor global de 59.640 milhares de euros e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., deu como garantia o penhor 26.000.000 de ações da Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A. valorizadas para o efeito em 26.000 milhares de euros.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado em 28 de dezembro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., outorgado pelas emitentes, a Empresa, Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., no montante atual de 53.400 milhares de euros, foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sites em Lagoas Park, propriedade da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Novo Banco S.A., no valor de 34.000 milhares de euros, outorgado pelas emitentes, a Empresa e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e pela também garante da Empresa, a garante deu em penhor 1.000.000 ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

Para garantia do empréstimo bancário no montante atual de 7.000 milhares de euros, contratado em 29 de fevereiro de 2016 com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., outorgado pela Empresa, pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções S.A., e pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu segunda hipoteca sobre o Lote 3, sito em Lagoas Park.

Cartas-conforto

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa tem emitidas cartas conforto prestadas a favor de empresas do grupo, sob a forma de avals bancários, conforme segue:

Empresa	Valor em divisas	Divisa	Valor em milhares de euros
ANGÓIMO - Empreendimentos e Construção, Lda.	30.000.000	USD	28.460
ANGÓIMO - Empreendimentos e Construção, Lda.	4.390.650.000	AON	23.801
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	25.000.000	USD	23.717
RECOLTE - Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	8.415.000	EUR	8.415
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	18.000.000	EUR	18.000
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	1.891.400.000	AON	10.253
			112.646

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2016	2015
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	34.357	7.078
Outros custos e perdas financeiros	1.504	775
	35.861	7.853
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	680	3.547
Resultados financeiros	(35.181)	(4.306)

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número médio de empregados contratado foi 184 e 166, respectivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os gastos com pessoal eram decompostos da seguinte forma:

	2016	2015
Distribuição de resultados	132	92
Encargos com remunerações	1.756	1.514
Encargos com órgãos sociais	906	1.246
Indeminizações	1.772	24
Outras remunerações	679	562
Outros gastos com pessoal	183	162
Salários	6.182	4.931
Seguros	86	97
	11.696	8.628

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os fornecimentos e serviços externos tinham a seguinte decomposição:

	2016	2015
Deslocações, estadas e transportes	402	476
Materiais	199	38
Serviços diversos	137	151
Serviços especializados	3.271	3.420
	4.009	4.085

16. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2016	2015
Serviços de informática	70	34
Outras prestações de serviços	38	10
	108	44

17. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os outros gastos e perdas eram como segue:

	2016	2015
Donativos	37	-
Imposto de selo	6	-
Multas	1	-
Quotizações	2	18
Taxas	6	6
Outros	101	36
	153	60

18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios Gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do gasto da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros daqueles períodos teriam diminuído (aumentado) em (6.998) / 6.998 milhares de euros e (857) / 857 milhares de euros, respetivamente.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2016	2015
Saldos:		
Não vencido	1.339	4.619
Até 180 dias	3.031	2.760
De 180 a 360 dias	1.458	546
Mais de 360 dias	3.105	661
	8.933	8.586

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	2016				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	2.243	-	-	-	2.243
Financiamentos obtidos	213.513	1.167	1.167	10.700	226.547
Estado e outros entes públicos	354	-	-	-	354
Outras contas a pagar	137.013	42.627	42.560	259.246	481.446
	353.123	43.794	43.727	269.946	710.590

	2015				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	542	-	-	-	542
Financiamentos obtidos	180.626	2.600	-	10.450	193.676
Estado e outros entes públicos	787	-	-	-	787
Outras contas a pagar	69.288	42.902	42.627	301.746	456.563
Diferimentos	480	-	-	-	480
	251.723	45.502	42.627	312.196	652.048

19. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2016 a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detinha diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da TEIXEIRA DUARTE, S.A., correspondente a 48,46% do respetivo capital social.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Outras reservas

As outras reservas são compostas por reservas livres, as quais estão disponíveis para distribuição.

Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de maio de 2016, foram aprovadas as contas do período de 2015 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante de 24.978.306,33€ (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e seis euros e trinta e três cêntimos), tivesse a seguinte aplicação:

	Valor em euros
Dividendos	1.680.000,00
Reservas legais	5.000.000,00
Reservas livres	18.298.306,33
	24.978.306,33

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:

1. Assinatura de Aliança Estratégica na Venezuela para contrato de conservação, administração, gestão, operação e aproveitamento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, na Venezuela, divulgada tempestivamente ao mercado, através de comunicado em 17 de janeiro, com este título e com o seguinte conteúdo essencial:

A sua participada a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." assinou a 17 de janeiro de 2017 uma "Aliança Estratégica para Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto De La Guaira", na Venezuela, com a empresa do Estado da República Bolivariana de Venezuela designada "BOLIVARIANA DE PUERTOS (BOLIVEURTOS), S.A.," tendo em vista otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do Terminal, convertendo-o num porto de transferência do mar Caribe e da América Latina. No termos da referida Aliança, a Teixeira Duarte aportará, de acordo com o Plano de Negócios, o montante de 40 milhões de dólares americanos e assumirá, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido Terminal.

O Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, com capacidade para movimentar 1.000.000 TEUS/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a -15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 pórticos de cais, 15 pórticos de parque, 2 reach-stackers e 6 empilhadores frontais.

Constituiu considerando deste Acordo, o facto de em 6 de agosto de 2008 se ter subscrito o Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República Bolivariana de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética, que tem por objeto a cooperação, promoção, formulação e/ou execução de programas e projetos destinados ao intercâmbio de bens, serviços, tecnologia e capacitação de interesses comuns dos países subscritores.

2. Acordo para alienação de participação detida no Setor da Energia, divulgado tempestivamente ao mercado, através de comunicado em 24 de janeiro, com este título e com o seguinte conteúdo essencial:

As sociedades por si dominadas 100%, "TEDAL - SGPS, S.A." e "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A." celebraram, a 24 de janeiro de 2017, um acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que essas entidades detinham na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." pelo preço de 8,3 milhões de euros.

A transmissão aguarda a autorização por parte da Autoridade da Concorrência, sendo que só nessa altura a operação será concluída, o que se estima que ocorra ainda durante o primeiro trimestre de 2017.

A TDARCOL é uma sociedade gestora de participações sociais que é titular de outras entidades através das quais o Grupo Teixeira Duarte vem atuando no Setor da Energia, nomeadamente na área do Gás.

Recorda-se que, em março de 2015, o Grupo havia já alienado a entidade através da qual atuava na área dos combustíveis líquidos e lubrificantes, concretizando agora, pela forma acima indicada, a alienação da participação que detinha na entidade através da qual vinha, indiretamente, atuando na área do Gás.

Conforme antecipado no comunicado acima referido, após a Autoridade da Concorrência se ter pronunciado sobre a conclusão desta operação, o Grupo Teixeira Duarte concluiu, em 31 de março de 2017, acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que o Grupo detinha na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.," tendo deixado de atuar no setor da energia, prosseguindo nos outros seis - Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel - nos dezoito países em que atua.

Demonstrações Financeiras Consolidadas **2016**



(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016

	Notas	2016	2015
Ativos não correntes:			
Goodwill	19	14.295	21.955
Ativos intangíveis	20	38.954	33.262
Ativos fixos tangíveis	21	495.787	630.986
Propriedades de investimento	22	547.067	511.683
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	17.504	16.874
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 25	8.318	30.427
Outros investimentos	26	54.125	52.970
Ativos por impostos diferidos	27	198.187	194.913
Clientes	28	43.137	52.087
Outros devedores	28	-	99
Outros ativos não correntes	31	653	1.242
Total de ativos não correntes		1.418.027	1.546.498
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	251.442	274.018
Clientes	28	416.509	433.569
Outros devedores	28	54.652	55.908
Caixa e equivalentes a caixa	30	180.908	252.693
Outros investimentos	26	-	35
Outros ativos correntes	31	179.657	276.538
		1.083.168	1.292.761
Ativos detidos para venda	24	38.777	22.572
Total de ativos correntes		1.121.945	1.315.333
TOTAL DO ATIVO	7	2.539.972	2.861.831
Capital próprio:			
Capital	33	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos		849	8.326
Ajustamentos de conversão cambial		(34.826)	48.126
Reservas e resultados transitados	34	199.599	167.822
Resultado líquido consolidado	17	20.147	33.653
Capital próprio atribuível a acionistas		395.769	467.927
Interesses não controlados	35	49.041	50.290
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		444.810	518.217
Passivos não correntes:			
Empréstimos	36	664.094	665.537
Provisões	37	43.500	52.441
Locações financeiras	39	154.304	155.889
Passivos por impostos diferidos	27	73.340	59.019
Outros credores	38	68	113
Outros passivos não correntes	40	66.530	70.780
Total de passivos não correntes		1.001.836	1.003.779
Passivos correntes:			
Empréstimos	36	649.913	734.596
Fornecedores	38	121.371	193.896
Locações financeiras	39	20.807	18.913
Outros credores	38	33.096	34.246
Outros passivos correntes	40	243.777	358.184
		1.068.964	1.339.835
Passivos detidos para venda	24	24.362	-
Total de passivos correntes		1.093.326	1.339.835
TOTAL DO PASSIVO	7	2.095.162	2.343.614
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.539.972	2.861.831

	Notas	2016	2015
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.115.373	1.411.906
Outros proveitos operacionais	8	114.816	79.837
Total de proveitos operacionais	8	1.230.189	1.491.743
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(338.842)	(508.423)
Varição da produção	10	3.570	(472)
Fornecimentos e serviços externos	11	(313.306)	(408.206)
Custos com o pessoal	12	(243.610)	(281.823)
Amortizações e depreciações	7, 20 e 21	(69.458)	(76.256)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 37	(5.616)	(12.638)
Outros custos operacionais	14	(72.103)	(79.019)
Total de custos operacionais		(1.039.365)	(1.366.837)
Resultados operacionais	7	190.824	124.906
Custos e perdas financeiros			
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	179.020	282.755
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 15	8.570	9.740
Outros	7 e 15	(18.846)	7.387
Resultados financeiros		(126.899)	(72.601)
Resultados antes de impostos	7	63.925	52.305
Imposto sobre o rendimento	16	(30.411)	(11.896)
Resultado líquido consolidado do exercício		33.514	40.409
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital			
Interesses não controlados	35	13.367	6.756
Resultado por ação:			
Básico (euros)	17	0,05	0,08
Diluído (euros)	17	0,05	0,08

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Notas	2016	2015
Resultado líquido consolidado do exercício		33.514	40.409
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Outras variações de capital		1.380	9.032
		1.380	9.032
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	(3.346)
Ajustamentos de conversão cambial	47	(98.857)	(7.377)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(7.477)	(1.344)
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	41	(287)	1.768
		(106.621)	(10.299)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		(105.241)	(1.267)
Rendimento integral do exercício		(71.727)	39.142
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		(70.478)	15.910
Interesses não controlados		(1.249)	23.232

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2015	33	210.000	9.670	55.546	21.000	122.052	4.035	(13.466)	(21.431)	70.281	457.687	27.058	484.745
Rendimento integral do exercício:													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	33.653	33.653	6.756	40.409
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	47	-	-	(7.420)	-	-	-	-	-	-	(7.420)	43	(7.377)
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	(3.346)	-	-	-	(3.346)	-	(3.346)
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	1.768	-	-	1.768	-	1.768
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	-	(1.344)	-	-	-	-	-	-	(1.344)	-	(1.344)
Outros		-	-	-	-	-	(689)	-	(6.712)	-	(7.401)	16.433	9.032
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2014:													
Transferência para reservas legal e livres		-	-	-	10.500	54.111	-	-	-	(64.611)	-	-	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.670)	(5.670)	-	(5.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		210.000	8.326	48.126	31.500	176.163	-	(11.698)	(28.143)	33.653	467.927	50.290	518.217

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	33	210.000	8.326	48.126	31.500	176.163	-	(11.698)	(28.143)	33.653	467.927	50.290	518.217
Rendimento integral do exercício:													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	20.147	20.147	13.367	33.514
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	47	-	-	(82.952)	-	-	-	-	-	-	(82.952)	(15.905)	(98.857)
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	(287)	-	-	(287)	-	(287)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	-	(7.477)	-	-	-	-	-	-	(7.477)	-	(7.477)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	91	-	91	1.289	1.380
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2015:													
Transferência para reserva legal e livre		-	-	-	5.000	18.298	-	-	8.675	(31.973)	-	-	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.680)	(1.680)	-	(1.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		210.000	849	(34.826)	36.500	194.461	-	(11.985)	(19.377)	20.147	395.769	49.041	444.810

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Notas	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.017.409	1.463.766
Pagamentos a fornecedores		(612.989)	(821.900)
Pagamentos ao pessoal		(251.941)	(287.613)
Fluxo gerado pelas operações		152.479	354.253
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(39.255)	(33.169)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		13.507	(40.511)
Fluxos das atividades operacionais (1)		126.731	280.573
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	25.771	80.912
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		20.248	8.125
Ativos intangíveis		24	-
Juros e proveitos similares		15.820	14.778
Dividendos	30	1.652	1.013
		63.515	104.828
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	(548)	(24.064)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(62.484)	(70.463)
Ativos intangíveis		(3.467)	(1.491)
		(66.499)	(96.018)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(2.984)	8.810
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.849.651	1.562.648
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.919.616)	(1.647.375)
Juros e custos similares		(81.843)	(93.039)
Dividendos	18	(1.680)	(5.670)
		(2.003.139)	(1.746.084)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(153.488)	(183.436)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(29.741)	105.947
Efeito das diferenças de câmbio		(41.569)	(43.253)
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro		-	(1.478)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	30	252.693	191.477
Transferência para ativos detidos para venda	24	(475)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	30	180.908	252.693

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa" ou "TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,5 euros (Nota 33), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição; Energia e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 2.9.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à IAS 19 - Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados	1-fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-fev-15	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 - Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 - Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 - Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-jan-16	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 - Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 - Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 - Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - "Disclosure Initiative"	1-jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> - uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; - uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; - informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e - outra informação na quarta secção.
Emenda à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis - Métodos de depreciação aceitáveis	1-jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quando o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Plantas de produção	1-jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 - Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	1-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito – Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Observações
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.
Emendas à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em ações	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.
Emendas à IFRS 4 – Contratos de seguro	Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
Emendas à IAS 40 – Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.

Norma / Interpretação	Observações
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão – dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 - Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos - *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 19 e 23). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuirão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 47).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 47).

2.10. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.14. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15. Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "Outros custos operacionais". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado, são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de "Outros investimentos".

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica "Outros investimentos" e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento - Outros".

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente

mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica "Outros passivos / ativos correntes" ou "Outros passivos / ativos não correntes", consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IFRS 9 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração ("IFRS 9"), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de cash-flow são registadas em "Reserva de operações de cobertura" na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva.

Os valores registados em "Reserva de operações de cobertura" são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na "IFRS 9".

2.17. Seguro de reforma

Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são realizadas.

2.18. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.19. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20. Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

2.21. Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irre recuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 49).

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MARINERTES, S.A.	Rotunda Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23 - 8º Vila Nova de Gaia	51,00%
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal, Lda.	Zona Industrial Chã do Rego d'Água, Lote 39 - Cabouco Ilha de São Miguel - Açores	100,00%
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.	Praça do Bom Sucesso, nº 61 - Escritórios 501 e 502 Porto	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS PARK, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MALANGA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 Porto Salvo	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEDAL - Participações e Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ENERGIA		
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (a)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. (a)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%

(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.

(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.

(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TEDAL - SGPS, S.A.

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A. (a)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A. (a)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (a)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
AUTOMÓVEL		
SMOTORS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%
TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
OUTRAS		
C + PA. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
DISTRIBUIÇÃO		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONSTRUÇÃO		
BETANGOLA - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	42,40%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) - Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
HOTELARIA		
ALVALADE – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
COM 1 – Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) – Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
OCC – Operador Central de Comércio, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	80,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 – Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) – Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
TDA – Comércio e Indústria, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
VAUCO – Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min, Junto ao Largo da Independência Luanda	51,00%
OUTRAS		
INVESTIPART – Participações e Investimentos, S.A.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	36,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Roeute Ben Aknoun, Rés de Chanssée El Biar – Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI	Avenue Jean-Monnet, 1 À 1348 Louvain-La-Neuve	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	60,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Avenida Domingos Ferreira nº 4060, sala 301 Boa Viagem - Cidade de Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista - Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimento Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - 16 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 17 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TDD - Distribuição, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
COLÔMBIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 - 02 oficina 201 Centro Empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, 2, Egkomi, 2413 Nicosia	100,00%
ESPAÑA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS		
AUTOMÓVEL		
GND Trading ME FZE	Jebel Ali Zone Dubai	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		
IMOBILIÁRIA		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE LEE PARK, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE HOOD, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 300, Dallas Texas 75244	100,00%
GIBRALTAR		
DISTRIBUIÇÃO		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 - Edifício Montepio - Apr. 26 e 28 - 3º andar Macau	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
RÚSSIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MMK Cement, Limited Liability Company	Tri Rutchia Murmansk	70,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consortio Boyacá - La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira - Caracas	57,20%
TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, não se verificaram alterações face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2015.

Importa referir as seguintes constituições, fusões e dissoluções verificadas no exercício de 2016 por setor de atividade:

Construção

- TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S. - Constituição;
- OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A. - Fusão na SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A..

Concessões e Serviços

- RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal, Lda. - Constituição;
- TDGI Manutenção, ACE - Constituição;
- SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transportes Urbanos, E.M., S.A. - Dissolução.

Imobiliária

- LAGOAS PARK, S.A. - Constituição;
- MALANGA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda. - Constituição;
- TDRE LEE PARK, LLC - Constituição;
- TDRE HOOD, LLC - Constituição.

Distribuição

- TEDAL - Participações e Distribuição, S.A. - Constituição;
- TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A. - Constituição.

Automóvel

- GND Trading ME FZE - Constituição;
- SMOTORS, S.A. - Constituição;
- TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A. - Constituição;
- TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A. - Constituição.

Outras

- INVESTIPART - Participações e Investimentos, S.A..

6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2016	2015	Var	2016	2015	Var
Dólar Americano	1,0541	1,0887	(3,2%)	1,1021	1,1130	(1,0%)
Pataca Macaense	8,4204	8,6907	(3,1%)	8,8096	8,8868	(0,9%)
Metical Moçambicano	74,5400	49,2900	51,2%	68,2439	43,1492	58,2%
Bolivar Venezuelano	710,2122	216,3232	228,3%	538,3002	155,9815	245,1%
Kwanza Angolano	184,4750	147,8315	24,8%	179,6710	132,5617	35,5%
Dinar Argelino	116,3682	116,5985	(0,2%)	120,4747	111,3616	8,2%
Dirham dos Emirados	3,8716	-	-	4,0478	-	-
Dirham Marroquino	10,6755	10,7806	(1,0%)	10,8292	10,8249	0,0%
Real Brasileiro	3,4305	4,3117	(20,4%)	3,8571	3,7024	4,2%
Hryvnia Ucrâniana	28,5661	26,1593	9,2%	28,2197	24,0819	17,2%
Dólar Namibiano	14,4570	16,9530	(14,7%)	16,1923	14,2616	13,5%
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	64,3000	80,6736	(20,3%)	73,8756	69,0427	7,0%
Dinar Tunisino	2,4265	2,2153	9,5%	2,3674	2,1832	8,4%
Rand África do Sul	14,4570	16,9530	(14,7%)	16,1923	14,2616	13,5%
Novo Sol Peruano	3,5350	-	-	3,7244	-	-
Peso Colombiano	3.164,4100	3.456,0800	(8,4%)	3.357,0377	3.047,8062	10,1%

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Energia;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2016			2015			2016	2015
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (Nota 32)	506.017	25.070	531.087	656.580	59.236	715.816	19.601	(2.503)
Concessões e serviços	113.089	25.423	138.512	105.140	27.232	132.372	14.818	13.881
Imobiliária	98.815	11.842	110.657	106.635	14.780	121.415	100.686	54.214
Hotelaria	51.084	15.309	66.393	65.829	21.746	87.575	1.499	18.867
Distribuição	243.065	1.497	244.562	291.322	5.004	296.326	33.849	27.857
Energia	16.837	28	16.865	17.021	-	17.021	(2.852)	(354)
Automóvel	86.466	4.096	90.562	169.379	5.522	174.901	30.850	29.821
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(7.407)	(16.927)
Eliminações	-	(83.265)	(83.265)	-	(133.520)	(133.520)	(220)	50
	1.115.373	-	1.115.373	1.411.906	-	1.411.906	190.824	124.906
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(295.643)	(372.483)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							179.020	282.755
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							(10.276)	17.127
Resultados antes de impostos							63.925	52.305

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

As políticas contábilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispendios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Construção	40.492	32.748	39.091	38.339	2.407	775
Concessões e serviços	3.475	3.494	3.742	3.765	102	284
Imobiliária	11.503	14.663	5.155	8.339	350	822
Hotelaria	1.034	2.447	7.673	9.511	19	-
Distribuição	4.547	17.173	9.385	10.669	-	225
Energia	374	1.180	2.535	3.066	4.342	476
Automóvel	1.943	2.041	1.822	2.529	-	250
Não afetos a segmentos	467	42	55	38	(1.604)	9.806
	63.835	73.788	69.458	76.256	5.616	12.638

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2016				2015				2016	2015
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos e financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos e financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total		
Construção	1.269	-	2.216.175	2.217.444	1.371	-	2.270.472	2.271.843	1.140.467	1.230.366
Concessões e serviços	2.656	-	219.767	222.423	473	-	235.014	235.487	148.906	157.042
Imobiliária	684	5.787	1.668.372	1.674.843	446	21.761	1.548.671	1.570.878	856.689	851.784
Hotelaria	-	-	362.654	362.654	-	-	423.590	423.590	190.852	253.515
Distribuição	-	-	226.598	226.598	-	-	290.483	290.483	147.919	204.550
Energia	-	-	38.777	38.777	-	-	42.089	42.089	24.362	24.723
Automóvel	24	-	148.213	148.237	24	-	177.322	177.346	58.596	102.969
Não afetos a segmentos	12.871	2.531	948.363	963.765	14.560	8.666	928.662	951.888	717.024	659.148
Eliminações	-	-	(3.314.769)	(3.314.769)	-	-	(3.101.773)	(3.101.773)	(1.189.653)	(1.140.483)
	17.504	8.318	2.514.150	2.539.972	16.874	30.427	2.814.530	2.861.831	2.095.162	2.343.614

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2016	2015	2016	2015
Portugal	181.543	220.142	553.458	563.559
Angola	452.518	682.364	438.796	530.787
Argélia	100.110	98.138	32.995	21.978
Brasil	152.856	144.090	30.297	29.561
Espanha	31.953	40.076	17.855	13.683
Moçambique	128.952	194.448	21.702	36.060
Venezuela	52.080	26.510	362	1.412
Outros	15.361	6.138	638	846
	1.115.373	1.411.906	1.096.103	1.197.886

8. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os proveitos operacionais, foram como segue:

	2016	2015
(a) Os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 9.644 milhares de euros (3.140 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 21)		
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	748.564	1.010.673
Prestações de serviços	366.809	401.233
	1.115.373	1.411.906
Outros proveitos operacionais:		
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	69.529	13.787
Proveitos suplementares	13.748	5.122
Alienação de ativos (a)	9.644	12.269
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	6.498	12.035
Trabalhos para a própria empresa (b)	2.708	17.048
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9)	456	1.885
Correções a exercícios anteriores	388	386
Restituição de impostos	264	7
Ganhos em inventários	215	105
Outros proveitos operacionais	11.366	17.193
	114.816	79.837
	1.230.189	1.491.743
(b) Os trabalhos para a própria empresa decorrem essencialmente, da capitalização de custos associados à construção de imóveis		

Em 31 de dezembro de 2015 foram registados ganhos de 9.129 milhares de euros decorrentes das alienações da "PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.", da "KARIBIB Portland Cement, LTD", da "EVA - Sociedade Hoteleira, S.A." e da "ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A."

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.003	206.420	228.423
Alteração de perímetro	(60)	(1.675)	(1.735)
Ajustamentos de conversão cambial	(844)	(9.068)	(9.912)
Regularizações	(387)	2.327	1.940
Compras	138.629	299.571	438.200
Custo do exercício	(140.392)	(368.031)	(508.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.949	129.544	148.493
Ajustamentos de conversão cambial	(2.856)	(9.712)	(12.568)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(7)	(1.992)	(1.999)
Regularizações	(61)	3.227	3.166
Compras	99.105	185.877	284.982
Custo do exercício	(101.400)	(237.442)	(338.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.730	69.502	83.232
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	686	4.707	5.393
Ajustamentos de conversão cambial	23	(125)	(102)
Reforços (Nota 14)	20	2.093	2.113
Reduções (Nota 8)	(102)	(1.783)	(1.885)
Regularizações	(375)	(676)	(1.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	252	4.216	4.468
Ajustamentos de conversão cambial	(79)	(546)	(625)
Reforços (Nota 14)	428	1.660	2.088
Reduções (Nota 8)	-	(456)	(456)
Regularizações	-	(620)	(620)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(450)	(450)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	601	3.804	4.405
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	18.697	125.328	144.025
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	13.129	65.698	78.827

10. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	126.183	6.658	132.841
Ajustamentos de conversão cambial	(12.193)	-	(12.193)
Regularizações	9.821	(4)	9.817
Variação da produção	1.076	(1.548)	(472)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	124.887	5.106	129.993
Ajustamentos de conversão cambial	11.455	-	11.455
Regularizações	27.560	155	27.715
Variação da produção	4.057	(487)	3.570
Saldo em 31 de dezembro de 2016	167.959	4.774	172.733
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	13	-	13
Reforços (Nota 14)	105	-	105
Saldo em 31 de dezembro de 2016	118	-	118
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	124.887	5.106	129.993
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	167.841	4.774	172.615

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	13.129	18.697
Mercadorias	65.698	125.328
Produtos e trabalhos em curso	167.841	124.887
Produtos acabados e intermédios	4.774	5.106
Total	251.442	274.018

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2016	2015
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	37.896	29.011
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	17.827	17.690
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	16.066	15.987
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	12.739	9.168
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	12.155	12.122
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.739	6.068
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.642	5.756
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.636	2.265
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.056	4.468
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	6.055	2.933
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.652	2.986
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.552	440
TDRE Hood, LLC	4.353	-
TDRE LEE Park, LLC	4.170	-
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.155	1.109
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.004	3.123
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.183	2.376
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.263	1.762
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.809	1.410
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.115	1.257
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	1.066	842
TDSP - Dionisio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	602	1.701
TDSP - Verum Mooça Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	974
Outros	1.106	1.439
	167.841	124.887

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sítos na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

AV8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sítos no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

AV8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 46, 52, 76, 80, 94 e 96; Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia (Nota 42).

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os fornecimentos e serviços externos, foram como segue:

	2016	2015
Subcontratos	144.346	198.206
Trabalhos especializados	31.934	37.230
Rendas e alugueres	28.314	35.750
Conservação e reparação	15.524	20.136
Combustíveis	9.104	11.714
Transporte de mercadorias	7.810	17.732
Electricidade	5.986	6.230
Deslocações e estadas	4.996	6.517
Vigilância e segurança	4.276	5.803
Transporte de pessoal	3.672	6.858
Honorários	3.191	8.656
Publicidade	2.290	4.337
Outros	51.863	49.037
	313.306	408.206

12. CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2016	2015
Construção	5.320	6.930
Concessões e serviços	2.216	2.055
Imobiliária	109	119
Hotelaria	1.184	1.397
Distribuição	1.460	1.577
Energia	107	112
Automóvel	654	895
Não afetos a segmentos	221	274
	11.271	13.359

A rubrica de "custos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações normais	118.705	147.366
Outras remunerações	64.105	85.340
Encargos com remunerações	31.689	30.861
Seguros	2.344	526
Benefícios de reforma	9	9
Outros custos com o pessoal	26.758	17.721
	243.610	281.823

13. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram reconhecidos custos de 246 milhares de euros e 393 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresentam as seguintes maturidades:

	2016	2015
2016	-	337
2017	113	47
2018	48	8
2019	4	1
	165	393

14. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram como se segue:

	2016	2015
Impostos	26.226	27.637
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	20.244	26.121
Varição justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	8.318	3.675
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9)	2.193	2.113
Perdas incorridas na alienação de ativos (a)	1.238	2.614
Perdas em inventários	536	1.041
Dívidas incobráveis	109	575
Outros custos operacionais	13.239	15.243
	72.103	79.019

(a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 1.238 milhares de euros (2.614 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 21)

15. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(83.488)	(94.277)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(200.695)	(251.682)
Outros custos e perdas financeiros	(11.460)	(26.524)
	(295.643)	(372.483)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	16.881	14.546
Diferenças de câmbio favoráveis	159.483	262.185
Descontos de pronto pagamento obtidos	50	245
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.606	5.779
	179.020	282.755
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	8.570	9.740
Dividendos (b)	1.652	1.013
Outros investimentos (c)	1.048	11.628
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda (d)	(21.546)	(5.254)
	(10.276)	17.127
Resultados financeiros	(126.899)	(72.601)

(a) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos no montante de 8.570 milhares de euros (5.872 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 23).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo procedeu à alienação da TEIX.CO SPA, registando-se uma menos valia de 27 milhares de euros, e ainda, registou uma perda por imparidade de 5.143 milhares de euros (Nota 24) e procedeu à reversão da provisão para partes de capital de 9.038 milhares de euros, referente à participada "Limited Liability Company Cement".

(b) Em 31 de dezembro de 2016 os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Outros investimentos" (815 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 26) e 198 milhares de euros de dividendos recebidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda" em 31 de dezembro de 2015.

(c) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados ganhos e mais-valia na alienação de Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo no montante de 1.048 milhares de euros (9.823 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015, com a alienação das participações detidas pelo Grupo na LONGAVIA, S.A. e LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.) e ainda em 31 de dezembro de 2015, estão contabilizados ganhos e mais-valia na alienação de Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor no montante de 1.805 milhares de euros.

(d) Os valores apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2016

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 530.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	1.944	563	-	(1.381)	563
Total	1.944	563	-	(1.381)	563

Exercício de 2015

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 2.420.000 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	19.007	19.639	4.568	5.200	19.639
Total	19.007	19.639	4.568	5.200	19.639

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":**Exercício de 2016**

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(20.165)	-	(20.165)
Total	(20.165)	-	(20.165)

Exercício de 2015

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(10.453)	-	(10.453)
Total	(10.453)	-	(10.453)

As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis no montante de 122 milhares de euros (121 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015).

Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 5,9% em 31 de dezembro de 2016 (6,1% em 31 de dezembro de 2015).

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, SA" é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A "TD, SA" e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas e encargos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 (doze) anos para os gerados no período de tributação de 2016 e de 5 (cinco) anos para os gerados de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados *a posteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais a períodos de tributação passíveis de revisão não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2016.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são como se segue:

	2016	2015
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(17.638)	(11.838)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(22.701)	(21.738)
Imposto corrente	(40.339)	(33.576)
Imposto diferido (Nota 27):	9.928	21.680
	(30.411)	(11.896)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de 83 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (705 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2016		2015	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		63.925		52.305
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(21,0%)	(13.424)	(22,0%)	(11.507)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(41,5%)	(26.514)	(37,6%)	(19.660)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	2,9%	1.885	4,1%	2.143
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	2,3%	1.490	6,7%	3.485
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	15,9%	10.176	(2,7%)	(1.433)
Custos não aceites fiscalmente	(11,8%)	(7.560)	(3,3%)	(1.717)
Tributação autónoma	(1,0%)	(668)	(1,6%)	(840)
Derrama	(1,5%)	(988)	(1,3%)	(690)
Diferenças nas estimativas	(6,3%)	(4.009)	(5,6%)	(2.924)
Outras componentes do imposto	(1,1%)	(727)	(0,8%)	(433)
Imposto diferido do ano	15,5%	9.928	41,4%	21.680
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	(47,6%)	(30.411)	(22,7%)	(11.896)

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2016	2015
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	20.147	33.653
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,05	0,08

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de maio de 2016 foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de 1.680 milhares de euros que corresponde a 0,004 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2015, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram liquidados dividendos de 5.670 milhares de euros, referente ao exercício de 2014.

19. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2016	2015
Ativo bruto:		
Saldo inicial	37.210	37.183
Ajustamentos de conversão cambial	(52)	27
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(7.608)	-
Saldo final	29.550	37.210
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	14.295	21.955

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2016	2015
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Imobiliária	1.979	1.979
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	209	261
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	Ativos detidos para venda	-	7.335
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Ativos detidos para venda	-	142
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Ativos detidos para venda	-	71
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	Ativos detidos para venda	-	60
		14.295	21.955

Os *goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

Participada	2016			2015		
	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	8,4%	2,0%	12.107	8,7%	1,8%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979	5,7%	2,0%	1.979	6,0%	2,0%
Auto Competição Angola, Lda.	209	14,3%	1,5%	261	14,3%	1,5%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	-	-	-	7.335	7,3%	1,5%
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	-	-	-	142	8,5%	1,5%
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	-	-	-	71	8,5%	1,5%
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	-	-	-	60	8,5%	1,5%
	14.295			21.955		

20. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	33.964	311	3.255	-	37.530
Alteração de perímetro	(455)	-	-	-	(455)
Ajustamentos de conversão cambial	3.174	(26)	(813)	-	2.335
Adições	1.385	-	107	-	1.492
Transferências e abates	520	(114)	(43)	-	363
Alienações	(15)	-	-	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.573	171	2.506	-	41.250
Ajustamentos de conversão cambial	(5.888)	(31)	643	-	(5.276)
Adições	3.328	-	139	-	3.467
Transferências e abates	9.934	-	25	-	9.959
Alienações	(33)	-	-	-	(33)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(621)	-	-	-	(621)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45.293	140	3.313	-	48.746
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.241	195	-	-	6.436
Alteração de perímetro	(340)	-	-	-	(340)
Ajustamentos de conversão cambial	172	2	-	-	174
Transferências e abates	72	(26)	-	-	46
Reforços	1.687	-	-	-	1.687
Alienações	(15)	-	-	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.817	171	-	-	7.988
Ajustamentos de conversão cambial	(409)	(31)	-	-	(440)
Transferências e abates	909	-	-	-	909
Reforços	1.783	-	-	-	1.783
Alienações	(9)	-	-	-	(9)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(439)	-	-	-	(439)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.652	140	-	-	9.792
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2015	30.756	-	2.506	-	33.262
Em 31 de dezembro de 2016	35.641	-	3.313	-	38.954

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de "Propriedade industrial" apresenta o montante de 34.151 milhares de euros, referente a direitos de superfície (28.261 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015).

21. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32.114	535.129	434.009	89.711	44.151	41.181	10.455	77.649	151	1.264.550
Alteração de perímetro	(6.800)	(29.570)	(9.907)	(165)	(31)	(1.266)	(927)	(93)	-	(48.759)
Ajustamentos de conversão cambial	(833)	32.423	(20.243)	(704)	(1.428)	963	(80)	(340)	17	9.775
Adições	-	14.221	21.732	6.753	3.646	2.097	897	13.898	-	63.244
Transferências e abates	(33)	18.605	(5.271)	(1.712)	(201)	58	1.530	(49.482)	-	(36.506)
Alienações	-	(5.112)	(4.037)	(8.817)	(773)	(466)	(151)	-	-	(19.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.448	565.696	416.283	85.066	45.364	42.567	11.724	41.632	168	1.232.948
Ajustamentos de conversão cambial	193	(67.161)	4.568	883	(1.581)	(4.426)	(973)	(8.956)	(92)	(77.545)
Adições	11	10.247	29.605	5.768	3.618	663	1.386	8.104	-	59.402
Transferências e abates	8.980	(4.354)	(21.737)	(1.712)	(5.118)	(1.593)	(286)	(25.719)	-	(51.539)
Alienações	-	(4.083)	(14.594)	(3.771)	(532)	(110)	(11)	-	(76)	(23.177)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(2.304)	(17.028)	(25.375)	(634)	(95)	(875)	(1.046)	-	-	(47.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.328	483.317	388.750	85.600	41.656	36.226	10.794	15.061	-	1.092.732
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	167	160.199	302.124	62.927	33.285	31.479	6.252	-	-	596.433
Alteração de perímetro	-	(15.551)	(8.952)	(129)	(30)	(1.189)	(766)	-	-	(26.617)
Efeito de conversão cambial	-	7.011	(8.724)	(695)	(318)	978	144	-	-	(1.604)
Reforços	-	22.569	34.258	10.200	3.330	3.214	998	-	-	74.569
Transferências e abates	(3)	(17.623)	(8.570)	(555)	(134)	(93)	(29)	-	-	(27.007)
Alienações	-	(1.242)	(3.602)	(7.802)	(729)	(323)	(114)	-	-	(13.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	164	155.363	306.534	63.946	35.404	34.066	6.485	-	-	601.962
Efeito de conversão cambial	-	(11.580)	8.654	2.393	(932)	(3.205)	(787)	-	-	(5.457)
Reforços	-	18.330	33.681	8.843	3.006	2.394	1.421	-	-	67.675
Transferências e abates	-	(3.076)	(18.137)	(1.413)	(4.963)	(1.490)	(358)	-	-	(29.437)
Alienações	-	(2.740)	(8.648)	(3.176)	(206)	(69)	(10)	-	-	(14.849)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(4.292)	(16.707)	(584)	(87)	(817)	(462)	-	-	(22.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	164	152.005	305.377	70.009	32.222	30.879	6.289	-	-	596.945
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2015	24.284	410.333	109.749	21.120	9.960	8.501	5.239	41.632	168	630.986
Em 31 de dezembro de 2016	31.164	331.312	83.373	15.591	9.434	5.347	4.505	15.061	-	495.787

As adições de ativos fixos tangíveis realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos fixos tangíveis em curso incluem 13.168 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso, dos quais destacamos os seguintes:

- Para os setores da Distribuição e Automóvel, instalações para logística em Angola.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo inicial	511.683	482.185
Alteração de perímetro	-	(304)
Ajustamentos de conversão cambial	(20.686)	10.226
Aumentos / (alienações)	(11.067)	4.156
Variação no justo valor (Nota 8 e 14)	61.211	10.112
Transferências de / para ativos fixos tangíveis	5.926	5.308
Saldo final	547.067	511.683

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia, foi o seguinte:

	2016	2015
Portugal	27.816	10.717
Angola	32.881	(627)
Moçambique	514	22
Total	61.211	10.112

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 31.581 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (31.235 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 3.138 milhares de euros (3.825 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015).

Tal como referido no setor da Imobiliária do Relatório de Gestão, a Grupo tem em curso um processo de transferência do ramo de negócios correspondente ao empreendimento "Lagoas Park", tendo já identificado entidades terceiras possíveis adquirentes, cujas manifestações de interesse se aproximam do valor de avaliação, o que indicia forte probabilidade da realização do justo valor atribuído ao empreendimento.

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield*:
 - Portugal entre 6% e 10%;
 - Angola entre 10% e 12%;
 - Moçambique de 16,5%.
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 - Propriedades de investimento ("IAS 40") não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2016 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida (registados na CMVM) e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Em 31 de dezembro de 2015, cerca de 81% do justo valor das propriedades de investimento do Grupo foi determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, sendo que, para os restantes 19% foram elaborados internamente relatórios de avaliação, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores independentes, tomando em consideração os fluxos de caixa descontados expectáveis.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis. Para as restantes avaliações realizadas internamente, foram utilizadas *yields* adaptadas em função das indicações dadas por profissionais independentes.

23. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2016, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	Instalaciones de Bolivariana de Puertos Puerto de La Guaria - Parroquia Maiquetia Municipio Vargas del Estado Vargas	49,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518, 15º andar - Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,20%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux Levallois Peret - França	27,00%
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	14,10%
AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Edifício CYK Cerqueira César - São Paulo	25,00%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima Linhó - Sintra	15,00%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%
CONSORCIO MINERO LUSO VARGAS C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas - Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanización Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, salas C, G e H Vila Nova de Gaia	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. - Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Nº 3, 2º - Linda-a-Velha	50,00%
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers EL Kibir, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 Maputo	49,92%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 - 5º F Lisboa	26,80%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 - Piso 1, Lagoas Park Porto Salvo	25,00%
RPK Gulfstream, Ltd.	Tri Ruchja str. 183003, Murmansk	42,70%
SOMAFEL E FERROVIAS, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	36,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TDGISERV Services, LLC	PO Box 7098, Doha Qatar	49,00%
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	28.949	11.643	40.592
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	5.872	-	5.872
- Efeito em capital próprio	(1.344)	-	(1.344)
Alienações	(27)	-	(27)
Ajustamentos de conversão cambial	(239)	-	(239)
Transferência para ativo detido para venda (Nota 24)	(16.072)	(11.643)	(27.715)
Outros	(265)	-	(265)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.874	-	16.874
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	8.570	-	8.570
- Efeito em capital próprio	(7.477)	-	(7.477)
Aumentos (a)	543	-	543
Ajustamentos de conversão cambial	(4.718)	-	(4.718)
Outros	3.712	-	3.712
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17.504	-	17.504

(a) - Detalhe dos aumentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Associadas	Montante
TDGISERV Services, LLC	531
Alvorada Petróleo, S.A.	12
Total	543

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como se segue:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2016			2015		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	12.871	-	12.871	14.560	-	14.560
TDGISERV Services, LLC (a)	2.062	-	2.062	-	-	-
Alvorada Petróleo, S.A.	669	-	669	430	-	430
RPK Gulfstream Ltd.	594	-	594	473	-	473
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	15	-	15	16	-	16
Outros	1.293	-	1.293	1.395	-	1.395
	17.504	-	17.504	16.874	-	16.874

(a) Adiantamento por conta de aumento de capital

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, teve os seguintes impactos:

2016			
Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(4)	121	117
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	10.626	(7.383)	3.243
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(4)	-	(4)
TDGISERV Services, LLC	(2.243)	(215)	(2.458)
Outros	195	-	195
	8.570	(7.477)	1.093

2015			
Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(28)	(165)	(193)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	6.177	(2.123)	4.054
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	1	-	1
Outros	(278)	944	666
	5.872	(1.344)	4.528

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Alvorada Petróleo, S.A.	2.228	1.465	679	469	1.549	996	669	430
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	34.681	59.509	8.898	30.343	25.783	29.167	12.871	14.560
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	32	32	-	-	32	32	15	16
TDGISERV Services, LLC	3.472	-	8.439	-	(4.967)	-	2.062	-
Outros	16.910	12.992	12.544	8.142	4.366	4.850	1.887	1.868
	57.323	73.999	30.560	38.954	26.763	35.045	17.504	16.874

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Alvorada Petróleo, S.A.	-	-	(9)	(65)	(4)	(28)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	25.813	235	21.286	12.374	10.626	6.177
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	-	(7)	2	(4)	1
TDGISERV Services, LLC	959	-	(4.578)	-	(2.243)	-
Outros	1.926	810	32	(703)	195	(278)
	28.698	1.045	16.724	11.609	8.570	5.872

24. ATIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

Setor da Energia	
Ativos detidos para venda:	
<i>Goodwill</i> (Nota 19)	7.608
Ativos intangíveis (Nota 20)	182
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	24.408
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	2.318
Inventários (Nota 9)	1.549
Clientes (Nota 28)	1.066
Outros Devedores (Nota 28)	889
Caixa e equivalentes a caixa	475
Outros ativos	282
Total ativos detidos para venda	38.777
Passivos detidos para venda:	
Empréstimos	16.160
Provisões (Nota 37)	5.853
Locações financeiras	15
Fornecedores	1.179
Outros credores	46
Outros passivos	1.109
Total passivos detidos para venda	24.362
Total líquido	14.415
Quota parte de interesses não controlados	7.207
Quota parte do Grupo	7.208
Valor estimado de venda (50%)	8.300

Em 31 de dezembro de 2015, os ativos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

Limited Liability Company Cement	
<i>Goodwill</i>	11.643
Empréstimo	16.072
Valor de Venda Estimado	22.572
Perda por imparidade (Nota 15)	(5.143)

25. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2016	2015
Saldo inicial	30.427	59.887
Alienações durante o exercício a)	(1.944)	(19.007)
Diminuição no justo valor b)	(20.165)	(10.453)
Saldo final	8.318	30.427

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo detinha 7.766.394 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,82% do respetivo capital social e direitos de voto, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo detinha 622.229.693 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 1,15% do respetivo capital social e direitos de voto, as quais foram convertidas durante o exercício de 2016 para 8.296.394 ações.

a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2016

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 530.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	1.944	563	-	(1.381)	563
Total	1.944	563	-	(1.381)	563

Exercício de 2015

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 2.420.000 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	19.007	19.639	4.568	5.200	19.639
Total	19.007	19.639	4.568	5.200	19.639

b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2016

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(20.165)	-	(20.165)
Total	(20.165)	-	(20.165)

Exercício de 2015

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(10.453)	-	(10.453)
Total	(10.453)	-	(10.453)

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são como seguem:

	2016		2015	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	686.652	8.318	739.822	30.427
	686.652	8.318	739.822	30.427

26. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	Não correntes		Correntes	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)				
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	39.291	36.775	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	5.606	5.606	-	-
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	5.378	5.373	-	-
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	784	784	-	-
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	715	715	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	624	300	-	-
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	570	570	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	1.212	-	-
Outros	219	255	-	-
	53.965	52.368	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
COLT Resources Inc.	160	602	-	-
Outros	-	-	-	35
	160	602	-	35
	54.125	52.970	-	35

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 1.652 e 815 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15).

27. IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2016							Saldo final
	Saldo inicial	Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
			Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	217	(101)	121	-	(56)	-	(31)	150
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	55	(1)	2.958	-	(6)	-	1.342	4.348
Ativos financeiros disponíveis para venda	136.101	-	4.630	-	(11.526)	-	481	129.686
Crédito dupla tributação internacional	9.934	-	4.437	-	-	-	(4.145)	10.226
Prejuízos fiscais reportáveis	25.255	(923)	35.372	-	(8.230)	-	(19.804)	31.670
Provisão para prejuízos em obras	771	-	107	-	(234)	-	(5)	639
Outros	22.580	(1.293)	6.426	83	(4.811)	-	(1.517)	21.468
	194.913	(2.318)	54.051	83	(24.863)	-	(23.679)	198.187
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	1.426	-	170	-	(360)	-	49	1.285
Propriedades de investimento	48.587	-	15.279	-	(34)	-	(4.671)	59.161
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.727	-	-	-	(410)	-	(964)	4.353
Outros	3.279	-	4.615	-	-	-	647	8.541
	59.019	-	20.064	-	(804)	-	(4.939)	73.340

	2015							Saldo final
	Saldo inicial	Alteração perímetro (Nota 5)	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
			Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	128	-	98	-	-	-	(9)	217
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	172	(33)	32	-	(3)	-	(113)	55
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.767	-	2.349	-	-	(15)	-	136.101
Crédito dupla tributação internacional	-	-	1.113	-	-	-	8.821	9.934
Prejuízos fiscais reportáveis	21.588	(4)	15.348	-	(5.425)	-	(6.252)	25.255
Provisão para prejuízos em obras	1.616	-	204	-	(986)	-	(63)	771
Outros	13.948	439	12.559	-	(1.270)	(513)	(2.583)	22.580
	171.219	402	31.703	-	(7.684)	(528)	(199)	194.913
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	1.513	-	581	-	(237)	-	(431)	1.426
Ativos financeiros disponíveis para venda	736	-	-	-	-	(824)	88	-
Propriedades de investimento	45.819	(45)	1.614	-	(1.095)	-	2.294	48.587
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.733	(47)	87	-	(39)	(11)	4	5.727
Outros	2.279	-	1.102	-	326	(398)	(30)	3.279
	56.080	(92)	3.384	-	(1.045)	(1.233)	1.925	59.019

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2016			2015		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2012	15.189	3.676	2017	27.230	6.020	2017
Gerados em 2013	14.316	2.544	2018	28.438	7.276	2018
Gerados em 2014	1.714	574	2026	12.477	3.229	2026
Gerados em 2015	19.255	6.048	2027	29.990	8.730	2027
Gerados em 2016	87.796	18.828	2028	-	-	-
	138.270	31.670		98.135	25.255	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2016			2015		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2012	-	-	-	2.922	614	2017
Gerados em 2013	-	-	-	2.252	473	2018
Gerados em 2014	-	-	-	1.162	244	2026
Gerados em 2015	-	-	-	16.595	3.485	2027
Gerados em 2016	4.965	1.490	2028	-	-	-
	4.965	1.490		22.931	4.816	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

28. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2016	2015	2016	2015
Cientes:				
Clientes conta corrente	437.888	439.193	43.137	52.087
Clientes de cobrança duvidosa	33.441	56.488	-	-
	471.329	495.681	43.137	52.087
Perdas por imparidade	(53.754)	(62.112)	-	-
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(1.066)	-	-	-
	416.509	433.569	43.137	52.087
Outros devedores:				
Pessoal	1.110	981	-	-
Outros devedores	55.399	55.436	-	99
	56.509	56.417	-	99
Perdas por imparidade	(968)	(509)	-	-
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(889)	-	-	-
	54.652	55.908	-	99

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.970
Alteração de perímetro	(1.940)
Ajustamentos de conversão cambial	679
Reforços (Nota 14)	26.121
Reversões (Nota 8)	(12.035)
Regularizações	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	62.621
Ajustamentos de conversão cambial	(17.912)
Reforços (Nota 14)	20.244
Reversões (Nota 8)	(6.498)
Regularizações	(3.733)
Transferência para ativos detidos para venda	(654)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54.068

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 43) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na Demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

29. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD,S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, podem ser detalhados como se segue:

Entidades	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	7	7	-	-	5.373	5.373	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	-	-	-	-	1.202	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	11	-	-	-	-	-	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	46	-	-	4	4	-	-
CONBATE, ACE	17	20	-	-	-	-	-	-
Consórcio Mineiro Luso Vargas - CONLUVAR	199	519	-	135	-	-	-	-
Consórcio OPSUT 2010	42	164	-	28	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	15	12	-	61	-	-	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	-	2	-	-	166	(269)
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	-	9	-	-	-	-	-	(324)
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	53	106	-	10	-	-	-	-
GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kibir, ACE	7	24	-	-	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	2.660	10.246	14	183	-	-	-	(126)
INVESTIPART - Participações e Investimentos, S.A.	-	3	-	-	-	-	-	-
Limited Liability Company Cement	-	-	-	-	-	16.072	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	153	-	-	-	150	150	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	11	11	-	-	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	7	5	-	-	-	-	-	-
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	740	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1.023	1.017	-	60	7	-	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	347	-	-	-	-	-	(36)	(32)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	1.551	1.236	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	2	3	-	10	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	-	-	44	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	7	6	-	58	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	-	35	-	-	-	-
	4.607	12.198	58	582	7.825	24.777	130	(751)

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 com entidades relacionadas foram como se segue:

Entidades	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	22	32	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	1	-	-	-	-	-
CONBATE, ACE	86	98	-	1	-	-
Consórcio Minero Luso Vargas - CONLUVAR	308	452	-	59	-	-
Consórcio OPSUT 2010	-	48	-	95	-	-
DOURO LITORAL, ACE	79	60	40	31	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	-	2	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	43	48	-	-	-	-
GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kibir, ACE	5	3	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	5.538	15.173	200	214	-	-
INVESTIPART - Participações e Investimentos, S.A.	-	3	-	-	-	-
Limited Liability Company Cement	-	-	-	-	972	1.768
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	904	-	-	-	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	20	22	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	44	38	-	-	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	-	-	28	10	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	22	8	28	10	-	-
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	-	2	-	1	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	11	16	-	9	-	-
TDGISERV Services, LLC	1.512	-	-	-	-	-
	8.595	16.003	296	432	972	1.768

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da "TD, S.A.", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram as seguintes:

	2016	2015
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.133	1.512
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.260	1.639

As remunerações dos membros da alta direção da "TD, S.A.", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram as seguintes:

	2016	2015
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	5.789	7.594
	5.789	7.594

30. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2016	2015
Depósitos à ordem	118.710	171.868
Depósitos a prazo	40.566	74.623
Outras aplicações de tesouraria	19.012	2.518
Numerário	2.620	3.684
	180.908	252.693

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2016	2015
Limited Liability Company Cement	22.717	-
AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.	2.491	-
Banco Comercial Português, S.A.	563	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	48.315
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.	-	10.153
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	-	7.627
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	-	3.318
LONGAVIA, S.A.	-	9.184
LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	2.315
	25.771	80.912

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2016	2015
TDGISERV Services, LLC	531	-
Alvorada Petróleo, S.A.	12	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	24.064
Outros	5	-
	548	24.064

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como se segue:

	2016	2015
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	1.310	150
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	342	251
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	214
Outros	-	398
	1.652	1.013

31. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2016	2015	2016	2015
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	11.819	8.971	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	12.202	15.179	-	-
	24.021	24.150	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	1.609	1.541	-	-
Empresas participadas	543	620	627	951
Outros acionistas	83	-	-	1
	2.235	2.161	627	952
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	1.662	601	-	-
Valores a faturar (Nota 32)	80.768	124.780	-	-
Outros acréscimos de proveitos	33.076	46.043	-	-
	115.506	171.424	-	-
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	2.958	2.983	-	-
Juros a pagar	22	81	-	-
Outros custos diferidos	6.794	24.552	26	290
	9.774	27.616	26	290
Outros ativos correntes:				
Adiantamentos a fornecedores	28.121	51.187	-	-
	179.657	276.538	653	1.242

32. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2016	2015
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	501.639	732.132
Variação de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	48.390	(58.843)
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	(44.012)	(16.709)
	506.017	656.580
Custos líquidos:		
Custos faturados	492.837	661.136
Variação de:		
- Provisões para garantias (Nota 37)	(5.829)	142
- Provisões para perdas futuras (Nota 37)	(592)	(2.195)
	486.416	659.083
Resultados apurados (Nota 7):	19.601	(2.503)

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 3.981 milhares de euros e 4.127 milhares de euros, respetivamente.

33. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,46% do respetivo capital social.

34. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

35. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	50.290	27.058
Alterações de perímetro	-	(190)
Ajustamentos de conversão cambial	(16.116)	43
Dividendos	(348)	(1.596)
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	1.848	18.219
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	13.367	6.756
Saldo final	49.041	50.290

36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2016	2015
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	202.194	217.980
Papel comercial b)	446.600	432.257
Empréstimo obrigacionista c)	15.300	15.300
	664.094	665.537
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	545.306	617.139
Papel comercial b)	104.607	117.457
	649.913	734.596
	1.314.007	1.400.133

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 4,49% (4,61% em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 42.813 milhares de euros, cujo reembolso será em 35 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.

Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de dezembro de 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 25.120 milhares de euros, cujo reembolso será em 84 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 21 de dezembro 2011, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 4.861 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de fevereiro de 2019.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 4.594 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 5 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 11.858 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Privado Atlântico de Angola, contratado em 12 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 3.445 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 18 de outubro de 2017.

Empréstimo junto do Banco Popular Portugal, S.A., contratado em 13 de dezembro de 2012, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 1.847 milhares de euros. O empréstimo vence juros calculados com base na média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a três meses em vigor no mês anterior ao início de cada período trimestral tendo por validade três anos. O capital atual será amortizado ao longo do período de vida do contrato em prestações trimestrais, sendo a última em 13 de março de 2019.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 29 de agosto de 2013 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 2.322 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de maio de 2017.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 30 de agosto de 2013 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 6.156 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de novembro de 2017.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 23 de janeiro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.830 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de abril de 2021.

Empréstimo junto do Banco Angolano de Investimento, contratado em 20 de fevereiro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 17.502 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 16 de junho de 2021.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 30 de abril de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 6.991 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 25 de maio de 2018.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 29 de agosto de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.060 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de novembro de 2018.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 22 de setembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 10.200 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2021.

Empréstimo junto do Banco do Brasil S.A. contratado em 17 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 2.600 milhares euros, cuja amortização ocorrerá semestralmente no montante de 1.300 milhares de euros.

Empréstimo junto da Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 23 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.834 milhares de euros, cujo reembolso será em 81 prestações mensais, constantes e sucessivas de capital e juros após período de carência de vinte e quatro meses, com termo em 23 de outubro de 2023.

Empréstimo junto da Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 23 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 1.954 milhares de euros, cujo reembolso será em 34 prestações mensais, constantes e sucessivas, com termo em 23 de outubro de 2019.

Empréstimo junto do Banco BANRISUL, S.A., contratado em 24 de novembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 230 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de junho de 2018.

Empréstimo junto do Banco BANRISUL, S.A., contratado em 24 de novembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 301 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de junho de 2018.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 31 de dezembro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 5.808 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 31 de dezembro de 2021.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 26 de janeiro de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 28.187 milhares de euros, amortizado semestralmente em montantes que variam entre 1.500 milhares de euros e 2.750 milhares de euros, a começar em 31 de março de 2017, sendo a última prestação de 16.500 milhares de euros em 30 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral, S.A., contratado em 13 de maio de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 2.260 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de janeiro de 2017.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 20 de maio de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 8.400 milhares de euros, cujo reembolso será em 7 prestações trimestrais com início em 30 de setembro de 2015.

Empréstimo junto do Banco Brandesco, contratado em 26 de junho de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 4.573 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de agosto de 2018.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Angola, contratado em 26 de novembro de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 11.916 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 29 de junho de 2020.

Empréstimo junto do Banco do Brasil, S.A. contratado em 22 de janeiro de 2016, com a duração de 3 anos, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 3.500 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá anualmente no montante de 1.167 milhares de euros.

Empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 29 de fevereiro de 2016, no montante de 7.000 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016, o capital atual será amortizado em 31 de março de 2017.

Empréstimo junto do Banco Comercial Português, S.A., contratado em 29 de março de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 10.000 milhares de euros, o capital será amortizado em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, com início em 29 de março de 2017, sendo a última no dia 20 de fevereiro de 2023.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 26 de abril de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.000 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá em 31 de março de 2017.

Contrato de abertura de crédito celebrado em 17 de junho de 2016 entre os bancos, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 8.708 milhares de euros, com responsabilidade repartida pelos bancos em 3.266 milhares de euros, 2.325 milhares de euros e 3.117 milhares de euros respetivamente, e vigorará até 31 de março de 2017.

Empréstimo junto do Banco Safra, contratado em 29 de junho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 2.041 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá em 31 de julho de 2017.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 30 de junho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 2.448 milhares de euros, cuja amortização ocorrerá em 31 de março de 2017.

Empréstimo junto do Banco BPI, S.A., contratado em 5 de julho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 23.846 milhares de euros, a amortizar em sessenta prestações mensais com início em 5 de dezembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 29 de julho de 2016, destinado ao fomento à construção imobiliária no montante máximo de 7.500 milhares de euros, utilizado à data de fecho de dezembro de 2016 em 2.043 milhares de euros. O empréstimo terá a duração de cinco anos e será amortizado com o produto das vendas do empreendimento.

Empréstimo junto do Banco Santander Totta, S.A., contratado em 1 de agosto de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 2.493 milhares euros, a amortizar em vinte e três prestações mensais.

Contrato de abertura de crédito celebrado em 12 de agosto de 2016 entre os bancos, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., e Novo Banco, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 39.315 milhares de euros, com a responsabilidade repartida pelos bancos em 14.743 milhares de euros, 10.497 milhares de euros e 14.075 milhares de euros respetivamente, e vigorará até 12 de agosto de 2017.

Empréstimo junto do Banco BAI Europa, S.A., contratado em 22 de setembro de 2016, no montante de 3.235 milhares de dólares, totalmente utilizado à data de fecho de dezembro de 2016, o que corresponde a 3.069 milhares de euros, a amortizar em doze prestações trimestrais de montante variável entre 100 milhares de dólares e 350 milhares de dólares, sendo a última de 1.224 milhares de dólares.

Empréstimo junto do Banco BAI Europa, S.A., contratado em 22 de setembro de 2016, no montante de 625 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016, a amortizar em seis prestações trimestrais iguais e sucessivas com início em 31 de dezembro de 2016.

Linha de factoring com recurso junto do Novo Banco, S.A., no montante de 3.500 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2016 no montante de 2.191 milhares de euros.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 1.121 milhares de euros que será amortizado em 42 prestações mensais.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 136 milhares de euros que será amortizado em 44 prestações mensais.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 509 milhares euros que será amortizado em 43 prestações mensais.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 248 milhares euros que será amortizado em 43 prestações mensais.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a IBM Deutschland Kreditbank GmbH, Sucursal em Portugal e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 98 milhares de euros que será amortizado em 3 prestações trimestrais com início em novembro de 2016.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Venezuela) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 3.440 milhares de dólares dos Estados Unidos da América, à data de fecho de dezembro de 2016, a que corresponde a 3.263 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Argélia) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 36.440 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2016 no montante de 32.823 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Angola) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. e a TDO - Investimento e Gestão, S.A., com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 15.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2016 pelas três primeiras empresas no montante de 1.807 milhares de euros, 1.740 milhares de euros e 4.378 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito de uma linha de Desconto Comercial sobre o estrangeiro (Angola) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A., com o Banco Privado Atlântico Europa no montante de 4.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada em 1.385 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, em 29 de julho de 2013, com o CorpBanca, C.A. (o qual foi extinto, em consequência de fusão, por incorporação, no Banco Occidental de Descuento, C.A.), no montante máximo de 100.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada para 200.000 milhares de bolívares venezuelanos, em maio de 2014, com aprovação, em novembro 2014, de nova extensão até aos 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, estando a ser utilizada à data de fecho de dezembro de 2016 por 324.500 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2016, correspondem a 457 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, com o Mercantil, C.A. Banco Universal, em 4 de abril de 2013, no montante máximo de 150.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada em maio de 2014, para um limite máximo de 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, com a aprovação em abril de 2015, de nova extensão até ao montante de 400.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada à data de fecho de dezembro de 2016 por 150.000 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2016, correspondem a 211 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de crédito formalizada, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela em maio 2014, com o Banesco Universal, C.A. com um limite máximo de 200.000 milhares de bolívares, utilizada à data de fecho de dezembro de 2016 por 50.000 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2016, correspondem a 70 milhares de euros.

Todas as linhas de crédito outorgadas pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela estão negociadas e renegociadas por prazos de 12, 18 ou 24 meses e os montantes utilizados ao abrigo das mesmas vencem juros às taxas normais para operações idênticas, no mercado local, às datas das respetivas utilizações, os quais são cobrados com periodicidade mensal, trimestral ou semestral, consoante as mesmas.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 368.586 e 456.648 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A. em 16 de dezembro de 2005, no montante de 100.000 milhares de euros, à data de fecho de dezembro de 2016 de 42.500 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato. Os prazos de emissões são de 1 a 6 meses e vencem juros antecipadamente à taxa Euribor do período acrescido de um *spread* de 3%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 20 de agosto de 2018, estando previstas amortizações de 5.000 milhares de euros em 20 de agosto de 2017 e em 20 de fevereiro de 2018 e liquidação do valor remanescente na data da última emissão do programa.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 17.000 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 3.500 milhares de euros, o qual se encontra utilizado em 2.000 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 7 de julho de 2010, no montante de 70.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa foi renovado em 12 de maio de 2014 até 14 de maio de 2019, pelo montante de 50.000 milhares de euros, estando em vigor à data de fecho de dezembro de 2016, o montante de 40.000 milhares de euros. Será objeto de uma amortização em 18 de janeiro de 2017 e de amortizações anuais com início em 16 maio de 2017. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 4% até maio de 2016 e 3,75% no restante prazo do programa e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 14 de janeiro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante utilizado à data de fecho de dezembro de 2016 de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.675 milhares de euros e 2.075 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescidos de 4% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de janeiro de 2021.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2011, junto do Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 53.400 milhares de euros, montante utilizado na totalidade à data de fecho de dezembro de 2016, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 1.000 milhares de euros, 1.000 milhares de euros e 51.400 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa está em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando prevista a primeira amortização em 30 de março de 2017 no montante de 9.000 milhares de euros e as restantes semestralmente com montantes que variam entre 3.300 milhares de euros e 4.500 milhares de euros, à exceção da última que será de 8.400 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual à taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2013 com o Novo Banco, S.A. e o Haitong Bank, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 191.250 milhares de euros, outorgado pelas emitentes, TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e pelas garantes TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., QUINTA DE

CRAVEL - Imobiliária, S.A., e V8 - Gestão Imobiliária, S.A. estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos menos 1 dia, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 29 de dezembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente, sendo a 30 de junho de 2017 de 8.350 milhares de euros, ocorrendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão do programa.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 2 de maio de 2014 com o Banco Finantia, S.A., no montante de 10.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. que à data de fecho de dezembro de 2016 está a ser utilizado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. no montante de 1.050 milhares de euros, podendo a participação de cada emitente ser variável em cada emissão. O programa tem a duração até 2 de maio de 2017, podendo as emissões ter o prazo de 7 a 365 dias. Os juros são postecipados à taxa correspondente à que resultar da colocação direta, nunca inferior à taxa máxima indicada pela emitente.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 27 de junho de 2014 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 55.000 milhares de euros, montante utilizado à data de fecho de dezembro de 2016 de 50.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. O programa tem a duração de 5 anos, podendo as emissões ter o prazo de um ou três meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 6%. O programa está sujeito a amortizações parciais sendo a primeira de 6.000 milhares de euros em 27 de março de 2017 e as restantes semestrais com início em 27 de junho de 2017, no montante variável entre 2.000 milhares de euros e 5.000 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão do programa.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 18 de novembro de 2014 com o Banco BIC Português, S.A., no montante de 5.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. O programa é válido até ao dia 2 de janeiro de 2020, podendo as emissões ter o prazo de um ou seis meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 3,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2015 com o Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 97.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 9.700 milhares de euros, 9.700 milhares de euros e 77.600 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, ocorrendo a primeira no montante de 3.400 milhares de euros em 6 de maio de 2017 e as restantes semestralmente, de montante que varia entre 2.350 milhares de euros e 2.900 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão do programa.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Novo Banco, S.A. em 14 de janeiro de 2016, no montante de 34.000 milhares de euros, no qual toma parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. O programa tem uma duração de quatro anos e será objeto de amortizações parciais, sendo a primeira em 14 de julho de 2017 e as restantes semestrais de montante a variar entre 900 milhares de euros e 2.000 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data do vencimento da última emissão. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

c) Empréstimo Obrigacionista

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português, S.A. um Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações, bem como o Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações no montante de 15.300 milhares de euros (1.500 milhares de euros da TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções S.A. e 13.800 milhares de euros da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. / TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. - 2014/2021". Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em três prestações de igual montante a ocorrerem em 2 de abril de 2019, 2 de abril de 2020 e 2 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2016	2015
2017	-	91.846
2018	301.405	267.496
2019	112.117	90.634
2020	143.351	85.220
2021	64.145	40.555
2022 e seguintes	43.076	89.786
	664.094	665.537

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2016		2015	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolivar Venezuelano	3.390.426	4.774	3.511.491	16.233
Dólar Americano	9.815	9.311	28.442	26.125
Yene Japonês	-	-	4.671	35
Kwanza Angolano	17.515.311	94.947	22.118.694	149.621
Metical Moçambicano	-	-	5	-
Peso Colombiano	1.795	1	-	-
Real Brasileiro	109.775	32.000	130.074	30.168

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

37. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	457	9.224	23.353	1.765	5.234	22.062	62.095
Ajustamentos de conversão cambial	7	-	721	(465)	(158)	(827)	(722)
Reforços	-	5.709	1.512	855	906	9.390	18.372
Reduções	-	-	(1.585)	(461)	(2.872)	(11.847)	(16.765)
Utilizações	(464)	(7.602)	(506)	(4)	-	(1.963)	(10.539)
Transferências	-	-	-	71	(71)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	7.331	23.495	1.761	3.039	16.815	52.441
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	(1.885)	(14)	(6)	(612)	(2.517)
Reforços	-	2.543	774	119	793	17.971	22.200
Reduções	-	(1.908)	(4.293)	(425)	(1.534)	(5.274)	(13.434)
Utilizações	-	(3.608)	(425)	-	-	696	(3.337)
Transferências	-	-	-	(230)	155	(5.925)	(6.000)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	-	-	(1.204)	-	(4.649)	(5.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	4.358	17.666	7	2.447	19.022	43.500

Os reforços das outras provisões para riscos e encargos no montante de 17.971 milhares de euros, inclui uma provisão genérica, de 8.613 milhares de euros, para fazer face a eventuais riscos que se venham a materializar nas geografias de maior risco operacional (Angola, Argélia e Venezuela).

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2016			2015		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	17.110	(11.494)	5.616	12.501	(7.669)	4.832
Custos com o pessoal	2.543	(1.908)	635	5.818	-	5.818
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	2.222	(32)	2.190	53	(9.038)	(8.985)
Outros custos operacionais	110	-	110	-	-	-
Capital próprio	215	-	215	-	(58)	(58)
	22.200	(13.434)	8.766	18.372	(16.765)	1.607

Em 31 de dezembro de 2015, foi registado na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e *Goodwill*", uma imparidade de 7.806 milhares de euros, referente à participada "C+PA. - Cimento e Produtos Associados, S.A."

38. FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2016	2015	2016	2015
Outros credores	33.096	34.246	68	113
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	121.371	193.896	-	-
	121.371	193.896	-	-

39. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2016	2015
Terrenos e recursos naturais	92	-
Edifícios e outras construções	231.680	208.011
Equipamento básico	9.400	12.976
Equipamento de transporte	5.352	6.148
Ferramentas e utensílios	198	434
Equipamento administrativo	201	238
Outros ativos fixos tangíveis	1.171	1.308
	248.094	229.115

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2016	2015
2016	-	18.913
2017	20.807	17.729
2018	20.182	16.650
2019	18.420	14.470
2020	17.310	12.251
Após 2020	98.392	94.789
	175.111	174.802

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Grupo tinha contratado uma operação de "sale and leaseback" envolvendo parte do empreendimento Lagoas Park, o qual se encontra essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 22). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento.

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela propriedade dos bens locados.

40. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2016	2015	2016	2015
Estado e outros entes públicos:				
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	2.546	4.326	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16.669	20.859	-	-
Contribuições para a Segurança Social	4.607	4.019	-	-
Outros	3.539	3.100	-	-
	27.361	32.304	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	166	-	-	-
Empresas participadas	123	364	-	-
Outros acionistas	1	3	-	1
	290	367	-	1
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	158	(3)	-	-
Remunerações a liquidar	14.837	27.669	-	-
Juros a liquidar	2.819	3.374	-	-
Outros custos a pagar	47.602	33.387	-	-
	65.416	64.427	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	62.938	111.328	-	-
Outros proveitos diferidos	10.154	11.449	-	1.806
	73.092	122.777	-	1.806
Outros:				
Adiantamentos de clientes	76.197	136.895	51.066	53.879
Adiantamentos por conta de vendas	370	370	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41)	1.051	1.044	15.464	15.094
	77.618	138.309	66.530	68.973
	243.777	358.184	66.530	70.780

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração da respetiva sociedade, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da "IFRS 9" sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comumente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da "IFRS 9".

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 36.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 ascendia a 16.515 milhares de euros e 16.138 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido na rubrica de Outros passivos não correntes (Nota 40).

Tendo em consideração as disposições da IFRS 9, aquele instrumento foi contabilizado inicialmente como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até 31 de dezembro de 2009 diretamente nas demonstrações dos resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de (287) milhares de euros e 1.768 milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

A principal informação subjacente à determinação do justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2016, foi a seguinte:

Dias	Euribor	Datas	Fator Atualização	Dias	Euribor	Datas	Fator Atualização
1	-0,50000%	03-01-2017	1,0000556	6940	1,16450%	03-01-2036	0,7961179
31	-0,36800%	03-02-2017	1,0003726	7307	1,17625%	05-01-2037	0,7847779
91	-0,31900%	03-04-2017	1,0008537	7671	1,19600%	04-01-2038	0,7719563
182	-0,22100%	03-07-2017	1,0011680	8036	1,20450%	03-01-2039	0,7611921
366	-0,08200%	03-01-2018	1,0008877	8401	1,21450%	03-01-2040	0,7500990
731	-0,16000%	03-01-2019	1,0032622	8766	1,22050%	03-01-2041	0,7398345
1098	-0,10625%	03-01-2020	1,0032509	9134	1,22450%	03-01-2042	0,7300423
1462	-0,02200%	04-01-2021	1,0009380	9498	1,23500%	05-01-2043	0,7188004
1827	0,08000%	03-01-2022	0,9960520	9862	1,23500%	04-01-2044	0,7100556
2192	0,18775%	03-01-2023	0,9888033	10227	1,23500%	03-01-2045	0,7014172
2557	0,31950%	03-01-2024	0,9777832	10593	1,23600%	03-01-2046	0,6926146
2922	0,43600%	03-01-2025	0,9654527	10958	1,24400%	03-01-2047	0,6821389
3289	0,55500%	05-01-2026	0,9507026	11325	1,24325%	03-01-2048	0,6737624
3653	0,66100%	04-01-2027	0,9351127	11689	1,24250%	04-01-2049	0,6654659
4018	0,76220%	03-01-2028	0,9181908	12054	1,24175%	03-01-2050	0,6573164
4383	0,84900%	03-01-2029	0,9012167	12419	1,24100%	03-01-2051	0,6492445
4749	0,91675%	03-01-2030	0,8852142	12784	1,24600%	03-01-2052	0,6535021
5116	0,97875%	03-01-2031	0,8689426	13149	1,23890%	02-01-2053	0,6578378
5480	1,03785%	05-01-2032	0,8521326	13514	1,23808%	02-01-2054	0,6620887
5844	1,08100%	03-01-2033	0,8369850	13879	1,23740%	02-01-2055	0,6662579
6210	1,11475%	03-01-2034	0,8227225	14244	1,23684%	02-01-2056	0,6730932
6575	1,14350%	03-01-2035	0,8088992	14609	1,23650%	01-01-2057	0,6800562

42. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções aos exercícios de 2007 a 2012, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela "TD, SA", foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	3.971

Com exceção dos montantes de 611 e 1.666 milhares de euros, incluídos na correção ao prejuízo fiscal de 2008 e 2012, respetivamente (e respeitantes, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., se encontra tributada em IRC segundo o RETGS (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos períodos de 2007 a 2011 foram objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., participada detida diretamente a 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., enquanto sociedade dominante do RETGS naqueles exercícios. A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos períodos de 2007 a 2011.

A correção do período do 2012 deu origem a uma liquidação adicional de IRC e juros compensatórios emitida à "TD,SA", na qualidade de sociedade dominante, que a contestou judicialmente, nos termos da lei.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e, consequentemente, da TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., enquanto sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao período de 2006 acerca da aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes períodos objeto de correções.

Para além das correções *supra* descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se da seguinte correção efetuada pela AT à TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., a título individual:

- Correção ao lucro tributável apurado no período de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a Empresa contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2016	2015
Garantias bancárias prestadas	360.847	483.912
Seguros de caução	268.725	193.160

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., a EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA – Serviços de Engenharia, S.A., e o Consórcio Boyacá – La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de dois processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e relativos a dívida de IRC do período de 2008, cujas liquidações foram contestadas, foram emitidas, a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), garantia bancárias no montante de global que ultrapassa os 27.546 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2010, a "TD, SA" apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Foi ainda constituída a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A., uma hipoteca sobre o lote 3, sito em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contrato de mútuo outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 25.120 milhares de euros.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 4.861 milhares de euros, o HOTEL BAÍA, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 256 - 1ª secção, sua propriedade, sito em Chicala.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco BIC Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 4.594 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco BIC Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 10.200 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco BIC Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 11.858 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 354, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Angolano de Investimento, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 17.502 milhares de euros, a CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda. constituiu hipoteca sobre os prédios nº 123 e 874, suas propriedades, sites respetivamente em Ingombotas e Sambizanga.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 5.808 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 187, sua propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.830 milhares de euros, o HOTEL TRÓPICO, S.A., constituiu hipoteca sobre o prédio nº 1826, sua propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia da emissão de uma garantia bancária com o Banco BIC Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 24.345 milhares de euros, a ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 53.400 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sites em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Para garantia do empréstimo no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 1.847 milhares de euros, celebrado com o Banco Popular Portugal, S.A. em 13 de dezembro de 2012, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos imobiliários S.A., pela QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A. e pela V8 - Gestão Imobiliária, S.A., a V8 - Gestão Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 46, 52, 76, 80, 94 e 96; Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, número 12, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 1.847 milhares de euros.

Para garantia do empréstimo no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.000 milhares de euros, contratado junto do Novo Banco, S.A., outorgado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., como mutuária e pelas Teixeira Duarte - Gestão de participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. como garantes, constituíram penhor financeiro sobre 21.000 e 10.479.000 ações da TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., respetivamente.

Para garantia do Contrato de abertura de crédito celebrado em 17 de junho de 2016 entre os bancos, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., e Novo Banco, S.A. no montante global de 8.708 milhares de euros, com a responsabilidade repartida pelos bancos em 3.266 milhares de euros, 2.325 milhares de euros e 3.117 milhares de euros respetivamente, e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. efetuou a promessa de Dação em Cumprimento de 375.000 ações, com o valor nominal de 5 euros, representativas de 7,5% do capital social da sociedade anónima Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo S.A..

Para garantia do Contrato de abertura de crédito celebrado em 12 de agosto de 2016 entre os bancos, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., e

Novo Banco, S.A. no montante de 39.315 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016, com a responsabilidade repartida pelos bancos em 14.743 milhares de euros, 10.497 milhares de euros e 14.075 milhares de euros respetivamente, e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimento Imobiliário, S.A. constituiu em hipoteca de 20 lotes de terreno sítos no Casal do Deserto em Porto Salvo e de um prédio misto situado no sítio do Zemouto no Seixal, a TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A. constituiu hipoteca sobre prédio urbano sítos na Estrada Municipal, quinhentos e quatro em Tróviscas, Concelho de Loures e a TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre três prédios rústicos e um urbano sítos no concelho de Vila Franca de Xira.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante de 42.500 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2016, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 4.333.333 e 426.666 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia de contrato mútuo celebrado com o Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 28.187 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A., deram em penhor 1.070.000 e 1.936.395 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 191.250 milhares de euros, utilizado na totalidade pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. A TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 12.500.000 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., 200.000.000 ações da C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. A TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sítos na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro - Jardim, Montijo, no montante de 13.282 milhares de euros. A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu igualmente uma hipoteca sobre os lotes para a construção, números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sítos na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.829 milhares de euros. A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção, números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sítos no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 26.698 milhares de euros.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 70.000 milhares de euros, renovado em 12 de maio de 2014 até 14 maio de 2019, pelo montante 50.000 milhares de euros, à data de fecho de dezembro de 2016 de 40.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.675.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com Novo Banco, S.A., no montante de 34.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a TEIXEIRA DUARTE, S.A. deu em penhor 1.000.000 ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

Para reforço das garantias prestadas no âmbito de contrato de locação financeira celebrado em 31 de dezembro de 2008 com o Banco Comercial Português, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.000.000 ações da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A..

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Angola, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 11.916 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal de Angola, constituiu penhor de 13.020 Títulos de Obrigações do Tesouro.

Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 14 milhares de euros, a IMOTD - SGPS, S.A., deu em penhor 14.000 ações da V8, S.A..

Para garantia do contrato de financiamento outorgado pela TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 42.813 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Banco de Investimentos, S.A., 1.540.000 ações da TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com Caixa Económica Montepio Geral, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 1.954 milhares de euros, outorgado pela DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A., a DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. constituiu penhor mercantil sobre equipamentos no montante de 3.394 milhares de euros.

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com a Caixa Económica Montepio Geral, no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.834 milhares de euros, outorgado pela PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., a TDARCOL - SGPS, S.A. constituiu penhor sobre as ações da PPS - Produtos Petrolíferos, S.A..

Para garantia do empréstimo no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 10.000 milhares de euros, contratado junto do Banco Comercial Português, S.A., outorgado pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu hipoteca sobre edifício 9 do empreendimento Lagoas Park.

Para garantia do empréstimo no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 7.000 milhares de euros, contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., outorgado pela Teixeira Duarte, S.A., pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções S.A. e pela Teixeira Duarte - Gestão de participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu segunda hipoteca sobre o Lote 3, sito em Lagoas Park.

Para garantia do Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 1.121 milhares de euros, foram dados em garantia os respetivos equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 136 milhares de euros, foram dados em garantia os respetivos equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 509 milhares de euros, foram dados em garantia os respetivos equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 248 milhares de euros, foram dados em garantia os respetivos equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos com início em julho de 2016, celebrado entre a IBM Deutschland Kreditbank GmbH, Sucursal em Portugal e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2016 de 98 milhares de euros, foram dados em garantia os respetivos equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 430.627 e 485.853 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 10.024 e 10.538 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

43. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú, Rússia e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo financeiro é composto por 93% de taxa de juro variável (92% em 31 de dezembro de 2015) e 7% de taxa de juro fixa (8% em 31 de dezembro de 2015).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (13.543) / 13.543 milhares de euros e (14.464) / 14.464 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2016	2015	2016	2015
Bolivar Venezuelano	13.874	1.492	6.678	13.964
Dinar Argelino	-	2.850	23.325	37.774
Dirham Marroquino	-	-	4.360	4.017
Dinar Tunisino	-	-	131	134
Dólar Americano	420.169	509.034	73.953	754.562
Dólar Australiano	-	-	58	33
Iene Japonês	2.730	3.589	50	473
Libra Esterlina	1.195	1.759	13	-
Kwanza Angolano	23.374	1.475	179.945	138.082
Metical Moçambicano	77.849	26.290	37.811	19.216
Pataca Macaense	-	-	168	161
Peso Colombiano	-	-	1.591	-
Rand Africa Sul	619	204	216	33
Real Brasileiro	100	161	19.823	23.003
Rublo Russo	-	-	3.419	2.834
	539.910	546.854	351.541	994.286

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2016		2015	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	360	-	(624)	-
Dinar Argelino	(1.166)	-	(1.746)	-
Dirham Marroquino	(218)	-	(201)	-
Dinar Tunisino	(7)	-	(7)	-
Dólar Americano	17.311	-	(12.276)	-
Dólar Australiano	(3)	-	(2)	-
Iene Japonês	134	-	156	-
Libra Esterlina	59	-	88	-
Kwanza Angolano	(7.829)	-	(6.830)	-
Metical Moçambicano	2.002	-	354	-
Pataca Macaense	(8)	-	(8)	-
Peso Colombiano	(80)	-	-	-
Rand África Sul	20	-	9	-
Real Brasileiro	(986)	-	(1.142)	-
Rublo Russo	(171)	-	(142)	-
	9.418	-	(22.371)	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2016	2015
Saldos		
Não vencido	259.448	230.338
Até 180 dias	64.357	108.133
De 180 a 360 dias	38.798	21.809
Mais de 360 dias	97.043	125.376
	459.646	485.656

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	2016				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	649.913	301.405	112.117	250.572	1.314.007
Fornecedores	121.371	-	-	-	121.371
Locações financeiras	20.807	20.182	18.420	115.702	175.111
Outros credores	33.096	68	-	-	33.164
Outros passivos	243.777	26.905	17.189	22.436	310.307
	1.068.964	348.560	147.726	388.710	1.953.960

	2015				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	734.596	91.846	267.496	306.195	1.400.133
Fornecedores	193.896	-	-	-	193.896
Locações financeiras	18.913	17.729	16.650	121.510	174.802
Outros credores	34.246	80	18	15	34.359
Outros passivos	358.184	35.518	16.541	18.721	428.964
	1.339.835	145.173	300.705	446.441	2.232.154

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 260.973 milhares de euros e 390.972 milhares de euros, respetivamente.

44. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2016					Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	180.908	-	-	-	-	180.908
Clientes	459.646	-	-	-	-	459.646
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8.318	-	-	-	8.318
Outros investimentos	-	54.125	-	-	-	54.125
Outros devedores	54.652	-	-	-	-	54.652
Outros ativos	146.489	-	-	-	-	146.489
Total de ativos financeiros	841.695	62.443	-	-	-	904.138
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.314.007	-	-	1.314.007
Fornecedores	-	-	121.371	-	-	121.371
Outros credores	-	-	33.164	-	-	33.164
Outros passivos	-	-	193.339	-	16.515	209.854
Locações financeiras	-	-	175.111	-	-	175.111
Total de passivos financeiros	-	-	1.836.992	-	16.515	1.853.507

	2015					Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	252.693	-	-	-	-	252.693
Clientes	485.656	-	-	-	-	485.656
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	30.427	-	-	-	30.427
Outros investimentos	-	52.970	-	35	-	53.005
Outros devedores	56.007	-	-	-	-	56.007
Outros ativos	225.724	-	-	-	-	225.724
Total de ativos financeiros	1.020.080	83.397	-	35	-	1.103.512
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.400.133	-	-	1.400.133
Fornecedores	-	-	193.896	-	-	193.896
Outros credores	-	-	34.359	-	-	34.359
Outros passivos	-	-	255.939	-	16.138	272.077
Locações financeiras	-	-	174.802	-	-	174.802
Total de passivos financeiros	-	-	2.059.129	-	16.138	2.075.267

45. MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Ações	8.318	-	-
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	547.067	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura	-	16.515	-

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

46. HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore Stephens em Portugal, Espanha e Bélgica; Deloitte no Brasil e em Angola; Ernst & Young em Moçambique e Venezuela e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2016	2015
Serviços de Revisão Legal de Contas	585	552
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	1
Serviços de consultoria fiscal	30	13
Outros serviços	47	-
	662	566

47. AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2016	2015
Angola	(102.161)	44.251
Argélia	(10.809)	(2.869)
Brasil	46.858	(60.986)
Moçambique	(22.139)	2.935
Venezuela	(13.012)	4.343
Outros mercados	2.406	4.949
	(98.857)	(7.377)

48. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de abril de 2017, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 27 de maio de 2017.

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:

1. Assinatura de Aliança Estratégica na Venezuela para contrato de conservação, administração, gestão, operação e aproveitamento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, na Venezuela, divulgada tempestivamente ao mercado, através de comunicado em 17 de janeiro, com este título e com o seguinte conteúdo essencial:

A sua participada a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." assinou a 17 de janeiro de 2017 uma "Aliança Estratégica para Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto De La Guaira", na Venezuela, com a empresa do Estado da República Bolivariana de Venezuela designada "BOLIVARIANA DE PUERTOS (BOLIPEURTOS), S.A.", tendo em vista otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do Terminal, convertendo-o num porto de transferência do mar Caribe e da América Latina. No termos da referida Aliança, a Teixeira Duarte aportará, de acordo com o Plano de Negócios, o montante de 40 milhões de dólares americanos e assumirá, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido Terminal.

O Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, com capacidade para movimentar 1.000.000 TEUS/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a -15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 pórticos de cais, 15 pórticos de parque, 2 reach-stackers e 6 empilhadores frontais.

Constituiu considerando deste Acordo, o facto de em 6 de agosto de 2008 se ter subscrito o Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República Bolivariana de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética, que tem por objeto a cooperação, promoção, formulação e/ou execução de programas e projetos destinados ao intercâmbio de bens, serviços, tecnologia e capacitação de interesses comuns dos países subscritores.

2. Acordo para alienação de participação detida no Setor da Energia, divulgado tempestivamente ao mercado, através de comunicado em 24 de janeiro, com este título e com o seguinte conteúdo essencial:

As sociedades por si dominadas 100%, "TEDAL - SGPS, S.A." e "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A." celebraram, a 24 de janeiro de 2017, um acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que essas entidades detinham na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." pelo preço de 8,3 milhões de euros.

A transmissão aguarda a autorização por parte da Autoridade da Concorrência, sendo que só nessa altura a operação será concluída, o que se estima que ocorra ainda durante o primeiro trimestre de 2017.

A TDARCOL é uma sociedade gestora de participações sociais que é titular de outras entidades através das quais o Grupo Teixeira Duarte vem atuando no Setor da Energia, nomeadamente na área do Gás.

Recorda-se que, em março de 2015, o Grupo havia já alienado a entidade através da qual atuava na área dos combustíveis líquidos e lubrificantes, concretizando agora, pela forma acima indicada, a alienação da participação que detinha na entidade através da qual vinha, indiretamente, atuando na área do Gás.

Conforme antecipado no comunicado acima referido, após a Autoridade da Concorrência se ter pronunciado sobre a conclusão desta operação, o Grupo Teixeira Duarte concluiu, em 31 de março de 2017, acordo com a "OZ Energia, S.A." para alienação da participação de 50% que o Grupo detinha na sociedade "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", tendo deixado de atuar no setor da energia, prossequindo nos outros seis - Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel - nos dezoito países em que atua.

Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização **2016**



Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, e culminando um trabalho de acompanhamento das versões preliminares dos documentos de prestação de contas que vinham sendo elaborados pelo Conselho de Administração, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, aprovados pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2017 e a respetiva proposta de aplicação de resultados. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das atribuições e competências cometidas ao Conselho Fiscal acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com o Conselho de Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com o Revisor Oficial de Contas. O Conselho Fiscal promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que:

- apreciou a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social;
- analisou os documentos de prestação de contas, incluindo as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;
- verificámos que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente;
- apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais mereceram o nosso acordo, e ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como o Revisor Oficial de Contas desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões;
- entendemos que a prestação de serviços de auditoria foi feita com independência, nos termos da legislação em vigor, e não foi solicitado a este Conselho a aprovação de qualquer serviço distinto da auditoria.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2016;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 27 de abril de 2017

Óscar Manuel Machado de Figueiredo - Presidente

Mateus Moreira - Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TEIXEIRA DUARTE, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.243.194 milhares de euros e um total de capital próprio de 532.604 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.093 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

DESCRIÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS	SÍNTESE DA NOSSA RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS
--	--

Valorização das participações financeiras em subsidiárias e recuperabilidade do Goodwill

Conforme divulgado nas notas 3.2.a) e 8 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias, no valor de 1.141 milhões de euros, são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. É regularmente efetuada uma avaliação desses investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade o que, a verificar-se, origina o reconhecimento de uma perda na demonstração dos resultados.

O Goodwill, no valor de 29 milhões, está sujeito a amortização anual, conforme divulgado na nota 3.2 b) do anexo, e sujeito a testes de imparidade.

As eventuais imparidades das Participações financeiras e do Goodwill foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de avaliação da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente sobre a evolução futura do mercado e a situação económica dos países em que as operações se realizam.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das empresas participadas, e respetivas certificações legais das contas ou relatórios de auditoria;
- Pesquisa de existência de indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Análise da consistência dos pressupostos usados na elaboração do plano de negócios, face a dados históricos e à informação relevante disponível. Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado;
- Avaliação dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão;
- Validação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante irá constar do relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que não prestamos quaisquer outros serviços para além da auditoria e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2017

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de TEIXEIRA DUARTE, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.539.972 milhares de euros e um total de capital próprio de 444.810 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a acionistas de 20.147 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos resultados e dos outros rendimentos integrais, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

DESCRIÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS

SÍNTESE DA NOSSA RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS

1. Exposição Internacional – Risco cambial e Risco de liquidez

Conforme divulgado na nota 7 às demonstrações financeiras, a atividade do Grupo está distribuída por 7 segmentos de negócio, com operações relevantes em 7 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais.

A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal representa 83,7% do volume de negócios. Tal como referido na nota 43 às demonstrações financeiras, vários territórios onde o Grupo opera, nomeadamente Angola, Argélia, Moçambique, Venezuela e Brasil, estão sujeitos a variações cambiais significativas das suas moedas face ao euro.

A exposição às divisas dos referidos países acarreta riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente:

- i) Risco Cambial, decorrente da forte desvalorização das moedas funcionais locais face ao euro; e
- ii) Risco de Liquidez, resultante da dificuldade de repatriamento de divisas desses territórios.

Pelo seu significado e imprevisibilidade, considerámos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez, nomeadamente ao nível de imparidade de saldos a receber e outros ativos relevantes detidos pelo Grupo;
- Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras das subsidiárias das referidas geografias, por referência às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Revisão da descrição dos tipos de riscos de que o Grupo está exposto, e que constam do Relatório do Governo Societário e a validação da adequacidade das divulgações do Grupo relativamente à política de gestão do risco financeiro, tomando em consideração as IFRS;
- Indagação junto do órgão de gestão, sobre a estratégia e os planos de ação para reduzir a exposição internacional do Grupo no próximo quadriénio.

2. Reconhecimento do rédito

Conforme evidenciado na nota 7 às demonstrações financeiras, o rédito do Grupo provém de diversos segmentos de negócio sendo a construção o segmento com maior relevância representando 45,4% do rédito do grupo (46,5% em 2015).

Conforme referido na nota 2.20, os rendimentos e os gastos provenientes do setor da construção são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada uma das obras.

Dada a incerteza e julgamento associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes na posição financeira e na demonstração dos resultados;
- Revisão dos contratos que suportam o rédito total dos projetos;
- Análise aos custos incorridos e às estimativas de custos para concluir a obra e aos orçamentos que suportam a percentagem de acabamento;
- Verificação de conformidade com o normativo IAS 11 – Contratos de Construção;
- Revisão da razoabilidade das provisões para garantias e para contratos onerosos;
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

DESCRIÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS
SÍNTESE DA NOSSA RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS

3. Valorização das Propriedades de Investimento

O Grupo apresenta na sua posição financeira de 31 de dezembro de 2016, no total de 547.067 milhares de euros referentes a Propriedades de Investimento (511.683 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015). Tal como enunciado na nota 2.8 às demonstrações financeiras, essas Propriedades de Investimento são mensuradas pelo justo valor, que é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes, conforme referido na nota 22 às demonstrações financeiras.

As Propriedades de Investimento encontram-se, essencialmente, em Portugal e Angola, estando estas últimas sujeitas aos efeitos da variação cambial da moeda local.

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o julgamento envolvido, entendemos que esta área é uma matéria relevante da nossa auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material nesta área, incluiu:

- Verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e análise da sua independência;
- Análise da informação sobre os imóveis, constante das avaliações, e validação dessa informação com os documentos e registos do Grupo;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos e sua discussão com os Serviços do Grupo;
- Validação do justo valor registado com os valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial dos justos valores das Propriedades de Investimento situadas no estrangeiro;
- Revisão das divulgações constantes nas notas às demonstrações financeiras em conformidade com a IAS 40 – Propriedades de Investimento.

4. Imparidade em contas a receber

Tal como divulgado nas notas 14 e 28 às demonstrações financeiras, as Perdas por imparidade em Clientes representam 53.754 milhares de euros, cerca de 11% dos saldos de Clientes, tendo no corrente exercício sido reforçadas em cerca de 20.244 milhares de euros

A identificação das contas a receber em imparidade e a determinação do seu valor recuperável é um processo que envolve diversos fatores, incluindo a natureza e a antiguidade da dívida, a condição financeira do devedor, o incumprimento de acordos de pagamento e as perspetivas de cobrança.

Com base na análise dos saldos de clientes em contencioso e/ou com mora significativa são apurados os ajustamentos para as imparidades em contas a receber de clientes.

Considerámos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Análise das antiguidades de saldos de clientes e revisão dos ajustamentos efetuados para imparidades em clientes, bem como das asserções utilizadas pelo órgão de gestão na quantificação das perdas por imparidade a reconhecer;
- Revisão de saldos relevantes com entidades sediadas em Angola e na Venezuela, tendo em consideração a antiguidade da dívida, a capacidade financeira dos devedores e o histórico de cobranças;
- Discussão com o órgão de gestão relativamente aos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, ajustamentos por imparidade em contas a receber;
- Revisão das divulgações nas notas 14 e 28 às demonstrações financeiras, para garantir que as mesmas refletem adequadamente as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

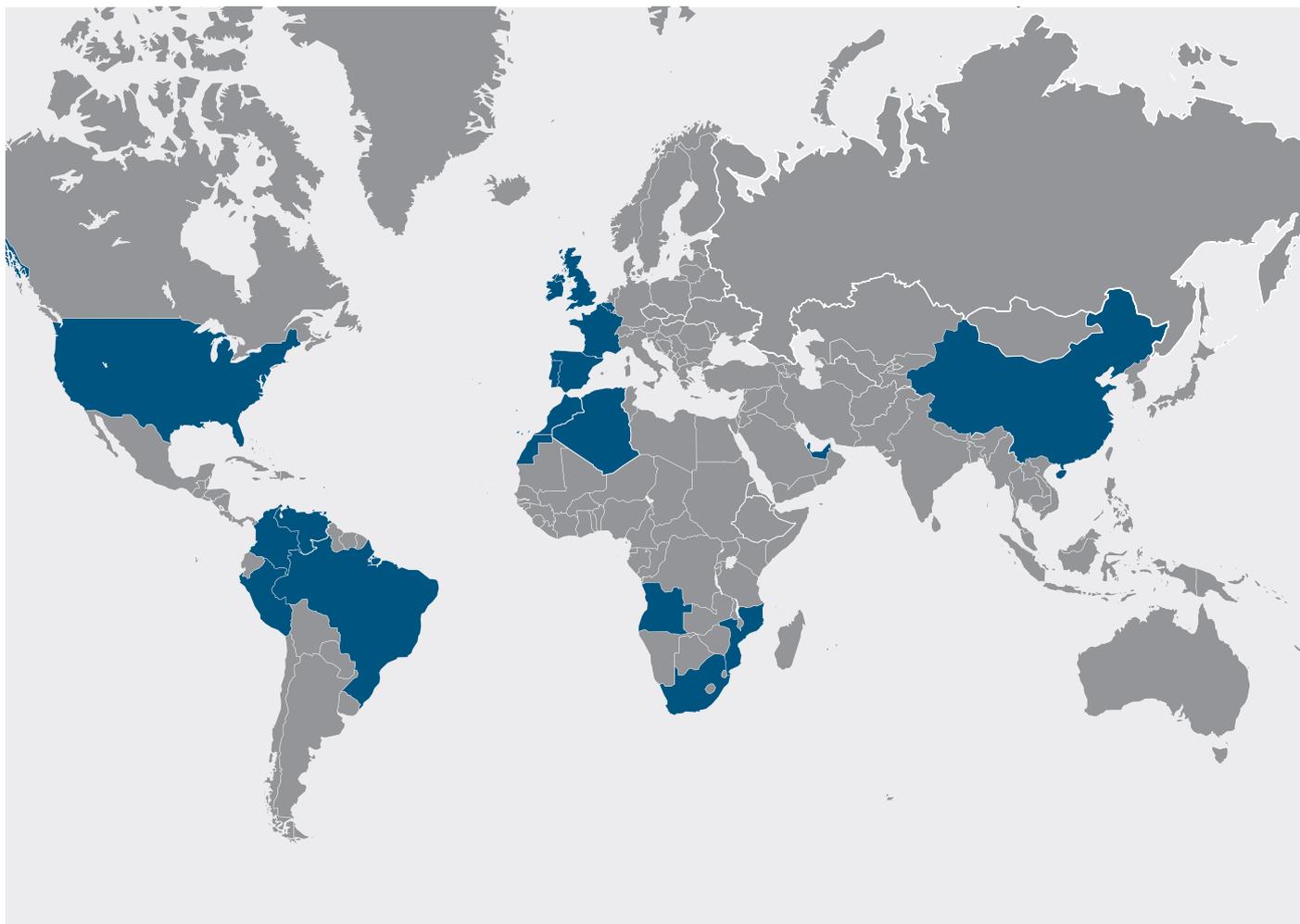
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que não prestamos quaisquer outros serviços para além da auditoria e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2017

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro



Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro - Jardim - Montijo
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888

Escritórios

• Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, 584-2º E
3000-174 Coimbra
Tel.: (+351) 239 855 320
Fax: (+351) 239 855 329

• Madeira

Rua das Pretas, 4 - 2º Dto.
9000-049 Funchal
Tel.: (+351) 291 206 930

• Vila Nova de Gaia

Edifício Tower Plaza
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23 - Piso 8
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

• África do Sul

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD
2nd Floor, West Tower - Nelson Mandela Square
Maude Street - Sandton - Johannesburg, 2146
Tel.: (+27) 11 881 5963
Fax: (+27) 11 881 5611

• Angola

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy
Baixo Morro Bento (Maxipark)
Edifício Teixeira Duarte, 387 - Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

• Argélia

08 Route Ben Aknoun - El Biar
16030 Alger
Tel.: +213 (0) 21 92 74 33
Fax: +213 (0) 21 92 74 36

• Bélgica

Avenue Jean Monnet, 1
1348 LOUVAIN-LA-NEUVE
Tel.: (+32) 2 318 38 04
Fax: (+32) 2 318 38 03

• Brasil

São Paulo
Rua Iguatemi, 448 - 6º Andar
CEP 01451 - 010
Itaim Bibi - São Paulo
Tel.: (+55) 112 144 57 00
Fax: (+55) 112 144 57 04

Rua Vieira de Morais, 1111 - 6º andar
Campo Belo - Conj. 601
CEP 04617-014 São Paulo
Tel.: (+55) 113 073 13 03

Belo Horizonte
Rua Paraíba, 1000 - 12º Andar-Parte
Bairro Savassi, CEP 30130-145
Belo Horizonte - MG
Tel.: (+55) 313 311 47 88
Fax: (+55) 313 221 42 56

• China (Macau)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar - Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

• Colômbia

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201
Edifício Centro de Negócios Manhattan
Bogotá
Tel.: (+57) 1 6754530

• Emirados Árabes Unidos (Dubai)

GND Trading ME, FZE
Jafza One, Office 1503 - Jebel Ali Free Zone
PO Box 263895 - Dubai - UAE

• Espanha

Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

• Estados Unidos da América

4100 Spring Valley Road
Suite 310
Dalas - Texas 75244

• França

11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

• Marrocos

Espace Porte d'Anfa, 2ème Étage,
Batiment B, 218, Angle Boulevard Moulay
Rachid et Rue El Mansour
20050 Casablanca - Royaume du Maroc
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

• Moçambique

Avenida Julyus Nyerere, 130 - R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

• Peru

Avenida Arenales, 773 - Oficina 802
Urb. Santa Beatriz - Lima

• Qatar

TDGJSERV Services, LLC
Marriot Executive Apart. 291
Al Wahda St., West Bay
25500 Doha
Tel.: (+974) 705 70 219

• Venezuela

Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

